

**Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**  
**Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

**REGIANE CRISTINA GOUVEIA**

**AMÉRICA LATINA ENFERMA:  
RACISMO E POSITIVISMO NO PENSAMENTO POLÍTICO LATINO-  
AMERICANO EM FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX**

**Rio de Janeiro**

**2016**

**REGIANE CRISTINA GOUVEIA**

**AMÉRICA LATINA ENFERMA:  
RACISMO E POSITIVISMO NO PENSAMENTO POLÍTICO LATINO-  
AMERICANO EM FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX**

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Prof. Dr.<sup>a</sup> Maria Rachel de Gomensoro Fróes da Fonseca  
Coorientador: Prof.Dr. Marcos Cueto

**Rio de Janeiro**

**2016**

REGIANE CRISTINA GOUVEIA

**AMÉRICA LATINA ENFERMA:  
RACISMO E POSITIVISMO NO PENSAMENTO POLÍTICO LATINO-  
AMERICANO EM FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX**

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Maria Rachel de G. Fróes da Fonseca (COC/Fiocruz) – Orientadora

---

Prof. Dr. Marcos Cueto (COC/Fiocruz) - Coorientador

---

Prof. Dr. Marco Antonio Villela Pamplona (Depto. de História/PUC-Rio)

---

Prof. Dr. Fernando Luiz Vale Castro (Instituto de História/UFRJ)

---

Prof. Dr. Robert Wegner (Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde – COC/Fiocruz)

---

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde – COC/Fiocruz)

Suplentes:

---

Prof. Dra. Marta de Almeida (PPGH-UNIRIO/MAST)

---

Prof. Dra. Kaori Kodama (Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde – COC/Fiocruz)

Rio de Janeiro  
2016

- G719a Gouveia, Regiane Cristina.  
América latina enferma: racismo e positivismo no pensamento político latino-americano em fins do século XIX e início do XX / Regiane Cristina Gouveia. – Rio de Janeiro: s.n., 2016.  
xii, 276 f.
- Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde)-  
Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2016.
1. Racismo - história. 2. Positivismo. 3. Política. 4. Intelectuais. 5. América Latina.
- CDD 305.8

Para meus pais,  
meus irmãos,  
meu marido

## AGRADECIMENTOS

Ao terminar a escrita de uma tese junto com um suspiro de alívio, vem um suspiro de nostalgia, isso porque sou confrontada, uma vez mais, com a lembrança de tudo o que foi vivido, durante esses quatro anos, tudo o que foi aprendido, experimentado, conhecido, vivenciado. Nessa aventura de escrever uma tese, foram muitas as pessoas que participaram. E a elas, gostaria de agradecer, não somente pelas aulas, conversas e conhecimento compartilhado, mas também pela amizade, carinho e apoio. Como me disse uma grande amiga, poder dizer obrigada a alguém é um privilégio, é a gratidão pelo bem recebido, é creditar ao outro um pouco da sua felicidade, das suas vitórias.

Antes de tudo, agradeço a Deus!

À Professora Maria Rachel de Gomensoro Fróes da Fonseca, quero agradecer pela orientação cuidadosa, pela atenção às minhas dificuldades intelectuais e pessoais e, acima de tudo, pelo companheirismo. Rachel sempre demonstrou entusiasmo pela minha pesquisa e me estimulou a vivenciar a experiência do doutorado sanduíche, dando todo o apoio e ajuda para a realização do estágio no exterior. Ao professor Marcos Cueto, agradeço pela coorientação, pelos diálogos produtivos e entusiasmantes, pelas leituras atentas e o otimismo em relação à minha competência e capacidade intelectual. Tudo isso foi, tem sido, uma grande ajuda. Agradecimentos serão sempre poucos a vocês.

Agradeço aos Professores do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (PPFHCS-COC) pela minha formação, pelas discussões prazerosas e instigantes que tivemos em sala de aula e também aquelas que tivemos pelos corredores, tão instigantes e prazerosas quanto. Obrigada. Ter feito parte dessa instituição me ajudou profissionalmente e também como pessoa. Agradeço pela acessibilidade e generosidade com que os professores e pesquisadores da COC me receberam. Agradeço, especialmente, a Gilberto Hochman, Luiz Otávio Ferreira, Nara Azevedo, Ana Venâncio, Lorelai Kury, Magali Romero Sá e Luiz Antônio Teixeira que, em seus cursos, ampliaram meus horizontes na pesquisa, possibilitaram estimulantes discussões e criaram um ambiente agradável para o ensino. Ao Luiz agradeço ainda por sua amizade e cuidado.

Aos professores Robert Wegner e Fernando Vale Castro, integrantes da banca de qualificação, sou imensamente grata pela leitura, pela discussão, pelas críticas e sugestões propostas, naquele momento.

Agradeço aos funcionários do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, que sempre foram atenciosos com meus pedidos, em especial, agradeço ao Paulo, à Maria Cláudia, ao Sandro, ao Nelson e ao Chris pela competência, eficiência e pelas brincadeiras.

À Regina Crespo, minha coorientadora na Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), agradeço por me receber tão calorosamente, pela atenção, pelos diálogos, pelo incentivo e por sua amizade. Aos professores e pesquisadores do Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe (CIALC/UNAM), pelas enriquecedoras discussões, por oferecerem uma estrutura e ambiente de trabalho adequados para o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço, em especial, à Aída Díaz-Tendero, por dividir sua sala comigo, pela amizade e pelas animadas conversas pela manhã. A Óscar Guadalupe González, Cláudia Morales e Aileen Teague, agradeço pelos almoços divertidos no Papalote. À Liliana Weinberg e ao Sr. Mário Magallón pelo interesse na minha pesquisa e pela disposição para o diálogo. Ao Sr. Adalberto Santana pelas oportunidades de participar de congressos, simpósios, além de me permitir dar aulas na graduação do Curso de Estudios Latinoamericanos. À Margarita Vargas, pela minha incorporação ao Projeto “El pensamiento anticolonialista en el Caribe Insular francófono (1950-1982)”. À Ana Luísa Guerrero, Reyna de la Cruz, Jesús Serna, Hernán Taboada, Victor Hugo Lozada, pela ótima acolhida. À Cláudia Agostoni, agradeço pelo convite para participar do Seminario Permanente de História Social y Cultural de la Salud y la Enfermedad, que me permitiu conhecer interessantes pesquisas e participar de profícuos debates, além da leitura atenta do meu projeto e sugestões. À Ana María Carrillo, pelo cuidado e atenção.

Aos funcionários do CIALC que foram muito especiais comigo, agradeço pelo carinho com que me receberam e a disposição em atender todas as minhas solicitações. Sr. Alberto, Mireya, Beatriz, Sr. José Juan, Martha, Ana María, María del Carmen, María Cruz, Sr. Armando, Marda, Ruben, Sr. António, todos me ajudaram de muitas formas.

À FIOCRUZ e à CAPES, agradeço o apoio econômico, durante estes quatro anos. À CAPES, agradeço ainda, o financiamento do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PSDE), que foi fundamental para a pesquisa, me permitindo, durante nove meses, a estadia no México, o acesso a bibliografias que não estavam disponíveis no Brasil, contato com pesquisadores que trabalham com meu tema, participação em seminários, congressos e simpósios que enriqueceram substancialmente a minha pesquisa. Sem o financiamento dessas instituições, esse trabalho não seria possível.

Aos colegas e amigos da turma de doutorado, Ana Rocha, Lia Sousa, Marcela Fogagnoli, Danny Ribeiro, Rosana Temperini, Eliza Vianna, Ingrid Casazza, André Vasques, Gabriel Lopes, Filipe Monteiro, Goshai Daian, agradeço pelo ambiente agradável, pelas discussões em sala de aula, que, muitas vezes, terminavam ainda mais calorosas e animadas nos bares da Lapa. A melhor turma de doutorado do mundo! À Ana e ao André, faço um agradecimento especial. As conversas que tivemos em várias ocasiões foram sumamente importantes para mim.

A experiência acadêmica me permitiu conhecer também colegas que se transformaram em queridos amigos que, mesmo longe, estão sempre perto. Agradeço em especial, à Cassia Roth, um dos presentes que recebi nesta pesquisa.

Ao convento Filhas de Maria Imaculada, onde passei meus anos no Rio de Janeiro e onde vive o mundo, não poderia deixar de agradecer pelas grandes amigas que fiz neste lugar. Conheci ali mais do Brasil, da América do Sul, da África e da Europa. São muitos nomes para serem lembrados, afinal, as “Imaculetes” fizeram história. As minhas tardes eram melhores depois de um café com as minhas queridas “Imaculetes”. E as noites, depois de uma sopa, mesmo que estivesse fazendo um calor de 40°. Sem contar o chá da meia-noite. Estar em um convento nunca foi obstáculo para nossas festas nos fins de semana, com muita música, conversas e, quando conseguíamos driblar o “panóptico”, vinho e uma boa cachacinha. Tive o prazer de conviver com as melhores companhias: Helicarla Morais, Lorena Ribeiro, Dani, Andressa, Carol, Mônica Costa, Ivonne, Patrícia, Aissatu, Carla, Thaís, Débora, Fran, Gyslaine, Aline, Thaísa, Cris, Deisy, Stefane, Betânia, Claudina, Simone de Faria, Equitânia, Rebeca Jamir, Paty Maione, Renata Athayde, Ailen, María del Mar. Helicarla, com a sua doçura e sensibilidade, tornava tudo mais bonito. Andressa, capaz de fazer qualquer um gargalhar em um velório, tornava tudo mais engraçado. Lorena, amiga da graduação que tive o prazer de voltar a conviver, agradeço também pelas leituras dos meus textos, os conselhos, a amizade. Também não posso deixar de agradecer às queridas irmãs do convento, que me receberam com tanto carinho e sempre tinham uma palavra de conforto ou uma oração para facilitar a minha vida. Em especial, agradeço à Irmã Rosário (*in memoriam*), Irmã Valdeci, Irmã Conceição e Irmã Imaculada. Aos funcionários, Cida, André, Nice e Mary, obrigada pelo carinho. Agradeço ainda à Ana Maria, pela amizade.

Mesmo longe do Rio, outras amigas sempre estiveram por perto. Valéria, Elaine, Gioconda e Grazi obrigada por estarem sempre comigo, pelos preciosos conselhos, pelas gargalhadas e a amizade de mais de vinte anos.



A minha experiência no México, além de me propiciar uma bagagem intelectual e cultural, me trouxe amigos que jamais esquecerei. Agradeço à Nohemi e ao Omar por me receberem e pelas divertidas noites em Tenochtitlán! À Liz, Edward, Phoenix e Milena, obrigada pela maravilhosa companhia, amizade e cuidado. Minha estadia na capital Asteca foi ainda mais feliz com vocês. À minha Comunidade, ao Padre Gerardo, Padre Diego, Arturo e Raquel, obrigada pela convivência, ensinamentos, afeto e reforço espiritual. A experiência com vocês transformou minha vida.

À minha família, agradeço, imensamente, por tudo. São tantas coisas para agradecer que este parágrafo se torna difícil de escrever. Aos meus pais, Joaquim e Graça, que sempre me apoiaram e lutaram comigo pelos meus sonhos. Aos meus irmãos, Tati e Josimar, não sei o que seria de mim, sem eles. São os melhores irmãos do mundo. Obrigada por cuidarem de mim com tanto carinho e por me lembrarem, continuamente, de que nunca estou sozinha. Ter vocês me traz um sentimento de gratidão com vocês e com Deus.

À minha avó, obrigada pelo exemplo e pelas valiosas orações.

Ao meu marido, Jacobo, agradeço o amor, o companheirismo, o cuidado e a paciência. Agradeço por acreditar em mim e me incentivar, quando vinha o desânimo. Cada vez que eu me desesperava, ele me dizia para parar de me preocupar e começar a me ocupar. Foi o que fiz! Essas palavras me ajudaram profundamente. Obrigada por escolher dividir, pra sempre, sua vida comigo.

Aos meus tios, primos e amigos de Ervália, obrigada pela torcida! Agradeço em especial a “São” que diariamente me arranca boas gargalhadas. E ao Aparecido, que está sempre pronto para ajudar.

Sou grata a todos! Obrigada!

Há ainda um lugar muito especial, uma “cidade maravilhosa” onde começou essa caminhada que termina aqui, com a conclusão de uma etapa importante da minha vida profissional, da minha vida pessoal: Rio, obrigada! Foram anos de gratas descobertas, aprendizado e felicidade.

## **Canción con todos**

Salgo a caminar  
Por la cintura cósmica del sur  
Piso en la región  
Más vegetal del viento y de la luz  
Siento al caminar  
Toda la piel de América en mi piel  
Y anda en mi sangre un río  
Que libera en mi voz  
Su caudal

Sol de alto Perú  
Rostro Bolivia, estaño y soledad  
Un verde Brasil besa a mi Chile  
Cobre y mineral  
Subo desde el sur  
Hacia la entraña América y total  
Pura raíz de un grito  
Destinado a crecer  
Y a estallar

Todas las voces, todas  
Todas las manos, todas  
Toda la sangre puede  
Ser canción en el viento

¡Canta conmigo, canta  
Hermano americano  
Libera tu esperanza  
Con un grito en la voz!

(Armando Tejada e César Isella, 1969)

## RESUMO

Esta tese faz uma análise comparada entre as proposições do venezuelano, César Zumeta, do brasileiro, Manoel Bomfim, do boliviano, Alcides Arguedas, e do peruano, Francisco García Calderón, a partir de algumas concepções presentes nas obras *El continente enfermo*, *América Latina: males de origem*, *Pueblo enfermo* e *Las democracias latinas de América*, respectivamente. Procura-se entender como estes intelectuais, ao adotarem o paradigma das ciências naturais, empregando a retórica do diagnóstico, contribuíram para o fortalecimento da ideia de que a América Latina era um “continente enfermo”. Busca-se também compreender como as teorias racistas europeias que se desenvolveram em meados do século XIX, aliadas ao surgimento da filosofia positivista, foram apropriadas pelos quatro intelectuais para explicar a realidade da América Latina e, ao mesmo tempo propor soluções para os problemas que eles identificavam. Na virada do século XX, as teorias racistas se intensificaram com o desenvolvimento das ciências. O discurso científico foi acionado para respaldar velhas teorias e justificar preconceitos que vinham de longa data. Nesse contexto, a linguagem médica foi amplamente empregada por intelectuais preocupados com o futuro da América Latina. Apresenta-se essa discussão que perpassou o continente, influenciando significativamente a produção intelectual latino-americana, de modo a propiciar o surgimento de uma ensaística que procurou analisar a realidade latino-americana por meio da retórica do diagnóstico.

## ABSTRACT

This dissertation engages in a comparative analysis of four Latin American intellectuals. It analyzes the concepts present in the works of the Venezuelan, César Zumeta (*El continente enfermo*), the Brazilian, Manoel Bomfim (*América Latina: males de origem*), the Bolivian, Alcides Arguedas (*Pueblo enfermo*), and the Peruvian, Francisco García Calderón (*Las democracias latinas de América*). This dissertation seeks to understand how these intellectuals, adopting the paradigm of the natural sciences and employing the rhetoric of diagnosis, contributed to the strengthening of the idea that Latin America was a “sick continent.” Additionally, it looks to comprehend how mid-nineteenth-century European racist theories, aligned with the development of positivism, were appropriated by these four intellectuals in order to explain the reality of Latin America, and, at the same time, to propose solutions for the problems these men identified. At the turn-of-the-twentieth century, racist theories intensified with the development of the sciences. Scientific discourse was used to refashion old theories and justify decades-long prejudices. In this context, the intellectuals who were worried about the future of Latin America widely employed medical language. This dissertation presents this continent-wide discussion, which significantly influenced Latin American intellectual production, as the emergence of an argument that sought to analyze the reality of Latin America through the rhetoric of diagnosis.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	4
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	14
<b>RACISMO E POSITIVISMO NO PENSAMENTO POLÍTICO LATINO-AMERICANO EM MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX</b> .....	14
1.1. Algumas considerações sobre o racismo .....	15
1.2. O racismo científico no século XIX e início do século XX.....	19
1.2.1. <i>Teorias racistas</i> .....	19
1.2.2. <i>Eugenia</i> .....	22
1.2.3. <i>Evolucionismo social</i> .....	24
1.2.4. <i>A sociologia e a psicologia das raças</i> .....	26
1.3. As ideias racistas na América Latina .....	34
1.4. As ideias positivistas.....	41
1.5. As ideias positivistas na América Latina .....	45
1.6. <i>A hispanidad</i> como expressão das teorias racistas .....	53
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	63
<b>A ENFERMIDADE DE UM CONTINENTE: IMPERIALISMOS, PAN-AMERICANISMO E DEBATES RACIAIS NOS ESCRITOS DE CÉSAR ZUMETA</b> ..	63
2.1. Venezuela na virada do século XX e César Zumeta.....	64
2.2. A política pan-americana e a reação da intelectualidade latino-americana .....	71
2.3. Repercussões do pan-americanismo e do imperialismo nos escritos de César Zumeta	78
2.4. A projetada unidade latino-americana .....	86
2.5. Debates raciais e a retomada das relações entre América Latina e Espanha.....	90
2.6. Considerações finais .....	95
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	98
<b>OS MALES DE ORIGEM LATINO-AMERICANOS: PARASITISMO E DEGENERACÃO NOS ESCRITOS DE MANOEL BOMFIM</b> .....	98
3.1. O Brasil em fins do século XIX e início do XX .....	99

3.2. Manoel Bomfim vida e trajetória intelectual .....	110
3.3. <i>América Latina: males de origem</i> e o projeto educacional de Manoel Bomfim .....	114
3.4. A opinião europeia sobre a América Latina e seus riscos para a soberania do continente.....	118
3.5. Parasitismo e degeneração ibérica .....	122
3.6. Psicologia social: o caráter das raças colonizadoras.....	128
3.7. As teorias científicas sobre o valor das raças .....	131
3.8. A mestiçagem e seus efeitos na América Latina .....	134
3.9. Considerações finais .....	139
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	142
<b>A ENFERMIDADE DE UM POVO: GEOGRAFIA, RAÇA E HERANÇA IBÉRICA NOS ESCRITOS DE ALCIDES ARGUEDAS</b> .....	142
4.1. Alcides Arguedas e a Bolívia ao longo do século XIX e início do XX.....	143
4.2. <i>Pueblo enfermo</i> e sua recepção nos meios intelectuais .....	155
4.3. O determinismo geográfico na obra de Alcides Arguedas .....	159
4.4. As “psicologias das raças” e seus efeitos sobre o destino da Bolívia.....	161
4.5. A decadência física dos povos latino-americanos segundo os discursos higienistas... 171	
4.6. A enfermidade boliviana e sua relação com a fragmentação do território nacional.... 178	
4.7. Considerações finais .....	180
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	183
<b>“AS DEMOCRACIAS LATINAS DA AMÉRICA”:</b> IMPERIALISMOS, RAÇA E POLÍTICA NOS ESCRITOS DE FRANCISCO GARCÍA CALDERÓN .....	183
5.1. O Peru no final do século XIX e início do XX e Francisco García Calderón .....	184
5.2. A geração peruana de 1900.....	193
5.3. A defesa da latinidade.....	194
5.4. As ameaças imperialistas à América Latina .....	198
5.4.1. <i>A ameaça norte-americana</i> .....	198
5.4.2. <i>A ameaça alemã</i> .....	201
5.4.3. <i>A ameaça japonesa</i> .....	205
5.5. A Unidade latino-americana .....	208
5.6. O problema da raça na América Latina .....	214

5.7. Os problemas políticos na América Latina.....	218
5.8. Considerações finais .....	220
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	224
<b>A ENSAÍSTICA LATINO-AMERICANA: DIAGNÓSTICOS E PATOLOGIAS DE UM CONTINENTE NA VIRADA DO SÉCULO XX</b> .....	224
6.1. O ensaio latino-americano ao longo do século XIX e início do século XX .....	226
6.2. A modernização latino-americana e a escrita jornalística .....	237
6.3. Diagnósticos, patologias e terapêuticas para as enfermidades da América Latina.....	243
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	257
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	264
Fontes .....	264
Bibliografia .....	264
<i>Site</i> .....	276

## INTRODUÇÃO

Em meados do século XIX o desenvolvimento científico e tecnológico proporcionou grande entusiasmo entre a intelectualidade europeia e americana. As descobertas que surgiram, sobretudo nos campos da biologia, da química e da medicina, não apenas propiciaram significativo êxito nessas áreas, como também passaram a ser aplicadas para explicar o homem e a sociedade. A literatura médica ganhou espaço entre a intelectualidade da América Latina<sup>1</sup>, e sua linguagem foi amplamente empregada por intelectuais preocupados com o futuro do continente. A instabilidade política; a dependência do capital estrangeiro, em decorrência das novas relações econômicas – importação de manufaturas e máquinas, e exportação de matérias-primas –; e os problemas sociais, comuns à maioria dos países latino-americanos na época, faziam com que proliferassem conjeturas acerca da incapacidade do continente de incorporar a modernização e alcançar o progresso.

Nesse contexto, surgiu uma ensaística que procurou analisar a realidade latino-americana por meio do paradigma das ciências naturais. Surgiram proposições utilizando o vocabulário médico que comparavam a América a um corpo enfermo. Tal modo de interpretar a realidade latino-americana estava relacionado à autoridade que a ciência adquirira na época, uma vez que passou a ser percebida como uma forma de conhecimento neutro, empírico e confiável.<sup>2</sup>

Tendo isso em vista, o objetivo desta tese é fazer uma análise comparada entre as proposições do venezuelano César Zumeta (1863-1955) na obra *El continente enfermo* (1899), do brasileiro Manoel Bomfim (1868-1932) na obra *América Latina: males de origem* (1905), do boliviano Alcides Arguedas (1879-1946) na obra *Pueblo enfermo* (1909) e do peruano Francisco García Calderón (1883-1953) na obra *Las democracias latinas de América* (1912). Esses autores influenciaram o pensamento político latino-americano no início do século XX, participaram ativamente da vida política de seus países e empregaram a retórica

---

<sup>1</sup> Não obstante eu esteja consciente da complexidade que envolve o termo “América Latina”, bem como as ambiguidades e as contradições inerentes a ele, neste trabalho utiliza-se esse nome para fazer referência à antiga região de colonização espanhola e portuguesa. Para os propósitos deste trabalho, optou-se por não discutir essa questão. Uma ampla bibliografia tem discutido a origem e difusão do nome “América Latina”. A esse respeito, ver os trabalhos de: ARDAO, Arturo. *Genesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos “Rómulo Gallegos”, 1980; QUIJADA, Mónica. “Sobre el origen y difusión del nombre ‘América Latina’ (o una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad)”. *Revista de Indias*, v. LVIII, n. 214, 1998; GRANADOS, Aimer; MARICHAL, Carlos. *Construcción de las identidades latinoamericanas: ensayos de historia intelectual siglos XIX y XX*. México D.F.: El Colegio de México, 2009.

<sup>2</sup> STEPAN, Nancy. “A hora da eugenia”: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 75.



do diagnóstico para analisar a realidade latino-americana. Ao adotarem o paradigma científico das ciências naturais (a concepção racista-científica), fortaleceram a ideia de que a América Latina era um “continente enfermo”. Acredita-se que tais interpretações guardam estreita relação com o contexto político, social e econômico de seus países na virada do século.

Nessa perspectiva, procura-se, a partir da comparação entre estes escritores, compreender como as teorias racistas europeias que vigoravam nesse período, aliadas à filosofia positivista, foram apropriadas pelos quatro intelectuais para explicar a realidade da América Latina e propor soluções para os problemas que identificavam. Também se busca reconhecer quais elementos das teorias os autores utilizaram para refletir sobre seus países e, ainda, identificar os aspectos comuns e diferentes das propostas de cada intelectual.

O interesse pela temática é oriundo da verificação de que existe no Brasil uma certa imprecisão de suas relações históricas com a América Latina.<sup>3</sup> Às vezes é possível observar uma certa resistência em pensar o nosso país como parte dessa porção do continente.<sup>4</sup> Em artigo publicado na *Revista Estudos Históricos*, em 2009, Leslie Bethell analisou as relações entre Brasil e América Latina ao longo do século XIX e início do XX, e chamou a atenção para que nem os hispano-americanos nem os brasileiros consideravam o Brasil como parte do que foi chamado de América Latina, pelo menos durante o século XIX e boa parte do XX. Ao final do artigo, Bethell reforça a ideia de que o Brasil não é parte da América Latina.<sup>5</sup>

Passados mais de um século, esse debate ainda não está resolvido. Há alguns anos, Maria Ligia Prado apontou a dificuldade em continuar na linha de estudos latino-americanos num país que insistia preferencialmente na Europa e nos Estados Unidos como modelos intelectuais e muitas vezes ignorando o que era produzido aqui,<sup>6</sup> sua interface com esse outro ramo da produção ibérica. A história do Brasil e dos países hispano-americanos em muitos momentos percorreram trajetórias paralelas – colonização ibérica, independência política, formação de Estados Nacionais, governos instáveis, ingerência inglesa e norte-americana, democracia e cidadania frágeis, governos populistas, ditaduras militares. Esta tese pretende, em diálogo com a historiografia da América Latina, da história da Saúde na América Latina, bem como com a história intelectual e social, contribuir para esse debate e também na

---

<sup>3</sup> É válido ressaltar que nos últimos 20 anos, a partir da formação da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC) o número de pesquisas sobre essa parte do continente tem crescido significativamente. A esse respeito ver na Revista Eletrônica da Anphlac o *Dossiê Especial 20 anos de ANPHLAC*. <http://revista.anphlac.org.br/index.php/revista/issue/view/8>

<sup>4</sup> PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas telas e textos*. 2ª ed – São Paulo: Edusp, 2004, p. 20.

<sup>5</sup> BETHELL, Leslie. “O Brasil e a ideia de América Latina”. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.22, nº44, jul-dez de 2009.

<sup>6</sup> PRADO, Maria Ligia Coelho. *Op. cit.*, p. 20.

compreensão de algumas semelhanças e diferenças históricas existentes entre o Brasil e os países da América Hispânica.

As obras *El continente enfermo*, *América Latina: males de origem*, *Pueblo enfermo*, e *Las democracias latinas de América*, respectivamente de César Zumeta, Manoel Bomfim, Alcides Arguedas e Francisco García Calderón, demonstram algumas modalidades da recepção latino-americana da cultura científica ocidental de fins do século XIX. Nesse sentido, busca-se, a partir dessas modalidades, analisar como os intelectuais latino-americanos as utilizaram para pensar a realidade da América Latina, por meio da retórica do diagnóstico. Compreende-se que, tão importante quanto estudar as teorias formuladas pelos intelectuais no âmbito da história do desenvolvimento científico, é pensar como essas teorias circularam e influenciaram outras áreas do conhecimento, como a literatura, a sociologia e o pensamento político.

A escolha dos ensaios dos quatro autores, que à primeira vista pode parecer aleatória, justifica-se pelo fato de que eles demonstram diferentes modalidades da recepção latino-americana do racismo europeu na virada do século XX. Não obstante os autores terem compartilhado matrizes do pensamento científico, identificaram diferentes pontos problemáticos em suas sociedades ou, de maneira mais ampla, no continente. Tais obras foram escolhidas ainda por apresentarem certa contemporaneidade, visto que foram escritas no transcurso de pouco mais de uma década.

Não existe um estudo das metáforas médico-sociais elaboradas ou utilizadas pelos escritores César Zumeta, Manoel Bomfim, Alcides Arguedas e Francisco García Calderón, ou de como elas interagem com suas culturas. Muitos estudos se concentraram na eugenia como instituição ou corrente de pensamento, mas poucos problematizaram a origem das relações entre biologia e pensamento político. Sendo assim, a proposta é analisar tais relações, observando como essas questões estiveram entrelaçadas na virada do século XIX para o XX e influenciaram o pensamento político e social latino-americano reforçando a ideia de que a América Latina era um continente enfermo.

Para este trabalho, tornou-se imprescindível buscar a trajetória dos escritores como forma de descobrir a consolidação de um perfil intelectual vinculado aos grandes temas, conforme os debates de sua época. O que levou também a estudar o contexto político, econômico e social da Venezuela, do Brasil, da Bolívia e do Peru, uma vez que a compreensão da obra de um autor ocorre exatamente em meio à pluralidade das obras que lhe são contemporâneas, bem como de sua época. Partindo da premissa de que uma obra não se

explica ou se define por si mesma, mas que somente se torna compreensível no contexto em que foi produzida, buscou-se situar autor e obra, levando em consideração a relação entre texto e contexto, de maneira que estas duas instâncias não podem ser recortadas, antes, devem ficar permanentemente em relação.<sup>7</sup>

Isso fica patente na questão do ensaio na América Latina, manifestação privilegiada da prosa de ideias, esse gênero, sobretudo, a partir do século XIX, ocupou um lugar central nas várias etapas de criação artística e da vida intelectual dessa região. De acordo com a ensaísta argentina Liliana Weinberg, o ensaio abriu aos escritores latino-americanos um espaço simbólico para pensar o mundo, oferecendo representações criativas do mesmo e, concomitantemente, pensando seu próprio lugar nele.<sup>8</sup>

O pessimismo que tomou conta de parte da intelectualidade latino-americana, em fins do século XIX e início do XX, chamou minha atenção quando eu estava escrevendo a dissertação de mestrado, em 2011, sobre o pensamento do cubano José Martí e do uruguaio José Enrique Rodó e como estes autores buscaram definir uma identidade latino-americana em oposição aos Estados Unidos. Desde aquele momento, intrigava-me, observando os discursos otimistas do escritor cubano e do uruguaio, as conjeturas pessimistas acerca do futuro da América Latina e a recorrente utilização de metáforas médicas que indicavam a condição patológica do continente, surgidas pouco depois dos discursos de Martí e de Rodó. Tais discursos, bem como a repercussão que tiveram, me levavam a considerar que ambos os intelectuais foram capazes de transformar a forma como a América Latina era percebida no período, trazendo novos ideais para pensar o continente, numa perspectiva que valorizava o que lhe era específico e contribuía também para a formação de correntes de oposição, tanto ao positivismo, como à ingerência norte-americana. Diante disso, como explicar a proliferação de sentenças condenatórias ao continente e a reiterada associação que se fazia entre a América Latina e a enfermidade?<sup>9</sup> Foi pensando nessa questão que dei início a pesquisa que resultaria neste trabalho de doutoramento.

As proposições dos teóricos europeus do século XVIII e XIX tiveram grande ressonância nessa região, como Arthur de Gobineau, Louis Agassiz, Hippolyte Taine, Herbert Spencer, Gustave Le Bon, Ludwig Gumplowicz, entre outros, e a situação de atraso na qual a

---

<sup>7</sup> Ao longo do século XX diferentes expoentes da historiografia francesa e da inglesa, vêm chamando a atenção para a importância da relação entre texto e contexto.

<sup>8</sup> WEINBERG, Liliana. *El ensayo en busca del sentido*. España: Iberoamericana. Vervuert, 2014, p. 10.

<sup>9</sup> É importante destacar que, César Zumeta, Alcides Arguedas e Francisco García Calderón, conheciam os trabalhos de Martí e Rodó. O escritor venezuelano trabalhou com Martí, em Nova York, e Rodó manteve correspondência com o boliviano e o peruano no início do século XX.

América Latina se encontrava, privada dos desenvolvimentos provenientes da modernização, levou muitos intelectuais a concluir que isso se devia à enfermidade de seu povo. Por essa razão a mestiçagem foi condenada, considerada como a junção dos defeitos de cada raça, o que só poderia resultar em um “povo degenerado”.

Apesar de essa ter sido uma das teses mais defendidas dentro da ensaística latino-americana, surgiram particularidades que encontravam outras razões, que não a mistura de raças – vistas como inferiores –, para a situação da América Latina. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que as teorias europeias foram apropriadas, exercendo grande influência entre a intelectualidade latino-americana, elas também sofreram modificações e adaptações em contextos específicos.

É exatamente essa apropriação, aliada aos novos significados atribuídos a essas ideias que se estuda nesta pesquisa. Compartilhando da afirmativa de Umberto Eco, de que “a única existência de um texto é dada pela cadeia de respostas que suscita”,<sup>10</sup> procurei analisar como as teorias racistas, junto à filosofia positivista, influenciaram a produção intelectual latino-americana e estimularam estudos que, na sua maioria, atribuíram ao continente uma condição patológica. Assim sendo, foi interesse investigar, a partir das obras de César Zumeta, de Manoel Bomfim, de Alcides Arguedas e de Francisco García Calderón como tais ideias contribuíram para o surgimento de obras que procuravam compreender a realidade latino-americana, numa perspectiva sócio-biológica.

Em fins do século XIX e início do XX tornou-se comum a ideia de que os conceitos e os termos das ciências naturais poderiam ser aplicados para a análise social. Isso guarda relação com o fato de que a sociedade era percebida como um organismo vivo, portanto, propenso à enfermidade. Em função disso, os problemas sociopolíticos foram associados às enfermidades, de tal modo que identificar as causas e sintomas destas permitiria curar o “organismo” doente e, por conseguinte, tirar a sociedade do estado operante de enfermidade. Essa maneira de interpretar a realidade latino-americana, por Zumeta, Bomfim, Arguedas e García Calderón, é bastante reveladora da cultura política do período. Estes autores, embora fossem provenientes de realidades nacionais distintas, compartilharam certos valores comuns, no início do século XX, muito influenciados pelo racismo científico, evolucionismo, darwinismo social e positivismo.

César Zumeta publicou o folheto *El continente enfermo*, em Nova York, em 1899. O escritor venezuelano não publicou nenhuma obra em vida. Alguns anos depois de sua morte,

---

<sup>10</sup> ECO, Umberto *apud* JOSEF, Bella. *História da Literatura Hispano-Americana*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Francisco Alves Editora, 2005, p. 9.

Rafael Angel Insausti<sup>11</sup> compilou vários artigos de Zumeta, publicados em diversos países ao longo de mais de trinta anos. Em 1961, sob a “Colección Rescate” foi lançada em Caracas a obra *El continente enfermo*,<sup>12</sup> que reunia artigos publicados entre 1886 e 1932. Esta obra está dividida em quatro seções que tratam dos seguintes temas: “Temas americanos”, com textos publicados entre 1899 e 1906; “Politica venezolana”, entre 1889 e 1908; “Pagina de sociologia y politica”, entre 1895 e 1930; e “La historia y los libros”, entre 1886 e 1932. Possui 341 páginas. Cabe ressaltar que em 1963, por ocasião do centenário de nascimento de César Zumeta, foram lançadas mais duas obras, organizadas também por Rafael Angel Insausti, intituladas *Las potencias y la intervención en Hispanoamérica* e *Tiempo de América y Europa*, ambas publicadas sob os auspícios da presidência da república, na coleção “Venezuela Peregrina”.

A obra de Manoel Bomfim que interessa neste trabalho é *América Latina: males de origem*, que foi publicada em 1905, no Rio de Janeiro, pela editora Francisco Alves. Teve uma segunda edição em 1936, pela editora A Noite. Depois disso, somente voltou a ser editada em 1993, tendo duas edições no mesmo ano pela Topbooks. Em 2005, por ocasião do centenário da obra, a Topbooks reeditou *América Latina: males de origem*.<sup>13</sup> Essa obra está dividida em cinco partes intituladas respectivamente: “A América Latina estudo de parasitismo social”; “Parasitismo e Degeneração”; “As nações colonizadoras da América do Sul”; “Efeitos do parasitismo sobre as novas sociedades”; “As novas sociedades”; e, por fim, o “Resumo e conclusão”. Possui 358 páginas.

A obra de Alcides Arguedas *Pueblo enfermo: contribución a la psicología de los pueblos hispano-americanos*, foi publicada em 1909, em Barcelona, pela editora Vda. de Tasso. Sendo no ano seguinte novamente editada na Espanha, pela mesma editora. Em 1937 ocorreu a sua terceira edição, pelo Editorial Ercilla, no Chile. A edição dessa obra na Bolívia ocorre somente, em 1979, em La Paz, editada pela Ed. Gisbert & Cia S. A.<sup>14</sup> A obra, que foi aumentada desde a primeira edição, possui quatorze capítulos intitulados respectivamente: “El médio físico opuesto al desarrollo material del país”; “Psicología de la raza indígena”; “Psicología de la raza mestiza”; “Psicología regional”; “Psicología del carácter indoespañol”; “Una de las enfermedades nacionales”; “La prensa factor de corrupción colectiva”; “La mujer boliviana – su rol social”; “Causas de la decadencia física”; “De la sangre y el lodo en nuestra

<sup>11</sup> Rafael Angel Insausti (1914-1978) foi um escritor, poeta, crítico literário e diplomata venezuelano.

<sup>12</sup> É esta obra que utilizo neste estudo.

<sup>13</sup> Em 2008 o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais digitalizou a obra deixando-a disponível online no site <http://www.bvce.org>

<sup>14</sup> É com essa edição que trabalho nesta tese.

historia”; “Principales causas de la agitación política”; “Causas de la esterilidad intelectual”; “¿Qué harán de Bolivia los militares?”. Possui 419 páginas.

Francisco García Calderón publicou sua obra *Les democraties latines de l'Amérique*, em Paris, em 1912, pela Bibliothéque de Philosophie scientifique. No ano seguinte, essa obra foi traduzida para o inglês e para o alemão, sendo publicada em Londres com o título *Latin Amérique: ist Rise and Progress*, pela T. Fisher Unwin e, em Leipzig, intitulada *Die Lateinischen Demokratien Amerikas*, pela K. F. Koehler. A tradução para o espanhol foi tardia, ocorrendo apenas em 1987, por iniciativa da Biblioteca Ayacucho, de Caracas, com o título *Las democracias latinas de América. La creación de un continente*.<sup>15</sup> A obra está dividida em sete livros, que estão subdivididos em capítulos. Os livros foram intitulados respectivamente: “La formación de las Sociedades Americanas”; “Los caudillos y la democracia”; “El principio de autoridad en México, Chile, Brasil y Paraguay”; “Las formas de anarquía política”; “La evolución intelectual”; “El espíritu latino y los peligros alemán, norteamericano y japonés”; “Los problemas”; e a “conclusión”. Possui 344 páginas.

Esta tese tem como recorte temporal as últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX, levando em conta o nascimento e o período de produção intelectual dos autores analisados. Em determinados momentos, recuo um pouco mais, no século XIX, para explicar acontecimentos históricos que guardam relação com a trajetória pessoal de determinado escritor. Para a compreensão das obras, objeto da tese, foi fundamental a análise da história da Venezuela, do Brasil, da Bolívia e do Peru, já que muitas das proposições de Zumeta, Bomfim, Arguedas e García Calderón guardam relação com o cenário nacional do qual provinham.

Também foi uma preocupação apresentar a trajetória individual de cada autor, pois, partilhando das considerações de Maria Ligia Prado e Gabriela Pellegrino, entendo que essa trajetória só pode ser entendida dentro dos limites articulados pelo contexto histórico mais amplo. De modo que a preocupação não é com o julgamento das personagens envolvidas, todavia com a explicação dos múltiplos elementos que formam determinada conjuntura histórica na qual elas se encontram.<sup>16</sup>

A tese está dividida em seis capítulos. No primeiro capítulo, foi feita uma contextualização intelectual, trazendo as discussões sobre o racismo científico, a *hispanidad*,

<sup>15</sup> *La creación de un continente* foi publicado, em Paris, em 1913, tido como uma continuidade de *Las democracias*. Na edição que a Biblioteca Ayacucho faz de *Las democracias latinas de América*, ela faz também a tradução e edição dessa obra.

<sup>16</sup> PRADO, Maria Ligia Coelho e PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 10.

entendida como um desdobramento do racismo, e o positivismo, visto como um conjunto de ideias que teve grande influência na esfera política, social e econômica da vida latino-americana, em meados do século XIX e início do XX. Esses temas são centrais neste trabalho, pois influenciaram o pensamento do período e contribuíram para o surgimento de obras que atribuíam uma condição mórbida ao continente. Em um primeiro momento, foram apresentados os principais debates raciais do período em questão, destaco como as teorias racistas e positivistas estiveram entrelaçadas. Apresento o desenvolvimento das ideias racistas, a partir dos desenvolvimentos científicos do Oitocentos, e as principais formulações europeias que resultaram desse processo. Nesse ínterim, analiso como essas teorias influenciaram a produção intelectual latino-americana que antecedeu as obras de César Zumeta, Manoel Bomfim, Alcides Arguedas e Francisco García Calderón.

Em seguida, examino como o positivismo foi adotado pela intelectualidade do continente para auxiliar na transformação da situação que consideravam que deveria ser mudada. As teorias positivistas, adotadas por grande parte dos países latino-americanos, ainda que de maneira diferente, foram tomadas como instrumentos que permitiriam à América Latina alcançar os ideais de civilização e progresso da época. Por último, enfatizo como o surgimento da *hispanidad* guarda relação com os debates raciais que perpassaram o século XIX e início do XX, e ainda com o contexto de guerra de independência cubana em 1898. Nesse momento, a derrota espanhola para os Estados Unidos acabou contribuindo para a retomada das relações entre os países hispano-americanos e a Espanha. Relações essas que se encontravam “estremecidas” desde as lutas pela independência na primeira metade do século XIX, mas que foram retomadas, formando-se uma rede de intelectuais entre ambos os lados do Atlântico e promovendo um profícuo intercâmbio.

No segundo capítulo, analiso a obra de César Zumeta *El continente enfermo* e os temas que perpassaram a sua produção intelectual. Simultaneamente apresento uma breve contextualização histórica da América Latina, me detendo principalmente, no caso da Venezuela de fins do século XIX e início do XX, que serviu de marco para a apresentação dos discursos do autor. Acontecimentos como a perda territorial da Guaiana Essequiba (1899), para a Inglaterra, o bloqueio das costas venezuelanas, por potências europeias (1902), a instabilidade política da Venezuela de fins de século XIX e início do XX, a guerra hispano-americana (1898), e a separação do Panamá da Colômbia (1903), marcaram a produção de César Zumeta. Procurei demonstrar neste capítulo que em um contexto de modernização da América Latina, imperialismos, europeu e norte-americano, e pan-americanismo, o escritor

venezuelano preocupou-se em denunciar os perigos que cercavam o continente e que poderiam levar a perdas territoriais, de independência e soberania, além da perda da tradição cultural latina. Salientei também que apesar do pessimismo com que esse escritor, em determinados momentos percebeu as possibilidades futuras do continente, ele, ainda assim, propôs soluções concretas para os problemas que identificava.

O terceiro capítulo trata da obra e da trajetória do brasileiro Manoel Bomfim. Apresento o contexto histórico do Brasil da virada do século XIX para o XX, com ênfase nas transformações políticas, econômicas e sociais, pelas quais o país passou. Destaco os desafios enfrentados pela jovem república nas suas primeiras décadas, como a instabilidade política, os conflitos armados, as questões fronteiriças, o advento da república do “café-com-leite”, a emergência no cenário nacional das questões sanitárias, a modernização e o embelezamento do Rio de Janeiro, então, capital federal. Assinalo os pontos principais que estruturam a análise de Manoel Bomfim sobre a situação do continente, como a questão da degeneração ibérica, os efeitos do parasitismo sobre a vida econômica, política, intelectual e moral dos povos latino-americanos; o desconhecimento europeu acerca da América Latina, e os perigos que isso acarretava; as críticas do escritor brasileiro à imigração e às elites dirigentes. Por fim, ressalto a defesa da educação pública por Bomfim, como forma de resolver a situação do continente.

O quarto capítulo discute a obra de Alcides Arguedas. Ressalto os temas principais destacados pelo escritor boliviano ao longo do seu *Pueblo enfermo*. A geografia, a raça e a herança ibérica, aparecem como fatores determinantes do atraso de seu país. Meu principal argumento é que a complexa situação da Bolívia, no despertar do século XX, acabou contribuindo para que Alcides Arguedas traçasse um diagnóstico pessimista em relação ao seu porvir. Os conflitos internos, resultados das disputas caudilhistas e das revoltas indígenas, bem como as intervenções estrangeiras, devido às guerras que o país andino teve que enfrentar contra seus vizinhos, como a Guerra do Pacífico, a questão do Acre e a Guerra do Chaco, ao longo do século XIX e se estendendo até o XX, levaram a uma progressiva desmembração de seu território. Além disso, a Bolívia ainda contava com uma população majoritariamente indígena, o que, para muitos naquela época, significava a impossibilidade de alcançar o progresso e a civilização. É diante de um quadro assim que Arguedas examina a “enfermidade” de sua pátria. Antes da análise de *Pueblo enfermo*, apresento o cenário boliviano de meados do século XIX e início do XX e a trajetória de Alcides Arguedas, com o intuito de auxiliar na análise das questões mais profundas relativas à produção desse escritor.



No quinto capítulo analiso a obra de Francisco García Calderón, *Las democracias latinas de América* e a sua trajetória pessoal. Apresento o contexto peruano de fins do século XIX e início do XX, dando destaque para determinados eventos como o crescimento econômico do Peru, em função da exploração do guano, a intervenção espanhola nos anos de 1860, e a Guerra do Pacífico (1879-1883), além das disputas entre civilistas e pierolistas, que marcou o cenário político do país. Saliento os temas centrais na obra de García Calderón como a defesa da latinidade, a denúncia das ameaças imperialistas, a insistência na necessidade de união entre os países latino-americanos, por meio de confederações, assim como as considerações do escritor peruano a respeito das raças e da política e sua relação com a situação da América Latina. E, a partir disso, aponto quais foram às soluções que García Calderón defendeu para transformar a realidade continental.

No último capítulo, destaco o papel privilegiado que o ensaio desempenhou no continente em um contexto de modernização latino-americana, apresentando as discussões teóricas mais recentes acerca da produção ensaística e como esse gênero se tornou predominante na América Latina, em fins do século XIX e início do XX. Também chamo a atenção para o surgimento do jornalismo latino-americano, que se tornou uma das produções mais genuínas do continente, capaz de promover um intenso e fecundo intercâmbio entre os escritores da América Latina. Em seguida, comparo as obras *El continente enfermo*, *América Latina: males de origem*, *Pueblo enfermo* e *Las democracias latinas de América*, destacando os argumentos principais de César Zumeta, Manoel Bomfim, Alcides Arguedas e Francisco García Calderón, o que os aproxima e os distancia em relação às suas análises e proposições para a América Latina. Procuro demonstrar como estes escritores, adotando ou refutando as ideias racistas e positivistas, construíram seus discursos a partir da retórica do diagnóstico e reforçaram a ideia de que a América Latina era um continente enfermo. Também foi interesse neste capítulo analisar a metáfora da enfermidade do continente, que foi recorrente em muitos ensaios produzidos nesse período. Chamo a atenção para que as obras trabalhadas demonstram diferentes aspectos da recepção latino-americana do racismo e do positivismo europeu, de modo que, Zumeta, Bomfim, Arguedas e García Calderón, identificaram diferentes problemas em suas sociedades ou no continente, e conseqüentemente, apresentaram distintas propostas para a transformação da América Latina.

## CAPÍTULO 1

### RACISMO E POSITIVISMO NO PENSAMENTO POLÍTICO LATINO-AMERICANO EM MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

A ideia de raça ao longo do século XIX esteve presente em muitos projetos nacionais na América Latina. As elites políticas e intelectuais, ansiosas por alcançar os ideais de civilização e progresso europeus, inspiraram-se em teorias racialistas e positivistas, desenvolvidas na Europa, para pensar esses projetos. Nessa perspectiva, em muitos momentos, as elites latino-americanas buscaram definir os que estariam dentro e os que estariam fora deles. A América Latina, com uma conformação social biologicamente heterogênea, além de diversos problemas econômicos e políticos, foi alvo de críticas e condenações por parte das elites. Diante disso, sua intelectualidade procurou meios de mudar essa situação, e surgiram diferentes propostas que tinham em vista reverter o quadro pessimista sobre o continente.

As propostas estiveram muito pautadas nas teorias científicas europeias, entretanto, é importante destacar: se, por um lado, a intelectualidade da América Latina se apropriou dessas ideias que circulavam no Velho Mundo para pensar a realidade latino-americana, por outro lado houve vários “processos de seleção e remontagem de ideias e práticas de suas elaborações e alterações criativas por determinados grupos de pessoas em contextos institucionais, políticos e culturais específicos”.<sup>1</sup>

Neste capítulo, analisam-se algumas teorias racialistas que influenciaram a intelectualidade latino-americana, contribuindo para diagnósticos pessimistas a respeito do continente, e destacam-se as estratégias que surgiram para a transformação da realidade da América Latina fundamentadas nas ideias positivistas. Ver-se-á ainda o surgimento da *hispanidad*, entendida aqui como um desdobramento do racismo, que guarda relações com os debates raciais que perpassaram o século XIX e com o contexto de guerra de independência cubana em 1898. Acredita-se que discutir o contexto intelectual de meados do Oitocentos e início do século XX auxiliará, fundamentalmente, na compreensão das obras de César

---

<sup>1</sup> STEPAN, Nancy. “A hora da eugenia”: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 11.

Zumeta, Manoel Bomfim, Alcides Arguedas e Francisco García Calderón, na medida em que nos permitirá uma visão mais ampla do contexto em que essas obras foram produzidas.

Antes de qualquer coisa, é importante esclarecer que se parte da ideia de que, em determinados momentos, as teorias racistas<sup>2</sup> e o positivismo (visto como um conjunto de ideias), na América Latina, encontraram-se muito entrelaçados, formando um complexo tecido de ideias e práticas, e às vezes é difícil identificar os limites entre ambos. Tanto as ideias racistas como as positivistas estavam seguras de que a ciência triunfara e se pautavam no conhecimento científico para formular suas teorias e métodos de ação.

### 1.1. Algumas considerações sobre o racismo

Ao longo do século XX e início do século XXI, muitos estudiosos têm se dedicado a analisar o racismo, considerado como um fenômeno moderno, cujas raízes remontam, principalmente, ao século XVIII. O filósofo francês Pierre-André Taguieff, por exemplo, em suas reflexões acerca do racismo, concebe esse fenômeno como o resultado do processo de secularização, decorrente da modernidade científica e irreligiosa do Setecentos.<sup>3</sup>

Tzvetan Todorov, na obra *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana* (1993), traça uma diferenciação entre os termos “racismo” e “racialismo”. Para Todorov, o racismo seria, em geral, utilizado para caracterizar duas esferas que, embora diferentes, estão muito relacionadas entre si. Por um lado, há um comportamento marcado pelo ódio e pelo desprezo para com aqueles que possuem características físicas bem definidas e distintas das nossas, cuja extensão é, provavelmente, universal; por outro lado, observa-se uma ideologia ou uma doutrina sobre as diferenças humanas.<sup>4</sup> É essa ideologia que Todorov denomina de “racialismo”, surgida na Europa a partir de meados do século XVIII e que se prolongou até a metade do século XX, influenciando o debate intelectual e as práticas políticas nesse período.<sup>5</sup>

As doutrinas racialistas baseavam-se em três pressupostos fundamentais: o primeiro partia da ideia de que os homens pertenciam a diferentes grupos denominados de “raças”.

---

<sup>2</sup> De agora em diante, ao falar em racismo, estarei me referindo ao racismo científico, ou seja, às teorias racialistas.

<sup>3</sup> TAGUIEFF, Pierre-André. *O Racismo*. Lisboa: BBCC, 1997, p. 36.

<sup>4</sup> Todorov nos lembra que o racismo que se baseia no racialismo produz resultados catastróficos, como por exemplo, o nazismo.

<sup>5</sup> TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p. 107.

Cada raça seria composta por homens que possuíam alguma unidade física, que determinaria características psicológicas e culturais; o segundo se refere à ideia de que o indivíduo era determinado pelo grupo ao qual pertencia; e, por último, a defesa de uma hierarquia entre as raças. Essa hierarquia foi estabelecida a partir dos estudos da história das sociedades europeias, que, de acordo com os teóricos racistas, revelavam uma inferioridade de outros povos, pertencentes a outras raças em relação aos europeus.<sup>6</sup>

Tais ideias racialistas, aliadas à teoria evolucionista, que trazia conceitos como “seleção natural” e “sobrevivência dos mais aptos”, estendida para o plano social, acabou complementando uma doutrina de caráter determinista que fortaleceu a convicção da inferioridade inata de determinados grupos humanos em detrimento de outros. A configuração desse pensamento, conforme sublinha Mónica Quijada, está relacionada ao entusiasmo classificador do século XVIII, herdado pelo positivismo, e sua concentração nos grupos humanos como objeto de investigação principal.<sup>7</sup> É importante lembrar que essas ideias possuem raízes mais profundas, remetendo ao período da expansão marítima do século XV, que promoveu um maior contato entre diferentes povos. O aumento desses contatos, baseados em relações assimétricas, fez com que antigos preconceitos se convertessem em “teoria natural”, o que fez com que se passasse a associar determinadas características físicas, como a cor da pele, por exemplo, a uma condição de inferioridade ou superioridade.

Tudo isso surge em um contexto no qual o Estado-Nação moderno, em sua concepção liberal, passou a demandar do conceito de espécie humana um caráter jurídico e simbolicamente igualitário. Isso estava relacionado às novas necessidades da burguesia, que, naquele momento, disputava o poder com a nobreza, buscando confrontar uma lógica estamental de origem religiosa cristã. Frente a isso, a tarefa de abolir uma concepção hierarquizante do ser humano se tornaria uma das maiores contribuições do pensamento moderno, sendo observada na produção intelectual do Ocidente de importantes teóricos, como Adam Smith, Montesquieu, John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Immanuel Kant e Karl Marx.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> RAMOS, Jair de Souza e MAIO, Marcos Chor. “Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro”. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça como Questão: História, Ciência e Identidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010, p. 29.

<sup>7</sup> QUIJADA, Mónica. “En torno al pensamiento racial en Hispanoamérica: una reflexión bibliográfica.” In: *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*. (E.I.A.L). Vol.3 (1): 109-129. jan-jun. 1992, p. 110.

<sup>8</sup> FEIERSTEIN, Daniel. *El genocidio como práctica social: entre el nazismo y la experiencia argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008, p. 114.

Dessa forma, a figura do “cidadão” passou a estabelecer a imagem do outro como “igual”<sup>9</sup>, vinculando seu pertencimento social ao conjunto global da espécie humana. Isso constituiria a origem do humanismo moderno nas suas variadas vertentes, e, concomitantemente, a premissa subjetivamente ameaçadora, dada a sua possibilidade de utilização como sustento dos processos de autonomização das relações sociais.

Essa perspectiva, em relação à origem humana, trouxe, logo no início, um problema a ser questionado, pois, partindo do pressuposto de que os homens nasciam natural e juridicamente iguais, como poderia ser explicada a situação presente de desigualdade?<sup>10</sup> Nesse cenário, o liberalismo trataria de justificar, a partir das considerações de autores como Adam Smith, que as diferenças de riqueza ou poder provinham da acumulação do esforço das gerações anteriores. Esse argumento servia para justificar o estado presente da desigualdade, todavia, era insuficiente para explicar a continuidade de políticas “desiguais”, por parte dos Estados-nações modernos.

Em vista disso, o racismo surge como uma possibilidade de romper o círculo contraditório da “igualdade natural” humana, ao restringir a noção de cidadão. Essa restrição aparecerá de formas variadas, ganhando limites definitivos no século XIX. Exemplo disso é o racismo francês antiburguês expresso pelo Conde de Gobineau, e o racismo inglês evolucionista, nos trabalhos de Herbert Spencer.<sup>11</sup>

Uma vez legitimada esta discussão, a expressão prática dessas ideias logo seria levada a cabo. Com efeito, a eugenia positiva e negativa ganharam espaço, ocupando um lugar importante no desenvolvimento de políticas públicas de saúde e higiene em diversos países, na Europa e América, como veremos mais adiante.

Nas conferências reunidas e publicadas sobre o nome de *Genealogía del racismo*, entre os anos de 1975 e 1976, Michel Foucault se dedica a refletir acerca do fenômeno ideológico do racismo. O filósofo francês procura analisar os efeitos das tecnologias de poder no âmbito do que denomina de “biopolítico”, vinculado ao controle da massa populacional e da configuração teórico-política de um sistema hegemônico de representação do mundo.

Foucault, nessa obra, tentando responder à questão “o que é propriamente o racismo?”, destaca duas funções primordiais desse fenômeno. Em primeiro lugar, o racismo seria o modo como, no âmbito da vida, o poder estabeleceu uma separação entre “o que deve viver e o que

<sup>9</sup> Pelo menos no plano simbólico, ainda que isso não implicasse igualdade no plano econômico; pelo contrário, a negava.

<sup>10</sup> FEIERSTEIN, Daniel. *Op. cit.*, p. 114.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 115.

deve morrer”. De acordo com Foucault, existia um *continuum* biológico da espécie humana que foi fragmentado a partir do momento em que surgiram as raças e sua hierarquização como superiores e inferiores. O poder, nesse sentido, também assumiu essa função, produzindo um desequilíbrio entre os grupos constitutivos da população. Para o filósofo francês, as primeiras funções do racismo seriam, portanto, fragmentar e introduzir cortes nesse *continuum* biológico que o biopoder conferiu.<sup>12</sup>

A segunda função do racismo seria a de permitir o estabelecimento de uma relação positiva do tipo “quanto mais se mate, se faça morrer, se deixe morrer, mais se viverá”. Embora essa relação não seja uma criação do racismo nem do estado moderno, tendo em vista que seus antecedentes remontam à relação guerreira do tipo “para viver, os inimigos devem ser massacrados”, foi o racismo que trouxe a relação de tipo bélico – “Se quiser viver, o outro deve morrer” – de um modo novo e compatível com o exercício do biopoder.

O racismo, conseqüentemente, permitirá estabelecer uma relação entre a vida do indivíduo e a morte do outro que não é de tipo guerreiro, mas sim de tipo biológico: “Quanto mais as espécies inferiores desaparecerem, quanto mais indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá na espécie, e mais ‘eu’ – enquanto indivíduo, como espécie – viverei, serei forte e vigoroso e poderei proliferar”. A morte do outro – na medida em que representa a segurança pessoal do indivíduo – não coincide simplesmente com minha vida, todavia a sua morte, o fim da raça inferior (ou do degenerado) é, exatamente, o que fará a vida mais sã e mais pura.<sup>13</sup>

Não se trata, então, nem de uma relação militar ou guerreira, nem de uma relação política, porém, de uma relação biológica. Esse mecanismo poderá funcionar precisamente porque os inimigos que se quer suprimir não são os adversários, no sentido político do termo, mas os perigosos, externos ou internos, em relação com a população e para a população. Em outras palavras: o imperativo da morte, no sistema do biopoder, traçado por Foucault, é admissível apenas se se condiciona a vitória sobre a eliminação do perigo biológico e o reforço, diretamente ligado a essa eliminação da espécie mesma ou da raça.<sup>14</sup>

Sendo assim, a partir de meados do século XVIII, conforme explicou Todorov, a doutrina racialista surgiu como um conjunto coerente de proposições concebendo as raças como uma evidência; a solidariedade do físico e do moral pressupondo a determinação do

---

<sup>12</sup> FOUCAULT, Michel. *Genealogía del racismo*. Buenos Aires: Editorial Altamira, 1993, p. 182.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 182-183.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 183.

indivíduo pelo grupo e declarando um sistema único de valores.<sup>15</sup> Esse conjunto de ideias, ao longo do Oitocentos, aliado ao cientificismo<sup>16</sup> e ao determinismo, estará presente nas obras de muitos pensadores europeus, como Arthur de Gobineau, Hippolyte Taine, Herbert Spencer e Gustave Le Bon, que influenciaram a intelectualidade latino-americana.

O racismo ainda é uma questão não resolvida, cuja persistência ou reinvenção pode ser percebida no século XXI, embora venha com trajes novos. Pretende-se analisar como as teorias racistas desenvolvidas na Europa foram apropriadas e reformuladas pela intelectualidade latino-americana para pensar a realidade de seus países ou, de maneira mais ampla, do continente. Ao se inspirar nessas ideias, viram com desespero as possibilidades de desenvolvimento da América Latina, o que não impediu muitos intelectuais, apesar do pessimismo, de formularem soluções originais para os problemas identificados.

## **1.2. O racismo científico no século XIX e início do século XX**

### **1.2.1. Teorias racistas**

Em meados do século XIX, o desenvolvimento das ciências, nos mais variados âmbitos, gerou grande entusiasmo entre a intelectualidade europeia e americana. As descobertas que surgiam, principalmente na biologia, na química e na medicina, trouxeram importantes resultados nessas áreas.<sup>17</sup>

Nesse contexto, o discurso científico foi acionado para respaldar velhas teorias e legitimar preconceitos que vinham de longa data. A partir disso, o racismo ganhou uma

---

<sup>15</sup> TODOROV, Tzvetan. *Op. cit.* p., 119. .

<sup>16</sup> O cientificismo, segundo Todorov, caracteriza-se “pela afirmação de um determinismo integral (incluindo tanto a relação do moral com o físico como a do indivíduo com o grupo); e pela exigência feita à ciência de formular os objetivos da sociedade e indicar os meios legítimos para atendê-los. O cientificismo, pode-se dizer, é o *iceberg*, e o racismo é a sua ponta aparente”. *Ibidem*, p. 111.

<sup>17</sup> O desenvolvimento nas indústrias elétrica e química no século XIX foi extraordinário, levando ao desenvolvimento em outras áreas, como a medicina, por exemplo, que passou a contar com a utilização do clorofórmio (que, apesar de descoberto desde 1831, só passou a ser empregado na segunda metade do século XIX), antissépticos (1865) e o desenvolvimento de novos corantes com base na anilina. Além disso, a produção maciça de adubo básico como fertilizante artificial, novos métodos de conservação de alimentos (baseados nos princípios de esterilização e pasteurização, usados na medicina) e a pasteurização do leite para consumo geral. Essas inovações permitiram a conservação de alimentos e o fornecimento de mercadorias mais baratas e duradouras à crescente população mundial. Outros fatores contribuíram para o fornecimento de mercadorias em distintas e distantes áreas, como a realização dos principais sistemas ferroviários, construção de navios de grande tonelagem e o aperfeiçoamento de técnicas de refrigeração. Tudo isso permitiu o encurtamento das distâncias, possibilitando maior circulação de pessoas e mercadorias. BARRACLOUGH, Geofrey. *Introdução à História Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 48-49.

justificação biológica, que impunha a determinados grupos humanos uma inferioridade inata e que, de acordo com algumas dessas ideias, jamais seria redimida.<sup>18</sup> As ciências humanas, especialmente a antropologia e a sociologia e, posteriormente, a psicologia, ansiosas pelo *status* de uma ciência objetiva e de precisão incontestável, logo foram contaminadas com essas ideias.

Com efeito, a fascinação pelos números foi comum, a crença nas medições “rigorosas” asseguraria a exatidão irrefutável e estabeleceria os limites entre a “especulação subjetiva e uma verdadeira ciência, tão digna quanto a física newtoniana”. Nessa perspectiva, conforme assinala o paleontólogo Stephen Jay Gould, a teoria da evolução e a quantificação, juntas, formaram uma parceria com consequências dramáticas que, de certa forma, foram capazes de forjar a primeira teoria racista científica de importância, respaldada por uma profusão de cifras que lhe conferia uma aura de objetividade e imparcialidade.<sup>19</sup>

A obsessão pela medição levou muitos estudiosos da época a analisar minuciosamente as características cranianas e as circunvoluções cerebrais de variados grupos humanos.<sup>20</sup> Essa forma de estudar as características físicas foi denominada de “frenologia”. Os cientistas que se dedicaram a essa ciência tiveram grande reconhecimento entre seus contemporâneos, e muitos partiam de ideias já estabelecidas e procuravam “evidências” que apenas confirmassem as teorias. Quando os dados contrariavam suas certezas, em diversos momentos, estes eram manipulados, fosse acrescentando novos dados, fosse suprimindo informações.

Cientistas como Paul Broca (1824-1880), Franz Joseph Gall (1758-1828), Petrus Camper (1722-1789), Jean Louis Armande de Quatrefages de Bréau (1810-1892) e Paul Topinard (1830-1911) dedicavam-se a medir crânios, tanto o volume quanto a circunferência, de variados grupos humanos. Tais procedimentos ganharam nomes diversificados, como antropometria, craniometria, craniologia. No entanto, todos tinham a mesma finalidade: procuravam estabelecer modelos para assinalar relações mútuas entre as raças humanas.<sup>21</sup> Isso em uma época em que não havia dúvidas de que existiam diferenças indiscutíveis entre elas.

---

<sup>18</sup> GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 18.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 65-66.

<sup>20</sup> SÁ, Guilherme José da Silva; SANTOS, Ricardo Ventura; CARVALHO, Claudia R.; SILVA, Elizabeth Christina da. “Crânios, Corpos e Medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional no fim do século XIX – início do século XX”. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Op. Cit.*, p. 113.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 114.



O paradigma científico levaria, portanto, conforme afirmou Etienne Balibar, a duas operações principais: classificar e hierarquizar. Cabe lembrar que, no século XIX, vigorava o imperialismo na África e na Ásia, e alguns países da América ainda mantinham a escravidão.<sup>22</sup> Assim, não era acidental que as teorias que sustentavam a inferioridade de negros e índios tenham sido favorecidas no período.<sup>23</sup>

Nesse momento, foram desenvolvidas várias técnicas e instrumentos que auxiliariam na craniometria. As características anatômicas foram destacadas como determinantes de inferioridade ou superioridade. Na Europa e na América, essas ideias foram amplamente divulgadas e, muitas vezes, tomadas como verdades incontestáveis. Tal maneira de conceber as diferenças físicas logo foi estendida para outras esferas, determinando também diferenças mentais e morais entre os indivíduos pertencentes a uma ou outra raça. Se o padrão existente era o de civilização e progresso europeu, o que divergisse desse modelo era considerado inferior, primitivo e atrasado. Essas proposições não eram novidade até então, mas a justificação científica, que trazia argumentos “inquestionáveis” apoiados amplamente em estudos quantitativos, surgiu no século XIX.

Outro modelo determinista, desenvolvido na mesma época, foi a antropologia criminal, do médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909), que considerava a criminalidade como um fenômeno físico e hereditário.<sup>24</sup> Essa teoria amparava-se em métodos quantitativos e supostamente evolucionistas, consistindo em buscar sinais de morfologia simiesca entre indivíduos dos grupos considerados indesejáveis. Nesse período, o “homem delinquente” tornou-se uma das teorias mais influentes; surgia a antropologia criminal, que destacava traços atávicos em determinados indivíduos ou grupos humanos, que, segundo tal concepção, estariam mais relacionados a um passado simiesco que aquele presente.<sup>25</sup>

Muito além de reafirmar o caráter hereditário do crime, ideia que já vinha sendo defendida, Lombroso elaborou uma teoria evolucionista, que, fundamentada em dados antropométricos, estabelecia que os criminosos carregariam traços hereditários de um ancestral longínquo e que teriam permanecido de modo latente por várias gerações. Segundo essa teoria, em determinados indivíduos esse passado retornaria. A constituição inata de tais sujeitos, segundo o autor, forçava-os a se comportar como um “macaco” ou um “selvagem”,

---

<sup>22</sup> BALIBAR, Etienne. “¿Existe un neoracismo?”. In: WALLERSTEIN, Immanuel y BALIBAR, Etienne. *Raza, Nación y Clase*. Madrid: IEPALA, 1991, p. 91.

<sup>23</sup> GOULD, Stephen Jay. *Op. Cit.*, p. 30.

<sup>24</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 48-49.

<sup>25</sup> GOULD, Stephen Jay. *Op. Cit.*, p. 111-112.

comportamento percebido pela sociedade civilizada como criminoso. Esses criminosos natos, de acordo com Lombroso, poderiam ser identificados em função dos indícios anatômicos. Embora esse autor reconhecesse que “homens normais” também pudessem cometer crimes, ainda assim, a hereditariedade é que determinaria a condição de homem delinquente.

As teorias de Lombroso, não obstante estivessem amparadas em dados, muitas vezes manipulados, em determinados momentos levantaram críticas de seus contemporâneos. Todavia, isso não impediu que tal teoria trouxesse consequências trágicas para muitos indivíduos. Os epiléticos, por exemplo, segundo ele, seriam quase todos “criminosos natos”. Com o desenvolvimento da eugenia, a epilepsia seria convertida em um dos principais alvos de programas eugênicos, uma vez que essa enfermidade havia sido considerada pelo médico italiano como resultado de uma degeneração moral.<sup>26</sup>

### **1.2.2. Eugenia**

“Higiene racial” e “ciência do aperfeiçoamento humano” foram algumas expressões utilizadas para se referir à eugenia, movimento científico e social que se desenvolveu na Europa em fins do século XIX e início do XX, e que não demoraria a ganhar ampla adesão na América, de maneiras variadas. De acordo com Nancy Stepan, enquanto ciência, a eugenia se fundamentava nos então recentes entendimentos, “supostamente novos”, das leis da hereditariedade humana. Já como movimento social, a eugenia estava ligada à ideia de melhoramento racial para o aprimoramento humano. Com efeito, as propostas consistiam em estimular a reprodução dos considerados “adequados” e impedir a reprodução dos “inaptos”, para que, assim, não transmitissem às gerações futuras suas “inadequações”.<sup>27</sup>

O desenvolvimento da ciência, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, gerou entusiasmo em relação à incorporação desses avanços em variadas esferas da vida. As proposições de Francis Galton (1822-1911), referentes à possibilidade de “melhoria” da “raça” humana, por meio do impedimento do “cruzamento indesejável”, e o incentivo da união entre os considerados “mais bem-dotados” influenciaram significativamente a intelectualidade europeia e a latino-americana.

Ao falar em eugenia, é importante ter em conta que foi um movimento que ganhou diferentes contornos nos lugares em que se desenvolveu. A forma como tal expressão ficou

---

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 133-134.

<sup>27</sup> STEPAN, Nancy. *Op. Cit.*, p. 9.

associada ao nazismo alemão e aos horrores produzidos por este, no século XX, muitas vezes encobre toda a complexidade que o termo envolve. Ao observarmos a eugenia numa perspectiva mais ampla, notamos que, longe de ser algo homogêneo, é, na realidade, um termo polissêmico e polimórfico.

Se a eugenia na Europa e nos Estados Unidos, por um lado, contribuiu para o desenvolvimento de políticas excludentes para determinados setores da sociedade, como populações biologicamente heterogêneas, com problemas mentais, deficiência física ou doenças congênitas, levando à efetivação de esterilizações compulsórias<sup>28</sup> e mesmo assassinatos, por outro lado, na América Latina, em países onde não se poderia levar a cabo políticas mais extremas,<sup>29</sup> dada a multiétnicidade de sua população, surgiram propostas que, embora orientadas pela eugenia, buscavam incluir a população existente.

No caso do Brasil, isso esteve muitas vezes relacionado às políticas de saneamento rural e urbano, já que, para determinados médicos sanitaristas, eugenia e saneamento eram sinônimos. No entanto, vale ressaltar que houve também medidas de cunho excludentes, como a tentativa de proibição matrimonial devido a enfermidades. De toda forma, na América Latina,<sup>30</sup> apesar de essas ideias terem ressoado, a eugenia foi capaz de orientar políticas de saneamento e buscar formas talvez menos duras de transformar, por exemplo, a composição racial da população, através do incentivo da imigração europeia, para que em algumas décadas a população “branqueasse”.

É importante salientar que não ignoro algumas propostas de controle de natalidade mais rígidas e mesmo de controle matrimonial. Contudo, em países de maioria católica, como era o caso da maior parte da América Latina na época, a Igreja se tornava um empecilho a essas questões. Comparando a forma como a eugenia se desenvolveu na América Latina e nos países europeus e nos Estados Unidos, encontramos diferenças significativas.

---

<sup>28</sup> Calcula-se que, entre 1907 e 1945, cerca de 70 mil indivíduos tenham sido esterilizados nos Estados Unidos em função das propostas eugênicas. Essas medidas foram aplicadas principalmente em internos – pobres e comumente negros – nas instituições psiquiátricas. *Ibidem*, p. 38.

<sup>29</sup> Isso fica evidente se compararmos a situação latino-americana com os países europeus que contavam com uma população mais homogênea. Na América Latina, onde a maioria dos países é formada por populações multiétnicas, uma política mais drástica, se fosse possível, levaria ao despovoamento daquelas regiões.

<sup>30</sup> A respeito da eugenia na América Latina, cf. STEPAN, Nancy. “A Eugenia no Brasil - 1917 a 1940”. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 331-391; BARRÁN, Juan Pedro. “Biología, Medicina y Eugenesia en Uruguay”. *Asclepio-No. LI-2-1999*, p.11-50; GONZALEZ, Armando García. “El desarrollo de la eugenesia en Cuba”. *Asclepio-Vol LI-2-1999*; GUAZO, Lara Suárez y Lopez. “La influencia de la sociedad eugénica mexicana en la educación y en la medicina social”. *Asclepio-Vol LI-2-1999*.

### 1.2.3. *Evolucionismo social*

A teoria da evolução das espécies também forneceu um arcabouço teórico para os debates raciais. Apesar de na obra *A origem das espécies* (1859), Charles Darwin (1809-1882) ter se referido exclusivamente ao campo da biologia animal ao afirmar que a diversidade resultava de uma competição em que sobreviveriam os que se adaptavam melhor ao meio em que viviam, sua teoria acabou sendo apropriada por muitos intelectuais para pensar a sociedade. Dessa maneira, o darwinismo social, uma expressão das ideias racistas, determinaria diferenças evolutivas entre os povos. Esses teóricos acabaram associando a ideia de evolução a desenvolvimento, e a conclusão foi que havia uma hierarquia entre as raças que determinava a superioridade do homem europeu, biologicamente falando, quanto aos demais.

<sup>31</sup> Por conseguinte, o domínio da Europa sobre outros povos encontrava uma justificativa “racional” para o imperialismo.

Não à toa, o desenvolvimento científico tornou-se sedutor, principalmente para a *intelligentsia* latino-americana, em função de representar oportunas formas racionais de tratar o mundo social e natural, sem os inconvenientes das considerações religiosas tradicionais.<sup>32</sup> Tais intelectuais estudaram entusiasmados os trabalhos de importantes teóricos europeus, como Arthur de Gobineau, Herbert Spencer, Ludwig Gumplowicz, Gustave Le Bon e Auguste Comte, entre outros, e adotaram a ciência como uma forma de conhecimento progressista.

Nessa época, a mestiçagem passou a exercer um novo significado no campo do pensamento racial. A expansão colonial europeia ganhara novas proporções, transformando-se em uma ordem mundial imperialista de caráter estável e com efeitos globais. Por mais que a “mistura de raças” em muitas ilhas da América, houvesse sido frequente, se comparado a outros lugares, o intercâmbio cultural global e a imigração mundial alcançaram, nos espaços urbanos, dimensões imprevisíveis na vida cotidiana, no século XIX.<sup>33</sup>

Nesse contexto, publica-se, em Paris, entre os anos de 1852 e 1854, uma obra em quatro volumes que reflete essa situação. O *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, de Arthur de Gobineau, apresentava uma nova teoria sobre a relação entre as raças e sua evolução. Ao contrário do que o título poderia sugerir, a ideia principal dessa obra, mais do que refletir sobre a “desigualdade das raças”, tratava, fundamentalmente, da “mistura de

<sup>31</sup> DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003, p. 13.

<sup>32</sup> STEPAN, Nancy. *A hora da eugenia*. *Op. Cit.*, p. 50.

<sup>33</sup> GUEULEN, Christian. *Breve Historia del Racismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2010, p. 104.

raças”. Era a partir disso, da mestiçagem, que Gobineau identificava tanto a possibilidade de todo o progresso como a causa de toda a decadência cultural na história universal.<sup>34</sup>

Arthur de Gobineau é considerado um dos mais importantes fundadores do racismo moderno, principalmente pela fusão quase completa que fez da história e da biologia, em uma ampla e permanente lei de mudança. São as proposições desse autor que fornecerão, desde a segunda metade do século XIX até a primeira do século XX, as bases de quase toda a ideologia da *práxis racista*. Gobineau era favorável às teorias monogenistas, que defendiam uma única origem de toda a humanidade em civilizações, impérios e raças. Ele concebia que quanto mais uma raça se diferenciava das demais tanto maior seria seu progresso e civilização. Apesar disso, o pensador francês considerava que a raça e os povos só poderiam ser sujeitos da história na medida em que fossem portadores de certas características raciais, cuja mistura, comumente, colocava em marcha, primeiro, um processo positivo – conquista – e, logo, um negativo – degeneração. Consequentemente, para Gobineau, a luta entre os povos e sua reprodução biológico-sexual constituíam os únicos determinantes básicos da história.<sup>35</sup>

O fundador do evolucionismo social e cultural foi Herbert Spencer (1820-1903). Ele também colaborou com conceitos e princípios na área da zoologia, botânica, psicologia, educação e astronomia. Suas contribuições na biologia são significativas: Spencer formulou muitas das relações entre crescimento e estrutura que explicam as diversas dimensões animais. Não demoraria muito, esse autor, convencido de que toda ordem social era conforme as leis naturais e, portanto, determinista, aplicaria os princípios das ciências naturais para explicar a sociedade.<sup>36</sup>

Em 1857, Spencer publicou a obra *Do progresso: sua lei e sua causa*, na qual procurava explicar a evolução do universo, partindo da ideia de que haveria uma causa comum do progresso. Essa lei se daria em todas as instâncias, tanto astronômica quanto geológica, orgânica, social e econômica. Spencer inspirou-se nos estudos do naturalista russo Karl Ernst Von Baer<sup>37</sup> (1792-1876) e sua formulação sobre a evolução orgânica – pensada exclusivamente para o plano da biologia animal e vegetal.

De acordo com a proposição de Baer, todo organismo consistiria em uma mudança do homogêneo para o heterogêneo e do simples para o composto, e essa constante transformação

---

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 105.

<sup>35</sup> *Ibidem*.

<sup>36</sup> VEGA, Marta de la. *Evolucionismo versus Positivismo: estudio teórico sobre el positivismo y su significación en América Latina*. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 1998, p. 141.

<sup>37</sup> Karl Ernst von Baer nasceu na atual Estônia, que, na época, fazia parte do Império Russo.

é que constituía uma lei. Spencer se apropriaria dessa formulação para aplicá-la na compreensão de outros fenômenos (não biológicos), denominados por ele de “superorgânicos”, como os fenômenos culturais, sociais e humanos. Da mesma forma que o progresso ficava evidenciado na história biológica, para Spencer ele também se apresentaria no desenvolvimento do ser “mais moderno” e “mais heterogêneo” de todos: o homem.<sup>38</sup>

Para o pensador inglês, desde os primórdios da história humana, quando ocorreu o povoamento, o organismo humano teria aumentado a sua heterogeneidade entre os “grupos civilizados da espécie”. Esse aumento resultaria da multiplicação das raças e das diferenciações entre si. Para elucidar sua proposição, o autor recorreu a representações dicotômicas, distinguindo os homens em superiores e inferiores, civilizados e selvagens. Usou como exemplo o suposto desenvolvimento dos membros dos homens civilizados, em contraposição aos dos homens pertencentes às raças humanas inferiores. Nessa perspectiva, Spencer associava a composição física dos papuas à dos primatas, destacando que os membros superiores dos papuas seriam mais alongados, ao passo que o homem europeu teria as pernas mais compridas. Tal fato, para o autor, revelaria “uma maior heterogeneidade”.<sup>39</sup> Nessa época, qualquer característica, existente ou forjada, que fosse atribuída ao europeu, seria logo convertida em vantagem em relação a outros grupos humanos não europeus. E era recorrente a associação das características físicas dos negros às dos símios.

A raça, apesar de não ser um aspecto central no sistema evolutivo de Spencer, na América Latina tornar-se-ia um elemento fundamental do pensamento social e político. De acordo com Charles Hale, o racismo europeu teria duas origens que foram importantes na teorização latino-americana, embora nos anos de 1890 não estivesse clara a diferenciação entre elas. A primeira estaria ligada ao desejo de encontrar as origens e especificidades nacionais, influenciada pelo movimento romântico do século XIX; a segunda fonte do racismo provinha do empirismo e da antropologia.<sup>40</sup>

#### **1.2.4. A sociologia e a psicologia das raças**

---

<sup>38</sup> SPENCER, Herbert. *Do Progresso: sua lei e sua causa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1939, p. 9-10.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>40</sup> HALE, Charles A. “As ideias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. IV. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2009, p. 364-365.

Em 1883, o austríaco Ludwig Gumplowicz (1838-1909) publicou *Der Rassenkampf: Soziologische Untersuchungen (A Luta de Raças: estudos sociológicos)*. Nessa obra, a raça foi tomada como categoria explicativa primordial de todos os processos humanos. O autor percebia que o destino da humanidade era conduzido por um constante combate entre as raças, cujo resultado seguia uma regra clara, o elemento étnico mais poderoso sobressaía e logo impunha o seu domínio sobre as demais.<sup>41</sup>

A luta racial era descrita por Gumplowicz como um princípio geral, determinante dos conflitos e processos nacionais, étnicos e, até mesmo, sociais. Pertencer a uma raça se convertia, assim, em um conceito de vinculação coletiva, sendo ressaltado seu caráter de lei natural e ao mesmo tempo dinâmico e combativo, da qual ninguém poderia esquivar-se. Nesse momento, as reflexões de teoria racial passaram a interpretar a luta de raças como um princípio que determinaria o destino dos povos e nações a nível histórico mundial e que condicionaria a vida no interior das sociedades.<sup>42</sup>

No final do século XIX, conforme afirma Christian Gueulen a eugenia começou a dedicar-se a estudar as implicações práticas e concretas da luta de raças, buscando as possibilidades de intervir no processo social da natureza, de modo a conduzi-lo e orientá-lo. Conseqüentemente, à medida que se considerava a raça como expressão dos fundamentos naturais da história e da sociedade, mais o conhecimento teórico da natureza se convertia em instrumento de manipulação em nome de uma política social dirigida diretamente a vida biológica da população.<sup>43</sup>

As conseqüências práticas dessa ideia no século XX podem ser vistas nas ações extremas, promovidas na Europa, principalmente com o Nazismo, e nos Estados Unidos, que levaram ao controle, não apenas da reprodução dos considerados “mais aptos”, porém determinando também os que viveriam e morreriam, por não se adequarem aos padrões de normalidade<sup>44</sup> aceitos. Isso fica mais evidente se pensarmos na intervenção no direito de

---

<sup>41</sup> GUMFLOWICZ, Ludwig. *La Lucha de las Razas*. Madrid: La España Moderna, 1939, p. 362.

<sup>42</sup> GUEULEN, Christian. *Op. Cit.*, p. 108-109.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 110.

<sup>44</sup> Michel Foucault nas obras *Vigiar e punir* (1975), *História da sexualidade* (1976) e *Genealogia do racismo*, se dedicou a analisar algumas características das tecnologias de poder que produzem efeitos nas variadas esferas da vida humana. Para o filósofo francês o capitalismo teria originado uma nova forma de relação social, denominada, por ele, de sociedade de normalização, que possui dois sentidos complementários: o primeiro seria a *normalização disciplinaria* que visa a construção de um corpo produtivo capaz de se articular com outros formando uma só “engrenagem” para garantir o rendimento desejado; segundo, a *normalização estatística*, que pretendia a construção de um corpo saudável, capaz de garantir uma média de vida, orientado pela força e higiene, capaz de gerar um corpo produtivo. Em função dessa ideia que o conceito de maioria se desprenderá do caráter pejorativo de “massa” para se transformar em sinônimo de indivíduos normalizados, nas categorias

quem poderia reproduzir e, uma vez que já tivesse nascido, no direito de quem permaneceria vivo. Exemplo disso é o médico norte-americano Dr. Harry Haiselden (1870-1919), que ganhou o epíteto de “Cegonha Negra” por incentivar a morte de crianças que nascessem com alguma deficiência.

Em uma época em que o discurso científico outorgava autoridade e, de certa forma, legitimidade às disciplinas, vários intelectuais recorreram a ele para formular suas proposições. A ânsia pelo respaldo científico contribuiu para que autores como Gumpowicz se esforçassem por marcar uma diferenciação entre a história e a incipiente sociologia. Nessa perspectiva, ele fez duras críticas à história por considerar que a mesma era escrita de uma forma que não lhe conferia uma condição de ciência, mas sim de arte. O autor justificava essa afirmativa argumentando que as atribuições da história se limitavam a causar emoções; traçar biografia de grandes homens; descrever grandes eventos.<sup>45</sup> Portanto, diferente da ciência, a história não levava em consideração os desenvolvimentos naturais e as leis nas quais estes desenvolvimentos se fundamentavam.<sup>46</sup>

Gumpowicz ainda criticava os historiadores que, a seu ver, apenas se restringiam a tecer a tela do tempo sem mesmo reconhecer o resultado do que teciam. Além disso, o autor denunciava a subjetividade deles, que não se furtavam de oferecer suas apreciações e aclamar os gestos e os feitos dos grandes homens sem, porém, suspeitar que esses homens não passariam de marionetes, “llevados de aqui para allá por los hilos de la ley natural: no lo sospecha porque no reflexiona”.<sup>47</sup> No lugar da história, ele propunha a sociologia, em sua concepção, uma ciência mais adequada por caracterizar a natureza.

O autor considerava que o desenvolvimento da humanidade obedeceria a leis naturais imutáveis, por isso descreveu a emergência e a decadência de povos desde a antiguidade, apontando esse processo como sendo “natural social”. Segundo Gumpowicz, apesar das formas desse processo estar suscetíveis a variações, em virtude de se darem em distintos lugares e épocas, a natureza dele permaneceria sempre a mesma.<sup>48</sup>

---

complementárias de população e cidadania. O conceito de minoria, por sua vez, será identificado com os grupos que escapam da normalização proposta, como os enfermos mentais e físicos, por exemplo, ou preguiçosos, que, por razões produtivas, políticas ou culturais não poderiam ser incorporados pelos conceitos de nação, cidadania e propriedade. A esse respeito Cf. FEIERSTEIN, Daniel. *Op. cit.* E o texto fundacional de Canguilhem Cf. CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Tradução de Maria de Threza Redig de C. Barrocas e Luiz Octávio F. B. Leite. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

<sup>45</sup> Em um contexto em que vigorava a história positivista.

<sup>46</sup> GUMPOWICZ, Ludwig. *Op. Cit.*, p. 183-184.

<sup>47</sup> *Ibidem*.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 363-364.



De modo diferente de Spencer, que considerava a existência do progresso em variados âmbitos como a natureza, o mundo orgânico e a sociedade, Gumpłowicz não acreditava na existência de um progresso nem de um retrocesso, pois, para ele, os elementos sociais seriam eternamente animados pelas mesmas forças, cuja quantidade e qualidade seriam também invariáveis.<sup>49</sup> Nesse sentido, o que existiria seria um ciclo constante que, em determinados países, o “progresso social sempre recomeçaria”.<sup>50</sup> Era esse processo que constituiria a lei natural da vida e da história.

O maior mérito da sociologia para Gumpłowicz era que apesar de ensinar aos povos amargas verdades, ela, simultaneamente, preservava-os de ilusões, poupando-os de desperdício de forças, reduzindo-as apenas ao necessário. Tão somente o reconhecimento das “verdadeiras” leis da história, segundo o autor, seria capaz de promover a harmonia entre as necessidades históricas e as tendências dos povos e das nações, ou pelo menos, daqueles que as orientam e as instruem. Era exatamente essa a função primordial da sociologia. A proposta de Gumpłowicz pretendia oferecer uma espécie de conforto, pois tendo em conta a inexorabilidade do processo, pouparia esforço na luta contra uma força da natureza.<sup>51</sup>

Uma década depois de *A luta de raças*, Gustave Le Bon (1841-1931) publicou a obra *Leis psicológicas da evolução dos povos* (1894), que exerceu uma grande influência no pensamento europeu e latino-americano. Nesse livro o escritor francês defendia que os caracteres psicológicos seriam determinantes nas raças e que, portanto, a história de um povo e sua civilização derivaria desses critérios.<sup>52</sup>

Nessa direção, o autor estabeleceu hierarquias entre os grupos sociais, que em sua opinião poderiam ser divididos em quatro raças, de acordo com as suas características psicológicas gerais: primitivas, inferiores, médias e superiores. Entre as raças primitivas estariam as que não possuíam cultura, como os habitantes da Terra do Fogo, no extremo sul da América, e os australianos. Logo após, as raças inferiores estariam representadas pelos negros, que embora capazes de noções de civilização, nunca teriam abandonado o estado de barbárie. Entre as raças médias se encontrariam os chineses, os mongóis e os semíticos, que

---

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 363.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 366.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 369.

<sup>52</sup> LE BON, Gustave. *Leis psicológicas da evolução dos povos*. Lisboa: Edição da Typografia de Francisco Luiz Gonçalves, 1910, p. 8.

teriam sido superados pelos indo-europeus, principais representantes das raças superiores, construtores de civilizações capazes de desenvolver as artes, as ciências e as indústrias.<sup>53</sup>

Para Le Bon, entre esses quatro tipos raciais existiriam abismos intransponíveis, uma vez que o determinismo biológico fornecia a forma do pensamento, a lógica e o caráter. Também, segundo o autor, era impossível que a civilização fosse transmitida aos povos inferiores por meio da instrução. Nas palavras de Le Bon

com facilidade se faz um bacharel ou um advogado de um negro; mas apenas se lhe dá um simples verniz absolutamente superficial sem nenhuma ação sobre a constituição mental. O que nenhuma instrução lhe pode dar, porque só a hereditariedade as cria, são as formas do pensamento, a lógica e, principalmente o caráter dos ocidentais. Esse negro acumulará todos os diplomas possíveis, mas nunca chegará ao nível dum europeu ordinário; em dez anos facilmente se lhe dará a instrução dum inglês bem educado. Para se fazer dele um verdadeiro inglês, isto é um homem que proceda como um inglês nas diversas circunstâncias da vida em que se encontre, alguns séculos seriam necessários. Só aparentemente é que um povo transforma bruscamente a sua língua, a sua constituição, as suas crenças ou as suas artes; para que um povo na realidade operasse tais mudanças, seria necessário que ele pudesse transformar a sua alma.<sup>54</sup>

No segundo capítulo da obra de Le Bon, intitulado, “Aplicação dos princípios precedentes ao estudo comparado da evolução dos Estados Unidos da América do Norte e das repúblicas hispano-americanas”, o sociólogo francês procura ratificar as suas teorias, com o que considera exemplos evidentes de que o destino de um povo é determinado por sua “alma”. De acordo com Le Bon, na América viviam duas raças europeias, igualmente civilizadas e inteligentes ocupando superfícies de proporções equivalentes, além de possuírem solos e naturezas semelhantes. De um lado, um território conquistado e povoado pela raça inglesa e, de outro, pela raça espanhola. Ambos, segundo o autor, regidos por constituições republicanas similares, tendo em vista que a constituição norte-americana servira de modelo. Apesar desses aspectos em comum, um abismo enorme separava os Estados Unidos das repúblicas hispano-americanas e a explicação para isso estaria nas diferenças das raças colonizadoras.<sup>55</sup>

O progresso dos Estados Unidos, para o escritor francês, era resultado da constituição mental da raça inglesa. Essa república, embora pudesse ser a terra da liberdade, não significava que seria da igualdade e da fraternidade, duas ilusões latinas, que segundo Le Bon,

---

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>54</sup> Optamos por atualizar a grafia. *Ibidem*, p. 39.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 117.

eram incompatíveis com as leis do progresso. Os indivíduos “fracos”, “mediócras” e “incapazes” estariam fadados ao desaparecimento em solo norte-americano. Os indígenas, quando se tornaram inúteis, foram exterminados e os chineses logo teriam o mesmo destino.<sup>56</sup> Em relação aos negros nos Estados Unidos, Le Bon afirmava que na teoria eles possuíam todos os direitos, porém, na prática, o tratamento dado a eles era muito diferente, assemelhava-se ao dispensado aos animais e “ao primeiro delito que [praticassem], [eram] fuzilados ou enforcados”.<sup>57</sup>

A América do Sul, nessa perspectiva, apesar de assemelhar-se em muitos aspectos aos Estados Unidos, teria tomado um rumo distinto desse país. Isso sucedia por causa da influência de uma raça, que, embora inteligente, ressaltava Le Bon, não possuía a constituição mental da raça inglesa, em que predominavam a perseverança, a energia e a vontade.<sup>58</sup> Portanto, pela ausência de tais virtudes, todas as repúblicas sul-americanas se encontrariam no mais lamentável estado de anarquia e sofrendo com sangrentos conflitos internos.

Na concepção de Le Bon as instituições seriam “filhas da raça” e conseqüentemente não poderiam ser transferidas de um povo a outro. Sendo assim, a decadência da raça latina, algo evidente para ele, não era percebida apenas na esfera política, mas em todos os elementos de civilização. A partir da comparação entre os Estados Unidos e as repúblicas hispano-americanas o sociólogo francês concluiu

Esta terrível decadência da raça latina, abandonada a si mesma, posta em confronto com a prosperidade da raça inglesa numa região vizinha, é uma das mais sombrias, mais tristes e, ao mesmo tempo, das mais instrutivas experiências que podemos citar para apoio das leis psicológicas que expusemos.<sup>59</sup>

Essas concepções acabaram contribuindo para que tanto a história da Europa como as suas tensões políticas fossem aos poucos sendo identificadas como decorrentes das lutas entre diferentes raças europeias.<sup>60</sup> Essa situação se refletia de forma geral no pensamento europeu ocidental e encontrou terreno fértil nos países que passavam por crises decorrentes de políticas desastrosas, como por exemplo, a França, que após a Guerra Franco-Prussiana

<sup>56</sup> Nessa época uma lei que ordenara a expulsão dos chineses foi votada. Entretanto, não foi aplicada por impossibilidade da mesma, uma vez que os custos ultrapassariam em muito o orçamento disponível para esse fim.

<sup>57</sup> LE BON, Gustave. *Op. Cit.*, p. 122-123.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 124-125.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>60</sup> QUIJADA, Mónica. “Latinos y anglosajones. El 98 en el fin de siglo sudamericano”. In *Hispania*, 1997, vol. LVII/2, n°196, 1997, p. 597.

(1870-1871), e a conseqüente perda dos territórios de Alsácia e Lorena, mergulhou em uma grave crise nacional.<sup>61</sup>

No final do século XIX, milhares de ocidentais, influenciados por ideólogos do período, acreditavam que o progresso e o poder estavam estritamente relacionados com as características raciais. Eram estas que determinariam os triunfos e fracassos dos povos.<sup>62</sup> Diversas obras publicadas nesse período, dialogando com essas ideias, procuraram assinalar a superioridade anglo-saxônica frente aos latinos. Em *À quoi tient la supériorité des Anglo-Saxons?* (1897), por exemplo, o francês Edmond Demolins (1852-1907) afirmou a inferioridade e a decadência da raça latina e mestiça, em contraposição ao desenvolvimento material dos anglo-saxões.<sup>63</sup>

Seguindo uma abordagem próxima à de Demolins, o francês Léon Bazalgette (1873-1928) publicou, em 1903, *Le problème de l'avenir latin*, no qual fazia reflexões por um viés organicista e procurava demonstrar a necessidade de se regenerar a essência latina. Esta teria sido, segundo ele, corrompida pela mistura de raças e impedida de alcançar a modernização. Para o autor, a situação na qual os povos latinos se encontravam só poderia ser resolvida a partir de um drástico processo de deslatinização.<sup>64</sup> Tal terapia começaria pela reconstituição corporal de uma “raça caída e degenerada”, essa se daria por meio da educação das crianças, que seria exatamente a mesma utilizada na criação de cavalos. Vale a pena ressaltar as orientações do programa espartano de deslatinização traçado por Bazalgette que sugeria

Las madres serán vigiladas por comités médicos y se prohibirá el matrimonio de quienes ignoren la puericultura. Los establecimientos instructivos se instalarán fuera de las ciudades, siendo los principales medios pedagógicos el aire libre, la gimnasia y el agua fría para aumentar las resistencias. Gran importancia revestirá la hidroterapia y la prohibición del alcohol, se apelará a la selección artificial, inhibiéndose la reproducción de los retardados, aislando a los discapacitados y fomentándoles toda clase de vicios para aniquilarlos rápidamente. Sólo se alienta la unión de personas antropológicamente superiores para que engendren un pueblo nuevo sin sujetos pusilánimes, ni neurasténicos, esmirriados o deformes. También se prevé la reforma mental, mediante una enseñanza adogmática a cargo del Estado, basada en conocimientos concretos, en el aprendizaje no de ideas sino de hechos, con un máximo de vitalismo y científicidad.<sup>65</sup>

<sup>61</sup> MARROYO, Fernando Sánchez. “1898: guerra colonial, crisis nacional y tensiones sociales”. In: ZEA, Leopoldo y MAGALLÓN, Mario (compiladores). *1898 ¿Desastre o reconciliación?* México: Fondo de Cultura Económica, 2000, p. 133.

<sup>62</sup> BIAGINI, Hugo. *Lucha de ideas en nuestra América*. Buenos Aires; Leviatan, 2000, p. 44.

<sup>63</sup> MARROYO, Fernando Sánchez. *Op. Cit.*, p. 133.

<sup>64</sup> BIAGINI, Hugo. “Finales de siglo: contexto ideológico”. In: ZEA, Leopoldo; SANTANA, Adalberto (compiladores). *El 98 y su impacto en Latinoamérica*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 15.

<sup>65</sup> *Idem*. *Lucha de ideas en nuestra América. Op. cit.*, p. 46-47.

Após essas medidas, uma leva de eugênicos seria enviada aos países mais adiantados de modo a ser integrada a sociedade, para “lavar o cérebro latino”. Por fim, juntamente com a reforma física e mental, ocorreria a purificação religiosa, para acabar com os resquícios do catolicismo.

Seguindo esse programa, de acordo com Bazalgette, o processo de deslatinização reverteria o estado de degeneração em que os latinos se encontravam, visto que a lei da sobrevivência exigiria que os inúteis fossem eliminados, bem como as nações anacrônicas submeter-se-iam as mais adiantadas. O fato de que alguns povos teriam que desaparecer para a ascensão de outros, consistia, para esse autor, uma “verdade cósmica”. Nesse sentido, a inferioridade de um povo estaria determinada pela incapacidade deste para explorar os seus recursos naturais.<sup>66</sup>

Bazalgette atribuía aos latinos uma série de características como: inatividade, misticismo, sentimentalismo, brutalidade e efeminação. Além disso, considerava os latinos incapazes de adaptar-se ao regime democrático, ao passo que os anglo-saxões eram caracterizados por possuir uma notória supremacia biológica, uma conformação robusta e serem empreendedores, científicos e inteligentes.<sup>67</sup>

A guerra hispano-americana em 1898 acentuou ainda mais a polaridade entre latinos e anglo-saxões, o que revelou uma grande capacidade convocatória. Diversos atos públicos e levantamentos populares foram realizados em “defesa da latinidade”. O centro das discussões na época não era a independência cubana, mas a oposição Espanha/Estados Unidos, latinos/anglo-saxões.<sup>68</sup> O jornal colombiano *El Vigía*, em abril de 1898, afirmara em apoio à Espanha que

el hecho de que la barbarie, la corrupción y la anarquía se hayan colocado del lado de España, no [les] impide rendir homenaje a la heroica nación y desear su victoria. Que Cuba sea libre, pero que España nunca perezca.<sup>69</sup>

No âmbito desses debates, as teorias sobre a inferioridade e a decadência da raça latina não ficaram sem respostas. Diversos intelectuais, adeptos do latinismo, se empenharam em demonstrar o contrário do que era afirmado a respeito da raça latina, destacando suas virtudes. O uruguaio Victor Arreguine (1863-1924), por exemplo, publicou em 1900, a obra *En qué*

<sup>66</sup> *Idem*. “Finales de siglo: contexto ideológico”. *Op. Cit.*, p. 47-48.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>68</sup> QUIJADA, Mónica. “Latinos y anglosajones. El 98 en el fin de siglo sudamericano”. *Op. Cit.*, p. 596.

<sup>69</sup> *El vigía apud. Ibidem*, p. 602.

*consiste la superioridad de los latinos sobre los anglosajones*, na qual fazia um juízo depreciativo dos ingleses e exaltava a raça latina.

Dentro do ramo latino abriu-se espaço para a exaltação da raça ibérica, associada à nobreza, à honradez e à generosidade. O chileno Alberto del Solar (1860-1920), por ocasião da guerra de 1898, escreveu um documento contra a doutrina Monroe, que designava como um simples instrumento do destino manifesto ianque. Solar estabeleceu diferenças entre a Espanha e os Estados Unidos, caracterizando o país ibérico como descobridor de mundos e civilizador de raças. A Espanha, por sua generosidade, de acordo com o autor, foi capaz de oferecer seu sangue, sua religião, sua astúcia e suas leis, e ao transmitir tudo isso, acabou transferindo “parte de su propia vida”, debilitando suas forças e consumindo a si mesmo. Em contraposição, os Estados Unidos são caracterizados como um país soberbo e ingrato, que olharia os vizinhos do sul, como semisselvagens, “después de recibir de aquella a quien hiera hoy, el beneficio de la existencia en el suelo donde mora, viven allí destinados a desarrollarse a expensas de todo lo que le circunda”.<sup>70</sup>

Muitas obras publicadas nesse período procuraram explicar a difícil situação em que os países de origem latina se encontravam, principalmente, a França e a Espanha. O primeiro depois da derrota na guerra com a Prússia, em 1871, e o segundo, após a derrota na guerra com os Estados Unidos, em 1898. Em um momento em que a dicotomia entre as raças era corrente, fazer parte de uma ou outra raça trazia implicações significativas. Esse debate não ficou limitado às fronteiras europeias, logo ganhou espaço em terras americanas. Por um lado, contava com um grande representante da raça anglo-saxônica, que vinha despontando como potência imperialista, e, por outro, com outras dezenas de representantes da raça latina, que naquele período, de acordo com algumas interpretações, parecia confirmar a decadência dessa raça.

### **1.3. As ideias racistas na América Latina**

A América Latina não se furtou desse debate, nesse continente também foram recorrentes as análises que utilizaram categorias raciais para explicar os fracassos de seus países frente aos países europeus e aos Estados Unidos, e ao mesmo tempo, para fazer previsões sobre o futuro. A situação latino-americana fazia com que proliferassem conjeturas

---

<sup>70</sup> SOLAR, Alberto del *apud* BIAGINI, Hugo. *Lucha de ideas en nuestra América. Op. Cit.*, p. 52.

pessimistas a seu respeito. É importante lembrar que na época, o cenário interno desses países não era muito animador. Disputas caudilhistas promoviam um estado de guerras civis em vários países da América do Sul, principalmente na região rio-platense, criando instabilidade política<sup>71</sup>, além de problemas econômicos e sociais, e dificultando a educação. Tal situação muitas vezes foi associada por uma parte da intelectualidade do continente à influência moral e cultural, recebida durante séculos das nações ibéricas, vistas como atrasadas e decadentes.

Em meados do século XIX intelectuais latino-americanos já vinham chamando a atenção para os problemas que o legado ibérico teria conduzido. Na realidade, esses problemas tinham sido apontados pelos libertadores como Simon Bolívar (1783-1830). Após as guerras de independência, esperava-se que na América Latina emergisse, juntamente com a liberdade, o progresso e a riqueza. Contudo, os longos anos de guerras trouxeram consequências penosas: um grande empobrecimento com a destruição das riquezas produzidas em plantações, criação de gado e minas; o esgotamento do tesouro público; além de disputas locais entre os líderes políticos.<sup>72</sup> Esse quadro cedeu espaço a frustrações, como pode ser observado nas duras palavras de Simon Bolívar, que, antes de morrer, em uma carta ao General Flores (1800-1864), afirmava que a América era um continente “ingovernável”, e em decorrência do caos instalado, o único remédio era “emigrar”.<sup>73</sup>

Assim, após as primeiras décadas de independência, e com as frustrações experimentadas pelos libertadores, os intelectuais também culpavam a colonização, acusando-a de não ter tido outro sentido além da exploração. Em função disso, os países da América Latina se encontrariam em uma difícil situação. A ordem social e econômica herdada da metrópole ibérica era um fardo muito pesado, que não poderia ter gerado outra realidade que não aquela em que se encontravam. Uma realidade que impedia os americanos de fazerem parte do conjunto das nações civilizadas, incorporando a modernização<sup>74</sup> e o progresso.

Surgiram várias obras, em distintos países, que atribuíam à herança hispânica as dificuldades do continente de incorporar a modernização. Foram elas: *Investigación sobre la influencia de la conquista y del sistema colonial de los españoles en Chile* (1843), de José Victorino Lastarria (1817-1888); *Sociabilidad chilena* (1844), de Francisco Bilbao (1823-

---

<sup>71</sup> A respeito das guerras caudilhistas na região do Rio da Prata Cf. GOLDMAN, Noemí e SALVATORE, Ricardo (compiladores). *Caudilhismos Rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

<sup>72</sup> PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas telas e textos*. 2ª ed. – São Paulo: Edusp, 2004, p. 69.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 70.

<sup>74</sup> Discutiremos a modernização da América Latina em outro capítulo.

1865); *Facundo: civilización y barbarie en las pampas argentinas* (1845), de Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888); e *Bases y puntos de partida para la organización política de la Republica Argentina* (1852), de Juan Bautista Alberdi (1810-1884). Em todas essas obras a colonização espanhola foi responsabilizada pela incapacidade do continente de alcançar o progresso e ingressar no mundo civilizado, e surgiram diferentes propostas apontando o caminho que consideravam que levaria à transformação.<sup>75</sup>

No México, José María Luis Mora (1794-1850) defendia uma dupla mudança para se livrarem do legado ibérico. Esse autor considerava que antes de tudo, era necessário haver uma emancipação mental e espiritual da que havia sido imposta aos americanos a partir da colonização.<sup>76</sup> Mora temia que o México, algumas décadas depois de ter se libertado do domínio colonial, fosse absorvido pelo ambicioso vizinho, que em 1848 havia conseguido mais da metade do seu território. Para evitar essa absorção Mora sugeria que a “débil” nação se fortalecesse por meio do desenvolvimento da educação, que lhes permitiriam assemelharem-se aos Estados Unidos. É interessante observar que ao mesmo tempo em que esse país aparecia nos seus escritos como um perigo para a soberania mexicana, ele se constituía também como o exemplo de nação que se pretendia ser. Daí Mora defender que os mexicanos se convertessem nos “ianques do Sul”.

O argentino Juan Bautista Alberdi sugeria um aprofundamento da república, assumida após os processos de independência, mas sem ter se tornado uma verdade prática em todo o território. Para ele o povo não se encontrava preparado para vivenciar tal sistema. A situação em que as ex-colônias se encontravam tendia à anarquia e para resolver esse impasse propunha a realização de reformas institucionais e a adoção de políticas de estado que favorecessem a emergência dos “interesses materiais”, já que a herança ibérica era vista como responsável pelo ainda predomínio no continente das ciências morais e filosóficas, em prejuízo das ciências exatas.<sup>77</sup>

Outro aspecto de crítica à colonização ibérica, além de ser acusada de ter se preocupado apenas com a exploração colonial, foi o fato dos colonizadores terem permitido a junção de diferentes raças. A miscigenação era percebida com horror por muitos desses intelectuais, que inspirados pelas teorias deterministas europeias, percebiam com desespero as possibilidades de desenvolvimento do continente que, além de carregar uma herança latina,

---

<sup>75</sup> ZEA, Leopoldo. *Pensamiento Positivista Latinoamericano*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979, p. 10.

<sup>76</sup> *Ibidem*.

<sup>77</sup> VIANNA, Luiz Werneck. “Americanistas e iberistas: a polêmica com Tavares Bastos”. IN: *Dados: Revista de Ciências Sociais*. V. 34, nº2. Rio de Janeiro, 1991, p. 150.



vista como decadente, possuía um povo mestiço. O resultado da permissividade racial, teria sido, portanto, um povo degenerado.

Teóricos como Gustave Le Bon reforçavam essa ideia, pois consideravam que os mestiços herdavam as características mais negativas “das raças em cruzamento”. Encontramos tal perspectiva nas impressões que o naturalista Louis Agassiz (1807-1873) registrou, em 1865, a respeito do Brasil. De acordo com o estudioso suíço, esse país era o maior exemplo da degeneração provocada pela mestiçagem. Nessa direção, afirmava que

(...) basta ter-se estado no Brasil, para não se poder negar a decadência resultante dos cruzamentos efetuados neste país mais largamente que noutro. Estes cruzamentos apagam as melhores qualidades quer do branco, quer do negro, quer do índio, e produzem um tipo indescritível, cuja energia, tanto física como moral, se enfraqueceu.<sup>78</sup>

Essas teorias, que percebiam negativamente a mestiçagem, ressoaram seus ecos fortemente na América Latina, influenciando muitos intelectuais que condenaram a miscigenação. Para Sarmiento os países da América do Sul seriam oriundos de uma raça que se encontraria “na última linha entre os povos civilizados”.<sup>79</sup> As ex-metrópoles ibéricas e os seus descendentes apareceriam no cenário do mundo moderno privados de todos os benefícios dos novos tempos. De acordo com o autor, eles não possuíam os mesmos meios de ação, por desconhecerem as ciências naturais ou físicas que nos países europeus foram capazes de criar uma poderosa indústria que fornecia ocupação aos indivíduos da sociedade.

O pessimismo que Sarmiento percebia o cenário sul-americano, embora apontasse o Chile como uma exceção – se bem que indigno da confiança do resto do mundo, em função dos distúrbios nas demais áreas –, era decorrente das várias características ou vícios herdados dos colonizadores. Dentre esses vícios, o escritor argentino apontava: a ignorância; o fanatismo religioso; a facilidade das raças existentes nessas terras em aderirem todos os tipos de defeitos e esquecer as virtudes dos antepassados; a manutenção, na prática, da legislação tanto comercial quanto fiscal da Espanha; a concentração de pessoas em determinadas áreas e escassez em outras; a ausência de empreendedorismo; a preguiça; a agricultura; a falta de hábitos comerciais, enfim, tudo isso explicaria, segundo Sarmiento, a incapacidade das repúblicas hispano-americanas em alcançar a civilização.<sup>80</sup>

<sup>78</sup> AGASSIZ, Louis *apud* LE BON, Gustave. *Op. Cit.*, p. 53.

<sup>79</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *Op. Cit.*, p. 153.

<sup>80</sup> SARMIENTO, Domingo Faustino. *Conflicto y Armonía de las razas en América*. Buenos Aires: Imprenta de D. Tuñez, 1883, p. 9.

Aliado a esses problemas, o escritor argentino ainda identificava como outro fator do atraso hispano-americano, uma “tendência geral” dos fatos tomarem uma mesma direção. Isso estava relacionado, para ele, à influência das raças no continente. Sarmiento era um leitor atento de grandes teóricos científicos europeus, cita em sua obra os trabalhos de Le Bon, Paul Broca, Louis Agassiz, Francis Galton, Hipolyte Taine, Henry Thomas Buckle, entre outros. Não é de surpreender que esse autor, ao comparar a colonização espanhola à anglo-saxônica, encontrasse como traço característico da primeira o “amalgama” das raças de cores diversas, e nisso a explicação para os insucessos desse empreendimento. Por essa razão afirmou que a Espanha permitiu que se desenvolvesse

una mezcla de españoles puros, por elemento europeo, con una fuerte aspersion de raza negra, diluido el todo en una enorme masa de indígenas, hombres prehistóricos, de corta inteligencia, y casi los tres elementos sin practica de las libertades políticas que constituyen el gobierno moderno.<sup>81</sup>

Assim, para Sarmiento, além do legado cultural hispânico, muito voltado para as humanidades e pouco para as ciências técnicas, a absorção dos indígenas, isto é, a miscigenação, teria sido a pior herança recebida pela Espanha e por Portugal. Tal herança teria feito prevalecer na América Ibérica aquelas raças incapazes de serem civilizadas.

Esse escritor culpou o que chamou de “filantropia exagerada” do bispo de Chiapas, Bartolomé de las Casas (1474-1566), que, para controlar as crueldades dos conquistadores espanhóis, aconselhou que fossem trazidos os negros africanos, para substituir os índios do trabalho escravo e do extermínio, no século XVII.<sup>82</sup> A partir desse “mau conselho”, estava formada a mistura das cores diversas que daria origem à sociedade americana e, na opinião de Sarmiento, constituída de “estranhas combinações humanas”.<sup>83</sup>

Já na América do Norte, a colonização inglesa não admitira a incorporação indígena. Consequentemente, quando aquelas colônias se tornaram independentes, as “raças europeias puras” que preservaram suas tradições de civilização cristã, teriam permanecido intocadas.<sup>84</sup> Nesse aspecto, Sarmiento percebe na religião puritana um importante fator propiciador da pureza racial nos Estados Unidos, uma vez que os puritanos, orientando-se pelos ensinamentos bíblicos, não teriam se misturado com os povos das novas terras.

---

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>84</sup> PRADO, Maria Ligia Coelho. *Op. Cit.*, p. 176.

Apesar de observar a situação latino-americana com pessimismo, em um determinado momento Sarmiento considerou que a natureza estaria, de certo modo, operando, como “por instinto”, por meio de ações de afinidades e repulsões, até que um dia não haveria mais filho de conquistadores, nem negros escravos. Os primeiros, conforme as previsões de Sarmiento estariam em vias de desaparecer, já os negros, seriam extintos em menos de meio século, visto que em toda a América Espanhola

en el Chile no hay uno, en Lima poquísimos, y de Méjico, Wilson, hablando de negros dice que habla de oídos, porque no ha visto ninguno. De Buenos Aires en veinte años más será preciso ir al Brasil para verlos en toda la pureza de su raza.<sup>85</sup>

Assim, embora apontasse muitos problemas a serem resolvidos na América Latina, e ver na sua população um grande entrave para o seu desenvolvimento, Sarmiento vislumbrava algumas possibilidades dos países do continente alcançarem os ideais de civilização e progresso. A região do Prata recebia um intenso afluxo imigratório,<sup>86</sup> o que permitiria a ocupação de grandes extensões de terras argentinas, com populações europeias. Na concepção do escritor argentino, esse processo representava, naquele momento, a solução para a transformação do país. A outra estratégia era o desenvolvimento do sistema educacional. Dessa forma, imigração e educação, constituíam os caminhos apontados por Sarmiento para transformar seu país.

O peruano Javier Prado y Ugarteche (1871-1921), também culpou a colonização espanhola pelos males do seu país e propôs como solução a renovação do sangue e da herança, através do cruzamento com outras raças (europeias). O crescimento populacional, em sua concepção, deveria ser estimulado, porém, de modo a servir a causa do progresso, o que significava impedir a imigração de raças “inferiores”.

Desde 1849, o Peru vinha recebendo grande contingente de população chinesa, chamados de *coolíes*,<sup>87</sup> para substituir o trabalho escravo na agricultura e nas ilhas de Guano.

---

<sup>85</sup> SARMIENTO, Domingo Faustino. *Op. Cit.*, p. 39

<sup>86</sup> Em fins do século XIX a região do Rio da Prata recebeu milhares de imigrantes europeus que moldou significativamente a sociedade Argentina e Uruguia. Cerca de 2,5 milhões de pessoas estabeleceram-se na Argentina entre os anos de 1853 e 1916. DELANEY, Jeane. “Imaginando *la raza argentina*”. In: PAMPLONA, Marco Antonio e DOYLE, Don. (orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo: a formação dos Estados-Nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 216.

<sup>87</sup> Os *coolíes* chegaram também, em grande escala, no Panamá e em Cuba, para substituir a mão de obra escrava africana. Apesar de serem juridicamente livres, esses trabalhadores eram vendidos a fazendeiros ou companhias de obras públicas pelos importadores, aos quais deviam os custos da viagem. Tal sistema era similar, se bem que, mais limitado, ao que ocorreu no Rio da Prata por empresários franceses e espanhóis a respeito de imigrantes bascos e galegos, entre os anos de 1850 e 1870. E, no caso do Brasil, posteriormente, no final do século XIX,

Nesse período, o país andino sofria com a escassez de mão de obra e as difíceis condições ambientais, isolamento e doenças nas minas guaneras, afastavam os trabalhadores peruanos. A solução encontrada foi a importação de trabalhadores chineses que, até 1874, chegou a representar quase quatro por cento da população.<sup>88</sup>

O mexicano Francisco Bulnes, na obra *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, publicada em 1899, defendeu que o real inimigo da América Latina não era a Europa nem os Estados Unidos, mas os próprios latino-americanos. Segundo esse autor, o que impedia o progresso nessa região era uma série de fatores intrínsecos como: a própria tradição, a história, a herança, o alcoolismo e a educação, contrária ao desenvolvimento do caráter.<sup>89</sup> Para Bulnes, a humanidade estaria dividida em três raças, de acordo com uma classificação econômica, baseando-se na alimentação de cada uma. Existiria a raça do trigo, a raça do milho e a raça do arroz. A partir dessa classificação, ele procurava mostrar qual dessas raças era superior.<sup>90</sup>

Apesar da mestiçagem entre brancos, negros e índios ter sido vista por muitos intelectuais como um empecilho ao desenvolvimento e ao progresso latino-americano, e, em determinados momentos, buscarem formas de apagá-la, no México, ocorreu algo diferente, a mestiçagem foi valorizada por alguns intelectuais. Para Justo Sierra (1848-1912), por exemplo, a mestiçagem entre o índio e o *criollo*, era o que dava origem ao fator dinâmico da sociedade mexicana.<sup>91</sup>

Assim, a América Latina foi muitas vezes associada a um lugar de conflito em que predominava a barbárie. Desde a independência, conforme foi mencionado, as nascentes repúblicas passaram por guerras civis, conflitos fronteiriços, forte ingerência de países europeus e, no final do século XIX e início do século XX, dos Estados Unidos, além dos graves problemas econômicos e sociais. As elites políticas e intelectuais dos distintos países que se formaram a partir da fragmentação do Império espanhol e, mais tarde, em 1889, com a proclamação da República no Brasil, ao analisarem a situação do continente defenderam a

---

com a chegada de imigrantes portugueses e, principalmente, italianos. DONGHI, Tulio Halperin. *Historia contemporánea de América Latina*. 9ª ed. Madrid: Alianza Editorial, 9ª ed., 2012, p. 221-222.

<sup>88</sup> CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. *Historia del Perú Contemporáneo: desde las luchas por la independencia hasta el presente*. 5ª ed. Lima: IEP; PUCP; Universidad del Pacífico. CIUP, 2013, p. 141.

<sup>89</sup> BULNES, Francisco. *El porvenir de las naciones latino-americanas ante las recientes conquistas de Europa y Norteamérica: estructura y evolución de un continente*. México, DF: El pensamiento vivo de América, 1953, p. 8.

<sup>90</sup> Sobre Francisco Bulnes Cf: SANTOS JUNIOR, Valdir Donizete dos. “A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina (1898-1914)”. Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

<sup>91</sup> ZEA, Leopoldo. *Op. Cit.*, p. 14-15

necessidade de se afastarem do legado ibérico. Este foi percebido como responsável por se encontrarem marginalizados do progresso. Diante disso, as elites encontraram no positivismo a ferramenta para transformar a situação latino-americana.

#### 1.4. As ideias positivistas

Na segunda metade do século XIX, surgiu uma filosofia que buscava solucionar os problemas sociais a partir dos conhecimentos oriundos das ciências naturais.<sup>92</sup> Antes de discorrer sobre essa filosofia, é importante destacar as duas formas fundamentais em que, do ponto de vista teórico, o positivismo pode ser entendido: primeiro em um sentido epistemológico e, segundo, como um sistema de filosofia, que é o que nos interessa neste estudo.

Enquanto conceito epistemológico, o positivismo pressupõe uma certa atitude em relação à aquisição do conhecimento, que pode ser caracterizada da seguinte forma: leva em conta somente o conhecimento empiricamente verificável; parte do princípio de que todo conhecimento é relativo e, portanto, inconcluso e fragmentário; admite apenas como formas válidas de conhecimento as que se referem a fatos comprovados pela observação e cujos resultados sejam utilitários; reconhece exclusivamente como legítimas fontes de conhecimento aquelas que sejam confirmadas desde o ponto de vista físico-matemático. Consequentemente, o positivismo, nesse sentido, rejeita todas as interpretações metafísicas ou sobrenaturais do real.<sup>93</sup>

Em virtude disso, o positivismo se apresentou como um modo de pensar que, ao mesmo tempo em que expressava uma atitude gnosiológica, de maneira que o conhecimento se limitaria apenas ao estritamente observável; comportava uma atitude normativa, cujas regras de validade e os critérios de verdade do conhecimento, seriam estabelecidos a partir do que era inteligível e passível de verificação pela experiência sensível.<sup>94</sup>

O positivismo, visto pela ótica filosófica, constituía-se como uma teoria do conhecimento na qual o método científico atuava como a única forma que o homem dispunha para conhecer. Tal método consistia em uma ênfase na observação e no experimento, sendo todo conhecimento *a priori* rejeitado de antemão. Era a partir da observação e da

---

<sup>92</sup> KOHN de BEKER, Marisa. *Tendencias positivistas em Venezuela*. Caracas: Imprenta Universitaria, 1970.

<sup>93</sup> VEGA, Marta de la. *Op. Cit.*, p. 49.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 50.

experimentação, segundo essa filosofia, que poderiam ser deduzidas leis gerais dos fenômenos ou das relações entre eles.<sup>95</sup> Essa teoria do conhecimento não era nova, mas a sua formulação sistemática e o termo positivismo surgiram a partir do *Cours de philosophie positive* de Auguste Comte (1798-1857).

August Comte visava uma sistematização e ordenação do saber em uma perspectiva positiva, não apenas por uma necessidade de caráter metodológico, mas, sobretudo, de caráter político e moral. Temendo a anarquia, que ele percebia como um perigo, dadas as inconstâncias revolucionárias e as ameaças de restituição do Antigo Regime, o filósofo francês pretendia reconstruir uma nova ordem que fosse capaz de salvar o passado, sem recorrer à monarquia; que mantivera o presente, sem fazer revolução; e que servisse de base para o futuro. Ou seja, Comte buscava reorganizar a sociedade, tendo em vista superar a velha ordem teológica, retrógrada e o espírito revolucionário negativo, em uma dimensão positiva, de superior racionalidade que conduzisse ao progresso, conforme uma ordem natural, de acordo com os princípios anunciados na física social ou sociologia.<sup>96</sup>

Em linhas gerais, o projeto de Comte, além de se constituir como uma forma de compreender a realidade, oferecia, ao mesmo tempo, um *modus operandi*. Uma teoria aliada ao método, conformando: um plano de transformação social; um projeto político-ideológico; e uma prática social, para conseguir a “regeneração da humanidade”. Segundo Marta de la Vega o projeto de Comte, possuía uma transcendência universal, tendo em vista que, o positivismo orientaria

La marche ultérieure de la régénération humaine, qui, bornée d’abord, sous l’initiative française, a la grande famille occidentale, devra s’étendre ensuite, selon des lois assignables, a tout le reste de la race blanche, et même enfin aux deux autres races principales.<sup>97</sup>

Nesse sentido a filosofia positiva era percebida como a única base sólida para a “reorganização social”, que seria capaz de pôr fim à difícil situação que atravessava as nações “mais” civilizadas. Essa filosofia se apoiaria em uma política positiva, que estaria fundada na história, e esta, na moral. Também se propunha a conciliação da ordem e do progresso, que haviam sido separados, para Comte, desde 1789, ao associar-se ordem ao partido retrógrado e

<sup>95</sup> HALE, Charles A. *Op. Cit.*, p. 348.

<sup>96</sup> VEGA, Marta de la. *Op. Cit.*, p. 86.

<sup>97</sup> “A última marcha da regeneração humana, a qual, limitada primeiro, sob iniciativa francesa, a grande família ocidental, deverá estender-se logo, segundo leis a serem traçadas, a todo o resto da raça branca e finalmente para as outras raças principais”. Tradução minha. COMTE, August *apud* VEGA, Marta de la. *Op. cit.*, p. 94

o progresso ao revolucionário. E por fim, o positivismo visava à transformação das mentalidades, visto como o método de ação prática mais eficaz para resolver os males da sociedade. A ascensão ao estado definitivo de uma sociedade, apenas seria possível através de uma revolução intelectual e moral, em outras palavras, por meio da emancipação social.<sup>98</sup>

De acordo com a teoria do filósofo francês Comte, haveria três estágios da evolução humana. O primeiro seria o teológico ou religioso, passando para o metafísico e, por último, o positivo. Esse terceiro estágio seria social e político, constituído de homens práticos que se preocupariam com o progresso da civilização em suas nações, e deveria superar os estágios anteriores.

A filosofia de Comte fundamentava-se na ideia do conhecimento “positivo”, ou seja, de que o conhecimento poderia ser demonstrado cientificamente. A religião perdia lugar nesse sistema em que eram estabelecidos princípios racionais e empíricos. De acordo com John Lynch, essa teoria ganhou espaço na América Latina a partir de 1870, estendendo-se pelo século XX e vindo a exercer uma influência hegemônica em muitos países latino-americanos.<sup>99</sup>

É importante ressaltar que embora muitos escritores apontem o positivismo como tendo exercido uma influência hegemônica ou quase que hegemônica na América Latina, como Leopoldo Zea, Arturo Ardao, Oscar Terán e John Lynch, Marta de la Vega, na obra *Evolucionismo versus positivismo* (1998), discorda dessa ideia. Para ela, o positivismo, apesar de sua importância, teria sido mitificado e magnificado em relação a sua significação no continente latino-americano e exagerada a sua presença nos seus países. Segundo essa autora, dentre as razões que explicariam a sua tese está o fato de o positivismo não ter sido capaz de reunir os diferentes setores ao redor de ideais comuns, nem interpretar as aspirações nacionais majoritárias. Além disso, o positivismo não criou um sistema de instituições políticas que trouxessem mudanças profundas nas estruturas de poder, e ainda coexistiu com correntes antipositivistas.<sup>100</sup>

De toda forma, mesmo não sendo hegemônico, o positivismo repercutiu profundamente entre aqueles que buscavam explicar as origens políticas e econômicas do continente e depositavam esperanças na promessa de renovação e modernização. Conforme assinala John Lynch, o positivismo satisfazia as elites governamentais, permitindo

---

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 88-89.

<sup>99</sup> LYNCH, John. “A Igreja Católica na América Latina”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. IV. *Op. Cit.*, p. 448.

<sup>100</sup> VEGA, Marta de la. *Op. cit.*, p. 242.

legitimidade ao modelo econômico existente e à sua estrutura autoritária. E, também agradava aos setores da classe média, combinando, “de modo tranquilizador, reformismo e conservadorismo, prometendo progresso material sem ameaçar a estrutura social”.<sup>101</sup>

O apego à ordem guarda relação com o fato de que o positivismo, apesar de ter herdado elementos do iluminismo do século XVIII, ainda assim possuía diferenças notáveis, como por exemplo, o conservadorismo em relação à estrutura social. José D’Assunção Barros baseado no artigo de George Lichtheim “Conceito de Ideologia” (1965), explica que o generoso otimismo do Iluminismo converter-se-ia no século XIX, em uma “atitude apreensiva que visa[va] assegurar a conservação da estabilidade social”. Walter Benjamin também denunciou na obra *Teses sobre o conceito de história* (1940),<sup>102</sup> a ilusão que teria sido introduzida, a partir da concepção mecanicista do progresso, redimensionada conforme uma visão de mundo evolucionista para as classes não dominantes da sociedade industrial.<sup>103</sup>

A forma como o progresso era interpretado, unicamente em função de avanços da tecnologia, atenderia à duas causas fundamentais: primeiro, a crença de que a humanidade caminha inelutavelmente para um mundo melhor, a partir dos progressos tecnológicos, que ocorrem de forma natural, restando, desse modo, o ímpeto revolucionário e fazendo com que os seres humanos, pertencentes às classes menos favorecidas, esperassem, passivamente, “as coisas acontecerem”; segundo, o culto ao progresso encobria o fato de que este não vinha acompanhado, necessariamente de progresso nas relações sociais, não sendo capaz, assim, de diminuir os abismos que separavam um pequeno grupo privilegiado de uma maioria.<sup>104</sup>

Ordem e progresso para Comte constituíam as condições fundamentais da civilização moderna. Essa dupla dimensão, de acordo com Marta de la Veja, fez do positivismo uma filosofia ambígua, que servia não somente para ser utilizada como um instrumento de transformação social, mas também como meio de legitimação da ordem vigente. Por essa razão o positivismo pode ter considerado como conciliáveis a ditadura e a liberdade e ter aparecido na América Latina agitado como bandeira tanto dos liberais como dos conservadores.<sup>105</sup>

Norteadas pelas proposições positivistas, as elites latino-americanas supunham que a emancipação mental seria capaz de gerar tanto o progresso, como a regeneração social, sem

---

<sup>101</sup> LYNCH, John. *Op. Cit.*, p. 448.

<sup>102</sup> Publicada postumamente.

<sup>103</sup> BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História. Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo*. Vol. II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011, p. 92.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 93-94.

<sup>105</sup> VEGA, Marta de la. *Op. Cit.*, p. 125-126.



que pra isso fosse preciso mudar as condições materiais e sociais existentes. Dito em outras palavras, as elites acreditavam que o progresso e a transformação da sociedade poderiam ser alcançados, sem que houvesse necessidade de uma transformação do funcionamento tradicional da economia e da organização social da produção, nem a distribuição das riquezas, nem a participação política. Não à toa, as soluções comumente defendidas, na maioria dos países da América Latina, foram a reforma da educação e a imigração europeia.

Cabe destacar, conforme assinala Marta de la Vega, que o positivismo na Europa foi o resultado “filosófico” do desenvolvimento da cultura científica, no âmbito de uma concepção físico-matemática da realidade. Nesse sentido, essa filosofia positivista surgiu vinculada ao ciencismo, como decorrência do triunfo teórico da ciência positiva da natureza e do avanço de aplicações práticas do conhecimento científico aos processos produtivos, cada vez mais frequentes a partir da segunda metade do século XVIII, até a revolução industrial.

De maneira diferente, na América Latina, o positivismo foi utilizado como um instrumento para incorporar a cultura científica, isto é, um saber experimental físico-matemático, à dinâmica social dos países. Por essa razão, Arturo Ardao afirmou que o positivismo latino-americano foi, fundamentalmente, distinto do europeu por seu caráter de “preceder” e induzir a “cultura científica no sentido estrito, em lugar de ser a sua consequência”.<sup>106</sup>

### **1.5. As ideias positivistas na América Latina**

Entre 1870 e 1930, tem início na América Latina o desenvolvimento propriamente capitalista, consolidando seu processo de expansão econômica e sua inserção na economia mundial, sob a forma de um capitalismo subordinado e dependente. Em um primeiro momento, dependente da Europa e, nas primeiras décadas do século XX, dos Estados Unidos.

Nesse período, o desenvolvimento econômico das novas nações do continente gerou uma série de desequilíbrios internos e ao mesmo tempo, o estabelecimento de novos vínculos de dependência com o exterior.<sup>107</sup> A formação das novas repúblicas independentes não implicou na destruição dos alicerces da antiga ordem, como ocorreu na Europa, com os

---

<sup>106</sup> ARDAO, ARTURO *apud* VEGA, Marta de la. *Op. Cit.*, p. 209.

<sup>107</sup> Vale lembrar que os estados nacionais latino-americanos, desde a sua origem, após os processos independentistas, já surgiram dependentes externamente. Contraíram dívidas nas guerras e, também para obterem o reconhecimento internacional da independência. Nos anos que se seguiram, adquiriram novas dívidas, para suprimir as revoltas internas e para promover a incipiente modernização, através de empréstimos para a construção de ferrovias, estradas, etc.

processos revolucionários. Pelo contrário, nesses países, os processos de independência resultaram na garantia das formas de organização social e política preexistente, submetida por uma minoria vinculada ao setor primário exportador.<sup>108</sup>

A forma liberal oligárquica dos estados nacionais se expressava pela existência, simultânea, de instituições jurídico-políticas apoiadas, pelo menos na teoria, nas modernas democracias liberais europeias, mas que na prática, não resultava no alcance social dos princípios de igualdade, liberdade e universalidade. Esses princípios beneficiavam e se aplicavam restritamente aos grupos sociais dominantes, no caso a oligarquia.

A oligarquia, que integrava os setores minoritários que controlavam a estrutura agrária tradicional e a incipiente burguesia comercial importadora, constituía a classe dominante beneficiária de uma economia integrada ao mercado internacional. É essa heterogeneidade, na conformação da classe dominante, que explica, entre outros fatores, que os movimentos de modernização tenham sido, por um lado, progressistas, e, por outro, conservadores.

De acordo com Marta de la Vega, determinados traços característicos da realidade latino-americana favoreceram a penetração do positivismo, bem como elementos próprios desta filosofia se tornavam atrativos para o cenário político desses países. Além de contribuir para legitimar o modelo de crescimento econômico adotado por eles, ao ingressar na modernidade.<sup>109</sup>

Nesse contexto, o positivismo, uma ideologia conciliatória, se converteria em uma valiosa ferramenta para alcançar os objetivos comuns de um grupo heterogêneo, na busca pelo crescimento econômico, estabilidade interna e prosperidade nacional. As elites depositavam suas esperanças no equilíbrio político, pois consideravam que a partir disso os ideais civilizatórios europeizantes seriam consolidados.<sup>110</sup> A forma para se alcançar esses ideais seria através da inversão de capital estrangeiro, da imigração europeia e da laicização do Estado.

Não à toa, o positivismo na América Latina foi expressão de uma aliança nacional entre as principais facções das elites, os denominados liberais e conservadores. Outro elemento que tornava o positivismo atrativo como instrumento político no continente, foi o

---

<sup>108</sup> VEGA, Marta de la. *Op. Cit.*, p. 197.

<sup>109</sup> *Ibidem*, p. 200.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 201.

fato de destacar uma “nova ordem”, conforme a teoria dos três estados, para conseguir, assim, uma sociedade regenerada, positiva e industrial.<sup>111</sup>

O sentido político do positivismo para as elites latino-americanas estava em que o progresso, por ser eminentemente de ordem mental, não implicava necessariamente em uma transformação das estruturas econômicas e sociais existentes. Por conseguinte, essa doutrina se converteria em um meio de legitimação teórica do papel e objetivo de minorias privilegiadas e da justificação prática de ditaduras personalistas, como foi o caso de Porfirio Díaz (1830-1915), no México, e Vicente Gómez (1857-1935), na Venezuela.<sup>112</sup>

Os efeitos disso foram um progresso formal, sem nenhuma mudança na estrutura; o poder político controlado por uma oligarquia; um precário, incipiente e desarticulado desenvolvimento industrial, especialmente ligado à economia primário-exportadora, e dependente externamente; um regime de escassa participação social, não obstante ser legalmente democrático; um projeto de reforma social com alcances muito reduzidos.<sup>113</sup>

Aliado às ideias racistas, o positivismo, entendido aqui como um conjunto de ideias filosóficas e sociais, influenciou significativamente a intelectualidade. Nesse contexto, o cerne das proposições racistas mais recorrentes na América Latina, foi organizado a partir do pensamento positivista.<sup>114</sup> Com a institucionalização<sup>115</sup> do Estado em fins do século anterior, os intelectuais positivistas latino-americanos assumiram a função de determinar o “contingente” nacional, o que significava estabelecer os que estariam presentes e os que ficariam de fora do projeto político. Índios, negros e mestiços, estavam associados à ideia de crise e fracasso frente ao progresso. Diante disso, muitos intelectuais culpavam o povo pelo atraso do continente, uma vez que os percebiam como incapazes de assimilar a ciência e a técnica.

A filosofia positivista foi amplamente aceita pela intelectualidade da América Latina. Variadas manifestações da vida científica, religiosa, artística, pedagógica, jurídica, política,

---

<sup>111</sup> Marta de la Vega em sua análise estabelece uma diferenciação entre o positivismo e o evolucionismo. Essa autora critica os estudos que apontam o evolucionismo como expressão do positivismo anglo-saxão. De acordo com ela, foram poucos os que traçaram uma diferenciação entre essas duas doutrinas, de tal modo que para Vega uma das primeiras interpretações, nessa perspectiva, marcando a diferença entre positivismo e evolucionismo, foi do brasileiro Silvío Romero que, em 1894, apresentava essas doutrinas como um conjunto de ideias antagônicas. *Ibidem*, p. 12.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 203.

<sup>113</sup> *Ibidem*.

<sup>114</sup> FUNES, Patricia. ANSALDI, Waldo. “Cuestión de piel. Racialismo y legitimidad política en el orden oligárquico latinoamericano”. In: ANSALDI, Waldo (coord.) *Calidoscopio latinoamericano: imágenes históricas para un debate vigente*. Buenos Aires: Ariel, 2004, p. 452.

<sup>115</sup> Formação de uma burocracia civil, com estabilidade econômica e política.

moral e, especialmente filosófica do mundo latino-americano, foram atingidas de alguma maneira pelo positivismo. Os ideais positivistas pareciam oferecer os meios para mudar a dura realidade do continente.

Convém lembrar que, ao mesmo tempo em que o positivismo se desenvolvia na Europa, notamos trabalhos de intelectuais latino-americanos, mais ou menos nesse período, tais como Lastarria, Sarmiento e Alberdi, que se identificavam com as ideias, posteriormente conhecidas como positivistas.<sup>116</sup> Isso está relacionado ao fato de que esses intelectuais se inspiraram em teorias filosóficas europeias que antecederam o positivismo. Autores como Saint Simon (1750-1825), Jeremy Bentham (1748-1832), James Mill (1773-1836), Benjamin Constant (1767-1830), Jules Michelet (1798-1874) e Étienne Bonnot Condillac (1715-1780), exerceram uma grande influência no pensamento de August Comte.

A adoção da filosofia positivista na América Latina, de acordo com Leopoldo Zea, estava ligada ao anseio dos intelectuais de mudar a realidade do continente. Eles teriam adotado a filosofia por considerarem que era ela que tinha dado origem ao mundo, que percebiam como civilizado e do qual se tentava fazer parte.<sup>117</sup> Os intelectuais teriam tomado o positivismo como instrumento para enfrentar uma realidade que deveria ser transformada e, partindo de uma profunda análise do continente, procuraram meios de regenerá-lo. Essa regeneração deveria vir de modo a garantir a ordem e a modernização.

O positivismo na América Latina, conforme assinalou Oscar Terán, foi utilizado como uma instância interpretativa tanto do passado nacional como dos problemas mais agudos em cada país. Nesse movimento, podemos encontrar analogias e equivalências, mas também, objetivos políticos e culturais nem sempre semelhantes. Isso guarda relação com o fato de que o positivismo latino-americano, embora tenha possuído certas linhas comuns que lhe dotaram de um clima de ideias mais ou menos homogêneo, se deparou com uma diversidade de configurações nacionais.<sup>118</sup>

Através do positivismo, portanto, os latino-americanos viam a possibilidade de substituir a ordem teológica imposta pelas metrópoles ibéricas. Nesse conjunto de ideias, segundo Leopoldo Zea, a intelectualidade do continente encontraria a inspiração e a justificação para suas propostas. No México, o positivismo seria utilizado para por fim à

---

<sup>116</sup> Esse fato levou alguns autores a considerarem a existência de um positivismo autóctone latino-americano, uma vez que algumas ideias tidas como positivistas teriam sido formuladas, nessa parte do continente, antes que Comte formulasse suas teorias. A esse respeito Cf. GUADARRAMA, Pablo. *Positivismo y antipositivismo en América Latina*. Bogotá: Editorial de Ciencias Sociales, 2004.

<sup>117</sup> ZEA, Leopoldo. *Op. Cit.*, p. 62.

<sup>118</sup> TERÁN, Oscar. *América Latina: positivismo y nación*. México: Editorial Katún, 1983, p. 19-20.

anarquia que teria predominado desde a época da independência. O porfiriato<sup>119</sup>, nesse sentido, foi visto como uma alternativa à instabilidade política que o país enfrentou por muito tempo. Esse regime reunia autoritarismo e anseio pela modernização.<sup>120</sup>

Na Argentina, de modo semelhante ao México, essa filosofia foi adotada com o intuito de impedir governos caudilhistas como de Juan Manuel de Rosas, que para alguns intelectuais argentinos, como Sarmiento, teria conduzido o país a um estado de barbárie e anarquia. Muitos estudos, inspirados no positivismo, procuraram analisar o progresso, tanto a luz das novas questões que se impunham em fins do século XIX, tais como mudanças sociais, imigração, urbanização, entre outras, bem como de temas mais antigos, os chamados “vícios orgânicos”, relacionados à questão da raça, à formação da nacionalidade e à questão do sujeito político. De acordo com Maristella Svampa, uma especificidade do positivismo na Argentina, em relação a outros países do continente, seria que em determinados momentos a análise do passado ocorreu em uma perspectiva relativamente otimista, tendo em vista que a maciça imigração nesse país trouxe transformações evidentes, de modo que em um período de trinta anos, a república platina se tornaria o país mais europeu da América Latina.<sup>121</sup>

No Chile, essa filosofia teria sido utilizada como ferramenta para desenvolver e assegurar as instituições liberais, uma vez que esse país, diferente da maioria das outras nações hispano-americanas, logo após a independência, havia se constituído em uma república central e estável.<sup>122</sup> O Chile durante quarenta anos, quase ininterruptos, conseguiu garantir a estabilidade constitucional, além de contar com um sistema multipartidário.<sup>123</sup>

No Uruguai, segundo Leopoldo Zea, o positivismo operou como instrumento moral para acabar com as disputas locais e a corrupção. Desde a sua independência em 1828 esse país passou por um longo período de instabilidade política: vários golpes de Estado promovidos por caudilhos e militares; longas guerras, como a Guerra Grande (1839-1851);

---

<sup>119</sup> Período em que Porfirio Díaz governou o México de 1884 a 1911. Entre 1876 e 1880 ele já havia governado, mas na sua segunda gestão permaneceu no poder por quase 30 anos, sendo destituído pela Revolução. Durante esse período, o México passou por profundas transformações econômicas, políticas e sociais. A respeito do porfiriato Cf. KATZ, Friedrich. “O México: República Restaurada e o Porfiriato, 1867-1910”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. V. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

<sup>120</sup> ZEA, Leopoldo. *La filosofía como compromiso de liberación*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1991, p. 252.

<sup>121</sup> SVAMPA, Maristella. “La dialéctica entre lo nuevo y lo viejo: sobre los usos y nociones del caudillismo en la Argentina”. In: GOLDMAN, Noemí e SALVATORE, Ricardo (compiladores). *Op. Cit.*, p. 60.

<sup>122</sup> ENRÍQUEZ, Lucrecia. “Da Monarquia à República: o Chile na América (primeira metade do século XIX)”. In: PAMPLONA, Marco Antonio e STUVEN, Ana Maria (orgs.). *Estado e Nação no Brasil e no Chile ao longo do Século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 61.

<sup>123</sup> BLAKEMORE, Harold. “O Chile da Guerra do Pacífico à Grande Depressão, 1880-1930”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. V. *Op. Cit.*, p. 412.

intervenções europeias; além de guerras civis, que se prolongaram na segunda metade do século XIX. Somente entre os anos de 1890 a 1897, é que o país vivenciaria um período mais estável de governo civil e liberdade política, que, no entanto, seria abalado por mais uma guerra civil.<sup>124</sup>

Na Bolívia, o positivismo ganhou força, sobretudo, após a Guerra do Pacífico (1879-1883), de forma que as duas universidades mais importantes, La Paz e Chuquisaca (Sucre), se converteram nos centros mais importantes de difusão do positivismo durante fins do século XIX e as primeiras décadas do XX. De maneira semelhante a outros países, na Bolívia, os positivistas cultuavam a ciência e o avanço tecnológico como expressão do progresso e rejeitavam o obscurantismo clerical.<sup>125</sup> O positivismo também esteve impregnado do critério racista, dando lugar a uma vasta literatura que criticava o predomínio do elemento indígena na formação social boliviana e a mestiçagem.

Na Venezuela, o positivismo foi um instrumento ideológico ambivalente, se por um lado, foi utilizado pela nova classe dirigente *criolla* para consolidar seu poder, contra os resquícios do escravismo; por outro, foi empregado contra as classes populares que aspiravam a uma profunda transformação social. Portanto, o positivismo foi progressista, no sentido de romper com o passado colonial, e conservador, ao passo que pretendia impedir as mudanças sociais e políticas verdadeiramente democráticas.<sup>126</sup>

O Peru também se apoiou no positivismo para sair do atraso em que se encontrava. Esse país saiu derrotado da Guerra do Pacífico, o que levou a sua intelectualidade a uma análise introspectiva para detectar as causas desse atraso. Convencidos de que um dos fatores que impediam a incorporação da modernização era sua conformação social, aprovou uma Lei de Imigração, em 1893. Esta lei, diferente das anteriores, não pretendia resolver o problema da mão de obra, como havia sido na época do guano, mas sim, trazer imigrantes com as “virtudes” da raça branca.<sup>127</sup>

O Brasil seguiu uma trajetória distinta das repúblicas hispano-americanas após o processo de independência, que não levou a uma ruptura com a monarquia portuguesa e, se comparado aos vizinhos, experimentou uma estabilidade política ao longo do século XIX.<sup>128</sup>

---

<sup>124</sup> ODDONE, Juan A. “A Formação do Uruguai Moderno, 1870-1930”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Volume V. *Op. cit.*, p. 612-613.

<sup>125</sup> GUADARRAMA, Pablo. *Op. Cit.*, p. 95-96.

<sup>126</sup> CAPPELLETTI, Ángel J. *Positivismo y evolucionismo en Venezuela*. Caracas: Monte Avila Latinoamericana, 1994, p. 28.

<sup>127</sup> CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. *Op. Cit.*, p. 190.

<sup>128</sup> Não obstante os conflitos no período conhecido como regencial.

Entretanto, as décadas de 1870 e 1880, foram marcadas por reformas e mudanças, entre as quais a abolição da escravidão e a proclamação da república. De acordo com Emilia Viotti da Costa, as reformas ocorridas no Brasil, do mesmo modo que nos países hispano-americanos, surgiam como respostas às novas realidades econômicas e sociais oriundas do desenvolvimento capitalista, não apenas “como fenômeno mundial, mas em suas manifestações especificamente brasileiras”.<sup>129</sup>

O desenvolvimento econômico, expresso no processo de urbanização, de imigração, de transportes e de industrialização incipiente, trouxe “desordens” sociais: o declínio das elites tradicionais e, concomitantemente, o surgimento de novos grupos sociais. Para estes, as instituições criadas, depois da independência, e a hegemonia política das oligarquias agrárias e comerciais tradicionais, teriam se tornado, a partir de 1870, obstáculos ao progresso, daí adotarem as teorias de Comte e Spencer, por considerarem que elas

ofereciam uma doutrina, um método de análise, uma teoria política e, acima de tudo, a convicção tranquilizadora de que a humanidade era impelida inevitavelmente para o progresso e de que era possível mudar sem subverter a ordem social.<sup>130</sup>

Dessa forma, em todo o continente o positivismo foi percebido como a melhor maneira de garantir uma estabilidade política e incorporar-se ao progresso. Com efeito, “ordem e progresso” seriam os lemas dessa filosofia. Em muitos momentos, isso implicava na importação de soluções definitivas para os problemas latino-americanos, cujos modelos provinham dos países europeus e, posteriormente, dos Estados Unidos que, após a Guerra de Secessão (1861-1865), deram início a um processo de desenvolvimento que despertaria a admiração de muitos intelectuais e políticos latino-americanos. Os argentinos Sarmiento e Alberdi, por exemplo, impressionados com a organização política e a modernização econômica do “colosso do norte”, passaram a incentivar uma aproximação e mesmo a adoção daquele modelo de desenvolvimento norte-americano.

Sarmiento foi um dos mais exaltados na defesa do modelo de desenvolvimento estadunidense. Quando presidente da Argentina (1868-1874) procurou implementá-lo incentivando o desenvolvimento da educação primária laica e aceitando a “conquista do

---

<sup>129</sup> COSTA, Emilia Viotti da. “Brasil: A Era da Reforma, 1870-1889”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. V. *Op. Cit.*, p. 707.

<sup>130</sup> *Ibidem*, p. 731.

deserto”<sup>131</sup> e o extermínio da população indígena. Esse autor foi ainda mais longe na já citada obra *Conflicto y armonía de las razas en América*, que ao final conclamava seus conterrâneos abertamente para imitá-los: “seamos Estados Unidos”.

Conforme foi visto, intelectuais como Alberdi e Sarmiento admiravam profundamente os Estados Unidos e associavam o desenvolvimento deste país à herança anglo-saxônica, que possuía uma concepção de trabalho distinta da ibérica. Essa admiração se potencializou ainda mais após a derrota da Espanha no processo de independência cubana e porto-riquenha, em 1898, como veremos abaixo. Entretanto, cabe ressaltar que houve vozes dissonantes na América, que criticaram as propostas de adoção do modelo de desenvolvimento europeu e norte-americano.

O líder da independência cubana José Martí (1853-1895), na década de 1880 denunciou a *ianquemanía*, o comportamento que fazia com que muitos cubanos se deslumbrassem com a possibilidade dos Estados Unidos anexarem Cuba ao seu território. O escritor uruguaio José Enrique Rodó (1872-1917) denominou de *nordomanía* essa admiração excessiva acompanhada do desejo de imitação, que poderia conduzir à descaracterização da América de tradição hispânica. Tal maneira de observar os Estados Unidos despertou em Rodó o medo de que a admiração passasse à imitação,<sup>132</sup> fazendo com que surgisse uma América deslatinizada.<sup>133</sup>

Na época, a comparação entre as duas Américas era um tema bastante frequente e vinha sempre em um tom condenatório. A América Latina era vista como atrasada, enferma, lugar onde a barbárie predominava e com possibilidades muito limitadas de alcançar o progresso, dado a conformação biologicamente heterogênea de sua população. Por outro lado, os Estados Unidos representariam o modelo de civilização e progresso, além de defenderem a homogeneidade de suas etnias fundadoras. Martí e Rodó criticaram tal postura e,

---

<sup>131</sup> A “Conquista do deserto” ou “Campanha do deserto” teve início na década de 1870 quando foram enviadas campanhas militares, lideradas pelo general Julio Argentino Roca (1843-1914), às vastas regiões dos Pampas e da Patagônia, na época, sob o controle dos indígenas, com o intuito de dominar e ocupar esses territórios para o desenvolvimento de diversas atividades agrícolas e promover um crescimento das exportações e a inserção da Argentina no cenário internacional. Essas campanhas levaram ao extermínio de muitos grupos indígenas. CORTÉS CONDE, Roberto. “O crescimento da Economia Argentina, c.1870-1914”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. V. *Op. Cit.*, p. 479.

<sup>132</sup> RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Tradução: Denise Bottman. – Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1991. (Coleção Repertórios), p. 69-70.

<sup>133</sup> A respeito da construção de uma identidade latino-americana a partir de Martí e Rodó Cf. GOUVEIA, Regiane. “O Enigma Latino-Americano: formação de identidades e polarizações entre América Latina e Estados Unidos nos escritos de Martí e Rodó”. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.



contrariamente, ressaltaram as diferenças entre a América Latina e os Estados Unidos de forma positiva.

Ambos os autores, se contrapondo ao positivismo de fins do século XIX, condenaram a importação de soluções definitivas para questões latino-americanas. Eles defenderam a importância da educação para o desenvolvimento da América Latina e se preocuparam com a valorização do que era característico dos povos americanos. Além disso, e na contramão do que era considerado na época, Martí e Rodó negaram o atraso do continente como algo que lhe era inerente.<sup>134</sup> Sendo assim, se por um lado, o positivismo desempenhou um papel quase que hegemônico em fins do século XIX e início do XX na América Latina, por outro, é importante ressaltar que houve também críticas a alguns aspectos dessa filosofia.

As ideias racistas e positivistas ganharam espaço entre a intelectualidade e influenciaram as análises e as propostas de transformação da realidade. Também é importante elucidar que outras questões impostas ao contexto latino-americano intensificaram as ideias racistas, já na virada para o século XX. A guerra hispano-americana, em 1898, contribuiu sobremaneira para esse debate. Os efeitos dessa guerra não foram sentidos apenas na Espanha e nos países envolvidos, mas também refletiram em outros países, principalmente na América do Sul, onde se desenvolveram correntes de pensamentos que exerceriam grande influência na intelectualidade nas primeiras décadas do século XX.

Entre os variados desdobramentos que podemos observar das ideias racistas, a *hispanidad* consiste, indubitavelmente, em um deles. Veremos a seguir como a repercussão da guerra de independência cubana constituiu outro elemento fundamental nesse debate, interferindo nas relações entre a intelectualidade latino-americana e espanhola e, contribuindo, também, para redimensionar os debates racistas.

### **1.6. A *hispanidad* como expressão das teorias racistas**

Em fins do século XIX e início do XX, proliferaram intensos debates intelectuais, muitas vezes oriundos de discussões de séculos anteriores, e inspirados em grande parte nas teorias científicas do século XVIII. Conforme foi visto, determinados avanços científicos no século XIX haviam permitido que temas envolvendo a disputa de raças ganhassem amplo espaço nas esferas política e intelectual, tanto na Europa quanto na América.

---

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 77.

O debate travado entre os defensores da raça latina e os da raça anglo-saxônica, na virada para o século XX, teve uma influência significativa na produção de vários intelectuais da época. Naquele momento em que alguns países da Europa se encontravam em crise, em meio à luta pela emancipação do Caribe e ao receio da política expansionista norte-americana, intensificaram-se as conjecturas acerca da superioridade ou inferioridade dos povos latinos frente aos anglo-saxões.

Nesse contexto, as teorias racistas haviam se apropriado de um novo desenvolvimento técnico que trouxe novas consequências ideológicas: a medição do índice cefálico para examinar as diferenças entre as populações europeias, vistas até então como um conjunto unitário.<sup>135</sup> Essa apropriação veio aliada ao movimento romântico – que destacava a superioridade das instituições anglo-saxônicas em relação às de outras partes da Europa – e, acabou contribuindo, em um momento em que as derrotas de países de origem latina frente a países anglo-saxões, como a Guerra Franco-Prussiana (1870), da Itália na Etiópia (1896),<sup>136</sup> e o *ultimatum* inglês de 1890 que colocou fim ao projeto português de um grande império na África austral, da costa atlântica à costa do Índico<sup>137</sup> e, mais tarde a da Espanha, fossem percebidas como evidências da inferioridade latina.

Na América, em fins do século XIX, a Espanha ainda conservava como colônias Cuba e Porto Rico, que embora houvesse décadas lutassem pela independência, ainda permaneciam sobre o domínio espanhol.<sup>138</sup> Em 1895 explodiu mais uma revolta em Cuba, liderada por José Martí, que pereceu nos primeiros meses de luta. A guerra se estenderia por mais três anos, até que os Estados Unidos intervissem. Logo da entrada do “gigante do norte”, a Espanha foi facilmente vencida. Além de perder as últimas possessões na América, o país ibérico, no tratado de Paris, assinado em dezembro de 1898, teve que renunciar também a Ilha de Guam e

---

<sup>135</sup> QUIJADA, MÓNICA. “Latinos y anglosajones. El 98 en el fin de siglo sudamericano”. *Op. Cit.*, p. 597.

<sup>136</sup> A derrota da Itália na Batalha de Adwa, em 1896, pela Etiópia, também fortaleceu a ideia da decadência da raça latina.

<sup>137</sup> MATOS, Sergio Campos. “A guerra hispano-americana (1898): repercussões em Portugal”. In: Estudos em homenagem a João Francisco Marques. Vol. II, pp.149-161, 2001, p. 150.

<sup>138</sup> A respeito da guerra hispano-cubano-norte-americana ver o trabalho de Manuel Moreno Fragonal que aponta importantes antecedentes das relações de Cuba com a Espanha antes de 1895. Esse autor chama a atenção para que a guerra de 1898 não foi apenas um conflito entre Espana e Estados Unidos, mas uma guerra que ocorreu em meio a outra guerra. MORENO FRAGINALS, Manuel. “España, Cuba y a guerra hispano-cubano-norteamericana”. IN: VEGA, Mariano de; MARTÍN, Francisco; MORALES MOYA, Antonio. *Jirones de Hispanidad: España, Cuba, Puerto Rico y Filipinas en la perspectiva de dos cambios de siglo*. España: Ediciones Universidad de Salamanca, 2004, p. 15.

as Filipinas no Pacífico. Após essa derrota, surgiu na Espanha um grupo de intelectuais que ficaram conhecidos como a “geração de 98” ou “regeneracionistas”.<sup>139</sup>

Essa geração foi marcada pelo pessimismo e surgiu em um momento em que a palavra intelectual ganhava novos significados, principalmente na Espanha e na França, onde homens de ciência e cultura começavam a intervir no debate público por meio de manifestos e da imprensa.<sup>140</sup> A geração de 98, diante do *desastre*, maneira como se referiam à derrota espanhola, procurou analisar as causas da catástrofe que se abatera sobre o antigo império, isto é, o que teria levado a grandiosa Espanha à situação de decadência que se encontrava. Nessa perspectiva, em um primeiro momento buscaram modernizar o país ibérico, através da razão, da democracia e do progresso econômico. Logo depois, buscou-se afirmar a identidade espanhola, por meio do resgate da *hispanidad*.

Os intelectuais espanhóis, diante da crise na qual a Espanha se viu envolvida após a derrubada dos últimos rincões coloniais, americano e asiático, se uniram tendo em vista a regeneração de seu país. Essa regeneração viria, segundo eles, através da modernização, sem, contudo, negar a identidade. Além das condições materiais, tais intelectuais propunham uma regeneração espiritual da raça hispânica, entendida em um viés cultural. Dentre os nomes associados a esta geração estão: Miguel de Unamuno (1864-1936), Ramiro de Maeztu (1875-1836), José Martínez Ruiz (1873-1967), conhecido como Azorín, Ángel Ganivet (1865-1898), Antonio Machado (1875-1939) e José Ortega y Gasset (1883-1955).<sup>141</sup>

A guerra acabou tendo efeitos paradoxais na América Latina. Se por um lado a derrota espanhola fazia com que se intensificassem as propostas de adoção do modelo de desenvolvimento norte-americano, por outro, também contribuiu para a criação de uma imagem negativa dos Estados Unidos, e levou a uma aproximação entre os países hispano-americanos e a Espanha. Desde as guerras de independência as relações entre os dois lados do Atlântico estavam estremecidas. Segundo Eduardo Deves, a definição de um inimigo comum propiciou o surgimento de uma rede de solidariedade que criava laços de identidade mediante sensibilidades comuns.<sup>142</sup>

<sup>139</sup> Cabe ressaltar que muitos intelectuais que foram associados a esta geração negavam a existência da mesma.

<sup>140</sup> Essa mudança na palavra intelectual guarda relação com o conhecido caso Dreyfus, que levou intelectuais a se manifestarem publicamente, a partir da carta de Emile Zola, *J'accuse* dirigida ao então presidente da França, Félix Faure, em 13 de janeiro de 1898, no jornal *L'Aurore*. MARROYO, Fernando Sánchez. *Op. Cit.*, p. 134.

<sup>141</sup> CAPELATO, Maria Helena. “A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica”. In: *História*, São Paulo, 2003, p. 39-40.

<sup>142</sup> DEVÉS, Eduardo. “El pensamiento latinoamericano entre la última orilla del siglo XIX y la primera del siglo XXI”. In: ZEA, Leopoldo; SANTANA, Adalberto (compiladores). *Op. Cit.*, p. 33.

Para Antonio Mitre, a derrota espanhola teria levado a geração de 1898 a um “ato de introspecção e reflexão circunstanciada sobre as causas da catástrofe”.<sup>143</sup> E, a partir disso, surgiram correntes hispano-americanistas que tinham em vista a valorização da antiga metrópole, o que contribuiu para um intercâmbio de ideias entre as ex-colônias e a ex-metrópole. Formava-se assim uma rede que estimulava o contato entre os intelectuais hispano-americanos e espanhóis permitindo um intenso diálogo. O proeminente poeta nicaraguense Ruben Darío (1867-1916), correspondente do jornal argentino *La Nación*, em 1898 viajara à Espanha e, no caminho, exaltou a antiga metrópole em uma crônica:

De nuevo en marcha, y hacia el país maternal que el alma americana – americano-española – ha de saludar siempre con respeto, ha de querer con cariño hondo. Porque si ya no es la antigua poderosa, la dominadora imperial, amarla el doble; y si está herida, tender a ella mucho más.<sup>144</sup>

Lá, entrou em contato com Miguel de Unamuno, que foi um dos regeneracionistas que mais contribuíram para a rede de intelectuais que se formara. Esse escritor, na primeira década do século XX, se correspondia com vários hispano-americanos, comentava suas obras e estimulava a circulação dessas e de pessoas interessadas pelo tema ibérico e americano.<sup>145</sup> Ele também contribuiu para a divulgação de obras americanas na Espanha, que na época eram vistas com desconfiança e desprezo por muitos dos seus conterrâneos. Pío Baroja, associado à geração de 1898, escrevera de modo desrespeitoso sobre o Novo Mundo. Esse autor deixou claro a falta de simpatia que sentia, tanto pelos hispano-americanos, quanto por sua produção intelectual. Fez críticas a Sarmiento, a Manuel Ugarte, a José Ingenieros e a Ricardo Rojas, declarando: “¡Qué oleada de vulgaridad, snobismo, chabacanería nos há venido de América!”<sup>146</sup>

Unamuno não compartilhava dessa opinião, incentivou a unidade do “mundo hispânico” e defendeu a existência de laços sanguíneos entre a Espanha e a América Hispânica, ressaltando a importância de que se conhecessem mutuamente e os benefícios que poderiam sobrevir com a aproximação espiritual entre as duas margens do Atlântico. Rafael Altamira (1866-1951) também estimulou a aproximação e o desenvolvimento de políticas

<sup>143</sup> MITRE, Antonio. “Estado, Nação e Território na Bolívia Oligárquica, 1850-1914”. In: PAMPLONA, Marco A., e MÄDER, Maria Elisa (org.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Peru e Bolívia*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 219.

<sup>144</sup> DARÍO, Ruben *apud* DEVÉS, Eduardo. *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>145</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>146</sup> BAROJA, Pío *apud* ALAZRAKI, Jaime. “Unamuno Crítico de la Literatura Hispanoamericana”. *Hispania*, vol. 49, nº4, 1966, p. 756.

culturais, com o intuito de recuperar o prestígio espanhol nas antigas colônias, persuadindo-as da “possibilidade de conviver espiritualmente”.<sup>147</sup>

Por quase um ano, entre 1909 e 1910, Rafael Altamira proferiu conferências na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Peru, no México e em Cuba, entrevistou-se com personalidades da cultura e da política, entrevistou em colóquios com especialistas americanos sobre metodologia da história, aspectos jurídicos, organização universitária, reforma social e temas variados da história da Espanha. Também transmitiu todas as reflexões e realizações reformistas levadas a cabo na Universidade de Oviedo, de onde procedia, com o desejo de mostrar uma Espanha moderna e insistindo no interesse isento de quaisquer resquício de colonialismo da Espanha pela América.<sup>148</sup>

É importante ressaltar que em alguns momentos a *hispanidad* foi percebida com desconfiança por parte de intelectuais latino-americanos, o cubano Fernando Ortiz (1881-1969) criticou a Rafael Altamira e outros intelectuais comprometidos com o hispano-americanismo. Para ele, a Espanha tinha um projeto “neoimperialista”, embora ressaltasse que se tratava de um “neoimperialismo manso” por ser apenas intelectual e econômico.<sup>149</sup>

Outro fator que pode ter contribuído para a formação da rede intelectual, segundo Devés, foi a forma como a Espanha passou a ser vista pelos hispano-americanos após a derrota para os Estados Unidos. A imagem associada à Espanha passou a ser de um país humilhado, doente e decadente, o que teria levado a uma mudança na forma de perceber a antiga metrópole, tornando-a mais acessível e mesmo sensível. Com efeito, por ocasião da guerra, a Argentina, o Chile e o Uruguai, em solidariedade à Espanha, ofereceram homens e dinheiro para auxiliar no conflito, apesar dos governos dos respectivos países terem procurado se manterem neutros. A opinião pública, contrariando essa neutralidade, fez atos e buscou levantar fundos para ajudar o país ibérico.<sup>150</sup>

No dia 2 de maio de 1898, ocorreu um ato no Teatro Victoria de Buenos Aires, que tinha em vista tanto repudiar a intervenção estadunidense na guerra, quanto levantar fundos de ajuda à Espanha. Esse ato iniciou com o hino nacional argentino, foi seguido pela Marselhesa, as Marchas Reais da Itália e da Espanha, o prelúdio de “La Dolores” e a Marcha de Cádiz. Roque Sáenz Peña e Paul Groussac se pronunciaram e escreveram versos que foram lidos

---

<sup>147</sup> DEVÉS, Eduardo. *Op. cit.*, p. 31.

<sup>148</sup> CALLE VELASCO, María Dolores de la. “Hispanoamericanismo. De la fraternidad cultural a la defensa de la Hispanidad”. IN: VEGA, Mariano de; MARTÍN, Francisco; MORALES MOYA, Antonio. *Op. Cit.*, p. 157.

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 158.

<sup>150</sup> DEVÉS, Eduardo. *Op. cit.*, p. 23.

pelo cônsul italiano, intitulado “Per la Spagna, canzone di guerra” proclamando a Espanha como herdeira da grandeza de Roma.<sup>151</sup>

Júlio Sánchez Gómez, por meio dos jornais da época, analisou como a imprensa latino-americana percebeu a guerra hispano-americana. Em jornais da Colômbia, do Uruguai e da Argentina, entre os anos de 1898 e 1906, houve muitas demonstrações de apoio à Espanha e rechaço aos Estados Unidos.<sup>152</sup> Diferentemente do que aconteceu no Brasil, onde a imprensa foi majoritariamente favorável aos Estados Unidos.<sup>153</sup>

À medida que o sentimento de solidariedade para com a Espanha surgia, a imagem negativa dos Estados Unidos era reforçada, juntamente com a percepção de que eles representariam uma ameaça à soberania das nações latino-americanas. Nesse período, houve um intenso intercâmbio entre os escritores, muitos vieram para a América Latina para passar uma temporada, como os espanhóis Unamuno, Valle Inclán, Maeztu, Rafael Altamira e Ortega y Gasset, ao mesmo tempo em que os hispano-americanos Manuel Ugarte, Ricardo Rojas, Rufino Blanco Fombona, Alcides Arguedas, Manuel Gálvez e Alfonso Reyes, viajaram ou se instalaram na Espanha.

Surgiram obras de ambos os lados do Atlântico que destacavam o espiritualismo da América Latina em relação ao materialismo norte-americano. O já citado poeta modernista Rubén Darío, na obra *Cantos de Vida y Esperanza* (1905), exaltou em alguns poemas a antiga metrópole e relegou aos Estados Unidos o papel de antagonista. Nesse sentido, Darío abriu espaço para uma nova postura americana que possuía atitudes de solidariedade frente às ameaças históricas do “colosso do Norte”. A obra de Rodó, *Ariel* (1900), uma das mais famosas, trouxe novamente a polaridade entre as raças. No entanto, em um viés diferenciado no qual as raízes ibéricas eram valorizadas e tomadas como elemento importante constitutivo da identidade latino-americana.

Ao mesmo tempo em que alguns intelectuais propunham a valorização da tradição ibérica, incentivavam uma mudança no comportamento dos latino-americanos, de modo a acabar com o sentimento de inferioridade e pessimismo em relação aos Estados Unidos. Essa

---

<sup>151</sup> QUIJADA, Mónica. *Op. Cit.*, p. 596.

<sup>152</sup> Sánchez Gómez analisou principalmente os jornais *La Nación*, *La Democracia*, *El Día* do Uruguai; *La Nación* da Argentina; *El Espectador*, *El Porvenir* da Colômbia; *La Opinión Nacional* do Peru; *Jornal do Comércio* do Brasil.

<sup>153</sup> SÁNCHEZ GÓMEZ, Julio. “Hermana mayor o enemiga: Latinoamérica frente a Estados Unidos en el cambio de siglo (1898-1906)”. IN: VEGA, Mariano de; MARTÍN, Francisco; MORALES MOYA, Antonio. *Jirones de Hispanidad: España, Cuba, Puerto Rico y Filipinas en la perspectiva de dos cambios de siglo*. España: Ediciones Universidad de Salamanca, 2004, p. 174.

frustração refletia as emoções de uma época em que proliferavam análises acerca da condição patológica do continente.<sup>154</sup>

Monica Quijada se opõe as análises que atribuem ao *desastre* a dissolução da última barreira que impedia o contato entre Espanha e América Hispânica<sup>155</sup>, e as proposições que defendem 1898 como um divisor de águas nas relações entre elas. De acordo com a autora, essa aproximação já vinha ocorrendo desde os anos de 1870. Dessa forma, em sua opinião, o que teria caracterizado o discurso que se produziu em torno da guerra foi exatamente a racialização extrema das dicotomias, tanto na América como na Europa. Portanto, o conflito entre o país ibérico e os Estados Unidos passou a ser visto como um combate entre duas raças, consideradas antitéticas.<sup>156</sup>

Sem uma visão racializada da guerra, dificilmente ter-se-ia dado a aproximação afetiva de boa parte da América com a Espanha, até mesmo com os setores liberais daquela primeira, os quais eram, tradicionalmente, antihispânicos. Tal aproximação substituiu os termos do debate. O eixo da discussão passou a versar sobre as possibilidades de cada uma das duas raças, não só elevar-se com a vitória na guerra, mas também prosseguir e/ou liderar o caminho da civilização.<sup>157</sup>

De toda maneira, se o *desastre* não foi determinante para a retomada das relações entre essa intelectualidade, ele seguramente as intensificou e fortaleceu. Expressão disso é a vinda de espanhóis, ligados à geração de 1898, para a América e a maior divulgação da produção cultural dos hispano-americanos na Espanha.

O *desastre*, na concepção de Maria Helena Capelato, produziu uma mudança nos olhares recíprocos, que levaria, mais pra frente, à construção do conceito de *hispanidad*, fortemente carregado de significado ideológico.<sup>158</sup> Tal mudança e a aproximação entre os intelectuais, contudo, também tinha seu lado questionável. Interesses políticos e ideológicos resultaram na produção de um discurso de exaltação nacionalista que, em 1918, pela primeira vez, apresentou a *hispanidad* como comunidade espiritual imaginada entre a Espanha e a

---

<sup>154</sup> AINSA, Fernando. “Ariel, uma leitura para o ano 2000”. IN: *Cuadernos Hispanoamericanos*, nº 613-614, 2001, p. 103.

<sup>155</sup> Juan García Pérez afirma que a vitória norte-americana sobre a Espanha fez desaparecer os últimos obstáculos que existiam para a aproximação da antiga metrópole com as ex-colônias. GARCÍA PÉREZ, Juan. “Entre el ‘imperialismo pacífico’ y la Idea de “fraternidad hispanoamericana”: algunas reflexiones sobre la imagen de América Latina en la España de fines del siglo XIX”. IN: ZEA, Leopoldo y MAGALLÓN, Mario (compiladores). *Op. Cit.*, p. 104.

<sup>156</sup> QUIJADA, Mónica. *Op. Cit.*, p. 596.

<sup>157</sup> *Ibidem*.

<sup>158</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Op. Cit.*, p. 36.

América. Essa ideia acabou servindo de justificativa para projetos antidemocráticos, orientando a formação de grupos nacionalistas de extrema direita dos dois lados do Atlântico.<sup>159</sup>

No século XX, a *hispanidad* foi conquistando um importante lugar nas discussões. Para Miguel Rojas Mix a *hispanidad* se constituiu como uma tradição paradoxal oriunda da frustração e da crise de identidade que se seguiu ao *desastre*. Esta crise acabou por incumbir a geração de 98 da reconstrução do *homo hispanicus*. Unamuno definiu como traços representativos do povo espanhol a moderação, a acuidade, o sentido de honra, a lealdade e o estoicismo. Outros intelectuais, empenhados na missão de reconstruir a identidade hispânica, acrescentaram a eles o antimaterialismo e o individualismo, como traços distintivos.<sup>160</sup> No conjunto, tais características serviriam para corroborar a “comunidade de raça” entre espanhóis e hispano-americanos.

A obra *Me duele España*, de Unamuno, segundo Rojas Mix, “reflejaba el deseo de terminar con la constante decadencia en que se había vivido” e também “afrentar el desafío de la modernidad”.<sup>161</sup> Diante disso, se a *hispanidad* era tomada como a essência do hispânico sua conservação representaria, conforme foi posteriormente destacado por Ramiro de Maeztu, a reestruturação do Império Espanhol, abarcando, por conseguinte, a Espanha e sua descendência.<sup>162</sup>

A guerra de independência cubana, longe de apartar os hispano-americanos da Espanha, promoveu a aproximação entre eles. A intervenção norte-americana, nessa perspectiva, foi percebida como agressão não só à Espanha, mas a todas as nações que compartilhavam dessa mesma língua e tradição. Foi nesse cenário que os intelectuais latino-americanos consideraram as agressões à Espanha pelos Estados Unidos como sendo direcionada a toda América Hispânica, nas palavras de Zea, “cuya sangre y cultura enraizaba en la nación agredida”.<sup>163</sup> A partir de então, os Estados Unidos foram apresentados como o verdadeiro perigo para a América, e tentou-se substituir a presença política da Espanha – já inviável nesse período – pela sua presença espiritual.

---

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>160</sup> MIX, Miguel Rojas. “La Generación del 98 y la idea de América”. In: Leopoldo ZEA y Mario MAGALLÓN (compiladores). *Op. Cit.*, p. 42.

<sup>161</sup> *Ibidem*.

<sup>162</sup> *Ibidem*.

<sup>163</sup> ZEA, Leopoldo. “1898, Latinoamérica y la reconciliación iberoamericana”. In: ZEA, Leopoldo e MAGALLÓN, Mario (compiladores). *Op. Cit.*, p. 8.



Miguel de Unamuno, em artigo publicado em 1917, intitulado *La Hermandad Hispánica*, censurara a prática recorrente em perceber os países hispano-americanos como afiliados à Espanha. O filósofo espanhol assinalou a necessidade de tratar os países da América Espanhola como nações “hermanas”, uma vez que, para ele, o patrimônio espiritual não era legado e sim algo que todas as nações ligadas à Espanha desfrutariam de igual maneira.<sup>164</sup>

Maeztu foi um dos principais divulgadores da ideia de *hispanidad*. Em 1927, mudou-se para a Argentina, onde atuou como embaixador. Participou da fundação do jornal *Nueva República*, ligado à extrema direita.<sup>165</sup> Em 1934, publicou *En defensa de la Hispanidad*, obra que trazia uma reflexão sobre a história espanhola e destacava a importância desta nação no mundo. Os partidários na América da *hispanidad*, acabaram por privilegiar o termo hispano-americano em detrimento do latino-americano, pois, para eles, o último era demasiado revolucionário e remetia também à influência francesa. Portanto, para os defensores da *hispanidad*, o vocábulo “hispano-americano” expressaria melhor a identidade dos povos dessa parte do continente.

Dessa forma, o ideário hispanista partiu em defesa de uma identidade comum entre a Espanha e suas ex-colônias na América, de modo que os traços existentes entre elas configurariam uma civilização hispânica diferente de outras civilizações, como por exemplo, da anglo-saxônica.<sup>166</sup> Logo, a *hispanidad*, surgida no momento em que os debates raciais tornavam-se mais polarizados, em decorrência da guerra de 1898, acabaria atuando como um elemento identificador e integrador entre Espanha e América Hispânica.

\* \* \*

Assim, esse complexo emaranhado de ideias racistas e positivistas, exerceu uma influência fundamental no pensamento político, social, científico e cultural da época, de modo que a intelectualidade latino-americana procurou redefinir o problema nacional. Para isso, era necessária uma análise profunda do continente, visto como um organismo vivo, portanto,

---

<sup>164</sup> UNAMUNO, Miguel de. *Miguel de Unamuno: Americanidad*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 2001, p. 20.

<sup>165</sup> Em 1930, os editores desse jornal chegaram ao poder com o golpe militar de José Félix Uriburu (1868-1932) que governou a Argentina de 1930 a 1932. MIX, Miguel Rojas. *Op. Cit.*, p. 45.

<sup>166</sup> BEIRED, José Luís Bendicho. “Hispanismo: um ideário em circulação entre a Península Ibérica e as Américas”. In: *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Campinas, 2006, p. 1.

passível de enfermidade. A ensaística que surgiu no início do século XX tinha a preocupação sociológica de dar conta das patologias sociais.

Muitos dos ensaios consideravam a composição racial dos povos latino-americanos um dos maiores obstáculos ao progresso do continente. Com a raça servindo como categoria explicativa para o desenvolvimento humano, os indivíduos foram classificados hierarquicamente. Tal hierarquia supunha inevitáveis desigualdades biológicas e também diferenças e inferioridades implacáveis no plano moral. Sob a égide do positivismo, tomado como ferramenta para a transformação da realidade, imigração e educação, propostas já defendidas em meados do século XIX, serão as soluções mais recorrentes para, se não curar, pelo menos, ser um paliativo no tratamento da enfermidade da América Latina.<sup>167</sup>

Veremos nos próximos capítulos, como os escritores, César Zumeta, Manoel Bomfim, Alcides Arguedas e Francisco García Calderón, inspirados nas ideias racistas e positivistas, fortaleceram em suas obras a ideia de que a América Latina era um continente enfermo. Essas ideias científicas foram o ponto de partida de muitas análises, e, influenciados por elas, esses intelectuais pensaram a realidade de seus países ou da América Latina, em determinados momentos, com olhos pessimistas. No entanto, surgiram variadas propostas de transformação da realidade latino-americana, e esses pensadores encontraram outras justificativas, que não a mistura de raças, ou pelo menos, não apenas a mistura, para as dificuldades do continente.

Sendo assim, convém explicar que se tem em conta toda a complexidade que envolve o estudo sobre o pensamento racial e positivista na América Latina, continente caracterizado por sociedades extremamente multiétnicas, desde sua origem. Nessa perspectiva, procura-se, ao analisar as proposições desses intelectuais, levar em consideração as correntes ideológicas do pensamento racista, positivista e espiritualista, que alimentaram as polêmicas, os canais de recepção nos círculos latino-americanos, sua adoção, adaptação e tradução, na ensaística do continente.

---

<sup>167</sup> FUNES, Patricia. *Salvar la Nación*. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, p. 74.

## CAPÍTULO 2

### **A ENFERMIDADE DE UM CONTINENTE: IMPERIALISMOS, PAN-AMERICANISMO E DEBATES RACIAIS NOS ESCRITOS DE CÉSAR ZUMETA**

O escritor venezuelano César Zumeta (1860-1955) foi um intelectual de grande projeção em sua época, ocupou importantes cargos políticos e de representação diplomática. Teve ampla e profícua vida intelectual, escrevendo, ininterruptamente, por cerca de vinte e cinco anos, para variados jornais na América e na Europa, tratando de temas políticos, sociais, econômicos e culturais latino-americanos. Fundou muitos jornais, como *El Anunciador* (1883) e *El Pueblo* (1890), em Caracas; *América* (1900), em Paris, e *La Semana* (1906-1908), em Nova York. Trabalhou ainda na redação de conhecidos jornais da época, colaborando com o *Unión Ibero-americana* (1900), de Madri; *El Americano* de (1904) e *La Prensa* (1916), de Nova York; *El Mundo* (1908), de La Habana; e *El Litoral Atlantico* (1908), de São Salvador.<sup>1</sup>

César Zumeta também contribuiu na divulgação de trabalhos de escritores venezuelanos nos Estados Unidos e na Europa, bem como traduziu e divulgou escritores europeus e americanos na Venezuela. Ele ainda pertenceu à Academia Nacional de la História<sup>2</sup>, e foi maçom de grau 33, sendo grande mestre da Gran Logia de la República de Venezuela entre 1913 e 1915.<sup>3</sup>

Em um contexto de modernização da América Latina, imperialismo europeu e norte-americano, e pan-americanismo, César Zumeta preocupou-se em denunciar os perigos que cercavam o continente e que poderiam levar a perdas territoriais, de independência e soberania, além da perda da tradição cultural latina. Frente a tais perigos, esse autor buscou propor soluções para os problemas que identificava, embora, muitas vezes, percebesse com pessimismo as possibilidades futuras do continente, caracterizado como enfermo. Ao fazer isso, Zumeta contribuiu para o fortalecimento de correntes de pensamento latino-americano que buscavam resistir à influência política, econômica e moral, norte-americana e europeia.

Antes de analisarmos os escritos de Zumeta é importante apresentarmos uma breve contextualização histórica da América Latina, nos detendo, principalmente, no caso da

---

<sup>1</sup> ZUMETA, César. *El continente enfermo*. Caracas: Colección "Rescate", 1961, p. 10.

<sup>2</sup> Incorporou-se à Academia em 1932.

<sup>3</sup> Essas referências foram consultadas na Biblioteca Nacional da Venezuela. No endereço eletrônico <http://www.bnv.gob.ve/?q=node/447>. Acessado em junho de 2014.

Venezuela de fins do século XIX e início do XX, que servirá de marco para a apresentação dos discursos do autor. Episódios como a perda territorial da Guaiana Essequiba, para a Inglaterra (1899), o bloqueio das costas venezuelanas, por potências europeias (1902), a instabilidade política da Venezuela de fins de século XIX e início do XX, a guerra hispano-americana (1898) e a separação do Panamá, da Colômbia (1903), marcaram a produção de Zumeta. Rever o contexto de produção do escritor venezuelano, bem como a sua trajetória, pode nos auxiliar na compreensão dos seus discursos.

## 2.1. Venezuela na virada do século XX e César Zumeta

Após os processos de independência na América Hispânica, as nascentes repúblicas tinham uma complexa tarefa a realizar: formar Estados Nacionais a partir das ruínas do Império Espanhol. Os longos anos de guerras trouxeram duras consequências, fazendo com que grande parte dessas repúblicas mergulhasse em um duradouro período de guerras civis, que se estenderam até fins do século XIX e início do XX.<sup>4</sup>

Ao longo do Oitocentos, a Venezuela passou por diversos conflitos internos. As lutas caudilhistas levaram a um extenso período de instabilidade política e econômica. Alguns dos caudilhos conseguiram permanecer anos no poder, como Antónío Guzmán Blanco,<sup>5</sup> que governou a Venezuela por três vezes. Aqueles que governaram nos períodos em que ele não estava no poder assumiram sob a sua égide. Através de fáceis transições e reformulações da Constituição, foi alternadamente presidente ou ministro plenipotenciário na Inglaterra e França, permanecendo no cenário político venezuelano por cerca de dezoito anos.

Somente na década de 1890 ele desapareceu da vida política de seu país, quando, no governo de Raimundo Andueza Palacio (1890-1892), vieram a público os contratos que Guzmán Blanco fazia para fomento próprio e que levou à perda territorial da Guaiana Essequiba para a Inglaterra em 1899. Tal fato fez com que ele fosse execrado publicamente, perdendo os títulos pomposos que angariou nos anos em que esteve no poder, como por exemplo, “Ilustre Americano”.

---

<sup>4</sup> PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas telas e textos*. 2ª ed. – São Paulo: Edusp, 2004, p. 69. Sobre a América Latina ao longo do século XIX e XX ver: PRADO, Maria Ligia e PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.

<sup>5</sup> Antónío Guzmán Blanco assumiu o poder na Venezuela em 1870, através da chamada *Revolução de Abril*, que destituiu do poder o general José Ruperto Monagas (1831-1880), permaneceu até 1877. Seu segundo governo foi entre 1879 a 1884 e, por fim, entre os anos de 1886 a 1888. Sobre Guzmán Blanco ver: ALCANTARA, Tomas Polanco. *Guzmán Blanco*. Caracas: Ediciones GE, 2002.

É importante destacarmos o segundo governo de Guzmán Blanco (1879-1884), cujas principais medidas versam sobre a modernização do país em distintas esferas e repercutiu nos governos que o precederam. Nesse momento, ele estimulou a criação do sistema de linhas telegráficas e a construção de ferrovias. A solução encontrada para levar a cabo tal empreendimento foi garantir as empresas, inglesas e alemãs, um retorno de 7% dos seus investimentos. As empresas concessionárias não conseguiram receber esse valor através dos serviços e a República teve que cobrir a porcentagem estabelecida, trazendo endividamentos para o país.<sup>6</sup> Governos posteriores tiveram que contrair grandes empréstimos, como o de 1896, com o *Disconto Gesellschaft*<sup>7</sup> de Berlim, no governo de Joaquín Crespo (1841-1898),<sup>8</sup> o que levaria a conflitos no início do século XX. Mais adiante discutiremos isso.

Nas últimas décadas do século XIX, a Venezuela também passou por conflitos externos em decorrência de disputas fronteiriças com a Inglaterra.<sup>9</sup> Em 1896, um episódio inflamou os ânimos nacionais, quando soldados ingleses, que procuravam estender os limites de seu território até o rio Yuruari, foram severamente repelidos pelos soldados venezuelanos, que os aprisionaram e removeram a bandeira inglesa. A Inglaterra considerou tal fato uma grave ofensa e reclamou ante o governo da Venezuela, que se recusou a atendê-la. Na iminência de um conflito, o então presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland (1837-1908), invocou a Doutrina Monroe, não obstante a insatisfação da coroa inglesa. No ano seguinte, a Inglaterra e os Estados Unidos impuseram à Venezuela uma arbitragem internacional, composta por dois árbitros norte-americanos, dois ingleses e um russo, sendo negado ao país reclamante o direito de nomear seus próprios árbitros. Em 1899, a Venezuela foi despojada de 159.500 quilômetros quadrados de seu território, fato que não aceitou e contra o qual recorreu diversas vezes. Somente em 1966, em Genebra, que a Grã Bretanha e a futura República Cooperativa da Guiana reconheceram o reclamo da Venezuela.<sup>10</sup>

Foi em um contexto de instabilidade política e formação do Estado Nacional que nasceu em 1860, em San Felipe,<sup>11</sup> César Zumeta. Oriundo de família humilde, foi abandonado pelos pais e ficou aos cuidados de uma família com posses. Desde cedo, aprendeu latim e alemão. Frequentou o Colegio Santa María, tendo como professores proeminentes intelectuais venezuelanos como Augustín Aveledo, Luís Sanojo, M. M. Urbanja e Elías Rodríguez.

---

<sup>6</sup> LUCCA, Rafael Arráiz. *Venezuela: 1830 a nuestros días. Breve historia política*. Caracas: Editorial Alfa, 2013, p. 94.

<sup>7</sup> Organização bancária alemã fundada em 1851, com sede em Berlim.

<sup>8</sup> Joaquín Crespo governou a Venezuela por duas vezes, entre 1884-1886 e 1892-1898.

<sup>9</sup> Em 1887 a Venezuela e a Inglaterra já haviam rompido relações por causa da Guaiana.

<sup>10</sup> LUCCA, Rafael Arráiz. *Op. Cit.*, p. 108.

<sup>11</sup> San Felipe é um município do estado de Yaracuy, localizado a 270 km de Caracas.

Zumeta cursou a Faculdade de Direito na Universidad Central de Venezuela, mas não concluiu devido ao desterro sofrido, em 1883, na Colômbia, quando se iniciou no jornalismo de oposição ao governo de Guzmán Blanco,<sup>12</sup> fundando o *El Anunciador*.<sup>13</sup>

Em 1884, Zumeta regressou à Venezuela, governada por Joaquín Crespo, sucessor de Guzmán Blanco. Novamente foi preso e, em seguida mandado, para os Estados Unidos, onde entrou em contato com muitos intelectuais hispano-americanos que também tinham sido banidos de seus países, como o cubano José Martí (1853-1895) e o venezuelano Pérez Bonalde (1846-1892). Lá, passou a integrar a redação do *La América* (1884-1889), permanecendo até 1890, quando foi eleito um novo presidente na Venezuela, Raimundo Andueza Palacio (1846-1900), que não ascendia sob a vontade de Guzmán Blanco, como vinha ocorrendo desde 1870.

Zumeta foi convidado por Aduenza Palacio a retornar à Venezuela, onde assumiu a direção do periódico *El Pueblo*; e no ano seguinte, foi designado diretor do jornal *El Universal*, além de ter sido cofundador e colaborador da *Revista Universal Ilustrada*. Entretanto, devido à prisão de quatro jornalistas estrangeiros, Zumeta se opondo ao que denominou de violação da liberdade de imprensa, e a despeito de que na próxima eleição, seria candidato ao Congresso, ele abandonou o país, junto com os jornalistas que estavam sendo expulsos.<sup>14</sup>

Retornou à Venezuela posteriormente, porém, quando, em 1892, o general Joaquín Crespo voltou ao poder através da Revolución Legalista, Zumeta teve novamente que abandonar seu país. Entre os anos de 1894 e 1895, Zumeta permaneceu na Venezuela participando da fundação da Revista *Cosmópolis*, mas logo voltou para os Estados Unidos. Em 1901, retornou ao seu país e foi nomeado senador no governo do General Cipriano Castro (1858-1924). No ano seguinte, a Venezuela passou por uma difícil situação: a queda no preço do café e outros problemas – provenientes das lutas que os governos que assumiam tinham que empreender para se manterem no poder – impossibilitou o pagamento de suas dívidas, principalmente com o *Disconto Gesellschaft*, de Berlim.<sup>15</sup>

Nesse contexto, Inglaterra e Alemanha, alarmadas com a possibilidade de insolvência econômica para qual a Venezuela parecia caminhar, bloquearam, em 9 de dezembro de 1902,

---

<sup>12</sup> CAPPELLETTI, Ángel J. *Positivismo y evolucionismo en Venezuela*. Caracas: Monte Avila Latinoamericana, 1994, p. 307.

<sup>13</sup> Antes disso, por ocasião das festas centenárias do Libertador Simón Bolívar, Zumeta havia dedicado seu primeiro opúsculo à Guzmán Blanco denominando-o de “ilustre protector”, “regenerador de Venezuela” y “Presidente Constitucional de la República”.

<sup>14</sup> CAPPELLETTI, Ángel J. *Op. Cit.*, p. 307.

<sup>15</sup> LUCCA, Rafael Arráiz. *Op. Cit.*, p. 94.

o porto de La Guaira; quatro dias depois, bombardearam Puerto Cabello, se instalando em frente a fortaleza de San Carlos; logo, afundaram a embarcação Crête-à-Pierrot, na desembocadura do rio Orinoco. A essas potências se somaram Itália, França, Bélgica, Holanda, Espanha e México, todas preocupadas com o não cumprimento das dívidas da Venezuela.<sup>16</sup>

O governo dos Estados Unidos interveio nesse conflito invocando novamente a Doutrina Monroe. A princípio Theodore Roosevelt permitiu o bloqueio imposto pelas potências europeias, mas com o acirramento da situação, em 1903 interveio no conflito. De acordo com Robert Smith, após a destruição do Forte de San Carlos, que guardava os estreitos de Maracaibo, e outros incidentes, Roosevelt informou ao embaixador da Alemanha que o Almirante George Dewey tinha ordens secretas de manter-se de prontidão e se fosse necessário estar em águas venezuelanas em uma hora. Esse almirante se encontrava na Ilha de Culebra, em Porto Rico, com uma frota de 54 navios. Antes disso, Roosevelt havia declarado que as nações latino-americanas não podiam prejudicar os interesses estrangeiros e logo esconderem-se atrás da Doutrina Monroe, afirmou que em caso de mau comportamento de um país sul-americano “deixe que o país europeu o espanque”.<sup>17</sup>

Em fevereiro de 1903, foi firmado o Protocolo de Washington, autorizado pelo governo venezuelano, no qual ficava estabelecido que a Venezuela se comprometia em ceder ao governo britânico, a partir do mês de março daquele ano, 30% em pagamentos mensais das rendas aduaneiras de La Guaira e Puerto Cabello. Após assinatura deste documento, as armadas europeias abandonaram a costa venezuelana, cessando o bloqueio.<sup>18</sup> Zumeta, nessa ocasião, colaborou com o governo do presidente Cipriano Castro, sendo nomeado cônsul-geral na Inglaterra e encarregado de mudar a imagem da Venezuela na Europa.

Cabe lembrar que o bloqueio e as agressões à Venezuela tiveram repercussão internacional, resultando na criação da chamada Doutrina Drago. Essa doutrina foi elaborada pelo jurista e ministro das Relações Exteriores da Argentina, Luis María Drago (1859-1921), que, em 1903, se opôs ao uso das Forças Armadas de um país contra outro, no intuito de cobrar o pagamento de dívidas. Somente seria aprovada na Segunda Conferência de Haia, em 1907.<sup>19</sup> A Doutrina Drago se baseava no argumento de que os credores, independentemente

---

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 116.

<sup>17</sup> SMITH, Robert F. “Os Estados Unidos e a América Latina, (1830-1930)”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. V. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 627-628.

<sup>18</sup> LUCCA, Rafael Arráiz. *Op. Cit.*, p. 117.

<sup>19</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953, p. 132-133.

do país de que procedessem, não poderiam reclamar através da luta armada dos seus governos contra os devedores por motivo da cessação do pagamento dos juros, pois, na taxa de juros estabelecida e nas negociações realizadas já se presumiam e estavam subentendidos os riscos da transação.<sup>20</sup>

O escritor do *El continente enfermo* regressou à Venezuela em 1908, quando Juan Vicente Gómez (1857-1935), presidente vitalício, assumiu o poder.<sup>21</sup> Durante esse regime, que durou 27 anos, Zumeta participou mais diretamente da vida política de seu país, representando Gómez, em 1910, na comemoração do centenário da independência da Argentina. No ano seguinte, dirigiu e organizou a celebração do Congresso de Municipalidades. Em 1913, foi diretor de Política do Ministério das Relaciones Interiores e, em 1914, se tornou titular do despacho executivo. Entre 1915 e 1932, desempenhou funções diplomáticas representando a Venezuela na Sociedade das Nações, foi ministro plenipotenciário na Itália e na França e presidente da Assembleia das Nações (1930).

Retornou à Venezuela em 1932, para ocupar a presidência do Congresso Nacional, a partir desse período, passa a justificar, em seus artigos e discursos, a permanência de Vicente Gómez no poder, declarando as “excelências” de seu governo. Zumeta, acatando o ideal de “ordem e progresso”, bandeira levantada pela ditadura gomencista, faz com que o nacionalismo e o anti-imperialismo, defendido vigorosamente, durante mais de duas décadas em seus escritos, fique encoberto. Vale ressaltar que foi no regime de Vicente Gómez que as empresas estrangeiras, principalmente dos Estados Unidos, ganharam o monopólio na exploração de recursos importantes da Venezuela, como o petróleo.

Em 1935, o ditador Gómez faleceu, Zumeta viveria muitos anos, ainda, depois disso, vindo a falecer, em Paris, em 1955, aos 95 anos. O apoio de César Zumeta dado à ditadura de Juan Vicente Gómez e sua participação direta nesse regime, talvez explique o ostracismo ao qual o escritor venezuelano foi relegado, a partir dos anos de 1935.<sup>22</sup> Estudiosos desse período, como o filósofo argentino Angel Cappelletti, na obra *Positivismo e evolucionismo en Venezuela* (1994), apontaram Zumeta como sendo um dos grandes expoentes do positivismo

---

<sup>20</sup> BAGGIO, Kátia Gerab. “A ‘Outra América’: A América Latina na Visão dos intelectuais Brasileiros das Primeiras Décadas Republicanas”. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 76.

<sup>21</sup> Juan Vicente Gómez, em seu governo, contou com a colaboração de renomados intelectuais da época, além de Zumeta, contou com Laureano Vallenilla Lanz, Francisco González Guinán, José Gil Fortoul, Pedro Emilio Coll, Manuel Díaz Rodríguez, Pedro Manuel Arcaya, Eloy G. González e Caracciolo Parra Pérez. Ver: PINO ITURRIETA, Elias. *Positivismo y gomecismo*. Caracas: Instituto de Estudios Hispanoamericanos, 1978.

<sup>22</sup> A colaboração de Zumeta com o governo de Vicente Gómez parece ter levado a um descrédito ou mesmo indiferença, em relação a este autor na Venezuela. A Biblioteca Ayacucho, grande projeto que surgiu em 1974, que tem como objetivo editar obras clássicas da produção intelectual do continente, não editou nenhuma obra de Zumeta.



venezuelano no início do século XX. Esse filósofo questiona o porquê da doutrina filosófica positivista, em outros países na América Latina, e, inclusive, na Venezuela, em outra época, ter se vinculado ao liberalismo, lutando por superar antigas formas de opressão política, social e cultural, tais como o caudilhismo e o militarismo, a escravidão e a servidão agrária, e a censura governamental e a repressão eclesiástica. E, no entanto, a partir da chegada de Vicente Gómez ao poder, os positivistas se colocaram a serviço de uma ditadura opressora, cruel e pró-imperialista. Angel Cappelletti questiona ainda o que teria levado homens de cultura ampla e universal, destacados intelectuais da ciência e do pensamento crítico, como Pedro Manuel Arcaya, José Gil Fortoul, Laureano Vallenilla Lanz e César Zumeta, a se colocarem a disposição de um governo temido e odiado dentro da Venezuela e desprezado fora do país.<sup>23</sup>

O historiador venezuelano Elias Pino Iturrieta, na obra *Positivismo y gomecismo* (1978), considera que os prestigiados escritores supracitados colaboraram com o governo de Gómez porque puderam aproveitar-se da ditadura de modo a lucrar com ela, ascendendo política e economicamente. Para Pino Iturrieta, o positivismo não teria sido senão o meio pelo qual esses intelectuais se valeram para chegar à carreira política e obter vantagens econômicas, visto que, analisando as correspondências epistolares de Arcaya, Fortoul, Vallenilla Lanz e Zumeta, esse historiador observa não apenas a “adulação” e “submissão”, disfarçada de amizade em relação ao ditador, mas também a espionagem que teriam exercido, a partir das suas funções diplomáticas, em relação aos inimigos do regime que se encontravam exilados.

De toda forma, é preciso destacar que César Zumeta foi reconhecido por importantes intelectuais seus coetâneos, como José Martí, José Enrique Rodó, Rufino Blanco Fombona, Francisco García Calderón entre outros, que comentaram a sua produção e escreveram notas elogiosas a seu respeito. No periódico *Patria*, publicado em setembro de 1894, Martí dedicou uma longa nota à Zumeta. O escritor cubano, fazendo referência à iniciativa de Zumeta de criar a Casa Editorial em Nova York, afirmou que este autor vinha contribuindo para valorizar o que era característico de *nuestra América* e arrancar o que lhe era daninho. Segundo Martí, Zumeta “*crítico sagaz, y estilista de mérito y color, amigo de lo grande y de lo joven, es el alma de la empresa que hace llamamiento a todas las fuerzas vivas de la América pensadora*

---

<sup>23</sup> CAPPELLETTI, Ángel J. *Op. Cit.*, p. 29-30.

y literaria”, de modo que cada povo, do México a Cuba até Argentina e Chile, começava a abrir espaço às correntes do pensamento americano.<sup>24</sup>

O venezuelano Rufino Blanco Fombona, em *Cuentos de poeta*, publicado em 1900, dedicou algumas linhas a descrever Zumeta, caracterizando-o como:

alma cambiante y compleja. Es bueno y malo. Su ironía es malvada; y se ríe, cuando habla, de un modo siniestro. Pertenece a los buenos días en que se obsequiaba a un huésped, en una copa labrada, con un tósigo. Sus flores están sutilmente envenenadas. Desvalija falsas reputaciones, en dos minutos, con una habilidad calabresa. Pero hay una cosa indiscutible: que la compañía de Zumeta es siempre interesante.<sup>25</sup>

No ano anterior, Blanco Fombona, ao lamentar a forma como a Venezuela tratava seus “homens ilustres”, afirmou que esse país vinha sendo cruel com grandes homens “*para Belo, a calumnia, para Bonalde el desdén, para Zumeta la indiferencia*”.<sup>26</sup>

Em 1913, Francisco García Calderón, na obra *La creación de un continente*, comentou positivamente o trabalho de Zumeta. Em sua concepção, o venezuelano, a partir de *El continente enfermo*, dava início a uma nova escola que, frente ao perigo comum que cercava a América Latina, se empenhava em estudar os problemas coletivos e em defender a autonomia moral do continente.<sup>27</sup>

César Zumeta ganhou notoriedade em vida. Sua obra, ao longo da primeira metade do século XX, influenciou muitos estudos acerca do continente. Este autor, embora reconhecesse os problemas da América Latina e, em determinados momentos, apresentasse uma concepção pessimista em relação ao seu porvir, propunha soluções concretas para a situação do continente e, diferentemente de muitos intelectuais do período, conforme será visto mais adiante, valorizava a tradição cultural latina.

Esse escritor venezuelano foi, portanto, um intelectual conhecido em sua época, escrevia sobre temas variados como política, economia, sociologia, cultura e literatura. Algumas questões que perpassaram a América Latina, como foi mencionado, marcaram a sua produção e são fundamentais para a compreensão de seus discursos como o imperialismo europeu e norte-americano, a política pan-americanista e a situação da Venezuela, sobretudo, as humilhações sofridas por ocasião do Bloqueio e a perda territorial da Guaiana Esequiba, para a Inglaterra.

<sup>24</sup> MARTÍ, José *apud* INSAUSTI, Rafael Angel. In: ZUMETA, César. *Las potencias y la intervención en Hispanoamérica*. Caracas: Colección Venezuela Peregrina, 1963, p. 12.

<sup>25</sup> BLANCO FOMBONA *apud* ZUMETA, César. *Op. cit.*, p. 10-11.

<sup>26</sup> *Ibidem*, 10.

<sup>27</sup> GARCÍA CALDERÓN, Francisco *apud* INSAUSTI, Rafael Angel. In: ZUMETA, César. *Op. Cit.* p. 22.

## 2.2. A política pan-americana e a reação da intelectualidade latino-americana

Em fins do século XIX, África e Ásia estavam repartidas entre as potências europeias. Os Estados Unidos, após a queda dos últimos bastiões coloniais na América, se apresentavam como herdeiros para ocupar o vazio de poder deixado pela antiga metrópole espanhola.<sup>28</sup>

Neste contexto de ávidos apetites por novas possessões coloniais, a América, assolada por consecutivas lutas internas, se tornava alvo dos interesses europeus e norte-americanos. Em 1899, César Zumeta publicou em Nova York, o folheto<sup>29</sup> *El continente enfermo*, no qual fazia uma breve análise do continente, denunciando os perigos que o cercavam e propondo alternativas para o seu progresso. Segundo esse autor, a era inaugurada no continente com a vitória em Ayacucho, em 1824, chegava ao fim frente aos acontecimentos em Manila, nas Filipinas, e em Santiago, em Cuba, após a derrota espanhola para os Estados Unidos na guerra de 1898.

Em 1895, quando explodiu mais uma revolta em Cuba pela independência, surgiu o pretexto para os Estados Unidos entrarem na guerra contra a Espanha. Os norte-americanos viram no pedido de apoio cubano à sua luta, a oportunidade de iniciarem a conquista do Caribe. O então presidente dos Estados Unidos, Willian Mckinley (1843-1901), com o aval do Congresso, reconheceu como legítima a causa cubana e enviou para a ilha o navio *Maine*, com o intuito de proteger os cidadãos e as propriedades norte-americanas. Em 1898, uma explosão afundou este navio – as razões do ocorrido permanecem ainda hoje obscuras. Diante disso, os Estados Unidos acusaram a Espanha de ter provocado a explosão, não obstante esta ter se empenhado ao máximo para socorrer as vítimas do incidente e apurar as suas causas, e entraram na guerra vencendo os espanhóis sem maiores dificuldades.<sup>30</sup> A Espanha, nessa ocasião, foi obrigada a renunciar, em benefício norte-americano, seu domínio no Pacífico e no Caribe.

Outra questão que exaltou os ânimos na América Latina e para César Zumeta era uma prova irrefutável do imperialismo norte-americano foi a criação do Panamá sobre o território ístmico colombiano. Nessa estreita faixa de terra existia uma estrada de ferro pertencente aos

---

<sup>28</sup> ZEA, Leopoldo. “1898, Latinoamérica y la reconciliación iberoamericana”. In: ZEA, Leopoldo e MAGALLÓN, Mario (compiladores). *1898 ¿Desastre o reconciliación?* México: Fondo de Cultura Económica, 2000, p. 8.

<sup>29</sup> Este folheto foi reeditado posteriormente, em 1961, com compilações de vários artigos escritos por Zumeta ao longo do final do século XIX e primeiras três décadas do século XX, formando uma obra maior sob o mesmo título.

<sup>30</sup> A esse respeito Cf. JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos. A Consolidação da Nação*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

Estados Unidos, desde meados do século XIX, cuja importância havia diminuído consideravelmente quando fora concluído o sistema ferroviário metropolitano nesse país, que ligava a costa leste à costa oeste. Posteriormente, o francês Ferdinand de Lesseps (1805-1894), responsável pelo projeto de construção do Canal de Suez (1869), planejou construir, com autorização colombiana, um canal interoceânico paralelo à ferrovia. Entre os anos de 1878 e 1889, empreenderam-se obras que resultaram mais dispendiosas do que o esperado, em decorrência das diferenças do tipo de terreno, de relevo e de clima. Com chuvas torrenciais, enchentes, e elevadas taxas de mortalidade dos trabalhadores, causadas pelas doenças tropicais endêmicas na região, principalmente a malária e a febre amarela, ocorreram atrasos, não previstos no projeto original. Em 1889, a companhia foi à falência, envolvida também em um escândalo político-financeiro na França. Com o intuito de recuperar algo da enorme inversão que haviam feito, os credores de Ferdinand Lesseps, com o que restou das máquinas, juntamente com a concessão colombiana, construíram uma Nova Companhia do Canal do Panamá.<sup>31</sup>

Após a guerra hispano-americana (1898), os Estados Unidos se mostraram interessados em comprar o maquinário da Companhia. Em janeiro de 1903, a Colômbia havia ratificado, pelo Tratado de Hay-Herran, o acordo com a Nueva Companhia, arrendando aos Estados Unidos uma faixa territorial para a construção do canal. Entretanto, o congresso colombiano não autorizou a negociação, acusando o tratado de haver sido pouco supervisionado em termos governamentais e legislativo. Em 3 de novembro desse ano, ocorreu um levante, dirigido por agentes da Nova Companhia que proclamaram a República Independente do Panamá, imediatamente os Estados Unidos reconheceram a independência e logo depois assinava o Tratado de Hay-Bunau-Varilla, que basicamente ratificava o acordo refutado pelo congresso colombiano. Tal acordo estabelecia a concessão perpétua dessa região do canal aos Estados Unidos,<sup>32</sup> em troca, o Panamá receberia um subsídio anual e a garantia de sua independência frente a uma possível investida colombiana.<sup>33</sup>

Um pouco antes de concretar-se a criação do Panamá, Zumeta chamou a atenção para as manobras da imprensa norte-americana que, a seu ver, apenas dava informações fragmentadas e estimulava rivalidades, por meio de intrigas, entre as nações “irmãs”.<sup>34</sup> Ele

---

<sup>31</sup> DONGHI, Tulio Halperin. *História contemporânea de América Latina*. 9ª ed. Madrid: Alianza Editorial, 2012, p. 290.

<sup>32</sup> Esse Tratado foi revisto em 1977 e o Panamá passou a controlar o canal no final de 1999.

<sup>33</sup> DONGHI, Tulio Halperin. *Op. Cit.*, p. 290-291.

<sup>34</sup> Zumeta publicou Panamá y América no *The Puerto Rico Herald*, aparece sem data, mas pelos discursos podemos supor que antecedeu a criação do Panamá.

também repreendeu o Brasil afirmando que, caso essa nação, reconheça a “farsa” da “República Ianque”, no Panamá, estaria reconhecendo de antemão, a “República Prussiana”, no Rio Grande do Sul. E que se o povo colombiano vier a recorrer às armas, o dever da América é unir-se solidariamente a eles.<sup>35</sup>

Através desses acontecimentos e com o despontar dos Estados Unidos como uma potência imperialista no continente, César Zumeta chamou a atenção para a necessidade das repúblicas hispano-americanas se precaverem do ambicioso vizinho do norte, cujo grande desenvolvimento, alcançado, sobretudo, após a Guerra de Secessão (1861-1865), exigia a busca de mercados consumidores e a aquisição de territórios “incultos” para explorar riquezas.<sup>36</sup>

De acordo com Zumeta, as potências, europeias e norte-americana, já estavam encontrando uma forma diplomática de anular a doutrina Monroe, de modo a adaptá-la à política imperialista dos Estados Unidos. Para o escritor venezuelano, tais negociações, apressadas em repartir territórios, incidiriam principalmente sobre o domínio da América tropical, cujos canais marítimos, grandes vias fluviais e florestas, quase virgens, e suas bacias hidrográficas, despertavam a cobiça das potências.<sup>37</sup>

Os temores de Zumeta também estavam relacionados com o surgimento do pan-americanismo, na década de 1880, que ocupou por muitos anos o cenário político e intelectual do continente americano. Convém lembrar que a utilização do termo pan-americanismo pode ser percebida em dois momentos históricos distintos. A primeira vez que foi empregado remetia a oposição à Europa, manifestada pelas colônias americanas que lutaram pela independência, especialmente com a iniciativa de Simon Bolívar, em 1826, de convocar o Congresso do Panamá com o intuito de apresentar seu projeto de união americana. Um segundo momento, que é o que nos interessa aqui, é o do pan-americanismo norte-americano, inaugurado com o corolário da declaração de Monroe e dominante a partir do final do século XIX.<sup>38</sup>

Proveniente de *Pan América*, o termo foi cunhado pelos Estados Unidos em 1889, quando planejaram a criação de uma União Americana, visando a diminuir a influência da Europa no continente e, paralelamente, ampliar suas relações comerciais com os demais países americanos. James G. Blaine (1830-1893), também considerado o maior porta voz da

---

<sup>35</sup> ZUMETA, César. *Op. Cit.*, p. 52.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>38</sup> A esse respeito ver: CASTRO, Fernando Luis Vale. *Pensando um continente: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

doutrina do Destino Manifesto, foi o principal autor e executor do projeto pan-americano.<sup>39</sup> Em 1881, quando secretário de Estado, defendeu essa política, mas a oposição do Partido Democrata inviabilizou-a. No final dos anos de 1880, quando o pan-americanismo foi novamente proposto, coube a Blaine, então secretário de Estado, orientar a sua reunião inicial.<sup>40</sup>

Nas últimas décadas do Oitocentos, os Estados Unidos passaram a despertar, entre políticos e intelectuais da América Latina, suspeitas acerca de suas intenções imperialistas. O cubano José Martí foi um dos primeiros a denunciar essa política pan-americana como um pretexto norte-americano para a sua ingerência no continente. Com esse intuito, publicou, em 1889, no *La Nación*, o artigo “Congreso Internacional de Washington: su historia, sus elementos y sus tendencias”, texto onde expunha a necessidade de olhar cuidadosamente o convite que os Estados Unidos estavam fazendo aos países americanos.<sup>41</sup>

Para Martí, a motivação real do Congresso ao propor o panismo era atender às necessidades comerciais da jovem indústria norte-americana. Além disso, em sua opinião, existiriam também outras questões mais profundas, atrelando a conjuntura econômica à tradicional política de determinados setores daquele país em relação aos países do Sul. Tal política vinha com uma face nova, e seu programa, fundamentalmente comercial, servia de justificativa para atender aos interesses das grandes indústrias financeiras do país.<sup>42</sup>

Além do escritor cubano, outros intelectuais latino-americanos reagiram à política pan-americana. Na Argentina, no Uruguai, na Venezuela, no Brasil e no México, muitos se manifestaram contrários a tal política e declararam os perigos que poderiam sobrevir com o pan-americanismo, denunciando o que estava por trás do corolário do monroísmo. Inúmeros artigos publicados nesse período apontavam os riscos que essa doutrina representava, argumentando que a política defendida pelos Estados Unidos não passava de uma artimanha para o domínio de polo a polo do continente.

Na Argentina, Rodríguez del Busto (1848-1926) e Manuel Ugarte (1875-1951) registraram seus temores a esse respeito. O primeiro chamou a atenção para a ação dos Estados Unidos no continente e a pretensão deles de se assenhorear dos países ibero-

---

<sup>39</sup> Esta doutrina já havia sido defendida anteriormente por políticos como James Buchanan (1791-1868), Jeremiah Sullivan Black (1810-1883) e William H. Seward (1801-1872).

<sup>40</sup> CASTILLA, José J. Caicedo. *El Panamericanismo*. Buenos Aires: Roque Depalma, 1961, p. 26.

<sup>41</sup> MARTÍ, José. “Congreso Internacional de Washington. Su historia, sus elementos y sus tendencias”, Nueva York, 2 de noviembre de 1889. In: MARTÍ, José. *Textos de Combate*. México: Universidad Autónoma de México, 1980.

<sup>42</sup> ARDAO, Arturo. “Panamericanismo y Latinoamericanismo”. In: ZEA, Leopoldo (org.). *América Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI/UNESCO, 1986, p. 159.

americanos. Também percebeu no Brasil um provável cúmplice da potência do norte. Em sua opinião, a única alternativa para a América Hispânica impedir o domínio estadunidense era a confederação de todas as nações ibero-americanas.<sup>43</sup> Manuel Ugarte, aludindo ao fato dos Estados Unidos terem estimulado a separação do Panamá, da Colômbia, afirmou que isso só poderia fazer supor que a doutrina Monroe, que em um primeiro momento “pareció salvaguardia para toda América”, converteu-se “en instrumento de tiranía”.<sup>44</sup>

César Zumeta, em 1900, publicou em Paris, na revista *América*, uma nota editorial a respeito da convocação das repúblicas hispano-americanas para a Conferência Pan-americana. O convite estadunidense, que foi divulgado em variados jornais da América Latina, acusavam os europeus de criar receios entre os países americanos e os Estados Unidos e destacava que aquele congresso não se ocuparia de assuntos políticos. De acordo com Zumeta, tal convite, ao frisar que não se ocuparia de questões políticas, na realidade o que expressava era que os países convidados não deveriam questionar acerca da República cubana – que desde 1898 estava sob protetorado norte-americano, com a ocupação militar da ilha –, a anexação de Porto Rico ou a convenção de Haia (1899), nem deveria debater a respeito dos interesses do gigante americano nas Antilhas e América Central.<sup>45</sup>

Por essa razão, para Zumeta, a conferência tinha como principal motivação os negócios, ou o *American Business*. Entre as propostas da conferência, os Estados Unidos sugeriam a adoção do sistema estatístico fiscal e os regulamentos aduaneiros utilizados por eles. Também propunham a construção de uma estrada de ferro continental, onde cada república deveria construir, por sua conta, o pedaço da linha que lhe corresponderia e os ramais que ligariam seus centros de produção com a grande via férrea. O escritor venezuelano se opunha a essas propostas e argumentava, contra isso, que estradas de ferro deveriam ser criadas pelo tráfico que estimulariam, isto é, pelas necessidades de seu desenvolvimento e não pelos sonhos dos *trusts* americanos, que apenas pretendiam vender suas mercadorias.<sup>46</sup>

Diante disso, o autor afirmava, corroborando a proposta de um seu patriota, que mais importante para a América Latina, seria que fossem canalizados os rios que ligavam o rio da Prata ao Amazonas e este ao Orinoco, abrindo o comércio interior da América. Isso atrairia poderosas indústrias, que se estabeleceriam às margens desses rios, promovendo, por meio da

---

<sup>43</sup> VERÍSSIMO, José. “A Regeneração da América Latina”. In: VERÍSSIMO, José. *Cultura, Literatura e Política na América Latina*. Seleção e apresentação: João Alexandre Barbosa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 19.

<sup>44</sup> UGARTE, Manuel. *La Nación Latinoamericana*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 2005, p. 75.

<sup>45</sup> ZUMETA, César. *Op. Cit.*, p. 215.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 215-216.

junção das águas, a unidade americana. No entanto, de acordo com Zumeta, tal plano, mais vantajoso para as repúblicas, não seria levado em conta na Conferência Pan-americana, uma vez que os Estados Unidos possuíam questões mais oportunas a serem resolvidas. O único ponto que poderia ser proposto naquela ocasião e que seria interessante para as repúblicas era a constituição de um tribunal arbitral pan-americano, no qual pudessem ser submetidas todas as diferenças que por ventura houvesse entre os países americanos. Esse tribunal, conforme o escritor venezuelano, era uma necessidade e uma garantia para a América Latina.<sup>47</sup>

A presença estadunidense no continente, então, foi rechaçada por muitos intelectuais e políticos que, por sua vez, defenderam a necessidade de se afastarem da influência econômica dos Estados Unidos. Contudo, se foram muitos os que se posicionaram contrariamente ao pan-americanismo; não foram poucos, na América Latina, os que viram com bons olhos o estreitamento das relações com os Estados Unidos.

É o caso do diplomata e escritor brasileiro Joaquim Nabuco (1849-1910), para quem os Estados Unidos eram o melhor exemplo de uma república presidencialista na América e expressão máxima do progresso industrial.<sup>48</sup> Logo, seria adequado que as repúblicas latino-americanas fossem lideradas por esse país.<sup>49</sup> Ao contrário de muitos de seus contemporâneos, Nabuco não acreditava que os Estados Unidos tivessem intenções imperialistas na América Latina.

Artur Orlando da Silva (1858-1916), ensaísta e político brasileiro, como Nabuco, também foi defensor e propagandista do pan-americanismo. Porém, não deixou de destacar as intenções expansionistas dos Estados Unidos, as quais, segundo ele, eram implícitas à doutrina de Monroe e à ideia de Destino Manifesto. Artur Orlando considerava o expansionismo importante para o crescimento e desenvolvimento dos países latino-americanos. Em sua opinião, apesar do caráter expansionista, o pan-americanismo não possuía intenções imperialistas, e trazia a ideia de uma articulação das três Américas, onde haveria uma comunhão internacional de interesses políticos, econômicos e morais, com o intuito de garantir à civilização futura o seu pleno desenvolvimento.<sup>50</sup>

No já citado artigo “Congresso Internacional de Washington”, Martí apontou inúmeros políticos interessados na política pan-americana, inclusive aqueles que se apressavam em

---

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 216.

<sup>48</sup> PAMPLONA, Marco Antonio. “Una perspectiva ‘arielista’ entre los hombres públicos brasileños de fin de siglo: Estados Unidos en los escritos de Joaquim Nabuco y Oliveira Lima”. In: ARRIAGA, Victor A. Weiss e SUÁREZ ARGÜELLO, Ana Rosa (compiladores). *Estados Unidos desde América Latina: Sociedad, política y cultura*. México: Centro de Investigación y Docencia Económicas, 1995, p. 188.

<sup>49</sup> BAGGIO, Kátia Gerab. *Op. cit.*, p. 136.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 165.



defender mais do que uma aproximação política, desejando um protetorado ou mesmo a anexação àquele país. O cubano José Ignacio Rodríguez (1860-1907), partidário da anexação de Cuba pelos Estados Unidos, posteriormente, em 1900, publicou em Havana a obra *La anexión de la islã de Cuba a los Estados Unidos de América*, na qual relatava algumas manobras, intentadas para promover a anexação.

Por ocasião da Conferência Internacional Americana, foi entregue ao senador, pela Flórida, Wilkinson Call, um documento para que fosse apresentado ao Senado norte-americano, com o intuito de que este servisse de pauta aos delegados da conferência. Isso ocorreu em dezembro de 1889, e o documento consistia em uma declaração na qual o Senado e a Câmara dos Estados Unidos solicitavam ao presidente que abrisse negociações, com o aval dos dois órgãos, com o governo da Espanha a fim de que esta consentisse na libertação e independência de Cuba. Em troca, a ilha pagaria uma soma equivalente ao valor das propriedades do Estado e a garantia de um tratado comercial que a antiga metrópole considerasse justo.<sup>51</sup> Esse é um dos exemplos de políticos interessados em mais do que uma aproximação com os Estados Unidos, Martí apontou também o comportamento de um pretendente à presidência da Costa Rica, declaradamente favorável à anexação de seu país pelos Estados Unidos.

Portanto, a política pan-americanista, apesar dos contundentes ataques por parte de expoentes da intelectualidade latino-americana, teve nela também os seus defensores, que percebiam nos Estados Unidos um exemplo a ser seguido. Ao longo do século XX, o pan-americanismo sofreria muitas transformações. As tradicionais críticas a essa política, aos poucos, foram dando espaço a um apoio cauteloso ao que se tornaria o interamericanismo. Nos anos de 1930, a política externa dos Estados Unidos passou por uma revisão e foi implementada uma política de “boa vizinhança”, a partir da vitória do democrata Franklin Delano Roosevelt.<sup>52</sup> Não obstante, é importante esclarecer que a transformação não foi imediata, mas sim paulatina e gradual, à medida que se desenvolvia a Segunda Guerra Mundial e aumentava o temor dos movimentos fascistas na Europa.<sup>53</sup>

---

<sup>51</sup> AUGIER, Ángel. “La tesis anti-imperialista de José Martí en las raíces de la Revolución Cubana”. In: SANTANA, Adalberto (coord.). *José Martí y Nuestra América*. México: Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe, 2013, p. 28.

<sup>52</sup> Sobre os Estados Unidos em fins do século XIX e XX ver: PAMPLONA, Marco Antonio. *Reverendo o sonho americano: 1890-1972*. São Paulo: Editora Atual, 1995.

<sup>53</sup> PITA, Alexandra. “La discutida identidade latino-americana: debates em el *Repertorio americano, 1938-1945*”. In: GRANADOS, Aimer & MARICHAL, Carlos. *Construcción de las identidades latinoamericanas: ensayos de história intelectual siglos XIX y XX*. México D.F.: El Colegio de México, 2009, p. 253.

### 2.3. Repercussões do pan-americanismo e do imperialismo nos escritos de César Zumeta

Em um contexto de pan-americanismo e muita desconfiança em relação à política externa dos Estados Unidos, intelectuais latino-americanos se empenharam em denunciar os perigos que cercavam o continente. De acordo com Zumeta, as nações só poderiam aspirar a ser tratadas com alguma seriedade entre as potências, se lograssem um equilíbrio de forças. Segundo ele, a doutrina que se apresentava naquele momento poderia ser enunciada assim

Los pueblos que no saben o no pueden explotar las riquezas de su suelo, y poblar las soledades que el acaso geográfico, o el político encerró dentro de sus fronteras, menoscaban en esa medida la labor universal, y es altamente moralizador que los más aptos y laboriosos ocupen lo que la incuria mantiene ocioso. Los bosques son del leñador, los campos de quien los cultiva; los ríos de quien los canaliza y navega. Es la brega inmemorial de los pueblos y las razas que representan las más avanzadas formas del progreso, contra los pueblos y las razas que representan los infinitos matices del estancamiento y la barbarie”.<sup>54</sup>

Era essa doutrina que, segundo o escritor venezuelano, prevalecia e logo seria aplicada, uma vez que a Europa e os Estados Unidos consideravam os latino-americanos inábeis para dominar o seu território. Havia manifestações claras de que esse pensamento estava arraigado e era indiscutivelmente aceito pelas potências estrangeiras. O livro do britânico Benjamin Kidd, intitulado *The control of the tropics* (1898), era um exemplo disso. Nessa obra, segundo Zumeta, já não se discutia a oportunidade e conveniência de espoliar os latino-americanos, mas sim, analisava-se o sistema de vassalagem político e administrativo que deveria submeter esses países. De acordo com Benjamin Kidd,<sup>55</sup>

Lo que se disputaban las naciones, era la posesión de la tierra habitable por la raza blanca. Se inicia ahora otra gran rivalidad, la de heredar los trópicos, no en el sentido de poseerlos, porque ya los pueblos más civilizados de la tierra han dejado atrás ese criterio, sino en el de dominar esas regiones, según determinado plan.

Assim, frente às evidências de que a independência e a soberania da América Latina estavam ameaçadas, era preciso buscar meios para conservá-las. Zumeta atribuía à difícil situação do continente a incapacidade das repúblicas de solucionar problemas fundamentais logo após a independência. Esses deveres consistiam, principalmente, em explorar a riqueza pública em prol do desenvolvimento nacional e resolver os problemas políticos internos. No

<sup>54</sup> ZUMETA, César. *Op. Cit.*, p. 21.

<sup>55</sup> KIDD, Benjamin *apud* ZUMETA, César. *Op. Cit.*, p. 21.

que concernia às questões externas, o que havia de imperativo, afora a formalização de tratados de comércio e amizade e a delimitação de fronteiras, era o estabelecimento de um acordo entre as repúblicas hispano-americanas para reinterpretar e promulgar a Doutrina Monroe de maneira a incorporar a ideia de “América para os americanos” ao direito público dessas repúblicas. Feito isso, a doutrina perderia o caráter exclusivamente norte-americano, que naquele momento, acabava limitando a própria soberania desses países.<sup>56</sup>

Desafortunadamente, o século XIX terminava e esses deveres não haviam sido cumpridos. Vozes como de Simon Bolívar, que aconselhara a união dos povos latino-americanos em uma, ou várias, confederações para comum defesa de sua soberania e garantia da integridade territorial, foram ignoradas. E isso trazia grandes perigos para essas nações. O mito ingênuo de que os povos dessa região seriam guerreiros, e que o clima, a geografia e as doenças endêmicas constituíam grandes aliados, caso houvesse alguma pretensão de invasão, deixava o continente ainda mais vulnerável. Segundo Zumeta, “La hora crítica de nuestra existencia nacional nos sorprende despercibidos a la defensa”.<sup>57</sup>

O escritor venezuelano citou o jornal mexicano *La Patria*, que criticava aqueles que anunciavam os perigos que cercavam o continente. Segundo este jornal, os temores continentais não passariam de uma desconfiança indigna, e argumentava que os Estados Unidos não pretendiam alcançar uma primazia política na América. Zumeta, ironizando o redator do jornal, afirmava que este deveria sair da torre de marfim em que se metera e olhar dentro das fronteiras mexicanas, onde poderia encontrar lições que demonstravam seu equívoco no tocante à amizade entre o México e os Estados Unidos.<sup>58</sup> O autor se referia as imensas perdas territoriais sofridas pelo México em benefício do vizinho desde meados do século XIX.

Também o *Diario del Salvador*, publicado em El Salvador, rebatia a “invenção” do chamado perigo ianque, alegando que não passaria de uma invasão comercial e que “la gloriosa bandera estrellada es una bendición para la América”. Zumeta lamentava que ministros de Estado, diplomatas e intelectuais de algumas repúblicas, entoassem o hino de admiração aos Estados Unidos o: “*Diario del Salvador* entonando el himno de Calibán,<sup>59</sup> es un espectáculo entristecedor”.<sup>60</sup>

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>58</sup> ZUMETA, César. *Las potencias y la intervención en Hispanoamérica*. Caracas: Colección Venezuela Peregrina, 1963, p. 179.

<sup>59</sup> Em referência à personagem de Shakespeare na obra *A tempestade* (1613). Na obra do dramaturgo inglês, Ariel era o servo fiel de Próspero, o mago que havia se apossado da ilha na qual viviam. Esse servo, ao ser libertado por Próspero não se revoltou. Ao contrário, sentiu-se agradecido ao mestre e procurou incorporar tudo

Tendo em vista esclarecer os indisfarçados intentos de submissão das repúblicas latino-americanas, Zumeta apontou, em várias passagens, como tais intenções eram frequentemente enunciadas pela imprensa dos Estados Unidos e da Europa, cuja opinião preponderante era a de que os povos dessas regiões seriam semicivilizados e incapazes de alcançar o progresso. Esta opinião era comentada pelo publicista Edwin Lawrence Godkin,<sup>61</sup> que afirmou que “la masa en la América española es muy ignorante, y las clases dirigentes muy reducidas y muy corrompidas”.<sup>62</sup>

Não foram poucos os momentos em que a imprensa norte-americana havia evidenciado seu desprezo pela América Hispânica e sua população. Exemplo disso são as críticas que os jornais *The Manufacturer* e *Evening Post* fizeram aos cubanos, no contexto de luta pela emancipação colonial. Em 16 de março de 1889, o jornal *The Manufacturer*, da Filadélfia, em seu artigo “¿Queremos a Cuba?”, havia feito duras críticas aos cubanos, no momento em que estes faziam uma trégua na guerra de independência. Cinco dias depois, o jornal *Evening Post*, de Nova York, então dirigido por Godkin, reproduziria o mesmo artigo, com o título “Una opinión proteccionista sobre la anexión de Cuba”, corroborando as posições defendidas pelo *The Manufacturer*.

O artigo ressaltava uma discussão, que vigorava na época, acerca da possibilidade de o governo dos Estados Unidos comprar Cuba da Espanha, e destacava alguns pontos, aparentemente positivos, de tal aquisição, como, por exemplo, a posição estratégica da ilha, a

---

o que havia aprendido com ele. O antagonista de Ariel aparecia na figura de Calibán, o ser disforme que havia se rebelado contra seu amo. Este outro alimentou um sentimento de vingança em relação a Próspero, a quem considerava usurpador da ilha de seus antepassados. Uma discussão em torno dessa peça aponta para a intenção de Shakespeare em fazer, com *A Tempestade*, por meio de seus personagens principais (Próspero, Ariel e Caliban), uma analogia das relações conflituosas de dominação e violência, de fascinação e ódio, que o encontro entre o Velho Mundo e o Novo Mundo teria provocado. Essa discussão passou por algumas mudanças, de modo que os personagens de *A Tempestade* ganharam outros sentidos, refletindo assim os conflitos daqueles que em diferentes épocas buscavam interpretá-la. Ao longo do século XIX, surgiram obras que, através das metáforas shakespearianas, procuraram expressar o momento que vivenciavam. Ernest Rénan, em 1878, publicou *Caliban: Suite de la Tempête*, nessa interpretação do filósofo francês, havia uma reflexão sobre a situação da França de então, Próspero representa a cultura aristocrática que será derrubada pelas massas ao ascenderem ao poder, sendo essas representadas por Calibán. Essa obra revela o medo do autor de que, com o sistema democrático, “Ariel”, o espírito, se desvança. O franco-argentino Paul Groussac no dia 2 de maio de 1898, por ocasião da intervenção dos Estados Unidos na guerra de independência cubana, discursara aos argentinos e espanhóis contrários a tal intervenção, chamando os Estados Unidos de “calibalescos”. Em 1900, Rodó publicou *Ariel*, trazendo também a analogia com os personagens de Shakespeare, Próspero representa em sua obra a velha Europa, Caliban representa os Estados Unidos, que rompem com o seu passado e procuram criar sua própria cultura; e, Ariel seria a América Latina, que simboliza a bondade, a leveza, a espiritualidade, aquele que se fez a imagem e semelhança do colonizador. A esse respeito ver: FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. *Calibán, apuntes sobre la cultura de nuestra América*. México: Editorial Diógenes, 1974.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 180.

<sup>61</sup> Edwin Lawrence Godkin (1831-1902) foi um jornalista irlandês que emigrou para os Estados Unidos em 1856. Fundou o *The Nation* em Nova York em 1865. Em 1881, saiu do *The Nation* para o jornal *New York Evening Post*, no qual atuou como editor-chefe entre 1883 até 1899.

<sup>62</sup> *Idem*. *El continente enfermo*. *Op. Cit.* p. 26.

produção agrícola, as belezas naturais, a proximidade da Flórida, entre outros. Mas, pouco depois, essa sua linha de argumentação se transformou em críticas contundentes e em oposição vigorosa à anexação de Cuba. Esse artigo questionava os resultados da incorporação à sociedade norte-americana de uma população como a cubana, formada, segundo *The Manufacturer*, por basicamente três classes: espanhóis, cubanos descendentes de espanhóis e negros. Os primeiros foram descritos como os menos preparados do que qualquer outra raça branca para se tornarem cidadãos americanos, já que têm governado Cuba por séculos com os mesmos métodos de sempre, que aliavam o “fanatismo” à “tirania”, a “arrogância fanfarrona” à “corrupção”. Já aos cubanos era atribuída uma série de características, pois, além de herdarem os defeitos da raça espanhola, eram vistos como preguiçosos, afeminados, avessos a qualquer esforço, incapazes, tanto pela natureza quanto pela experiência, de cumprir com as obrigações da cidadania em uma república livre, além do que, as suas “tentativas de rebelión han sido tan lastimosamente ineficaces que se levantan poco de la dignidad de una farsa”.<sup>63</sup> Os negros eram percebidos como expressão de um imutável estado de barbárie.

Após tais considerações, o artigo sugeria que a única esperança de capacitar Cuba para a obtenção de uma dignidade de Estado estaria na sua americanização completa, na introdução de povos estadunidenses em larga escala na ilha. Todavia, isso não significava que tal sociedade alcançaria o nível da norte-americana, já que a nova população também poderia se degenerar, dadas as condições de Cuba. O artigo “¿Queremos a Cuba?” concluía advertindo que “estos son hechos que merecen cuidadosa atención antes de que se consume [al]gún proyecto para la adquisición de la Isla. Podríamos hacernos de Cuba a un precio muy bajo, y pagarla todavía cara”.<sup>64</sup>

Na Alemanha também se registravam alusões à submissão da América Latina. O livro *Die Deutschen im Tropischen Amerika*,<sup>65</sup> (Os alemães na América Tropical) de Wilhelm Wintzer, publicado em Munique, em 1900, discorrendo sobre os alemães que residiam na América tropical, analisava a história da colonização espanhola na América e o estado político, social e econômico em que os países dessa região se encontravam.<sup>66</sup> Ao final,

---

<sup>63</sup> Este artigo pode ser encontrado no site [http://jose-marti.org/jose\\_marti/historia/anexionismo/manufacturer/manufacturer1.htm](http://jose-marti.org/jose_marti/historia/anexionismo/manufacturer/manufacturer1.htm) (acessado 9 de junho de 2011).

<sup>64</sup> *Idem*. Cabe ressaltar que Martí, em réplica às críticas, escreveria em 25 de março o artigo “Vindicação de Cuba”.

<sup>65</sup> O título completo é *Die Deutschen im Tropischen Amerika: Mexiko, Mittelamerika, Venezuela, Kolumbien, Ekuador, Peru und Bolivien: mit Übersicht über die wirtschaftlichen, politischen und gesellschaftlichen Verhältnisse dieser Länder*.

<sup>66</sup> Essa obra fazia parte de uma série editada em Munique pela Liga Pangermânica, sob o nome de “A luta pelo germanismo”.

Wintzer concluía que “los habitantes de la América intertropical no han dado hasta ahora sino pruebas de su incapacidad para constituir un orden político estable, que permita el desarrollo gradual de las riquezas de su suelo”.<sup>67</sup> Consequentemente, os Estados Unidos ou a Europa deveriam se encarregar de explorar a herança de que os latino-americanos não haviam sabido usufruir. Contudo, esse publicista esclarecia que, das nações europeias, os alemães eram os que mais vinham contribuindo para povoar e desenvolver a região do trópico por meio da imigração e do capital.

Zumeta chamou a atenção para o fato de que, enquanto na Alemanha eram previstas as implicações da repartição dos trópicos e buscava-se uma forma diplomática para solucionar os possíveis conflitos que decorreriam disso, na América Latina, a descrença nestes perigos levava, muitas vezes, a acusações de que estes existiam apenas nas mentes dos pessimistas.<sup>68</sup> É importante ressaltar que, nessa época, a Alemanha imperial demonstrava um crescente interesse por esse continente. De acordo com Robert Smith, a potência europeia estava atraída pelo Novo Mundo não apenas em termos econômicos, mas também demográficos e militares. Na virada do século XIX para o XX, mais de 350 mil alemães migraram para o sul do Brasil e cerca de 120 mil para o Chile. Também havia colônias alemãs na Argentina e na América Central. Tal imigração, contava com o apoio do governo germânico que incentivava ativamente os colonos a preservar e ampliar as tradições alemãs, financiando igrejas e escolas de língua alemã.<sup>69</sup>

O escritor do *El continente enfermo* referiu-se novamente ao trabalho de Benjamin Kidd, destacando que este, ao discorrer sobre a inabilidade dos latino-americanos em explorar e civilizar o seu próprio território, teria afirmado: “Corporaciones y sindicatos extranjeros irresponsables manejan tras los depositarios del poder publico las grandes empresas, y tienden al dominio político. Sólo dos palabras describen la situación: anarquía y bancarrota”.<sup>70</sup>

Zumeta, ao aludir aos inúmeros exemplos de pretensão de domínio, desprezo e desrespeito à soberania das repúblicas latino-americanas, evidenciados na imprensa internacional, reproduziu os comentários publicados no jornal nova-iorquino *Harper's*:

Son republicas en el nombre, pero en el hecho son campamentos militares desorganizados. El gobierno no tiene continuidad ni prestigio. Una casa exportadora, una empresa ferrocarrilera, o un banco de tres al cuarto,

<sup>67</sup> ZUMETA, César. *El continente enfermo*. Op. Cit., p. 34.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>69</sup> SMITH, Robert F. “Os Estados Unidos e a América Latina, (1830-1930)”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. V. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 625.

<sup>70</sup> ZUMETA, César. *El continente enfermo*. Op. Cit., p. 26.

extranjeros, se le imponen al Ministro de Finanzas, al Presidente, al Gobierno todo y, a veces, le dictan la ley al país.<sup>71</sup>

Na Inglaterra, ainda segundo Zumeta, Cecil Rhodes (1853-1902), político britânico, teria recomendado a conquista imediata da América Espanhola, a qual, em sua opinião, seria incapaz de oferecer resistência digna de ser levada em conta. Assim, dado todos os perigos que rodeavam a América Latina, Zumeta entendia que não se poderia descuidar do dever de defendê-la. Para tanto, deveria acontecer, antes de tudo, uma mudança nos costumes públicos.

Alguns países da América do Sul, nas últimas décadas, vinham obtendo êxito a esse respeito. A Argentina, para muitos intelectuais, constituía um modelo a ser seguido. De acordo com Zumeta, esse país vinha duplicando sua população a partir de um intenso afluxo imigratório, construindo cidades, centuplicando seus rebanhos e desenvolvendo o cultivo em grandes extensões de terras. Com efeito, a Argentina, juntamente com o Chile e o Uruguai, não estaria exposta aos mesmos perigos aos quais estavam submetidas a Venezuela e outras repúblicas do continente.

Apesar dos graves problemas pelos quais passava a América Latina, algumas lições poderiam ser aprendidas com a história militar, em especial a greco-turca (1897) e a hispano-americana (1898), as quais, segundo o escritor venezuelano, estariam repletas de ensinamentos úteis para povos “débeis” como os latino-americanos. O autor destacava três destes ensinamentos que poderiam ser importantes: primeiro, o clima, a geografia e o valor do soldado, naquele momento, já não constituíam fatores decisivos nas batalhas; o segundo, que armamento moderno em mãos inexpertas era quase inofensivo; e terceiro, a marinha moderna é ineficaz contra fortalezas situadas a certo nível de elevação, como o provam os Morros de San Juan e de Santiago, em Cuba, quase ilesos depois de repetidos bombardeios. Para Zumeta, uma vez levadas em conta essas lições, cada república deveria, sem perda de tempo, formar uma milícia nacional e adquirir armas para toda a nação, de maneira a

establecer sociedades de tiro en cada parroquia, crear academias militares, proceder al estudio de la defensa del territorio e de las costas y los ríos, y convenir en un plan común de defensa entre los varios grupos geográficos del Centro y del Sur .<sup>72</sup>

Posto isso em prática, segundo o escritor venezuelano, as nações latino-americanas não estariam tão vulneráveis aos ataques das potências estrangeiras. E, a partir disso, esses

---

<sup>71</sup> *Ibidem.*

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 29.

países poderiam também se valer das rivalidades que dividiam as potências e, logo, demarcar os rumos para suas próprias políticas.

Podríamos defendernos y contar como con maravillosos aliados con cada ceja de monte y cada risco y cada efluvio palúdico. Entonces nuestra naturaleza sería baluarte, almenado por defensores heroicos, aptos e equilibrados para desafiar a los apologistas de la fuerza y del mercantilismo, y recordarles que la historia no mide el poder que esclaviza, sino por la grandeza de la resistencia que liberta.<sup>73</sup>

Zumeta concluía *El continente enfermo* defendendo que o dever imediato das repúblicas era “armarem-se”. O sentimento de defesa nacional teria que primar sobre todas as desconfianças da política interna, pois estava claro que não apenas um povo que estava em perigo, mas todo um continente e uma raça. Com efeito, esse autor defendia, em muitas passagens, a unidade latino-americana. Os acontecimentos na Espanha, de acordo com o escritor venezuelano, demonstravam que seus infortúnios resultavam de um “sistema suicida” de recorrer sempre tardiamente aos meios que, oportunamente aplicados, teriam salvado essa nação. Convocava ao final,

estos países van de prisa no vayamos nosotros lentamente; Los fuertes conspiran contra nuestra independencia y el continente está enfermo de debilidad. El hierro fortifica. Armémonos. Con esta solo previsión podemos alejar el peligro, y aun conjurarlo. Es de nosotros mismos de quien depende nuestra suerte.<sup>74</sup>

Assim, Zumeta criticava os problemas que percebia como comuns à maioria dos países do continente e que contribuía ainda mais para dificultar a situação. Entre esses problemas, cita a inexistência de cultura intensiva, que deixava enormes zonas agrícolas e de pastagem quase que totalmente improdutivas; florestas e solos inexplorados, ou utilizados para a monocultura e vendidos a preços baixíssimos; a ânsia por contratos com especuladores estrangeiros, que acabava estimulando vorazes formas de peculato e sufocava a incipiente indústria; e a oscilação entre anarquia e ditadura, que deixava precárias as garantias individuais, a propriedade e a vida, fazendo com que a grande corrente migratória mediterrânea, segundo Zumeta, “adaptable y asimilable á nuestra zona y nuestra raza, ha fluido al Norte y al Sul y esquiva nuestras costas”.<sup>75</sup>

---

<sup>73</sup> *Ibidem.*

<sup>74</sup> *Ibidem.*

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 23.



Todos esses problemas latino-americanos pareciam comprovar a doutrina setentrional dos pessimistas, que defendiam ser fisicamente impossível criar uma civilização desenvolvida nos trópicos. Em outro extremo dessa visão, os otimistas contestavam que o eixo da civilização universal voltaria a situar-se nos trópicos e que os setentrionais deveriam ser imitados.

Para Zumeta a verdade parecia estar entre essas duas afirmações. Influenciado pelas ideias de Herbert Spencer, no que concerne o determinismo, e de Ludwig Gumplowicz, no que refere à imutabilidade das leis naturais, o escritor venezuelano considerava que o conjunto das ciências históricas vinha ensinando que a civilização nunca fora nem poderia jamais ser uma única no planeta. Mas que variava de clima em clima, ainda que sobre a ação de um mesmo centro político.

Nesse ponto, as considerações de Zumeta revelam a “inexorabilidade” de certas leis universais que determinam o progresso de cada povo. Em vista disso, ele considerava que os países tropicais deveriam aspirar somente o que lhes fosse característico. O esforço feito pelos habitantes de uma região deveria ser proporcional ao solo e ao clima dessa região. Em sua concepção, a intensidade da luta pela vida crescia, necessariamente, à medida que o homem se afastava da linha equatorial, na mesma magnitude em que fazia mais pobre o solo e mais inclemente o clima. A essa diferença de intensidade no esforço corresponde uma diferença de aceleração na resultante que é o progresso. É, pois, em grau de aceleração, no que tem por força que diferenciar as civilizações do trópico das do setentrional.

Cualesquiera que sean las razas pobladoras, en la zona tórrida no imperará sino una civilización lentamente progresiva: cualquiera que fuese el esfuerzo hecho por asimilarla a la de las zonas templadas, fracasaría a la postre, vencido por algo inmanente e inexorable nos obliga a mantenernos dentro del cuadro de la vida que el medio nos demarca; y que únicamente nos exige propender a vivir en el decoro de la paz y el trabajo, a hacernos fuertes dentro de nuestra propia casa, y a ligarnos todos contra el invasor extraño.<sup>76</sup>

Portanto, para Zumeta, haveria um dever universal no qual todos os povos e raças deveriam contribuir, com um esforço comum, para o desenvolvimento do progresso. Ignorar isso levaria fatalmente ao desaparecimento dos povos mais fracos ou a sua tutela pelo mais forte.

Pode-se dizer que, embora não apareça na obra de Zumeta um determinismo etnológico, existia sim um determinismo geográfico, sua referência ao trópico revela uma

---

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 25.

certa aceitação, por parte desse escritor, de sua inferioridade em relação aos climas frios. Contudo, Zumeta não aceita as proposições que indicam a impossibilidade de desenvolver uma civilização progressista nos trópicos. Esse determinismo geográfico que aparece em seus escritos acabou contribuindo para a visão pessimista, expressa por esse intelectual, em relação ao futuro do continente.

#### **2.4. A projetada unidade latino-americana**

Após a Guerra de Secessão, os Estados Unidos deram início a um processo de desenvolvimento que despertaria a admiração de muitos intelectuais e políticos latino-americanos, como os argentinos Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) e Juan Bautista Alberdi (1810-1884), que impressionados com a organização política e a modernização econômica do colosso do norte, passaram a incentivar uma aproximação e mesmo a adoção daquele modelo de desenvolvimento norte-americano. Houve vozes dissonantes no continente que criticaram tal postura, e, contrariamente, incentivaram uma aproximação entre as repúblicas latino-americanas, que poderiam fazer frente às investidas dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, promoverem o progresso nessas regiões.

A proposta de unidade entre as repúblicas latino-americanas estava relacionada aos temores de que os Estados Unidos viessem a intervir diretamente no continente. Essa ideia não era nova, em outros tempos já se havia pensado na união das repúblicas hispano-americanas, frente às agressões europeias. Na virada do século XX, para muitos intelectuais, isso era uma questão de sobrevivência diante do poderoso vizinho norte-americano.

Nas primeiras décadas do século XIX, Simon Bolívar (1783-1830), após os processos de independência na América Espanhola, procurou meios para uma confederação das *republicas hermanas*. Nessa direção, defendeu um projeto unificador para a América, pois acreditava que apenas isso seria capaz de garantir e manter a paz no continente através do fim das guerras de independência e do reconhecimento pela Europa e pelos Estados Unidos das novas repúblicas.

Entre junho e julho de 1826 ocorreu o Congresso do Panamá, convocado por Bolívar.<sup>77</sup> Tal congresso teve como principais objetivos: estabelecer as bases de uma

---

<sup>77</sup> Aimer Granados no texto “Congresos e intelectuales en los inicios de un proyecto y de una conciencia continental latinoamericana, 1826-1860” analisa as propostas de unidade continental durante esse período, partindo dos congressos de união hispano-americana e dos escritos mais importantes que um setor da intelectualidade latino-americana da época produziu a esse respeito. Ver GRANADOS, Aimer & MARICHAL, Carlos. *Construcción de las identidades latinoamericanas*. Op. Cit.

confederação hispano-americana; consolidar pactos de defesa mútua e apoio entre as nações ante as agressões externas; impedir invasões estrangeiras e novas tentativas de colonização na América, tendo em vista garantir que estes não interferissem nos assuntos internos das recém surgidas repúblicas.<sup>78</sup> O projeto de Bolívar fracassou, a Gran Colombia foi desmembrada e as disputas internas – nas quais os interesses locais sobrepujaram-se aos demais – levaram a um longo período de instabilidade política em boa parte das nações hispano-americanas. Entretanto, isso não significou que os projetos de unidade fossem esquecidos, poucas décadas depois as questões que se apresentaram no contexto latino-americano conduziram a novas conjeturas igualmente favoráveis à aproximação entre os países hispano-americanos.

Em meados do século XIX, o expansionismo norte-americano que levou à intervenção no México e à consequente perda de grande parte do seu território – após a guerra em 1848, e a interferência de William Walker, com o aval do governo norte-americano na Nicarágua – outra vez trouxe à tona a proposta de união latino-americana. Isso pode ser observado no trabalho do chileno Francisco Bilbao (1823-1865), que em 1856 apresentou uma conferência em Paris intitulada *Iniciativa de la América, Idea de un Congreso Federal de las Repúblicas*, na qual defendia a confederação dos povos latino-americanos. O escritor colombiano Justo Arosemena (1817-1896), nesse mesmo ano, na obra *Contra la expansión expansionista de los Estados Unidos*, afirmou:

Hace más de veinte años que el águila del norte dirige su vuelo hacia las regiones ecuatoriales. No contenta ya con haber pasado sobre una gran parte del territorio mexicano, lanza su atrevida mirada mucho más acá. Cuba y Nicaragua son, al parecer, sus presas del momento para facilitar la usurpación de las comarcas intermedias, y consumir sus vastos planes de conquista un día no muy remoto.<sup>79</sup>

Em 1857, o mexicano Juan Nepomuceno Pereda (1802-1888) aludia à necessidade de um congresso de plenipotenciários dos “Estados Hispanoamericanos”. Falava do perigo que corria a existência política e territorial dessas nações, devido à possibilidade de absorção pela raça anglo-saxônica.<sup>80</sup>

Juan Manuel Carrasco Albano (1834-1873) também defendia a união e confederação hispano-americana. Todavia, diferentemente de Pereda, este propunha mais que um chamado

<sup>78</sup> ENRÍQUEZ, Lucrecia. “Da Monarquia à República: o Chile na América (primeira metade do século XIX)”. In: PAMPLONA, Marco Antonio e STUVEN, Ana Maria (orgs.). *Estado e Nação no Brasil e no Chile ao longo do Século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 80-81.

<sup>79</sup> AROSEMENA, Justo *apud* GUADARRAMA, Pablo. “El pensamiento integracionista y latinoamericanista de José Martí”. In: SANTANA, Adalberto (coord.). *Op. Cit.*, p. 109.

<sup>80</sup> GRANADOS, Aimer. “Congresos e intelectuales en los inicios de un proyecto y de una conciencia continental latinoamericana, 1826-1860”. In: GRANADOS, Aimer & MARICHAL, Carlos. *Op. Cit.*, p. 56-57.

ao sentimento de raça, e sim soluções como as que se referem à vida social, política e internacional, a unidade de legislação, a abolição de aduanas, o impulso aos caminhos e estradas de ferro, a colonização e imigração, a instrução pública e outros aspectos que promovessem o progresso destes países.<sup>81</sup>

O publicista e diplomata colombiano José María Torres Caicedo (1830-1889), publicou em Paris, a obra *Unión Latinoamericana*<sup>82</sup> (1865), na qual procurou “proteger” as jovens repúblicas americanas do desconhecimento e preconceitos de que eram vítimas na Europa. Também propôs uma vasta união americana, inspirada no pensamento bolivariano, para o fortalecimento das ex-colônias espanholas. Esse escritor trazia propostas concretas, defendendo uma união moral cujos fundamentos seriam a aproximação das legislações internas, tanto civil quanto criminal, acordos tarifários, regime postal e telegráfico, a garantia da propriedade intelectual, a manutenção da paz entre os países vizinhos, americanos e extracontinentais.<sup>83</sup>

Torres Caicedo denunciou muitas vezes o filibusterismo dos Estados Unidos na América Central. Se referindo ao Panamá afirmou que sua independência estava ameaçada e que a raça espanhola estava em vésperas de ser absorvida na América pelos anglo-saxões.<sup>84</sup>

Em fins do XIX e início do XX, os Estados Unidos, com a política pan-americana, despertaram o receio de parte da intelectualidade do continente e novamente foi proposto um projeto de unidade. O perigo efetivo de perda da soberania, conforme apontou José Martí, ou de deslatinização da América devido à influência moral norte-americana, destacada por José Enrique Rodó, contribuiu para que as proposições acerca da unidade latino-americana ganhassem espaço no continente, levando muitos intelectuais a defenderem uma união das repúblicas irmãs, ou pelo menos uma maior aproximação entre elas.

César Zumeta foi um dos intelectuais que a partir disso, chamou a atenção insistentemente para a necessidade dessa união. Em 1904, publicou na revista nova-iorquina *Némesis*, “Morituri”, artigo no qual explicava detalhadamente a necessidade forçosa de uma aproximação entre as nações que compartilhavam do mesmo idioma, de uma continuidade territorial, e que possuíam uma unidade de origem e interesses convergentes.

---

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>82</sup> O título completo da obra é: *Unión Latinoamericana; pensamiento de Bolívar para formar una liga americana; su origen y sus desarrollos y estudio sobre la gran cuestión que tanto interesa a los estados débiles, a saber: ¿un Gobierno es responsable por los daños y perjuicios ocasionados a los extranjeros por las facciones?*

<sup>83</sup> CARILLA, Emilio. “José María Torres Caicedo ‘Descubridor’ de la Literatura Argentina”. In: *Thesaurus*. Tomo XLIV nº 2, 1989, p. 340.

<sup>84</sup> GRANADOS, Aimer. “Congresos e intelectuales en los inicios de un proyecto y de una conciencia continental latinoamericana, 1826-1860”. In: GRANADOS, Aimer & MARICHAL, Carlos. *Op. Cit.*, p. 59.

Para Zumeta a região da América mais propicia ao desenvolvimento caucasiano, “como era de esperar”, vinha produzindo Estados fortes e alcançando um maior grau de cultura que o resto do continente. Esses países deixavam ainda mais evidente a debilidade da Bolívia, cujo prognóstico, trágico, segundo o autor, destinava esse país a desaparecer pela absorção. A aliança do ABC sul-americano, constituída por Argentina, Brasil e Chile, não se dava com o fim de protegerem-se das ameaças norte-americanas e europeias, mas sim, para um projeto de hegemonia no continente abaixo da linha do Equador, de modo que os países andinos, Peru e Bolívia, perigavam desaparecer como nações independentes.<sup>85</sup>

O escritor venezuelano, em muitos artigos, ressaltava os perigos que poderiam sobrevir para a América Latina, caso ela permanecesse uma agrupação de entidades autônomas e independentes, pois não seriam capazes de resistir à grande unidade anglo-saxônica. Os chefes de estados dessas repúblicas, que não viam interesses comuns suficientes para justificar uma ação conjunta em relação à política continental, continuavam em uma passividade perigosa. Não obstante estivessem comovidos pelos acontecimentos da guerra hispano-americana. Segundo Zumeta, a fórmula “*Chacun pour soi et Die pour tous*”, não resultava salvadora, mas sim, a convicção de que quando o interesse de uma das nações é ferido, é todo o grupo de povos ibero-americanos que está sendo atingido.<sup>86</sup>

A simples observação dos acontecimentos recentes deixavam claros os perigos dessa política descuidada. Os Estados Unidos já de posse de vários territórios hispano-americanos, seguiam promovendo outras manobras para alcançar seus intentos. Nesse período, a revista *América*, foi um importante instrumento de denúncia da ingerência norte-americana e europeia em assuntos latino-americanos e divulgação de temas americanos. Essa revista defendeu, em diversos momentos, a necessidade de uma ação política, social e comercial, no sentido de estabelecer relações entre os países do continente e com a Europa latina.

Zumeta chegou a defender, em algumas notas editoriais, publicadas na revista *América*, em 1900, uma aproximação com a Alemanha, juntamente com o grupo latino europeu, com o objetivo de criar uma corrente de comércio, imigração e capital, que permitisse resistir à hegemonia norte-americana. Entretanto, após o episódio do bloqueio da costa venezuelana, Zumeta, no artigo intitulado “Tributo al Kaiser”, publicado em Nova York, em 1903, propôs um amplo boicote comercial à Alemanha, uma vez que, para ele, seria uma desonra para os venezuelanos, se, após as humilhações sofridas, ainda mantivessem relações comerciais com esse país.

---

<sup>85</sup> ZUMETA, César. *El continente enfermo. Op. Cit.*, p. 277.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 224.

Empenhado no corte das relações com a Alemanha, o autor de *El continente enfermo*, sugeriu que fosse negada a entrada e saída de quaisquer cargas para navios alemães em portos venezuelanos; também não deveria haver mais clientes para mercados alemães; por fim, recomendava inclusive que, os diários da Venezuela publicassem a lista dos comerciantes que continuassem importando mercadorias da Alemanha, em barcos alemães, para que todos tomassem conhecimento de quem eram e, assim, fechassem suas portas para eles.<sup>87</sup>

## 2.5. Debates raciais e a retomada das relações entre América Latina e Espanha

O debate entre os defensores da raça latina e os da raça anglo-saxônica, na virada do século XIX para o XX, conforme vimos no capítulo anterior, influenciou sobremaneira a produção intelectual da época. As derrotas procedentes dos desastres militares da França frente à Prússia (1870), da Itália, na Etiópia (1896), de Portugal, para a Inglaterra (1890), e a crise em que a Espanha mergulhou após 1898, intensificaram as conjeturas acerca da superioridade dos povos anglo-saxões.

Já há muito se vinha refletindo acerca da diferenciação entre a raça latina e a raça anglo-saxônica. Michel Chevalier<sup>88</sup>, em 1836, publicou seu livro de crônicas, no qual constava uma introdução que se configurou, conforme sublinhou Arturo Ardao, em um “verdadeiro ensaio de filosofia da história”.<sup>89</sup> Com essa obra as velhas noções étnico-culturais removidas pelo historicismo romântico, receberam uma integração orgânica dentro de conceitos que desde então circulariam com abundância nos planos filosóficos, científicos, ideológicos e políticos.

Na introdução, Chevalier destacou que os dois elementos, o latino e o germano, foram reproduzidos no continente americano, de modo que a América do Sul se assemelharia à Europa Meridional, de origem latina e voltada para o catolicismo. Já a América do Norte pertenceria a uma população anglo-saxônica e protestante.<sup>90</sup> O economista francês, ao

<sup>87</sup> *Idem. Las potencias y la intervención en Hispanoamérica. Op. Cit.*, p. 138.

<sup>88</sup> Michel Chevalier (1806-1879) foi conselheiro e ministro de finanças de Napoleão III (1852-1870). A França em reação ao início da hegemonia estadunidense no território americano, temendo a formação de um império, além de seus interesses econômicos (a execução de um canal transatlântico) sai em defesa da latinidade. A França reclama para si a responsabilidade pelo destino do grupo latino. FUNES, Patrícia. “Del Mundus Novus al Novomundismo: algunas reflexiones sobre el nombre de América Latina”. IN: NOVINSKY, Anita; BLAJ, Ilana; MEIHY, José Carlos Sebe Bom e IOKOI, Zilda M. Gricoli (orgs.). *América Latina Contemporânea: Desafios e Perspectivas*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 82. QUIJADA, Mónica. “Sobre el origen y difusión del nombre ‘América Latina’ (o una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad)”. In: *Revista de Indias*, vol. LVIII. Num. 214, 1998, p. 599.

<sup>89</sup> ARDAO, Arturo. “Panamericanismo y Latinoamericanismo”. *Op. Cit.*, p. 160.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 160-161.

distinguir as duas Américas, referia-se ao que chamou de competição entre duas “raças” antagônicas que tiveram suas origens na civilização ocidental.<sup>91</sup>

Nesse contexto de debates raciais, alguns acreditavam que seria na América que a luta de raças finalmente se decidiria. Os mais otimistas aventavam a possibilidade de que a força do ramo latino se restabeleceria, de modo que essa raça voltaria a exercer uma influência na civilização. Força que a França vinha perdendo desde as derrotas napoleônicas e se agravou, em 1871, com a vitória da Prússia. A decadência latina também parecia demonstrada nas imensas perdas territoriais que a América Latina vinha sofrendo ao longo do século XIX, para os anglo-saxões, como parte do Canadá, Mississippi, Flórida, Oregon, Texas, Califórnia, Porto Rico, além de outras ilhas e a via interoceânica, o canal do Panamá. O vasto império que pertencera à Espanha e à França passava a ser ianque ou britânico e, segundo Zumeta, se nada fosse feito para conservar o que restava, logo, toda a faixa intertropical seria norte-americana ou germânica.<sup>92</sup>

Parte disso, na concepção do escritor venezuelano, resultava da indiferença com que a Europa latina olhava para a América. E, caso isso não se modificasse, o mundo latino perderia, cada vez mais, a sua autoridade moral e o seu território. Assim, Zumeta atribuía à Europa latina, parcela de responsabilidade na difícil situação do continente. Uma vez que havia permitido a perda das Antilhas espanholas, admitido que o Panamá se tornasse norte-americano e esquecido de que cabia a ela – Europa latina – decidir se colaborava, por todos os meios pacíficos, para fortalecer a América Espanhola, a fim de que essa resistisse à influência e a invasão anglo-saxônica. Ou, ao contrário, se apenas observaria a rápida desintegração do mundo latino-americano.

Se optasse pelo primeiro caso, haveria o restabelecimento do equilíbrio de duas grandes raças e se abririam horizontes comerciais com a América Latina, que naquele momento, buscavam na Ásia e na África. No Novo Mundo isso poderia ser realizado sem maiores problemas, tendo em vista que este continente oferecia “vasto e rico território”, “raças afins”, “superior cultura” e apenas “um” problema: povoamento.<sup>93</sup>

Para Zumeta a aliança entre Argentina, Brasil e Chile poderia esboçar um império hispano-americano comparável ao anglo-saxônico. Contudo, a anarquia predominava na parte tropical do continente. O autor percebia com desespero tal situação e alertava para que caso não houvesse uma transformação, o idioma espanhol, em poucas décadas, não seria mais

---

<sup>91</sup> QUIJADA, Mónica. *Op. Cit.*, p. 599.

<sup>92</sup> ZUMETA, César. *Las potencias y la intervención en Hispanoamérica. Op. Cit.*, p. 228.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 390-230.

falado nesse território, irremediavelmente perdido para o mundo latino. Ele indicava como alternativa o fortalecimento por meio da imigração e do capital latinos.

A defesa da unidade da América Latina e a denúncia do imperialismo norte-americano e europeu foram temas constantes nos discursos de Zumeta, sobretudo entre 1899 a 1908. Observamos o desânimo do escritor venezuelano no texto intitulado “Panamá y América”, publicado no periódico *The Puerto Rico Herald*.<sup>94</sup> Ao discorrer sobre os Estados Unidos e sua ingerência no continente, ele advertia que não estava fazendo isso pelos acontecimentos recentes envolvendo o Panamá, pois, segundo ele, não “surpreende pessoa alguma dotada de razão”, nem mesmo mereciam ser comentados se

no constituyesen nueva y definitiva advertencia a la América ibérica y a las potencias europeas de origen latino. Cinco años ha fueron escritos con la misma profunda certidumbre que hoy me acompaña de que malgastaba entonces, como malgasto hoy, tiempo y tinta en la defensa inútil de la libertad e independencia de los pueblos en que una centuria de despotismo ha hecho aborrecibles esos atributos excelsos de la nacionalidad en donde las agencias disociadoras de la más enervante corrupción están matando en los espíritus hasta el germen de toda virtud ínclita, agotan la surgente misma de las energías redentoras y preparan los ánimos a rebajamientos que colmarían la medida de la vergüenza humana.<sup>95</sup>

Para Zumeta, os dias “previstos” se aproximavam e, tal como ocorrera com a África, tinha início a repartição de quase todo o continente. Ele criticava a atitude da América ante a invasão iminente que envolvia o Istmo<sup>96</sup>, caracterizando-a como uma renúncia covarde ao direito e ao dever de solidariedade geográfica, histórica e racial. Para o escritor venezuelano, isso constituía o mais seguro sinal do processo de degeneração precoce em que se encontrava essas nações.

Frente à conquista da África e Ásia, frente ao aniquilamento do Transvaal e Orange, frente às sucessivas lições oriundas do Texas, de Porto Rico e das Filipinas, do afundamento do Crête-à-Pierrot, no Forte de San Carlos, do bloqueio da costa venezuelana e das manobras para a construção do canal do Panamá, não haveria, segundo Zumeta, “cérebro normal” que pudesse duvidar da sorte que estava reservada ao resto da América. Nesse sentido, a única possibilidade de impedir que a “lei universal” se impusesse “sobre os débeis”, seria agir a partir de um plano de defesa continental.

---

<sup>94</sup> Embora esse texto apareça sem data, é muito provável que tenha sido publicado entre o ano 1904 e 1905 visto que o autor afirma que há cinco anos já havia chamado a atenção para os perigos que envolviam a América Ibérica.

<sup>95</sup> *Idem. El continente enfermo. Op. Cit.*, p. 48.

<sup>96</sup> Em referência à questão do Panamá.



Até esse momento a única providência tomada constituía-se no indolente fanatismo ibero-americano e na ingênua crença na doutrina de Monroe, doutrina que significava apenas a não intervenção dos Estados Unidos nos assuntos europeus, assim como da Europa nos assuntos americanos. Lembrando-se das proposições que circulavam na época e afirmavam a decadência da raça latina, Zumeta se utilizava desses argumentos, para chamar os povos latinos para a ação. Inicia seu discurso como se a primeira vista fosse concordar com essas declarações, afirmando que

Si en verdad la decadencia de los pueblos y su muerte provienen de una incurable diátesis social; si la disminución de influencia, de poder y de territorio que desde fines del siglo XVIII sufre la raza denominada latina es resultado, no de fortuitos fracasos, sino de inferioridad real, sin posible reconstitución de las energías imperiales de esa madre de la civilización, si Waterloo y Sedán no fueron episodios infelices, sino demostración de supremacía definitiva de las razas del norte sobre las del Mediodía; si no heredamos de la hidalga España sino sangre floja ya y desvirtuada, y la contaminación que de esa sangre hemos hecho con la de razas inferiores no condena a la cobardía y al oprobio: entonces ni intentaremos un acuerdo salvador entre los pueblos amenazados de América, ni si lo hiciéremos encontraríamos apoyo en Madrid, Roma ni Paris.<sup>97</sup>

Utilizando metáforas médicas e biológicas, Zumeta prossegue com seu argumento de que se não é mortal a anemia que está destruindo esses povos, então aquele era o momento de um grande esforço. Era fundamental que estes povos assumissem como sendo de todas as nações que compartilhavam a mesma tradição e cultura a agressão a um único país. Portanto, não apenas a Colômbia perdia com o Istmo, mas a América espanhola, a França e a Europa latina. Sendo assim, não só a nação despossuída que sofria quando a América *nuestra* perdia um pedaço de território, mas a língua, a tradição, os ideais e o lugar comum dessas nações é que perdiam.

José Martí alguns anos antes, em um contexto de luta pela independência do domínio espanhol e desconfiança da ingerência norte-americana no continente, falou em nome da *Nuestra América*, não se restringindo apenas a Cuba. Zumeta também discursou em nome do continente, mas estendeu suas proposições para o outro lado do Atlântico, percebendo na França, na Espanha e na Itália, importantes aliadas na resistência latina, frente às ameaças anglo-saxônicas.

É importante perceber que as preocupações de Zumeta, embora estivessem eminentemente ligadas à perda efetiva de território, soberania e independência das repúblicas

---

<sup>97</sup> ZUMETA, César. *El continente enfermo. Op. Cit.*, p. 50.

latino-americanas, também, se relacionava à perda da tradição cultural ibérica. Isso pode estar ligado à influência do *Ariel* (1900) de Rodó, que após a sua publicação conquistou um importante lugar entre a intelectualidade e transcendeu a própria obra, tornando-se uma fonte de inspiração para vários intelectuais do período. O escritor venezuelano considerava vital para as nações, de ambos os lados do oceano, uma colaboração no sentido de que os latino-americanos pudessem oferecer-lhes um mundo, e, em troca, as nações latinas europeias cederiam o excedente de seus braços e capitais. O fortalecimento mútuo se daria, conseqüentemente, através da junção dos interesses. A Europa latina ainda poderia ajudar as repúblicas a sair da anarquia por meio do trabalho e da ocupação dos espaços desabitados.

Dessa maneira, a proposta de Zumeta, muito calcada nas propostas do período, apontava como solução para os problemas latino-americanos a vinda de imigrantes europeus (latinos), que pudessem contribuir com seu trabalho e costumes civilizados. Assim, os povos desse continente se salvariam a partir de um grande plano de exploração e colonização de seu território e das relações de amizade e comércio com as raças progenitoras.

Em novembro de 1900, ocorreu em Madri o Congresso Social e Econômico Hispano-americano<sup>98</sup>, importante instrumento no processo de retomada das relações entre os países latino-americanos e a Espanha, que haviam se intensificado após o resultado da guerra hispano-americana, como foi visto no capítulo anterior.<sup>99</sup> O congresso tinha em vista o estabelecimento de contatos entre ambos os lados do Atlântico em variados níveis: político, econômico e cultural.

Meses antes, em abril desse mesmo ano, por ocasião da convocatória do congresso, um programa foi delineado para ser discutido em novembro. Este tratava sobre as relações econômicas e sociais entre Espanha, Portugal e América Latina. Em linhas gerais os pontos a serem discutidos eram: estudo e criação de Tribunais Arbitrais que resolvessem problemas interestatais; harmonização do Direito público e privado na Espanha, em Portugal e na América Latina; problemas de imigração; formas para facilitar o conhecimento e desenvolvimento das obras e descobrimentos científicos entre as nações do âmbito ibero-americano; a unidade da língua castelhana e os direitos do autor; unificação dos planos de ensino; desenvolvimento das relações econômicas entre os povos ibero-americanos;

---

<sup>98</sup> Apesar de o Congresso ter partido de um Decreto Real firmado por Francisco Silvela (1843-1905), na *Gazeta de Madri*, em abril, de 1900. Ele também foi favorecido pela Exposição Internacional de Paris que trouxe à Europa grande número de representantes americanos da cultura, sociedade e economia. MONTÓN G-BAQUERO, Isabel García. “El Congreso Social y Económico Hispano-americano de 1900: un instrumento do hispanoamericanismo modernizador”. *Revista Complutense de Historia de América*, 1999, p. 285.

<sup>99</sup> CALLE VELASCO, María Dolores de la. “Hispanoamericanismo. De la fraternidad cultural a la defensa de la Hispanidad”. IN: VEGA, Mariano de; MARTÍN, Francisco; MORALES MOYA, Antonio. *Op. cit.*, p. 155-156.

unificação de tarifas postais e telegráficas, regulação de fretes e dos meios internacionais de transportes; a criação tanto na Espanha como na América, de exposições permanentes internacionais de obras científicas, literárias, artísticas e apresentação de produtos e manufaturas ibero-americanas; a criação na Espanha de Bancos gerais ibero-americanos com sucursais e legações na América Latina e Portugal; facilitar o intercâmbio da imprensa.<sup>100</sup>

Em nota editorial na revista *America*, Zumeta discorreu sobre o congresso. Nesse texto, o escritor venezuelano, entusiasmado com a iniciativa, conclamava Madri, que, vencida, referindo-se à guerra de 1898, voltava a ser a metrópole da América americanizada. Para ele, que participou do congresso como delegado, a união com as nações latinas da Europa deveria ocorrer por todas as formas possíveis, pois o resultado garantiria a resistência às investidas anglo-saxônicas, que, sob o pretexto de defendê-la contra a cobiça europeia, buscavam se apropriar do continente. O autor considerava que a resistência era uma questão de sobrevivências da raça, e, nesse sentido, a união ibero-americana deveria ser o fundamento da cooperação latina.<sup>101</sup>

Desse modo Zumeta atribuía os problemas pelos quais as nações latinas vinham passando, tanto as europeias, quanto as americanas, à desunião entre elas. A unidade saxônica, a seu ver, favorecia o progresso experimentado nesses países. O Congresso Hispano-americano deveria fazer frente ao pan-americano, elucidando suas farsas e, concomitantemente, abrindo o espaço hispânico ao pensamento e ao esforço de *nuestra América*. Para Zumeta, o que um dia foi a origem, voltava, naquele momento a ocupar um lugar fundamental. Concluía a nota saudando o congresso, defendendo ser o início de uma fraternidade fecundíssima e colocava a revista *América*, à disposição da União Ibero-americana, para contribuir na defesa desses ideais.

## 2.6. Considerações finais

Dessa forma, César Zumeta ganhou notoriedade em vida, sua obra ao longo da primeira metade do século XX, influenciou muitos estudos acerca do continente. Esse autor, embora reconhecesse os problemas da América Latina e em determinados momentos apresentasse uma concepção pessimista em relação ao seu porvir, propunha soluções concretas para a situação do continente e valorizava a tradição cultural ibero/latina.

---

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 186-187.

<sup>101</sup> ZUMETA, César. *El continente enfermo. Op. Cit.* p. 213.

O escritor venezuelano falava, em seus discursos, em uma perspectiva continental, não se limitando apenas aos problemas de seu país. Ele se dedicou a denunciar o imperialismo norte-americano e europeu, especialmente o alemão, na América Latina, e a defender a necessidade de união entre os países de origem latina, que compartilhavam a mesma língua, tradição e cultura. Ao defender a unidade latina, Zumeta não considerava a superioridade de uma raça sobre a outra, mas sim a necessidade de enfrentar a agressão anglo-saxônica e a germânica.

Paralelamente e em consonância com os discursos raciais da época, Zumeta defendia a vinda de imigrantes europeus para a América Latina. O escritor de *El continente enfermo* considerava que esses imigrantes trariam seus costumes civilizados e preencheriam as vastas regiões despovoadas, contribuindo para o progresso continental. Apesar disso, é importante esclarecer que, diferente de muitos dos seus contemporâneos, Zumeta não atribuía o atraso da América Latina à conformação biologicamente heterogênea de sua população. Ele não defendeu a existência de raças superiores e inferiores, entretanto, considerava que haveria um determinismo geográfico, no qual os trópicos estariam em uma condição inferior ao das regiões temperadas.

Elementos do contexto da época marcaram seus escritos, como a política pan-americana e os imperialismos que representavam um perigo efetivo, tanto em termos geográficos quanto políticos e econômicos para a América Latina. Somavam-se a isso os problemas internos das repúblicas hispano-americanas, o que agravava a situação do continente, a seu ver, “enfermo”. Para Zumeta, muitos países ainda não haviam deixado o estado “semibárbaro” das ditaduras militares e o mau costume de recorrer às armas em qualquer situação, o que poderia levar fatalmente à anarquia. Daí o escritor venezuelano defender, influenciado pelo positivismo do período, a urgência em se constituir governos capazes de garantir a paz e partidos capazes de vigiar para que a lei fosse respeitada. Essa ideia de que o governo deveria manter a estabilidade e garantir a paz talvez explique, de certa forma, o apoio que esse intelectual deu ao longo governo de Vicente Gómez, que conforme vimos, durou quase trinta anos. Zumeta ao reconhecer naquele chefe de governo uma garantia de paz, após muitos conflitos civis que perpassaram a Venezuela, acabou identificando nessa ditadura, uma forma de impedir a anarquia.

É importante destacar que a partir de 1909 o anti-imperialismo de Zumeta começa a se arrefecer, aparecendo apenas onde não ameaçava a ditadura gomencista. Com o passar do tempo seu estilo de escrita foi se tornando menos enérgico e contundente, mais dedicado a

exaltar a paz e a ordem que o regime de Vicente Gómez teria estabelecido. Isso não necessariamente contradiz suas ideias anteriores, já que a defesa de uma ordem que colocasse fim à instabilidade política de seu país esteve presente em seus escritos desde os anos de 1880. Contudo, cabe ressaltar que o anti-imperialismo do escritor venezuelano na década de 1920 desaparece, dando lugar a pomposos elogios aos Estados Unidos, atitude que estava em conformidade com as boas relações que o regime de Vicente Gómez estabeleceu com esse país.

Essa mudança drástica de Zumeta pode estar relacionada com a frustração desse autor frente à situação de seu país no início do século XX, os anos em que a Venezuela se viu envolvida em disputas caudilhistas fez com que Zumeta se convencesse da incapacidade dos venezuelanos de se autogovernarem e, principalmente, de conseguir alcançar o progresso dos países considerados civilizados. A ditadura se justificava, portanto, porque assegurava a paz e o trabalho, e a partir disso poderia gerar as condições para tirar a Venezuela do atraso, da ignorância e do analfabetismo.<sup>102</sup> Talvez, mais do que o interesse em se beneficiar economicamente e politicamente, conforme chamou a atenção Pino Iturrieta, Zumeta ao apoiar a ditadura de Vicente Gómez, contrariando muitas das suas ideias anteriores, ainda que não todas, estava era convencido de que o povo venezuelano não possuía condições de viver em liberdade e administrar suas próprias riquezas. O preço que ele teve que pagar por isso foi a indiferença e o desprezo, Zumeta ainda viveu muitos anos depois da morte de Vicente Gómez, em 1935, e segundo Angel Cappelletti, ele acabou morrendo esquecido em Paris, em 1955.

Diante disso, é importante ressaltar que César Zumeta, ao diagnosticar o “continente enfermo”, identificando os males que afligia essa região, contribuiu para o fortalecimento de correntes de pensamento latino-americano que buscavam resistir à influência política, econômica e moral, norte-americana e europeia (de tradição anglo-saxônica e germânica) e, ao mesmo tempo, indicar soluções para que a América Latina alcançasse os almejados ideais de civilização e progresso, sem, no entanto, negar a herança latina. Assim sendo, na concepção de Zumeta, uma vez resolvidas todas essas questões, os países latino-americanos obteriam o respeito das nações estrangeiras e afastariam os riscos da ingerência externa.

---

<sup>102</sup> CAPPELLETTI, Ángel J. *Op. Cit.*, p. 315.

## CAPÍTULO 3

### OS MALES DE ORIGEM LATINO-AMERICANOS: PARASITISMO E DEGENERAÇÃO NOS ESCRITOS DE MANOEL BOMFIM

Manoel Bomfim (1868-1932) foi um importante escritor sergipano no início do século XX, médico de formação, abandonou a carreira após um drama pessoal e passou a dedicar-se inteiramente à educação, escrevendo obras nas áreas de história, sociologia, pedagogia, psicologia, entre outras. Também contribuiu para importantes jornais cariocas e participou da vida política brasileira, sendo eleito deputado pelo estado de Sergipe em 1907. Ainda foi diretor do *Pedagogium*<sup>1</sup> por quase vinte anos, até quando essa instituição foi extinta.

Manoel Bomfim conviveu com a intelectualidade carioca em fins do século XIX e início do XX, amigo de prestigiados escritores como Machado de Assis (1839-1908) e Olavo Bilac (1865-1918), foi reconhecido por seus contemporâneos, inclusive tendo sido convidado, em mais de uma ocasião, a ocupar uma cadeira entre os imortais na Academia Brasileira de Letras, convite este recusado.

Esse escritor possui vasta produção intelectual, tendo publicado dezenas de livros, além de, durante mais de 20 anos, ter contribuído para jornais como *Correio do Povo*, *A República*, *Cidade do Rio de Janeiro*, *A Rua*, *Notícia*, *Tribuna*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz*. Também fundou revistas, como a *A Universal* (1901), *Pedagogium* (1897) e *O Tico-tico* (1905). Ainda atuou como correspondente eventual na Europa da revista *A Ilustração Brasileira*.

A obra que nos interessa neste estudo é *América Latina: males de origem*, publicada em 1905, no Rio de Janeiro. Nessa obra, Manoel Bomfim fez uma análise minuciosa sobre os problemas que cercavam o continente, atendo-se, sobretudo, à América do Sul. Em sua opinião, os “males” sofridos pelas nações latino-americanas, diferente do que era defendido na época, não decorriam de uma incapacidade intrínseca dessas nações em alcançar o progresso, mas sim do peso de um passado colonial cuja exploração havia deixado marcas tão profundas que obstavam o desenvolvimento latino-americano.

Suas obras repercutiram entre a intelectualidade do período, por um lado, causando entusiasmo e admiração, e, por outro, a ira e críticas ferozes, como foi o caso do conhecido

---

<sup>1</sup> O *Pedagogium* foi criado pelo governo provisório em 1890, visava ser um centro impulsor das reformas e melhoramentos da instrução nacional e centralizador do ensino público.

escritor brasileiro Sílvio Romero (1851-1914) que, nessa ocasião, se dedicou a escrever mais de 20 artigos para criticar a obra *América Latina: males de origem*. Ao longo dos anos, Manoel Bomfim foi sendo esquecido pelo pensamento social brasileiro. Tal “esquecimento” não foi por acaso, tratava-se basicamente de uma iniciativa do Estado que se instalou após a Revolução de 1930, como veremos adiante.

Antes de analisarmos os escritos de Manoel Bomfim, apresentaremos o contexto brasileiro de fins do século XIX e início do XX destacando algumas questões, a nosso ver, fundamentais para entender a trajetória e a produção intelectual do escritor sergipano. A virada do século XX foi um período de grandes transformações políticas, sociais e econômicas no cenário brasileiro. Nos primeiros anos republicanos, o Brasil passou por conflitos internos, uma intensa imigração europeia e asiática com grandes impactos na vida econômica e social, além do entusiasmo por incorporar a modernização e modificar a imagem da sua capital no cenário internacional o que levou à reforma urbana do Rio de Janeiro. Ainda, no início do século XX, com a emergência dos discursos higienistas na esfera nacional, houve um processo de interiorização levando o poder público a áreas até então desconhecidas. Isso acabou revelando um abismo enorme que separava o litoral do interior brasileiro e os desafios que um país que se pretendia civilizado e moderno deveria enfrentar.

### **3.1. O Brasil em fins do século XIX e início do XX**

O Brasil, nas últimas décadas do século XIX, passou por grandes transformações políticas, sociais e econômicas que pretendiam conduzir o país rumo aos ideais de civilização e progresso que vigoravam na época. A “flor exótica” da América, em 1889, proclamou a República, e um ano antes, aboliu, com atraso, a escravidão, e essas mudanças impunham novas demandas no cenário nacional. O anseio por incorporar a modernização; a incipiente industrialização; a necessidade de resolver questões fronteiriças; o temor das epidemias que ceifavam muitas vidas; a atuação de médicos/sanitaristas/cientistas buscando também compreender os problemas que enfrentavam o Brasil e o aumento populacional decorrente da entrada de milhares de imigrantes no país, trazendo força de trabalho e, mais do que isso, interferindo diretamente na formação da nacionalidade brasileira são algumas das questões que se apresentavam no contexto brasileiro desse período.

Após a queda do Império, em 1889, dois modelos políticos entraram em disputa no processo de consolidação da República: por um lado, havia o modelo liberal federalista, que

vigorou na constituição de 1891 e, por outro, o modelo da ditadura positivista, defendido pelos intelectuais ligados ao positivismo ortodoxo e por grande parte da intelectualidade militar, além dos políticos influenciados pelas ideias de Auguste Comte. O positivismo, nesse contexto, exigia tanto o respeito ao estágio de evolução do país, quanto à defesa de um governo forte, sob o comando de homens de ciência como a melhor opção política para manter a ordem e estimular o progresso.<sup>2</sup>

A primeira década republicana foi marcada por conflitos políticos e sociais, de tal forma que o Rio de Janeiro, então capital, esteve na iminência de uma guerra civil. Revoltas de suboficiais e marinheiros, em apoio à permanência de Deodoro da Fonseca (1827-1892) no poder, estouraram na capital, em São Paulo e no Mato Grosso, entre 1891 e 1892. Porém, Floriano Peixoto (1839-1895), apoiado pelo Partido Republicano Paulista (PRP), principal força política do período, conseguiu reprimir a crise militar que se instalara.<sup>3</sup> Não demorou e, nos anos que se seguiram, outros conflitos sangrentos emergiram, como a Revolução Federalista (1893-1895) e a Guerra de Canudos (1896-1897), revelando, desse modo, os grandes desafios que a jovem república tinha que enfrentar.

Além disso, no plano externo, o governo republicano, procurou resolver algumas questões imediatas, relativas às fronteiras e em relação à participação do Brasil na Primeira Conferência Pan-americana em 1889. Esse governo procurou uma aproximação maior com os Estados Unidos, através de acordos bilaterais, como o de 1891, que levantou oposição no Congresso. Tal acordo permitia um convênio aduaneiro entre o Brasil e os Estados Unidos, que há 50 anos o governo norte-americano tentava estabelecer, mas o Império recusava. Por esse tratado, o Brasil isentava uma série de produtos norte-americanos de impostos, ao passo que os Estados Unidos isentavam apenas o couro, o açúcar, o melado e o café brasileiro. Poucos meses depois da assinatura desse acordo, os Estados Unidos estenderam a isenção ao açúcar antilhano, e posteriormente, às colônias britânicas e europeias.<sup>4</sup>

O governo republicano também buscou uma aproximação com a Argentina, bem como outros países da América Hispânica. Desde os processos de independência, o Brasil havia mantido um distanciamento em relação às repúblicas vizinhas, que na concepção de Manoel Luís Salgado, estaria ligado ao fato de que quando o Estado Nacional Brasileiro se configurou, na primeira metade do século XIX, também se definiu a imagem de um “outro”

---

<sup>2</sup> MATTOS, Hebe. “A vida política”. In: SCHWARTCZ, Lilia (org.). *História do Brasil Nação. A abertura para o mundo (1889-1930)*. Vol. 3. Madrid, Rio de Janeiro: Editora MAPFRE e Objetiva Ltda., 2012, p. 93.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 95-96.

<sup>4</sup> DORATIOTO, Francisco. “O Brasil no Mundo”. In: SCHWARTCZ, Lilia (org.). *História do Brasil Nação. A abertura para o mundo (1889-1930)*. *Op. Cit.*, p. 135.



em relação ao Estado, tanto no plano interno como no externo. Nessa perspectiva, no primeiro plano ficaram excluídos do projeto de nação o negro e o índio, uma vez que para os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>5</sup> estes não eram portadores da noção de civilização. No plano externo, “o outro” foi definido através do critério político, das diferenças em relação às formas de organização dos demais Estados. Os inimigos externos do Brasil, portanto, foram as repúblicas latino-americanas, politicamente instáveis num momento de conformação do território nacional. Em função disso optou-se mais pela continuidade com a antiga metrópole do que pela ruptura.<sup>6</sup>

Já na passagem para a nova ordem política as elites republicanas buscaram uma aproximação com as nações do continente, a Argentina foi o primeiro país a reconhecer a República Brasileira, quatro dias depois de sua proclamação. Apesar disso, e das boas relações que o governo republicano procurou estabelecer com a nação vizinha, as desconfianças continuaram. Isso pode ser observado no governo de Floriano Peixoto (1891-1894) que, preocupado com a influência argentina no continente e uma possível aliança desse país com o Paraguai, que poderia determinar a perda do Mato Grosso, decidiu intervir, indiretamente, nas eleições paraguaias de 1894. Até 1912, o único acesso ao território do Mato Grosso se dava por via fluvial através dos rios Paraguai e Paraná. A preocupação do governo de Floriano Peixoto era de que, se o Paraguai se aliasse à Argentina em um eventual confronto com o Brasil, as tropas argentinas poderiam ter acesso ao Mato Grosso atravessando o Paraguai, já os brasileiros ficariam impossibilitados de reagir, uma vez que os argentinos teriam o controle da foz desses dois rios.<sup>7</sup>

Por essa razão o governo brasileiro, nas eleições de 1894, incentivou um golpe de Estado, que derrubou Juan Gualberto González (1851-1912) e impediu assim a candidatura de José Segundo Decoud (1848-1909), suspeito de pretender a anexação do Paraguai à Argentina. O golpe ocorreu sem violência, quando o então ministro plenipotenciário brasileiro enviado ao Paraguai, Amaro Cavalcanti (1849-1922), entregou cerca de 6 mil libras esterlinas aos generais Bernardino Caballero (1839-1912) e Juan Bautista Egusquiza (1845-1902). Este último saiu vencedor na eleição, garantindo a manutenção das relações cordiais com o Brasil.<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> O IHGB foi criado em 1838 e tinha como objetivo pensar a história do Brasil de maneira sistematizada. Este projeto visava delinear um perfil para a nação brasileira, capaz de forjar uma identidade conforme os princípios que organizavam a vida social do século XIX.

<sup>6</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: 1: 5-27, 1998, p. 7.

<sup>7</sup> DORATIOTO, Francisco. *Op. Cit.*, p. 140.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 141.

Entre os desafios que o país teria que enfrentar no final do século XIX, estavam os litígios fronteiriços e as ameaças territoriais. No primeiro caso, com a Argentina, pela região de Palmas,<sup>9</sup> em 1895. No segundo, a ocupação pelos britânicos, da ilha de Trindade, nesse mesmo ano, localizada a 1.140 quilômetros da costa do Espírito Santo. Em 1897, sob a mediação portuguesa, a Grã-Bretanha retirou-se da ilha, reconhecendo a soberania brasileira sobre ela. Além disso, havia as pretensões expansionistas francesa, na região norte. Os limites fronteiriços entre o Brasil e a Guiana francesa ainda não estavam definitivamente fixados no final do século. Com a descoberta de ouro, em 1894, nas cabeceiras do rio Calçoene, teve início conflitos entre brasileiros e militares franceses, oriundos da Guiana. Em 1896, o Brasil e a França buscaram arbitramento internacional para resolver essa questão. A sentença foi definida em 1900, arbitrada pela Suíça, foi inteiramente favorável ao Brasil.<sup>10</sup>

José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), o Barão de Rio Branco, teve participação decisiva na política externa brasileira, garantindo muitas vitórias para o país no final do século XIX e no início do século XX. Segundo Doratioto, os anos em que o Barão de Rio Branco esteve na Europa permitiu que ele acompanhasse de perto o imperialismo europeu na partilha da África, bem como as intervenções na Ásia. Com efeito, ele temia que o Brasil, com vastos territórios desocupados, pudessem atrair essas potências. Não por acaso, quando ministro das Relações exteriores (1902-1912), Rio Branco defendeu a necessidade do Brasil se fortalecer militarmente, embora o pacifismo tenha sido uma de suas diretrizes, durante os 10 anos em que esteve conduzindo a política externa do país. Ele buscou também a igualdade jurídica entre os Estados, o respeito ao direito internacional, a não intervenção em assuntos internos de outras nações e o estreitamento das relações com os Estados Unidos.<sup>11</sup>

As relações com os Estados Unidos foram bastante harmoniosas nesse período, tanto que o Brasil não se opôs à intervenção militar inglesa, alemã e italiana na Venezuela, em 1902, nem à independência do Panamá, no ano seguinte, conforme foi visto no capítulo dois. Nas duas primeiras décadas de 1900, o Brasil resolveu suas questões fronteiriças com a Bolívia, pelo Tratado de Petrópolis (1903), com a Inglaterra, em relação à fronteira com a Guiana inglesa (1904,) com o Peru, no Tratado de Limites (1909) e, ainda, a assinatura de um acordo entre Brasil, Colômbia e Peru, sobre a delimitação de fronteiras na Amazônia (1925).

O governo de Campos Sales (1898-1902) marca o início do que ficou conhecido como “política dos estados” ou “política do café-com-leite”, o qual um arranjo político garantia,

---

<sup>9</sup> Essa região compreende o oeste dos estados do Paraná e de Santa Catarina. Na ocasião do litígio a Argentina reivindicava que as fronteiras fossem estabelecidas pelos rios Chapecó e Chopim.

<sup>10</sup> DORATIOTO, Francisco. *Op. Cit.*, p., 142.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 147-148.

fundamentalmente, nas eleições, a vitória de dois estados, São Paulo e Minas Gerais, que se alternavam no poder. Os interesses cafeeiros se sobrepujam nessa conjuntura, de modo que esse jogo político prevaleceu até 1930, com a entrada em cena de novos atores políticos.<sup>12</sup>

O Convênio de Taubaté, assinado em 1906, preparou o país para o domínio da economia do café. No início do século XX, intensificou-se a imigração, bem como a exportação de outros produtos naturais. Apesar disso, até a Primeira Guerra Mundial, o desempenho econômico do país não foi animador, ainda que tenha havido certa diversificação econômica interna, com algum desenvolvimento dos setores secundários e terciários, além do Brasil ter se convertido no maior exportador de café e borracha. Se por um lado, em determinadas regiões a prosperidade podia ser observada, por outro, persistiam graves problemas no país, principalmente nas regiões do nordeste.<sup>13</sup>

Os governos que ascenderam no início do século XX buscaram reformas modernizadoras, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro, que era conhecida na época como “capital das doenças”. Vale a pena nos determos mais sobre essa questão que trouxe significativas mudanças no período.

Em fins do século XIX e início do XX, as epidemias ocuparam um lugar importante na esfera de preocupação da vida nacional, abrindo espaço para o desenvolvimento de políticas de saúde pública no Brasil. Além das epidemias, as novas questões que se impunham no contexto contribuía para isso: a incipiente industrialização do país, o anseio por incorporar a modernização e assim alcançar os ideais de civilização e progresso, a necessidade de conhecer e integrar o território brasileiro e os esforços para mudar a imagem externa da então capital do Brasil.

Em fins do século XIX, o governo republicano e os médicos higienistas, entusiasmados com os desenvolvimentos da medicina, da química e da biologia na Europa, desde meados do Oitocentos, se mobilizaram para “conhecer” os problemas nacionais, e assim tomar medidas para mudar esse quadro. A medicina pública que se desenvolvia de forma mais organizada, a partir da iniciativa de médicos/cientistas brasileiros, ansiosos por divulgarem seus conhecimentos e afirmar uma posição, enquanto profissionais da saúde, procurou responder as questões que eram apresentadas.

---

<sup>12</sup> Cabe ressaltar que Hebe Mattos chama a atenção para o trabalho de Cláudia Viscardi que na obra, *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café-com-leite”* (2001), embora corrobore a existência da política dos estados, essa autora demonstrou que outros estados tiveram presença importante nesse período, tendo uma participação proporcional nas cadeiras que ocupavam no congresso, bem como seu peso econômico no cenário nacional. Assim o Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro, a Bahia e Pernambuco teriam participado na definição das candidaturas presidenciais do período. MATTOS, Hebe. *Op. Cit.*, p. 104.

<sup>13</sup> SCHWARTCZ, Lilia. “População e sociedade”. In: SCHWARTCZ, Lilia (org.). *Op. Cit.*, p. 30.

O Rio de Janeiro, conforme foi mencionado, possuía uma imagem muito negativa no que refere às questões sanitárias, o que lhe rendera o epíteto de “capital das doenças”. O medo das condições sanitárias desta cidade era tanto que os diplomatas europeus, quando designados a servir ali, interpretavam tal designação como punição.<sup>14</sup> Essa cidade, ao longo do século XIX até o início do XX, possuía alarmantes índices de morbidade e mortalidade devido a doenças infectocontagiosas.

Não à toa o saneamento da cidade do Rio de Janeiro foi uma preocupação corrente em fins do século. Os médicos higienistas passaram a refletir sobre as condições de vida da capital e propor soluções para o equilíbrio do “organismo urbano”.<sup>15</sup> Na realidade, desde meados do século XIX discutia-se a necessidade de saneamento da capital e o grande número de óbitos causados pelas epidemias de febre amarela de 1873 e 1876, acabaram intensificando esses debates. Contudo, com a passagem do Império para a República e o conturbado período que se seguiu nos primeiros anos republicanos, o plano urbanístico teve que ser adiado.<sup>16</sup>

No início do século XX, com o intuito de sanear e embelezar o Rio de Janeiro teve início a Reforma Urbana. Rodrigues Alves (1848-1919), que já havia sido presidente do estado de São Paulo e nesse mandato, realizado a remodelação da cidade, quando eleito presidente da república, em 1902, estabeleceu como prioridade de seu governo o saneamento da capital brasileira. O engenheiro Pereira Passos (1836-1913), foi nomeado prefeito da cidade do Rio de Janeiro e colocou em prática, inspirado na reforma urbana de Paris, promovida por Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), a remodelação da capital brasileira.<sup>17</sup>

Na época, a ideia de que os miasmas pestilentos eram responsáveis pela insalubridade do Rio de Janeiro, foi um dos primeiros focos atacados nessa reforma. Os pântanos eram considerados como pontos de emanção de miasmas. Os morros eram acusados de impedir que os “maus ares” circulassem, comprometendo ainda mais o ambiente. As habitações coletivas, também foram condenadas pelos médicos higienistas que viam na aglomeração de

---

<sup>14</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. “Mortalidade e morbidade da cidade do Rio de Janeiro imperial”. In: *Revista de História*. n.127-128. São Paulo, julho de 1993, p. 53.

<sup>15</sup> BENCHIMOL, Jaime. “Reforma Urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 293.

<sup>16</sup> Em 1899, com a deflagração da epidemia de peste bubônica chegada em Santos – importante centro de escoação da produção cafeeira –, e a dificuldade em conseguir o soro e a vacina, levaram à criação de dois institutos soroterápicos: em São Paulo, na fazenda Butantã e no Rio de Janeiro, na fazenda Manguinhos. BENCHIMOL, Jaime e SILVA, André Felipe Cândido da. “Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República”. In: *História Ciências Saúde Manguinhos*. Vol.15, nº3, jul-set. 2008, p. 726.

<sup>17</sup> Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

pessoas em locais úmidos, sem ar e escuros, potenciais focos de miasmas. Com efeito, cortiços foram colocados abaixo, bairros inteiros demolidos para elevação de novos bairros burgueses, alargamento das ruas, além de numerosas obras de infraestrutura, procuraram dar ordem à cidade que surgira de forma desordenada.

Concomitante à reforma, surgiu o projeto de vacinação obrigatória, sob a liderança do jovem médico Oswaldo Cruz (1872-1917), que havia sido nomeado para a Diretoria Geral de Saúde Pública. O quadro sanitário do Rio de Janeiro era inquietante com tantas epidemias que assolavam a capital como varíola, febre amarela, peste bubônica entre outras. No dia 31 de outubro de 1904, por meio da lei nº 1.261, foi aprovada a vacinação obrigatória em todo o território nacional, não sem acirrada oposição, principalmente, por parte da imprensa contrária à Rodrigues Alves, como o *Correio da Manhã* e o *Comércio do Brasil*, de militares e de positivistas que conseguiram mobilizar a população contra a vacinação.

A reforma urbana trouxe grandes impactos em vários níveis da vida carioca. O embelezamento de parte da cidade foi alcançado, o Rio se tornou a “cidade maravilhosa”<sup>18</sup>, as campanhas de vacinação e as medidas de profilaxia, embora tenham sofrido resistência, como a Revolta da Vacina, conseguiram resultados positivos no controle de doenças. Entretanto, conforme ressaltou Jaime Benchimol, a reforma produziu “novas contradições e agravou muitas das que já existiam”.<sup>19</sup>

Na época, o país recebia intenso afluxo de imigrantes de várias partes do mundo, que vinham sanar a demanda de mão de obra, sobretudo para a lavoura cafeeira, que desde a abolição da escravatura, em 1888, carecia de ser preenchida. Com tantos imigrantes chegando, era necessário um controle maior dos portos, uma vez que muitos navios vinham de regiões assoladas por epidemias, como os portos italianos, por exemplo, que sofriam com o cólera. Além disso, as doenças endêmicas também poderiam prejudicar esse fluxo imigratório, pois caso as condições sanitárias não fossem resolvidas, poderia haver suspensão, por parte dos governos, de imigrantes, o que prejudicaria a economia cafeeira.

Nesse contexto, a cidade de Santos e de São Paulo, os dois primeiros lugares onde aportavam os imigrantes, foram os primeiros objetos das ações de saneamento e controle sanitário.<sup>20</sup> Era preciso impedir a entrada de doenças que poderiam gerar epidemias, por essa razão montou-se um sistema de fiscalização para controlar a chegada de navios suspeitos, que eram obrigados a cumprir quarentena, e se fosse o caso, nem ser recebido. Segundo Gilberto

---

<sup>18</sup> Cumpre lembrar que esse processo durou décadas.

<sup>19</sup> BENCHIMOL, Jaime. “Reforma Urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. *Op. Cit.*, p. 234.

<sup>20</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento*. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1998, p. 213.

Hochman, a peste bubônica, a febre amarela, a varíola e a malária, foram os principais objetivos das ações sanitárias. Portanto, o desenvolvimento da saúde pública guardava estreita relação com os interesses econômicos e com o projeto de modernização do país.

Outra preocupação que ocupou o cenário político da época e levantou exaltados debates se refere a seguinte questão: Quais imigrantes seriam estimulados a vir para o Brasil? O ideal de civilização e progresso que vigorava não admitia toda e qualquer nacionalidade, numa época em que as proposições de escritores como Arthur de Gobineau, Gustave Le Bon, Herbert Spencer, entre outros, ainda tinham grande força de afirmação. Esses pensadores defendiam a existência de “raças” superiores e inferiores e seus discursos foram apropriados por parte da intelectualidade brasileira, que serviram para legitimar preconceitos que já existiam desde a época colonial. Os europeus eram os imigrantes mais desejados por uma elite ansiosa por “branquear” a população, porém, as necessidades de mão-de-obra na lavoura acabaram imperando, e assim abriu-se espaço para a entrada de asiáticos. É válido ressaltar que os japoneses foram preferidos aos chineses, considerados “menos inferiores”.<sup>21</sup>

As viagens científicas também fizeram parte de um projeto sistemático do estado republicano, na virada do século XX.<sup>22</sup> Era necessário conhecer o Brasil “desconhecido” e assim integrar o interior do país, uma vez que a modernização que se buscava incorporar estava estritamente relacionada ao reconhecimento, à integração e a ocupação das vastas áreas do território brasileiro até então ignoradas, além da exploração de suas riquezas.<sup>23</sup>

No século XIX, as viagens científicas realizadas pelos naturalistas buscavam produzir um “conhecimento científico seguro”, através da descrição das regiões visitadas por eles e de suas características, tanto físico-geográficas quanto das características sociais e políticas dos povos que encontravam.<sup>24</sup> No entanto, as descrições do mundo natural ainda eram preponderantes nesses relatos. Já as viagens médico-científicas da virada do século XX, buscavam, principalmente, a integração e o reconhecimento do território brasileiro. A integração nacional acabou se tornando o lema do governo republicano, que visava,

---

<sup>21</sup> Sobre a imigração no Brasil ver: SEYFERTH, Giralda. “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. E RAMOS, Jair de Souza. “Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20”. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade. Op. Cit.*

<sup>22</sup> Na época colonial e mesmo no Império, muitos cientistas (principalmente estrangeiros) empreenderam viagens pelo interior do Brasil descrevendo a fauna, a flora e os povos que observavam.

<sup>23</sup> SÁ, Dominichi Miranda; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. “Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915)”. In: *Historia Ciências Saúde Manguinhos*. Vol.15, nº3, jul.set. 2008, p. 781.

<sup>24</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* v.7 n.2 Rio de Janeiro jul./out. 2000, p. 395.

principalmente, os estados do Mato Grosso, Goiás e Amazonas, uma vez que permaneciam com extensas terras “omitidas” por comissões de explorações anteriores e com populações isoladas do restante do país.<sup>25</sup>

Desde a época do Império, a partir da segunda metade do século XIX, já se havia buscado a incorporação dos espaços afastados do interior, como pode ser observado na realização de diversas comissões.<sup>26</sup> As revoltas provinciais, sobretudo, durante o período das regências, alarmaram o governo imperial com a possibilidade de fragmentação do território brasileiro, tal como ocorrera com o Império Espanhol, após os processos de independência, daí essa preocupação em organizar viagens exploratórias. No entanto, foi a partir da República que essas iniciativas foram intensificadas e ganharam novos contornos.<sup>27</sup>

Foram várias as viagens empreendidas nesse período orientadas pela ideia de modernizar e civilizar o Brasil. Em 1892, formou-se a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, liderada por Louis Cruls (1848-1908), que tinha como objetivo o reconhecimento dessa região, para a mudança da capital federal. Também foram constituídas a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Rio de Janeiro a Mato Grosso, e do Mato Grosso ao Amazonas, realizadas entre 1891 e 1906.<sup>28</sup>

Além dessas viagens, ocorreram as promovidas pela Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas, conhecidas como Comissão Rondon, durante mais de 20 anos, e empreendidas por militares do setor de engenharia e construção do Exército Nacional, tendo por finalidade a integração do interior do Brasil, os serviços de instalação e conservação de linhas telegráficas, e a delimitação e inspeção das fronteiras do país. As explorações científicas promoviam também um maior conhecimento geográfico do território, da cartografia, da botânica, da geologia, da zoologia, da antropologia e da etnologia dos indígenas e sertanejos.<sup>29</sup>

Simultaneamente realizavam-se as expedições médicos-científicas<sup>30</sup>, do Instituto Oswaldo Cruz, então denominado Instituto de Patologia Experimental. A partir de 1906,

---

<sup>25</sup> SÁ, Dominichi Miranda *et al.*, *Op. Cit.*, p. 781.

<sup>26</sup> Comissão Científica de Exploração realizada em 1856, Comissão Geológica Imperial em 1875, e Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo em 1886.

<sup>27</sup> SÁ, Dominichi Miranda. “Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009, p. 185-186.

<sup>28</sup> *Ibidem.*

<sup>29</sup> SÁ, Dominichi Miranda *et al.*, *Op. Cit.*, p. 784.

<sup>30</sup> Segundo Dominichi Sá estas expedições tiveram início quando a instituição começou a colaborar com a Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Ministério da Viação, empreendendo expedições ao interior que acompanharam obras de infraestrutura, como a construção de ferrovias e a inspeção sanitária de portos, bem como a extração de borracha na Amazônia. SÁ, Dominichi Miranda. *Op. Cit.*, p. 187.

ocorreram várias expedições, como a de Carlos Chagas (1878-1934) a São Paulo, para controlar um surto de malária, por ocasião da construção da Usina Hidrelétrica pela Companhia das Docas de Santos. Carlos Chagas, juntamente com outros médicos e cientistas, também investiram contra a malária em Xerém, no momento da construção de reservatórios de água, pela Inspetoria Geral de Obras. Em São Paulo, na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em Minas Gerais, nos serviços de prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil e em outros lugares.<sup>31</sup>

Dentre as viagens médico-científicas, a que ganhou maior notoriedade, tendo repercutido nos meios médicos, intelectuais e políticos, foi a expedição realizada por Belisário Pena (1868-1939) e Arthur Neiva (1880-1943) às regiões norte e nordeste do país, em 1912.<sup>32</sup> A partir do relatório dessa viagem, o interior do país foi caracterizado como doente, isolado geográfico e culturalmente, de maneira que a pobreza e o analfabetismo predominavam.<sup>33</sup>

Essas viagens, feitas principalmente por médicos entusiasmados com os desenvolvimentos da ciência, e promovidas pelo governo federal, conforme mencionamos, acabou revelando um difícil diagnóstico do quadro sanitário brasileiro em várias regiões. Por meio dessas viagens foi possível a identificação de doenças e a sua profilaxia, e ainda a percepção das enormes distâncias – não apenas geográficas, mas sociais e econômicas – que afastavam o litoral do “sertão” do Brasil.

Diante disso, os diagnósticos pessimistas e condenatórios relativos ao futuro do Brasil foram questionados, estes, inspirados nas teorias científicas dos séculos XVIII e XIX, acusavam as populações mestiças de serem incapazes de ascender à civilização. A partir desse momento, a constituição racial da população brasileira deixou de ser encarada, por muitos intelectuais e políticos, como o principal problema, e as doenças foram apontadas como o maior obstáculo ao progresso nacional. Doenças como ancilostomose, impaludismo e tripanossomíase americana, que atingia boa parte da população do interior, foram destacadas como responsáveis pelo complexo estado sanitário do país.<sup>34</sup> Tendo isso em vista, buscaram-se meios de “curar” a população doente, o que refletiria, de acordo com a intelectualidade do período, diretamente no desenvolvimento do Brasil. Resolvidos estes problemas, o país estaria em condições de incorporar a modernização.

---

<sup>31</sup> *Ibidem*.

<sup>32</sup> A pedido da Inspetoria de Obras contra as Secas, órgão ligado ao Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas.

<sup>33</sup> SÁ, Dominichi Miranda. *Op. Cit.*, p. 184.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 188.



As viagens médico-científicas acabaram contribuindo para a formação de políticas de saúde pública no país. Com a repercussão e divulgação em jornais e revistas dos relatórios dos médicos e cientistas, a visão de um Brasil doente, produziu intensos debates, pois revelou uma situação complexa em relação a atuação do governo nas áreas mais afastadas do país. A imagem de abandono por parte do poder público de vastas áreas e da população brasileira foi ressaltada.

Dessa forma, os cientistas que tomaram o papel de “desbravar” o Brasil e conhecer os problemas que o atingiam, nas primeiras décadas do século XX, não apenas identificaram e procuraram atuar na profilaxia de muitas doenças, como também foram capazes de contribuir para o desenvolvimento de políticas de saúde pública. De acordo com Gilberto Hochman, a saúde pública, nesse período, estava envolta de um discurso nacionalista que acabou ocupando um lugar privilegiado na esfera política.<sup>35</sup>

Tais políticas também operaram como ferramentas importantes no processo de penetração do Estado na sociedade e mesmo no território nacional.<sup>36</sup> Era preciso reduzir o enorme fosso que separava o litoral do sertão, buscando incorporar à nacionalidade brasileira a população desconhecida e até então, esquecida, pelo poder central. Isso estava ligado à ideia de expandir o mercado interno e o internacional. Nesse contexto, as ferrovias, representantes máximas do ideal de progresso e civilização, naquele momento, foram adotadas pela elite, consideradas as alavancas mais eficazes para esse processo.<sup>37</sup>

Diante disso, as políticas sociais que surgiram nesse período, guardam relação com a junção da consciência das elites brasileiras e seus interesses materiais no tocante aos benefícios da “coletivização do bem-estar”. Os médicos, ao promover o movimento sanitário, revelando as disparidades entre os “sertões” e o litoral, entre o rural e o urbano, destacaram a saúde como o grande problema nacional. Os “sertões” foram caracterizados pela ausência do poder público e pelo que Gilberto Hochman denominou de “onipresença das doenças”.<sup>38</sup> Com a ampla divulgação desses diagnósticos e a percepção das elites de que isso não implicaria apenas em problemas localizados, mas que poderiam ser extrapolados além de suas fronteiras, buscou-se medidas para a formação de políticas públicas de saúde no Brasil.

Nesse contexto, o arranjo do sistema republicano que vigorava desde 1891, uma forma descentralizada da administração e da ação do governo, foi questionado. A capacidade da maior parte dos estados agirem na profilaxia, sobretudo, das endemias rurais, era muito

---

<sup>35</sup> HOCHMAN, Gilberto. *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>36</sup> *Ibidem.*

<sup>37</sup> BENCHIMOL, Jaime e SILVA, André Felipe Cândido da. *Op. Cit.*, p. 755.

<sup>38</sup> HOCHMAN, Gilberto. *Op. Cit.*, p. 48.

pequena, por essa razão era necessária à atuação do poder central. Desse modo, por meio de acordos entre estados e poder central, foi possível a formação de políticas de saúde pública e saneamento no Brasil, tendo em vista que ficou evidenciado que muitos estados, com a exceção de São Paulo,<sup>39</sup> não possuíam condições econômicas para solucionar os problemas de saúde que padeciam à sua população.<sup>40</sup>

Outras questões políticas que emergiram no contexto nacional contribuíram para questionar o jogo político que vigorava, de maneira que a década de 1920 foi marcada por conflitos como o movimento tenentista, que pretendia acabar com a liderança das oligarquias mineiras e paulistas. As novas relações sociais no mundo urbano também engendraram outras questões, trazendo as exigências do cumprimento dos direitos civis, bem como a expansão dos direitos políticos e sociais, principalmente, oriunda do surgimento do movimento operário.<sup>41</sup> A revolução de 1930 marca o início de um novo período da história política, com a emergência de outros estados na arena pública, além de uma maior centralização do poder político.

### 3.2. Manoel Bomfim vida e trajetória intelectual

Em 1868 nasceu, em Aracajú, Manoel Bomfim,<sup>42</sup> oriundo de uma família com posses.<sup>43</sup> Dos homens, ele era o filho mais velho, por essa razão as pretensões sobre ele recaíram como se fosse o primogênito, não por acaso aos 12 anos de idade foi mandado para viver em um engenho da família no interior de Sergipe e aprender mais sobre os negócios da família. Somente aos 16 anos, com a decisão de que faria o preparatório para o exame de admissão à faculdade de medicina é que ele retornou a Aracajú. Contrariando os planos dos pais, que desejavam que Manoel Bomfim assumisse a direção dos negócios, engenho açucareiro e comércio, ele insistiu na carreira médica, de tal modo que a família acabou cedendo à vontade do jovem.

---

<sup>39</sup> São Paulo desempenhou papel importante nesse processo, apesar de na época já ter realizado a sua própria reforma sanitária, desenvolvida de maneira autônoma, a percepção da interdependência que a doença causava exigia uma ação mais efetiva e ampla dos demais estados e do poder central. Diante disso, São Paulo se constituiu como exceção no acordo entre estados e governo federal, mantendo sua autonomia em relação aos outros estados. *Ibidem*, p. 15-16.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>41</sup> Este, a partir de 1903, tornou-se mais amplo, complexo e articulado, reunindo trabalhadores de diversas nacionalidades e tendências políticas – socialistas, anarquistas, sindicalistas revolucionários e reformistas. MATTOS, Hebe. *Op. Cit.* p., 119-120.

<sup>42</sup> Todas as referências sobre a vida de Manoel Bomfim foram retiradas da biografia sociológica *O rebelde esquecido: tempo, vida, e obra de Manoel Bomfim* (2000), de Ronaldo Conde Aguiar.

<sup>43</sup> O pai de Bomfim era de origem humilde, mas após anos de trabalho, conseguiu desfrutar de uma situação econômica privilegiada.

Em 1886, Manoel Bomfim ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia. E lá iniciou amizade com o fluminense Alcindo Guanabara (1865-1918), que também estudava medicina e, posteriormente se tornaria um dos maiores jornalistas do país no início do século XX. Em 1888, aconselhado por Alcindo Guanabara, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a fim de seguir seus estudos na então capital federal. Em sua chegada, foi recebido por seu amigo Guanabara juntamente com Olavo Bilac que também se tornaria amigo de Bomfim.

Olavo Bilac levou o jovem sergipano a frequentar a redação do jornal *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio (1853-1905). Sua chegada ao Rio de Janeiro lhe permitiu a entrada no círculo da intelectualidade carioca, passando a conviver com prestigiados escritores brasileiros da época,<sup>44</sup> e acompanhar de perto as transformações políticas e sociais pelas quais o Brasil passou no final do século XIX. Manoel Bomfim encontrava-se no Paço Imperial, na ocasião da abolição da escravidão, quando Joaquim Nabuco (1849-1910) anunciou em, 13 de maio de 1888, a lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel (1846-1921).

A convite de Alcindo Guanabara, Bomfim passou a escrever semanalmente crônicas sobre temas políticos e culturais no *Correio do Povo*, conciliando esta atividade com a faculdade de medicina.

Em 1889, Manoel Bomfim assistiu a passagem da monarquia para a República que, apesar de ser republicano, desde o início, esse escritor fez críticas à jovem república. Suas críticas estavam relacionadas à intervenção militar, e ao que ele percebia como permanências e mesmo agudização dos problemas existentes na monarquia e a consolidação do poder oligárquico.

Em 1890, Bomfim concluiu o curso de medicina, apresentando a tese *Das nefrites*, na cadeira de Patologia Médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Por meio da interferência de amigos, o sergipano foi nomeado médico da Secretaria de Polícia e, poucos meses depois, promovido a médico-cirurgião da Brigada Policial, como tenente. Bomfim permaneceu dois anos no posto. Em 1891, ele participou de uma expedição militar<sup>45</sup> percorrendo o baixo Rio Doce, que visava verificar a situação dos índios botocudos que após a desativação dos aldeamentos, vagavam pelas matas. Com a proclamação da república e a adoção dos princípios federalistas, a política indigenista, que já era escassa, ficou praticamente inexistente. Essas questões passaram a incumbência dos estados, que optaram

---

<sup>44</sup> Entre estes escritores, além dos já mencionados, Bomfim conviveu com Machado de Assis, Luís Murat, Guimarães Passos, Aluísio Azevedo, José Veríssimo, Graça Aranha, Coelho Neto, entre outros.

<sup>45</sup> Expedição organizada pelos ministérios do Interior, da Guerra e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

pelo fechamento dos aldeamentos e a expulsão sistemática dos indígenas para as florestas.<sup>46</sup> Isso gerou muitos conflitos com os fazendeiros da região e contribuiu para o desaparecimento de vários grupos indígenas.<sup>47</sup>

Nesse mesmo ano, Manoel Bomfim se casou com a portuguesa Natividade Aurora de Oliveira. Ano também em que estourou a crise econômica, conhecida como “encilhamento” e a crise política, decorrida da tentativa de golpe de Deodoro da Fonseca. A chegada de Floriano Peixoto à presidência dividiu opiniões e causou uma cisão entre a intelectualidade carioca, dividida entre os que apoiavam a permanência de Floriano no poder, como Raul Pompéia, Medeiros e Albuquerque, Paula Nei, Lúcio de Mendonça e Emílio de Menezes, e os que defendiam a realização imediata de eleições como Pardal Mallet, Coelho Neto, Luís Murat, Guimarães Passos, Aluísio Azevedo, José do Patrocínio, Rui Barbosa, Carlos de Laet, Emílio Roède, Capistrano de Abreu, Olavo Bilac. Bomfim se encontrava no segundo grupo. Essa divisão significava a divergência política entre os que rechaçavam o militarismo e rejeitavam o autoritarismo de Floriano Peixoto, e os que percebiam no “marechal de Ferro”, o único meio de salvar a república, ameaçada por uma suposta conspiração monárquica.<sup>48</sup>

Com o decreto de estado de sítio, em abril de 1892, as perseguições e prisões de opositores do governo se intensificaram, muitos dos amigos de Bomfim foram presos e deportados para a Amazônia como José do Patrocínio e Pardal Mallet (1864-1894), ou Olavo Bilac que ficou quatro meses preso na Fortaleza de Laje.

Em 1893, com a explosão da Revolução Federalista e a sublevação da esquadra no Rio de Janeiro, ocorreu uma onda de decretos de estado de sítio na capital que foi estendido para os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Isso fez com que muitos escritores saíssem do país ou de suas casas para não serem presos. Manoel Bomfim, ao ser informado de que seria preso,<sup>49</sup> fugiu com sua família para o interior de São Paulo, Mococa, onde vivia seu irmão José Augusto.

Em 1894, após um drama familiar, a morte de sua filha que não havia completado dois anos e Bomfim não conseguira salvar,<sup>50</sup> ele decidiu sair de Mococa com a esposa e o filho de dois meses e abandonar a medicina. Retornou ao Rio de Janeiro, passando a viver como professor particular e de suas contribuições para variados jornais.

---

<sup>46</sup> Em uma época em que os índios, como os negros, eram vistos como não merecedores da atenção dos poderes públicos.

<sup>47</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 154.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 165.

<sup>49</sup> Bomfim foi informado por um oficial da polícia cuja esposa havia sido tratada pelo médico sergipano.

<sup>50</sup> A filha de Manoel Bomfim morreu de tifo, enfermidade endêmica em Mococa na época.

Em 1896, tornou-se redator do jornal *A República*. No ano seguinte, com a nomeação do deputado Medeiros e Albuquerque (1867-1934), amigo de Bomfim, para o cargo de Diretor da Instrução Pública, o escritor sergipano se tornou Diretor Geral do Pedagogium. A partir disso, Bomfim levou a cabo uma série de projetos e atividades nessa instituição.

Em 1897 Manoel Bomfim fundou e dirigiu a revista *Educação e Ensino*, revista oficial da Diretoria de Instrução Pública, e a revista *Pedagógica*.<sup>51</sup> Ainda nesse ano, foi fundada a Academia Brasileira de Letras e Machado de Assis (1839-1908) convidou Bomfim para compor o quadro dos quarenta primeiros imortais, mas este recusou o convite.

Em 1902, Bomfim foi, com sua família, para a Europa, estudar psicologia experimental com Alfred Binet (1857-1911) e Georges Dumas (1866-1946), na Sorbonne. Em Paris, o escritor sergipano deu início à escrita da obra que nos interessa neste trabalho, *América Latina: males de origem* (1905). Essa obra reunia suas observações e reflexões acerca dos temas da época, que na França, estimulado pelo ambiente acadêmico em que se encontrava, ao mesmo tempo, incomodado com o desconhecimento e preconceito dos europeus pela América Latina, decidiu levar adiante seu projeto.<sup>52</sup> No seu regresso ao Brasil, em 1903, Bomfim, com o amigo Alcindo Guanabara, fundou o jornal *A nação*, que se propunha ser “radical, independente e socialista”.<sup>53</sup>

Em 1905, Bomfim publicou *América Latina: males de origem* e, juntamente com os jornalistas Luís Bartolomeu e Renato de Castro, criou a revista infantil *O Tico-tico*. Essa revista foi lida, durante cinquenta anos, por gerações de crianças do Brasil. Inclusive por crianças que se tornariam grandes escritores nacionais como Alceu Amoroso Lima (1883-1983), Érico Veríssimo (1905-1975), Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), Gilberto Freyre (1900-1987), entre outros.

Nesse mesmo ano, Bomfim foi nomeado por Pereira Passos, então prefeito do Rio de Janeiro, diretor da Instrução Pública do Distrito Federal. E logo depois, esse autor entrou para a vida política, por intermédio de Pinheiro Machado (1851-1915), sendo eleito deputado federal em 1907. Durante esse período, ateu-se, quase inteiramente, aos debates sobre a reforma educacional.

Manoel Bomfim dirigiu o Pedagogium por dezessete anos, de 1896 a 1905 e de 1911 a 1919, quando a instituição foi extinta.<sup>54</sup> Na década de 1920, o sergipano se dedicou quase

---

<sup>51</sup> Desta revista só foram produzidos cinco números.

<sup>52</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. *Op. Cit.*, p. 255.

<sup>53</sup> Cabe lembrar que Manoel Bomfim participou da fundação da Universidade Popular, em 1904, projeto idealizado pelo alagoano Elysio de Carvalho. Essa experiência inédita durou poucos meses.

<sup>54</sup> Pelo prefeito Paulo de Frontin.

exclusivamente às aulas na Escola Normal e a preparar seus livros, além de contribuir para jornais. A produção de Manoel Bomfim se intensificou no final dessa década e início de 1930, quando o escritor estava enfermo.<sup>55</sup> Diagnosticado com câncer e passando por muitas cirurgias, Bomfim ainda escreveu *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929), obra que ele destacou como sendo uma continuidade de *América Latina: males de origem*; *O Brasil na história* (1930); *O Brasil nação* (1931); *Cultura e educação do povo brasileiro* (1932), essa última, obra póstuma. Manoel Bomfim morreu em abril de 1932, aos 63 anos, no Rio de Janeiro.

### 3.3. *América Latina: males de origem e o projeto educacional de Manoel Bomfim*

A *América Latina: males de origem* foi recebida com entusiasmo nos meios intelectuais da época. Pouco depois de sua publicação, em 1905, o poeta simbolista Nestor Victor (1868-1932), escreveu em *Os Anais*, notas elogiosas e animadas acerca da obra de Manoel Bomfim, que segundo ele, suas páginas resultavam nas mais “prazerosas” que ele havia lido, por ocasião de seu retorno ao Brasil. Segundo Nestor Victor “lê-las é respirar uma atmosfera reconfortante, porque nelas nos encontramos com uma força das mais inteligentes entre as que modernamente aqui têm surgido”.<sup>56</sup>

Em 1907, o poeta cearense José Getúlio da Frota Pessoa (1875-1951) destacou no *Almanaque Garnier* que seria “desejável” que o livro fosse distribuído em todos os países latino-americanos. E dez anos depois de sua publicação, o também poeta cearense Alvaro Bomilcar (1874-1957) escreveu em *Gilblas*, que a não ser o fato de Bomfim ter ignorado o papel histórico da Igreja Católica no Brasil, a obra *A América Latina: males de origem*, se constituía no “melhor resumo de sociologia e crítica histórica que se tem feito sobre o Brasil, no Brasil”.<sup>57</sup>

Não foram apenas comentários positivos que circularam sobre a obra de Manoel Bomfim, o prestigiado escritor, também sergipano, Sílvio Romero, se ocupou de comentar e criticar Bomfim, muitas dessas críticas beiravam ao insulto, prática comum na época. Sílvio

---

<sup>55</sup> Manoel Bomfim possui uma vastíssima produção, um levantamento completo e detalhado de suas obras foi feito por Ronaldo Conde Aguiar na biografia sociológica mencionada, publicada em 2000. Entre as obras publicadas nos anos de 1920 estão: *Primeiras Saudades* (1920), *A cartilha* (1922), *Lições e leituras* (1922), *Crianças e homens* (1922), *Livro dos mestres* (1922), *Pensar e dizer* (1923), *O método dos testes* (em colaboração com Ofélia e Narbal Fontes) (1928).

<sup>56</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. *Op. Cit.* p. 318.

<sup>57</sup> *Ibidem.*

Romero escreveu vinte e cinco artigos<sup>58</sup> contra *América Latina: males de origem*, que foram depois reunidos na obra *América Latina: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim* (1906). As manifestações de Sílvio Romero contra a obra de Bomfim demonstram a importância que esta obra adquiriu na época. Dessas críticas, Manoel Bomfim contestou uma vez,<sup>59</sup> por meio de uma carta enviada aos *Anais*, em março de 1906, publicada com o nome “Uma carta: a propósito do Sr. Sílvio Romero ao livro *América Latina*” e não voltou a polemizar com Sílvio Romero.

A cólera de Romero sobre Bomfim guarda relação com o fato de que na *América Latina: males de origem*, seu autor desmentiu as teorias europeias que declaravam a inferioridade dos povos latino-americanos, inspiradas no cientificismo naturalista, de Hippolyte Taine (1828-1893) e Henry Thomas Buckle (1821-1862), no evolucionismo, de Herbert Spencer (1820-1903) e na etnologia, de Arthur de Gobineau (1816-1882). De acordo com tais teorias, a população da América Latina, estaria condenada ao atraso irreversível, devido à degenerescência<sup>60</sup> étnica, causada pelo cruzamento entre raças inferiores. Sob essa perspectiva, não restaria outro destino, para esses povos que ser governados por povos superiores.

O racismo científico, no Brasil, conforme explica Roberto Ventura, teria adquirido uma função que não coincidia com os interesses imperialistas, se transformando em instrumento conservador e autoritário de definição da identidade social das classes dirigentes, frente a uma população tida como étnica e culturalmente inferior. Com efeito, as concepções racistas se tornariam parte da identidade das elites em uma sociedade bastante hierarquizada, com base no trabalho de escravos libertos e imigrantes. Para Ventura, “a identificação dos letrados com os valores metropolitanos” teria conduzido à “relação etnocêntrica com as culturas africanas e mestiças, percebidas pela mediação do discurso europeu”.<sup>61</sup>

Manoel Bomfim na contramão disso refutou o discurso dominante elaborando uma análise do que identificava como origem dos problemas da América Latina, e montando seu arsenal para atacar o que considerava “falsos cientistas” e “sociólogos do egoísmo humano”. Para ele, os males que cercavam o continente eram, antes de tudo, o resultado de um passado

<sup>58</sup> Publicados na revista *Os Anais*, de Domingo Olímpio sob o título “Uma suposta teoria nova da história latino-americana”.

<sup>59</sup> Bomfim enviou esta carta depois de pedidos insistentes de seus amigos, para que respondesse aos insultos de Sílvio Romero, e também de vários convites de Domingo Olímpio e Walfrido Ribeiro, Secretário da revista *Os Anais*.

<sup>60</sup> A respeito da degenerescência ver: SERPA JÚNIOR, Octavio D. de. “Degenerescência: queda, progresso e evolucionismo”. In: *Cadernos IPUB (UFRJ)*, Rio de Janeiro, v. 8, 1997, p. 22-41.

<sup>61</sup> VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 60.

de exploração colonial que teria determinado as condições presentes. As principais propostas de Bomfim para reverter a situação latino-americana giravam em torno da instrução primária, que em sua opinião, se constituía a base da soberania de qualquer nação. Isso porque a alfabetização era requisito para o exercício do voto e em um país, como o Brasil, onde mais da metade da população era formada por analfabetos, a democracia acabava sendo vazia de cidadãos. Por essa razão, Bomfim, defendia a intervenção direta do governo da União nas questões de ensino, de maneira que este se encarregasse de criar e manter as escolas primárias e normais, difundindo o ensino nacional.

O governo de Afonso Pena (1906-1909), em 1907, quando Bomfim era deputado, encaminhou para a Câmara dos Deputados um projeto de reforma do ensino. Nessa ocasião, o escritor sergipano foi nomeado primeiro relator do projeto que tinha como proposta a intervenção direta da União na questão da instrução primária.

É importante ressaltar que os debates acerca da participação do Estado na difusão do ensino básico não eram novos. Em 1873, houve uma proposta de reforma do ensino que levantou acirrados protestos. O que estava em jogo era basicamente se o povo brasileiro deveria, ou não, ter acesso à instrução e à educação. Grande parte da elite, conservadora, se mostrava categoricamente contrária. Isso pode ser observado na reação de Rodrigues Alves, então deputado provincial, que denominou de “blasfêmia” a proposta de ensino obrigatório em São Paulo. Otávio Tarquínio de Souza também se posicionou contrário ao projeto, acusando a instrução obrigatória de ser “um dos piores males que poderiam verificar-se no país”.<sup>62</sup>

Contra o ensino obrigatório levantou-se também os positivistas, que se opunham ao que consideravam um atentado ao direito dos cidadãos. Para Bomfim a suposta defesa dos direitos dos cidadãos não passava de uma artimanha para manter o povo na ignorância. As críticas do sergipano aos positivistas permeia quase toda a sua produção, principalmente no que refere a oposição deles ao projeto educacional e às campanhas de vacinação obrigatória, em 1904, quando o Rio de Janeiro foi palco de uma guerra civil em função da Revolta da Vacina. Nessa ocasião, Olavo Bilac, amigo de Bomfim e igualmente defensor da instrução pública, escreveu um artigo, publicado na *Gazeta de notícias*, no qual conferia os conflitos de tal revolta ao analfabetismo e à ignorância do povo, que em decorrência disso puderam ser manipulados por políticos e militares. De acordo com o poeta

---

<sup>62</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. *Op. Cit.*, p. 402.



Se esta cidade não estivesse cheia de analfabetos, ninguém lograria convencer a pobre gente ingênua das estalagens que o governo queria vaciná-la com caldo de ratos mortos de peste [...] Se tratássemos já e já de decretar a instrução primária obrigatória, pondo a gente pobre e humilde a coberto da exploração dos que especulam com a sua ignorância – nem haveria levantes militares, nem haveria *Port-Arthur* de sicários, nem gente bem-intencionada, mas inculca se amotinaria contra a vacinação.<sup>63</sup>

Manoel Bomfim era um defensor fervoroso do projeto de reforma do ensino e, principalmente, da intervenção do estado na educação. Na obra *América Latina: males de origem*, ele já havia chamado a atenção para essa questão. Durante os debates parlamentares de 1907, Bomfim, para corroborar sua posição, citou os exemplos da França, da Suíça, da Argentina e dos Estados Unidos, a seu ver, países “onde a evolução, em matéria de instrução primária, tem sido sempre no sentido da intervenção, cada vez mais acentuada, do governo central no assunto”.<sup>64</sup>

Os que se opunham a esse projeto denunciavam o que consideravam uma violação da Constituição de 1891. Pedro Moacyr, então deputado pelo Rio Grande do Sul, foi um dos que protestaram em favor do “espírito liberal” da Constituição, da liberdade total do ensino privado e da autonomia dos estados. Esse deputado, apoiando-se nos argumentos de intelectuais como Sílvio Romero, refutava a ideia de que a educação estivesse atrelada ao desenvolvimento do progresso. Esse escritor, na obra *América Latina: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*, ao negar a proposta educacional de Bomfim, afirmava que a instrução não poderia mudar o “gênio apático”, “quimérico” e “sonhador” do povo brasileiro. Em seguida fazia o elogio do capital estrangeiro, a seu ver, o verdadeiro promotor do progresso.<sup>65</sup>

Apesar de todo o êxito que *América Latina: males de origem* obteve em sua época, ao longo dos anos isso foi sendo quase que apagado, de maneira que Manoel Bomfim se tornou um autor, de certa forma, desconhecido do público geral brasileiro.<sup>66</sup> Esse desconhecimento não foi por acaso, guarda relação, principalmente com a mudança no cenário político que o Brasil passou nos anos de 1930, com a Revolução, que, aliás, foi muito criticada por Bomfim.

<sup>63</sup> BILAC, Olavo *apud* AGUIAR, Ronaldo Conde. *Op. Cit.*, p. 296.

<sup>64</sup> Conde Aguiar consultou essas informações nos *Anais da Câmara dos Deputados*, p. 2.828. Sessão de 5 de novembro de 1907. *Ibidem*, p. 403.

<sup>65</sup> ROMERO, Sílvio. *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*. Porto: Livraria Chardron de Lello e Irmão, 1906, p. 254.

<sup>66</sup> Não é nossa intenção nesse estudo tratar detidamente desse esquecimento do escritor sergipano, Ronaldo Conde Aguiar, na biografia sociológica que publicou sobre Manoel Bomfim, procura explicar as razões que poderiam ter levado a esse “esquecimento” em relação a um autor tão profícuo e importante no início do século XX.

Este autor a considerava como uma mudança para a permanência, visto que, para ele, essa revolução não significava “substituição de gentes, nem de programas, nem de processos”, que pudessem levar às reais mudanças econômicas, sociais e políticas exigidas pelo país.<sup>67</sup> Manoel Bomfim, ao longo dos anos, passou a defender ideias mais radicais, elaborando um programa revolucionário, no qual levava em conta a distribuição de terra, propunha uma legislação trabalhista e previdenciária, a educação das massas populares, uma reforma urbana, política e de habitação, além da extinção das forças militares. Isso, conforme afirma Ronaldo Conde Aguiar acabou transformando Bomfim em uma espécie de “escritor maldito”, não à toa, depois de 1930, principalmente, com a implantação do Estado Novo, em 1937, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) exigiu que os livros de Bomfim não fossem mais reeditados, além dos jornais e revistas receberem a recomendação de não citar o nome do escritor sergipano, evitando fazer quaisquer referências a seus livros, que também foram retirados das bibliotecas públicas. Isso fez com que o nome de Bomfim, bem como sua obra fosse sendo ignorada pelo pensamento social brasileiro.<sup>68</sup>

Cabe mencionar que Lúcia Lippi Oliveira no texto “Manuel Bonfim: autor esquecido ou fora do tempo”, publicado na revista *Sociologia & Antropologia*, em dezembro de 2015, discorre sobre o esquecimento do escritor sergipano chamando a atenção para que se até os anos de 1980, tenha havido um silêncio a respeito dele, hoje isso já não ocorre.<sup>69</sup> Encontramos trabalhos sobre Bomfim nas áreas da história, sociologia, educação e psicologia.

### **3.4. A opinião europeia sobre a América Latina e seus riscos para a soberania do continente**

O período em que Manoel Bomfim esteve na Europa permitiu que ele observasse mais de perto a opinião dos europeus em relação à América do Sul. Esse autor percebia na forma simplista e generalizada com que o Velho Mundo interpretava os eventos sul-americanos, um perigo para a soberania dessas nações. De acordo com ele, ao contrário do que alguns poderiam supor, os olhos europeus estavam muito voltados para o que ocorria no Novo Mundo, de modo que cada incidente, de destaque ou não, nessa parte, tinha repercussão na imprensa europeia. Se bem que, ressaltava Bomfim, nenhum deles merecesse longos estudos,

---

<sup>67</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 512.

<sup>68</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. *Op. Cit.*, p. 513.

<sup>69</sup> Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Manuel Bonfim: autor esquecido ou fora do tempo?” In: *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v.05.03: 771-797, dezembro, 2015.

em que um estudioso em assunto internacional ponderasse sobre a história, a política, a sociedade e a economia do país analisado, para depois afirmarem seus juízos.<sup>70</sup> Na realidade, os europeus quando se referiam às repúblicas latino-americanas, eles apenas se limitavam a lançar suas sentenças condenatórias, em que não vislumbravam nenhuma possibilidade de salvação para essas nações.<sup>71</sup>

Frente a isso, para Bomfim, a opinião geral dos europeus seria de que a América Latina era ocupada por alguns milhões de preguiçosos, mestiços, degenerados e bárbaros, em imensos e ricos territórios, incapazes de formar verdadeiras nacionalidades. Essa seria a síntese de uma opinião geral, que revelava, não só um juízo desfavorável a respeito dos latino-americanos, mas também, um desconforto por ver nessas nações um obstáculo à posse de uma riqueza que esse continente representaria. Para Bomfim, apesar de em determinados momentos isso ficar evidente, com explosões de violência, como foi o caso do ataque alemão, inglês e italiano à Venezuela, em 1902, conforme vimos no capítulo anterior, a investida europeia contra a América Latina só não ocorria efetivamente devido à presença dos Estados Unidos, que freariam os apetites europeus.<sup>72</sup>

A respeito desse conflito, entre alguns países europeus e a Venezuela (1902), Bomfim discorreu longamente em uma nota. Nessa época, ele se encontrava em Paris e acompanhou os jornais que noticiaram tal evento. Todos os jornais, de acordo com o escritor sergipano, das mais diversas tendências (reacionários, imperialistas, conservadores, moderados, liberais, republicanos, radicais, socialistas e anarquistas), foram unânimes em condenar a Venezuela. E os motivos para tal condenação era apenas porque se tratava de uma república latino-americana, ou seja, nações que não poderiam ter razão. Nos últimos dias do conflito, descrevia Bomfim, a “heroica resistência venezuelana” frente aos ataques dos navios alemães, foi observada em algumas “folhas humanitárias”, que falaram pela Venezuela, porém, estas tão somente ressaltaram sua fraqueza, nenhuma delas, apontaram a “injustiça” e o “atentado” contra o direito da nação agredida.<sup>73</sup>

Temendo os ataques das potências europeias à América Latina, o autor defendia a necessidade e a vantagem, para ambos os continentes, de que a Europa conhecesse bem a

---

<sup>70</sup> Para Bomfim, a ignorância europeia sobre as questões latino-americanas ficava patente até nos trabalhos e livros que se propunham a analisar a história dessa região. O autor destaca a obra de Charles Seignobos, uma das figuras mais conhecidas na época, *Historia da civilização*, que teria explicado, em menos de quarenta linhas, dois séculos de história da América portuguesa com afirmações gerais.

<sup>71</sup> BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.* p. 4-5.

<sup>72</sup> Essa opinião que Bomfim tinha a respeito dos Estados Unidos mudou nos estudos seguintes em que o escritor sergipano passou a denunciar o imperialismo norte-americano. *Ibidem.* p. 5-6.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 6.

situação latino-americana. Caso isso não ocorresse e o juízo depreciativo sobre a América Latina permanecesse, essas nações poderiam ser atacadas em sua soberania, levando a conflitos sangrentos e perturbando profundamente o desenvolvimento das nações sul-americanas. Bomfim previa para a América Latina o mesmo destino da Índia, da Indochina, das Filipinas e do continente africano. Para ele, a Doutrina de Monroe, por enquanto, salvaguardava essa porção da América, no entanto, isso não dissipava a possibilidade de um ataque por parte das potências europeias, tampouco garantia que os Estados Unidos fossem proteger para sempre essas repúblicas.

Bomfim não desconhecia a opinião pública norte-americana a respeito das repúblicas latino-americanas, inclusive destacou que essa era reflexo dos juízos e das sentenças condenatórias europeias acerca destes povos. Por essa razão, segundo ele, os políticos norte-americanos consideravam os latino-americanos ingovernáveis e imprestáveis. A proteção dos Estados Unidos não significava que seria permanente, ainda que este país se dispusesse a isso, as nações poderiam perder sua soberania, uma vez que esta se anulava ao passo que aceitava a proteção de outro país. À medida que os Estados Unidos protegiam as repúblicas latino-americanas, elas eram absorvidas. Com efeito, Bomfim sublinhava que para a Europa já existia um protetorado norte-americano sobre a América Latina. Fato evidenciado na Convenção de Paz em Haia, em que as nações sul-americanas não foram convidadas porque os governos europeus consideraram que essas nações, além de não serem suficientemente soberanas, os interesses e opiniões dos povos americanos estavam representados e garantidos pelos Estados Unidos.<sup>74</sup>

Manoel Bomfim temia as consequências que a reputação latino-americana na Europa poderia acarretar para as nações desse continente, pois, além da situação embaraçosa em que as colocavam, isso poderia trazer consequências para os próprios interesses europeus. A América Latina ainda recebia muitos cidadãos do Velho Mundo que continuavam emigrando, caso os governos de suas pátrias insistissem em tratar as nações sul-americanas como vinham tratando, a vida desses cidadãos poderia tornar-se mais difícil. Bomfim se referia às reclamações e às indenizações requeridas pelos Estados europeus, cobradas por meio da violência e que, segundo o autor, sem justiça e nem direito. Para ele, às nações sul-americanas não lhes era reconhecido sequer o direito de discuti-las, sendo ameaçadas por canhões, caso o pagamento demorasse, sangrando “as populações [latino-americanas] para encher o bolso dos

---

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 10-11.

aventureiros que têm a sorte de pertencer a uma nação forte, e sabem fazer valer esta força para enriquecer”.<sup>75</sup>

O autor menciona um episódio curioso que revelava essa forma de atuar de alguns “aventureiros” e o apoio que recebiam de suas nações. Segundo Bomfim, o governo brasileiro teve que pagar uma indenização a um alemão, sem esperar pelos canhões, ressaltava ele, que “alegava haver perdido os testículos devido a um tiro das tropas brasileiras”, contudo, meses depois de embolsar o dinheiro, relata o escritor, esse mesmo alemão “casava e *tinha filhos*”.<sup>76</sup>

Tais violências sofridas e recorrentes, não eram a única causa dos males que atingiam os países sul-americanos, essas se realizavam porque outras causas, oriundas de tempos longínquos, perturbavam o progresso dessas nações. Bomfim concordava que os povos latino-americanos se apresentavam, naquele momento, em uma situação que lhes impedia de ser considerados povos civilizados. Embora os juízos e sentenças a respeito desses povos fossem abundantes, o esforço em identificar a causa de tal atraso não era uma questão. A riqueza dos territórios, sua fertilidade, climas diversos, eram apontados como elementos que deveriam levar a prosperidade e progresso dessas nações, contudo, isso não ocorria. Muitos políticos se apressavam, segundo o sergipano, a emitir seus axiomas, atribuindo a difícil situação das repúblicas latino-americanas, à instabilidade dos governos, às frequentes revoluções, à irregularidade do câmbio, do papel moeda inconvertível, da falta de braços. E cada nação buscava a seu modo, resolver o que considerava ser a causa de seus problemas a partir desses sintomas. De acordo com Bomfim

Não compreendem esses tristes políticos, que um povo não faz revoluções senão quando uma causa profunda, orgânica, o impele a isto; que as revoluções, e cada uma das outras causas, efeitos ligados a uma mesma origem, e que é mister buscar cuidadosamente esta origem, esta causa, para achar o meio de ir lentamente, tenazmente combatendo-a. Míopes, reduzidos de vista, eles não conseguem ver os fenômenos, os efeitos todos por junto, e menos ainda determinar as relações fatais entre uns e outros; e sentir a necessidade de compreender os fenômenos sociais num sistema de leis gerais.<sup>77</sup>

Na opinião de Manoel Bomfim a causa principal que levava a situação latino-americana poderia ser encontrada no passado de exploração colonial. As dificuldades que as repúblicas da América Latina enfrentavam, naquele momento, não eram de modo algum, segundo o autor, a causa de seus males, mas sim os efeitos de um passado perverso. Por essa

---

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 13-14.

<sup>76</sup> Grifo do autor. *Ibidem*, p. 14.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 16-17.

razão, Bomfim procura fazer uma análise minuciosa do passado latino-americano, para identificar o que ele denominou de “males de origem” e a partir disso, buscar os remédios que poderiam curar os males que afligiam a América Latina.

### 3.5. Parasitismo e degeneração ibérica

Conforme foi referido anteriormente, Manoel Bomfim era médico de formação e na época em que estava escrevendo *América Latina: males de origem*, o vocabulário médico estava em voga, sendo comuns as analogias entre as esferas biológicas e sociais nos estudos sociológicos. Com efeito, o escritor sergipano, como muitos intelectuais de sua época, considerava a existência de leis gerais que poderiam ser aplicadas nas análises dos organismos biológicos, bem como no âmbito social. Partindo disso, ele, com o intuito de explicar o que considerava a decadência dos povos ibéricos, e sua relação com a complexa situação em que se encontrava a América Latina no início do século XX, traçou uma analogia entre as duas esferas, a biológica e a social.

De acordo com Manoel Bomfim, da mesma forma que na biologia era uma consequência fatal que um organismo, ao se tornar parasita, ele acabava degenerando, na sociedade ocorreria o mesmo fenômeno. Partindo da ideia de que haveria uma marcha para o progresso e que esse processo era o mesmo entre os organismos biológicos e sociais, Bomfim considerava que necessariamente as circunstâncias capazes de impedir o progresso nos primeiros, fatalmente, produziria os mesmos efeitos nos segundos. Para ilustrar sua posição, o autor tomava como exemplo o que teria ocorrido com o *Chondracanthus gibbosus*, uma espécie marinha de crustáceo, que após viver parasitariamente, teria degenerado, adquirindo uma constituição muito rudimentar análoga a de um verme. A partir desse exemplo, Manoel Bomfim influenciado pela obra, *Parasitisme organique et parasitisme social* (1898), de J. Massart e E. Vandervelde, explicava que o mesmo se daria com a sociedade, quando um grupo de indivíduos (ou um povo), vivendo parasitariamente sobre outro, fatalmente degenerava.<sup>78</sup>

Analisando a história espanhola e portuguesa, Bomfim observava que após um período de expansão e conquistas, as nações ibéricas deram início a um “parasitismo depredador”, o que teria determinado a sua decadência. A prática dos saques, da rapina, da pirataria, bem como a exploração da mão de obra escrava (indígena e africana), além da exploração das

---

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 25.

riquezas coloniais, do monopólio comercial, seria o modo como Portugal e Espanha passaram a viver e uma vez acostumadas a isso, passaram a lutar para conservar essa ordem. Bomfim, nessa descrição da colonização ibérica na América, destacou a violência do processo, pois, para ele, a destruição provocada pelo colonizador havia sido tal que, após a chegada dos espanhóis no continente, não se podia desconfiar que no México e no Peru houvessem existido dois impérios “adiantados, fortes e populosos” antes do contato com os europeus.<sup>79</sup> Essa forma de viver durante três séculos, teria trazido consequências para a metrópole colonizadora que

[...] de decadência em decadência, degenerando e retrogradando sempre, chegaram a perder todo o caráter primitivo, toda a originalidade própria – estética e filosófica. Momento houve em que não possuíam outras características além das que são comuns aos povos parasitas: foi o momento da desagregação, da consumpção. Então, não tinham mais forças nem para se conservar apegados às suas vítimas. Caíram como carrapatos... Viveram 300 anos indiferentes à evolução que se fazia no resto do mundo, obstinados em permanecer no passado, e esse passado levou-os quase à morte.<sup>80</sup>

Sendo assim, se para as metrópoles ibéricas o parasitismo trouxe graves implicações, para as sociedades que sofreram com esse regime, e que foram gestadas pelo contato entre os dois mundos, os efeitos se estenderam até mesmo após a emancipação política. Era essa a chave para entender, na concepção de Bomfim, a situação presente da América Latina, ou seja, a partir do conhecimento do passado colonial é que se poderia explicar o presente.

A imposição de um regime parasitário à América ibérica teria trazido uma série de efeitos que se refletiriam em todos os âmbitos da vida coletiva, tanto econômica como política, social e moral. Na esfera econômica, poderia ser verificado o parasitismo na exploração do trabalho escravo, na atuação da Igreja, na cobrança do quinto pela metrópole e toda sorte de fisco e burocracia instalada que, segundo Bomfim, extorquia ao colono o que este roubava do índio e do negro.<sup>81</sup> Em tal regime, baseado na escravidão, ocorria a abjeção moral e degradante do trabalho, levando ao embrutecimento e aniquilamento do trabalhador.<sup>82</sup>

---

<sup>79</sup> A violência no processo de conquista da América foi ressaltada por Bomfim em várias passagens de sua obra. Inclusive cita o trecho do artigo de Jacques Novicow (1849-1912), publicado em *La Revue*, em 1902, no qual o sociólogo russo descreve os massacres ocorridos nesse processo e concluía que “será preciso longos anos para que os americanos do Sul se possam erguer desse regime espantoso”. NOVICOW, Jacques *apud* BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 59.

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 90.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 93.

Apesar de todos os problemas que um regime baseado na escravidão gerava, se ao menos parte da riqueza produzida sobre o trabalho escravo tivesse permanecido na América do Sul, ponderava Bomfim, esta porção do continente não precisaria empobrecer ainda mais por meio dos empréstimos contraídos. Devido ao fato de que não se empregara nada do que fora produzido nessas terras, após a emancipação política, as novas nacionalidades se encontravam sem indústria, sem comércio nacional, sem capitais, sem riquezas e sem pessoas educadas no trabalho, no livro e na cultura.<sup>83</sup>

Além disso, como o regime colonial era parasita, foi imposta às novas sociedades uma organização política completamente antagônica e incompatível com os seus próprios interesses, um regime retardatário, opressivo, corrupto e extenuante. Os efeitos econômicos conseqüentemente se refletiriam na vida política das novas sociedades, uma vez que o aparelho político-administrativo teria sido disposto com a finalidade de absorver toda a riqueza da produção colonial. Por essa razão, na opinião de Bomfim, essa era a causa principal dos vícios encontrados nos costumes políticos das populações latino-americanas. Acrescentava-se a isso, a incapacidade das metrópoles ibéricas para bem organizar e dirigir politicamente as novas sociedades, já que elas mesmas eram mal organizadas, imperfeitas e viciadas, por uma longa vida de saques e parasitismo.<sup>84</sup>

Na vida social, moral e intelectual, o regime também teria exercido uma influência prejudicial, dando origem a uma população heterogênea, instável e dividida em grupos que se encontravam dominados por ódios.

Os efeitos do parasitismo ibérico ainda poderiam ser observados, de acordo com Bomfim, na herança, na educação e na reação. Para o escritor sergipano, o primeiro poderia ser verificado no que ele denominava de hereditariedade social, que consistia na transmissão, por herança, das qualidades psicológicas comuns e constantes em cada grupo social que lhe daria um caráter próprio e distintivo.<sup>85</sup> Nesse sentido, uma das heranças que os povos colonizadores teriam deixado para as nações latino-americanas era o conservadorismo ou conservantismo. A seu ver, a essência do parasitismo estaria na luta obstinada em manter a situação em que se encontrava sem alteração. Isso porque a partir do momento em que se começava a viver a custa de outro organismo, deixava-se de progredir, não tendo mais necessidade, e apenas buscava-se manter a ordem existente.<sup>86</sup>

---

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 99.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 100.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 112.

<sup>86</sup> Bomfim se baseia na obra, *Hérédité psychologique* (1873), do psicólogo francês, Théodule Ribot (1839-1916), e na obra, *Psychologie morbide* (1859), do psiquiatra francês, Moreau de Tours (1804-1884).



Manoel Bomfim, como muitos intelectuais latino-americanos, criticava a imitação das leis e princípios constitucionais de outros países sem a preocupação de que isso se tornasse uma realidade no Novo Mundo. O autor, baseando-se no filósofo Gabriel Tarde, explicava que não havia problema na imitação das constituições republicanas, quando se buscava os melhores elementos de cada, visto que seria por imitação e adoção de invenções e inovações que os povos progrediam. No entanto, o problema aparecia quando apenas ocorria uma simples imitação, sem a preocupação em fazer as adaptações devidas a cada país com suas especificidades.<sup>87</sup>

A imigração esteve na agenda de muitos países do continente americano no início do século XX. Desde meados do século XIX chegou um fluxo contínuo de imigrantes, principalmente europeus e asiáticos, para substituir a mão de obra escrava, abolida em vários países, por essa época, e, mais tardiamente, no Brasil, já quase na última década do Oitocentos. Somando-se à necessidade de mão de obra, foi comum, no período, a defesa da vinda de imigrantes europeus, por parte de políticos e intelectuais, para que pudessem contribuir para a “civilização”, o “melhoramento” da “raça” e dos costumes.

Manoel Bomfim criticou tal postura. Para ele, enquanto a situação política e econômica do Brasil e de seus vizinhos não fosse boa, estes não poderiam pretender que os estrangeiros viessem organizar, educar e aperfeiçoar o país. Bomfim argumentava que os imigrantes que chegavam, saíam de seus países para melhorar de vida, e não vir organizar nações e fazer pátrias, para os que se confessavam incompetentes por si mesmo. Aos entusiasmados com os resultados “benéficos” da imigração nos Estados Unidos, Bomfim respondia que esse país somente se beneficiava desse fenômeno porque já apresentava uma nacionalidade pacífica, ativa e instruída. Dessa forma, sob um regime civil e político livre e adiantado como os países europeus e cuja sociedade possuía um nível geral comparável aos das nações mais cultas europeias, o emigrante não sentia o impacto que a mudança para uma terra estranha costumava causar.<sup>88</sup>

Bomfim também criticava os políticos que procuravam resolver os problemas na base de decretos, ignorando a necessidade de assimilação social, que só ocorreria, em sua opinião, através da difusão da instrução, pela educação escolar de uma massa de analfabetos. A indiferença com que os políticos tratavam essa questão preocupava Bomfim, que temia o que considerava uma imprudência do Estado que permitia às “colônias” estrangeiras terem suas próprias escolas. Estas ensinavam em seus idiomas e, muitas vezes, eram subvencionadas com

---

<sup>87</sup> BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 128-129.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 134.

o dinheiro público. Isso fazia com que gerações, nascidas no Brasil, crescessem sem nunca misturar-se com os naturais. Por essa razão, Bomfim afirmava que o rei da Itália e o *Kaiser* germânico tinham tão bons súditos nascidos no Brasil, como os do outro lado do Atlântico.<sup>89</sup>

De acordo com Bomfim, em relação à imigração os políticos acabavam cometendo dois erros principais. O primeiro, por não observarem a realidade nacional devido ao que denominava de “conservantismo obscuro”, que fazia com que esses políticos vissem na imigração apenas uma importação de braços, ignorando os efeitos políticos e sociais desse processo, já que este promoveria a perpetuação de um regime arcaico de lavoura, permitindo ao fazendeiro manter-se na posição de um “parasita, ignorante e ocioso”, vivendo muito satisfeito das diferenças entre o preço do café e o salário do trabalhador.<sup>90</sup> Apesar de alguns defensores da imigração argumentar que existia uma imigração sedentária, que fazia com que os imigrantes se fixassem, conforme vinha ocorrendo com as colônias do Espírito Santo e de Santa Catarina, Manoel Bomfim apontava a miséria e a pobreza em que viviam muitos povoados formados por italianos e polacos. Para ele, se um país não estava suficientemente organizado, nem bastante desenvolvido e culto para assimilar as populações imigrantes, não deveria receber esse contingente que apenas complicaria ainda mais a sua organização, com a infusão de elementos heterogêneos.<sup>91</sup>

O segundo erro, cometido pelos políticos adeptos da imigração, era que esses homens ao incentivarem a imigração como forma de alcançar o progresso, inspirados em fórmulas e conceitos tradicionais, na concepção de Manoel Bomfim, acabava levando à condenação dos trabalhadores nacionais. É interessante a forma como o escritor sergipano denuncia a incoerência dos políticos latino-americanos, que recorriam às máximas condenatórias dos estrangeiros a respeito dos países sul-americanos e defendiam a vinda de imigrantes. Segundo Bomfim

É tal o contrassenso, que faz supor não compreenderem a consequência lógica dessa sentença eliminatória. Não se lembram de que, ao condenar o nacional – o elemento povo – como incapaz e inaproveitável, eles se condenam a si mesmos, porque, em suma, o povo não se dirige por si, não se fez por si, não tem sido o senhor dos seus destinos; tem sido dirigido, governado, educado pelas classes dominantes; eles [são] o que fizeram, e, se não presta, a culpa é de quem o não soube educar. Se a massa desaparecer; e desaparecerão também as outras classes, que uma nação não é feita, apenas, de classes dirigentes. No entanto, nenhuma dessas considerações os detém. É uma delícia – para quem aprecia aberrações de lógica – ouvi-los repetir, em

---

<sup>89</sup> *Ibidem*.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 134-135.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 135.

longas tiradas, recitadas com o entusiasmo e a gradação de quem as aprendeu com amor, todos os libelos e requisitórios contra o trabalhador nacional.<sup>92</sup>

Manoel Bomfim, em algumas passagens de sua obra, utiliza de um fino sarcasmo para apontar o que percebe como “aberrações de lógica” e criticar políticos e intelectuais conhecidos da época. Não foi à toa que despertou a ira de Sílvio Romero, conforme foi visto acima. Em uma nota de rodapé, Bomfim descreve uma experiência pela qual passou, e não se conteve em lançar sua crítica, não tão velada, às elites dirigentes. Apesar de longa, vale a pena destacá-la

Não o esquecerei nunca. Fazia eu parte da redação de um jornal político, em tempo em que uma deliciosa unanimidade de ideias e sentimentos ajustava todas as gentes num partido Único. E quando faltava ocupação, aprazia-me ouvir os maiores, diretores das coisas públicas, senhores dos destinos do povo, discorrer em intimidade. Era o meio de conhecer-lhes os subpensamentos – ideias e opiniões que um político de lei não diz de público; e o que, no seu silêncio, eu ouvia, edificava-me muitas vezes. Um dia, discorriam todos, a unânime, sobre a excelência do trabalhador emigrante; não havia novidades no alegado, mas era uma sinfonia! Repetiam-se todas as tiradas, docemente líricas, sobre a “previdência, economia, tenacidade, gentileza...” do colono. Outros tomavam a *deixa*, e descarregavam sobre o nacional a indefectível condenação, circunstanciadamente aduzida: “turbulência, instabilidade, imprevidência, prodigalidade, insubordinação, preguiça, desinteresse...” Eram eliminatórios: não havia nos nacionais, nada a aproveitar, nada que os justificasse, nada a esperar deles... Não continham estes conceitos nenhuma novidade que se impusesse à atenção, mas a serenidade com que eram externa os desorientava a quem os ouvia... Era a morte da própria nacionalidade que eles atestavam; mas com tal indiferença! Dir-se-ia inconsciência... - “E, agora, em que recanto da costa da África vão os senhores largar esses 14 milhões de imprestáveis?!...” escapou-me perguntar. “Sim: está verificado, e os senhores o proclamam, que não há nada a fazer com esses 14 milhões de indivíduos que formam a massa geral da população; e como são os senhores mesmos os responsáveis pelo seu destino, que pensam fazer deles?... É certo que esses milhões de inúteis não podem, nem devem ficar para aí, eternamente, a reproduzir gerações e gerações de imprestáveis; é mister dar-lhes um fim...” O espanto que lhes causou a questão mostrou-me bem que ela era inteiramente nova ao seu espírito.<sup>93</sup>

Sendo assim, para Bomfim, os políticos latino-americanos deveriam deixar de repetir os juízos a respeito dos nacionais e estudar as condições de vida desses, examinando as causas dos defeitos que os prejudicavam, e, somente a partir disso, formular um programa de ação de maneira a corrigir o que pudesse ser corrigido. A educação se apresentava, para o autor, como

---

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 136.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 136-137.

o caminho. Também deveriam tratar os nacionais como elemento essencial da nação e de cujo progresso e bem-estar, dependeria o progresso e a tranquilidade do país. Se tais políticos refletissem sobre isso, afirmava Bomfim, perceberiam que todos os defeitos e vícios que atribuíam aos nacionais eram passíveis de correção com uma educação efetiva.<sup>94</sup>

Além dos defeitos decorrentes da hereditariedade e da falta de educação, Bomfim destacava os defeitos que se originavam da imitação. Estes seriam resultado da sobrevivência de tradições viciadas e dos defeitos que advinham da reação que se teria desenvolvido contra as espoliações e opressões praticadas pelas metrópoles ibéricas. Esses defeitos teriam dado origem a toda sorte de males como antagonismos, ódios, conflitos, queixas, rebeldias e revoltas, abrindo espaço para uma oposição entre as nacionalidades que se iam formando e o elemento metropolitano e, posteriormente, entre a nação e o Estado que surgia.<sup>95</sup>

Todas essas questões, na concepção do autor, contribuíam para obstaculizar o progresso não só político, mas o progresso geral das nações sul-americanas. Em função disso, a noção que se desenvolveu nessa região do Estado era fruto da época colonial. Para agravar ainda mais esse quadro, o estado não se preocupava em investir no fomento da instrução popular, mantendo grande parte da população na ignorância, o que causava as desordens políticas, ao mesmo tempo em que tornava milhões de indivíduos válidos e fortes, suscetíveis às enfermidades, que poderiam ser sanadas, se esses indivíduos não desconhecêssem os mais rudimentares princípios de higiene.<sup>96</sup>

Sendo assim, para o escritor sergipano, o parasitismo praticado por Portugal e Espanha, desde os primeiros contatos entre a Europa e a América, teria levado à degeneração dos próprios colonizadores. Isso também teria trazido consequências graves para as nações latino-americanas que, ao serem submetidas a um regime parasitário, sofrendo com a opressão, violência e exploração, que o processo colonial impunha, ainda recebiam uma herança perniciosa, que teria deixado marcas nas novas nacionalidades que se formaram após a emancipação política.

### **3.6. Psicologia social: o caráter das raças colonizadoras**

---

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 137.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p. 141-142.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 159.

Manoel Bomfim fez uma análise a respeito do que considerava serem os elementos essenciais do caráter das raças que se uniram no Novo Mundo, os europeus, os indígenas e os africanos, para assim examinar os efeitos que o cruzamento entre esses povos teriam gerado.

Apesar de todos os defeitos e vícios que o autor percebia na “psicologia da raça” colonizadora, principalmente o parasitismo, que a seu ver, teria levado à decadência dessa “raça”, ele ressaltou duas qualidades que entendia como característica do povo ibérico: a hombridade patriótica, que se mostrava intransigente, irreduzível e que os teria levado a todos os tipos de heroísmos e resistência; e o enorme poder de assimilação social desses povos. A expansão e as conquistas dessa raça seriam resultado da primeira qualidade apontada, já a fusão com variadas e dessemelhantes raças, seria para o autor, um feito inédito na história europeia, e resultaria da segunda qualidade.<sup>97</sup>

Esse poder de assimilação que Bomfim observava nos povos ibéricos, procedia de uma grande plasticidade intelectual e de uma sociabilidade desenvolvida, que de acordo com o autor, eram importantes qualidades para o progresso. Tais qualidades, poderiam conduzir estes povos ao progresso, se não fosse o parasitismo que os degradara. Apesar disso, a decadência dos ibéricos não era absoluta, tendo em vista que o parasitismo social não levava a transformações orgânicas, tal como o parasitismo biológico. Suas consequências, afirmava Bomfim, se davam no plano moral, provindos do conservantismo que as classes sociais estavam obstinadas e da falta de observação da vida real. A solução seria uma reeducação que corrigisse os vícios decorrentes da tradição parasitária.<sup>98</sup>

Com efeito, não obstante os vícios que os povos latino-americanos herdaram das raças colonizadoras, eles também teriam herdado as qualidades, no caso, a plasticidade intelectual e a sociabilidade, sendo essas, ainda mais desenvolvidas no Novo Mundo. A fusão aí vinha sendo feita com raças “radicalmente” distintas.<sup>99</sup>

Na América Latina, além da herança dos povos ibéricos, acrescenta-se a essa as dos indígenas e africanos, que influenciaram na fisionomia moral e intelectual das novas sociedades, ainda que, ressaltava o autor, em uma proporção muito menor que a dos ibéricos. Essa desproporção ocorreria porque os indígenas e negros se constituíam como povos “muito atrasados”, não possuindo qualidades, defeitos e virtudes que se impusessem aos outros, e ocasionasse imitação.

---

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 181-182.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 183.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 184.

Em relação ao negro, os defeitos que lhe são atribuídos como submissão, frouxidão, docilidade servil, segundo Bomfim, não passaria do resultado da situação que lhe era imposta. E tudo isso, para o autor, os convertia em heróis, uma vez que depois de serem submetidos as mais horríveis violências, ainda assim, não se tornaram “monstros” sociais e intelectuais. Isso era, para ele, a prova mais significativa de que os negros possuíam virtudes.<sup>100</sup>

No indígena, Bomfim destacava o amor à liberdade, à coragem e uma instabilidade intelectual e de espírito. O escritor sergipano, como muitos em sua época, percebia o indígena como ainda carecendo de amadurecimento, daí associá-lo a um espírito infantil, mas que não procedia de um defeito, e mesmo que o fosse, seria passível de ser corrigido com a educação. As qualidades negativas que eram atribuídas a esse grupo, como desinteresse, indolência e violência, Bomfim respondia que ensinando o indígena a trabalhar, mas com garantias, que não fossem “apenas enriquecer o parasita”, este poderia mostrar-se um povo laborioso e hábil. A violência e a ferocidade que lhe acusava, o escritor contestava que não passava de uma resposta à violência e à ferocidade com que foi tratado

São cruéis os índios?! [...] Ainda que eles o quisessem, não chegariam nunca às sublimidades de crueldade com que os brancos – as gentes da Europa civilizada – têm horrorizado o mundo. Não há, nos feitos da crueza indígena, nada comparável às atrocidades dos espanhóis em Cuba e na própria Espanha, nas masmorras da inquisição ou nos cubículos onde apodrecem os anarquistas. Nada comparável ao proceder dos ingleses em Cartum, e mesmo nas Índias; ou dos americanos nas Filipinas, ou dos portugueses nas Índias; dos alemães na África, na Polônia e na China; ou dos franceses no Senegal, dos russos na Sibéria [...].<sup>101</sup>

A análise do que consideravam ser o caráter ou a psicologia de cada raça era recorrente nos ensaios de fins do século XIX e início do XX, muitos intelectuais, influenciados pelas ideias europeias, descreviam os negros e os indígenas como pertencentes a “raças inferiores”, sem nenhuma condição de alcançar o progresso, por isso a violência, o domínio e mesmo, a eliminação destes grupos sociais, era justificável. Em suas reflexões a respeito dos negros e indígenas, Bomfim, na contramão dos discursos da época, negou a existência de raças incapazes de progredir e civilizar-se. Para ele, o atraso em que se encontravam, estava relacionado ao domínio e à violência a que estavam submetidos, porém, isso não era irreversível, de modo que, oferecendo-se condições adequadas, por meio da instrução, qualquer povo alcançaria o progresso.

---

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 186.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 188-189.

Por essa razão, o autor defendia a necessidade de se discutir a teoria das raças inferiores, examinar de onde vinha e a que servia. Em sua opinião, tal teoria não passava de um “sofisma objeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes”.<sup>102</sup> Para Bomfim, a partir do momento que fosse analisada e, por conseguinte, demonstrado o seu falso cientificismo, as nações latino-americanas não precisariam sofrer com os axiomas prejudiciais vindos de teóricos que desconheciam a realidade do continente e serviam a interesses contrários aos das populações desse continente.

### **3.7. As teorias científicas sobre o valor das raças**

As reflexões de Manoel Bomfim acerca da teoria de inferioridade das raças, destoam em muito, das que vigoravam na época nos meios intelectuais latino-americanos, é interessante observar como o escritor brasileiro constrói sua argumentação para rechaçar o que denominou de uma estratégia para submeter povos fracos aos interesses dos mais fortes.

Tais teorias, para Bomfim, embora tivessem sido batizadas de teoria científica do valor das raças, não possuíam qualquer valor científico. Contudo, a moldura científica que lhe fora conferida, teria sido suficiente para que os “exploradores” se apegassem a ela. Diante disso, uma vez admitida a existência de povos melhores que outros, e ainda, que somente os melhores atingiriam o máximo desenvolvimento, os demais povos foram condenados a jamais alcançar as esferas da ciência e da arte. Logo, concluiu-se dessa proposição que os mais perfeitos deveriam submeter os outros. Segundo Bomfim, a partir daí a “sociologia dos egoísmos combinados” não parou, a ambição fez com que toda a noção de justiça fosse dissipada e aplicou-se todo o tipo de violência contra os outros povos ditos “inferiores”. Passaram a organizar a vida dessas populações conforme suas tradições, obrigando-os a trabalhar para sustentá-las e não hesitando em eliminá-los se fossem desafiados.<sup>103</sup>

Teriam sido estes os princípios que estabeleceram a inferioridade dos indígenas americanos, dos negros africanos, dos negros malaios e dos autóctones da Oceania. Essa sociologia oficial da Europa e dos Estados Unidos, acabou determinando, sob esses critérios, que tais povos se encontrariam em estado social inferior aos demais e por essa razão, as suas terras deveriam ser colonizadas. O autor elucida que caso a “tirania dos europeus” se desse apenas com os negros e os índios, a teoria teria certa lógica na aparência, ainda que não

---

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 191.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 192.

deixasse de ser falsa e imoral. Contudo, os europeus lutavam entre si no Velho Mundo, de tal modo que os conflitos abundavam entre povos que buscavam dominar uns aos outros.

Seguindo esse pensamento, Manoel Bomfim defendia que é exatamente nesse ponto em que os “absurdos” da teoria da inferioridade das raças apareciam mais abertamente. Pois, ao mesmo tempo em que proclamavam a inferioridade de outros povos, por serem incapazes de chegar a um estágio de civilização, sustentavam que os anglo-saxões seriam superiores porque dominavam, naquele momento, dois terços do planeta. Ora, se os ingleses agora – início do século XX – são superiores, dois séculos antes, essa superioridade pertencia aos espanhóis e portugueses, então a teoria deixava de ser definitiva. Desta maneira, a história europeia estava repleta de inúmeros exemplos de que, se em determinado momento um povo dominou, em outro, já estava em decadência, daí a inconsistência e extravagância de tal teoria.<sup>104</sup>

Não por acaso, Bomfim se opôs as proposições que afirmavam a superioridade anglo-saxônica frente aos latinos, contestando a pretensa superioridade dolicocefala, defendida por intelectuais, especialmente os franceses, que a seu ver, estavam doídos pela derrota na guerra franco-prussiana (1871). A respeito da querela entre os defensores da superioridade anglo-saxônica, Bomfim sublinhou

Não admira, portanto, o ver proclamar-se esta inferioridade, quando, na própria França, certos filósofos, ofuscados pela grandeza dos ingleses, ou doídos pela vitória última dos alemães e pela extensão que estes conseguiram dar ao seu comércio, não hesitam em decretar a superioridade de uns e de outros. Os franceses, vitoriosos por mais de dois séculos, superiores, até então, aos alemães, passaram desde logo a essencialmente inferiores – porque um regime político transitório ou um governo incompetente os levou a uma derrota; a França, de que no Ocidente moderno produziu a civilização mais completa, vem a ser *inferior* – porque não tem uma esquadra como a dos ingleses, nem tinha, em 1870, um exército da mesma força que o dos alemães... Eis as consequências da teoria da superioridade das raças, eis o seu valor.<sup>105</sup>

Desse modo, para Bomfim, essa teoria, que se pretendia definitiva, mas que possuía princípios variáveis, não tinha valor nenhum. Apesar disso, era unânime entre os sociólogos “a serviço dos fortes” que a aplicavam aos países latino-americanos, os quais contavam com uma grande contribuição, indígena e negra, na sua conformação social. Em função disso, as populações da América Latina eram apontadas como inferiores, cuja inferioridade, de acordo com os sociólogos europeus, ficava evidente no fato de que os indígenas e os negros vinham

---

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 193.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 195.



sendo exterminados pelos brancos e também porque esses povos seriam muito mais atrasados que os brancos. Tal atraso decorria essencialmente de uma inferioridade étnica.<sup>106</sup>

O primeiro argumento desses sociólogos apoiava-se na teoria evolucionista de Charles Darwin, que na opinião de Bomfim, utilizavam o nome “respeitado” do naturalista inglês para cometer toda sorte de injustiça e violência. Daí o autor afirmar: “Pobre Darwin! Nunca supôs que a sua obra genial pudesse servir de justificação aos crimes e às vilanias de negreiros e algozes de índios!”.<sup>107</sup>

Já o segundo argumento, que afiançava a incapacidade do índio e do negro em atingir um grau de perfeição moral e social comparável ao dos povos cultos, Bomfim respondia que não faltava aos indígenas nenhuma das qualidades passíveis de cultura. O autor recorreu às considerações do médico e antropólogo francês, Paul Topinard (1830-1911), que defendia que “todas as raças favorecidas pelas circunstâncias, pode[ria]m progredir”, além de apontar a ignorância e falsidade dos elementos em que se baseavam os defensores da inferioridade e degradação dos indígenas.<sup>108</sup>

Os negros eram ainda mais furiosamente condenados pela “ciência sociológica dos descendentes dos negreiros”. Manoel Bomfim discorre sobre as considerações do escritor português Oliveira Martins (1845-1894), que defendeu na obra, *O Brasil e as colônias portuguesas* (1880), que o negro não era dotado de capacidade para ser civilizado e por isso era legítima a sua escravização e seu extermínio. Os argumentos utilizados pelo escritor português se apoiavam na ideia de que Darwin havia demonstrado que, na luta pela vida, vence o mais forte, sendo natural, portanto, a eliminação do mais fraco. Essa visão deturpada da teoria darwinista em que se associavam os conflitos dos animais entre si aos dos seres humanos, além de grosseira, era imoral. Em função disso, Bomfim chamou a atenção para a necessidade de se levar em conta o que diziam os “verdadeiros” darwinistas como o alemão, Ludwig Büchner (1824-1899), que, em *À l'aurore du siècle* (1901), havia afirmado

Nos reinos animal e vegetal, a *luta pela existência* é uma causa de progresso, porque ela traz sempre o triunfo do mais apto. Mas bem diverso é o que sucede ao homem vivendo em sociedade. Ele acha, desde que vem ao mundo, todos os bons lugares ocupados no banquete da vida. Se a família, a posição, a fortuna herdada não lhe vêm auxiliar, ele é condenado a pôr as suas energias a serviço dos que possuem, e aos quais a sociedade garante o livre gozo dos seus bens. Destarte, não é geralmente o *melhor* ou o mais capaz quem triunfa, mas o mais rico, o mais poderoso, o que é mais favorecido pela sua posição social, ou aquele que, pela doblez de caráter,

---

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 195-196.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p. 197.

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 200-201.

sabe melhor acomodar-se às circunstâncias. Nesta luta sem mercê, todas as vantagens estão de um lado, todas as desvantagens do outro, e é por exceção que certos indivíduos conseguem elevar-se das camadas mais baixas da sociedade às situações invejáveis [...].<sup>109</sup>

Manoel Bomfim ainda citou outros escritores europeus, os quais denominava de “espíritos justos e generosos”, críticos da teoria da inferioridade das raças, como o historiador e filósofo francês Gabriel Seailles (1852-1922) que a respeito do imperialismo europeu havia afirmado: “nós levamos aos infelizes pretos, sob o nome pomposo de civilização, não somente o álcool, mas o estupro, o incêndio, o assassinato; por toda parte, sob as mentiras decorativas, aparece, brutal, a soberania da força”.<sup>110</sup> Baseando-se também em ideias europeias, mas críticas às ideias racialistas e ao imperialismo, Bomfim denunciou o que chamava de “doutrinários do parasitismo”, aqueles que procuravam dar aparência de lógica de cientificidade as “suas alegações imorais”, com um “falso verniz científico”, mas que ainda assim ficava em descoberto o “sofisma”.<sup>111</sup> Diante disso, o escritor sergipano não poupou críticas a renomados teóricos europeus como Arthur de Gobineau, Louis Agassiz, Gustave Le Bon, Ludwig Gumplowicz, entre outros.

### 3.8. A mestiçagem e seus efeitos na América Latina

Em um período em que as teorias a respeito da inferioridade das raças circulavam com bastante aceitação na esfera pública, conforme foi visto, não surpreende que a mestiçagem seria condenada. Argumentava-se que o cruzamento entre raças diferentes daria origem, necessariamente, a populações inferiores a qualquer uma das raças progenitoras. Tal maneira de conceber a mestiçagem era proveniente de observações no âmbito da zoologia, que resultaria na teoria dos *efeitos regressivos dos cruzamentos*.<sup>112</sup> Transplantando-se essa discussão para o plano social, determinados sociólogos sentenciaram que as nações latino-americanas padeciam de uma inferioridade ainda mais grave, em virtude dos cruzamentos nessa região terem se dado entre raças muito distintas.

Manoel Bomfim negou essas proposições afirmando que não havia nada que provasse a influência perniciosa da mestiçagem. Aos que consideravam a instabilidade política das repúblicas sul-americanas como sendo uma consequência social dos cruzamentos entre raças

---

<sup>109</sup> *Ibidem*, p. 203-204.

<sup>110</sup> SEAILLES, Gabriel *apud* BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 199.

<sup>111</sup> *Ibidem*, p. 205.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 207.

essencialmente diversas, Bomfim respondia que bastava conhecer a história da América do Sul para perceber que a causa disso era de ordem política, sendo oriundas, exclusivamente, das condições históricas do processo colonizador.<sup>113</sup>

Aos que ressaltavam a crueldade dos mestiços, como uma característica resultante do cruzamento, como o explorador britânico David Livingstone (1813-1873), que havia afirmado que “Não se pode compreender porque os mestiços são muito mais cruéis que os portugueses, mas o fato é incontestável”. Bomfim replicou, com ironia, que Livingstone não conhecia as “façanhas” dos negreiros portugueses, concluindo que “raça nenhuma poderá igualar jamais as brancas europeias em crueldade”.<sup>114</sup>

Frente a argumentos sem nenhum “valor científico”, Bomfim assegurava que não havia na história da América Latina um só fato que atestasse que os mestiços houvessem degenerado de caráter em relação às qualidades fundamentais das raças progenitoras. Não só os defeitos, como também, as virtudes apresentadas pelos mestiços, seriam provenientes da herança que pesava sobre eles, da educação recebida, e da adaptação às condições de vida que lhes eram oferecidas.<sup>115</sup>

O escritor sergipano ainda rechaçava as afirmações que questionavam a inteligência dos mestiços. Ele destacava que não se poderia negar que havia homens mestiços admiravelmente bem dotados, e que, se na América do Sul, se apresentavam proporcionalmente insignificante para o progresso intelectual, em comparação com a Europa, isso se devia às condições de atraso do meio e não a uma inferioridade mental das populações.

Às acusações de indolência, indisciplina, imprevisão e preguiça, características, em muitos momentos, atribuídas aos mestiços, Bomfim salientava que isso decorria de uma falha de educação, em função da ignorância em que viviam essas populações juntamente com o abandono a que estavam condenadas.<sup>116</sup>

O escritor de *América Latina: males de origem* lamentava que tais juízos a respeito das populações dessa parte do continente acabassem suscitando pessimismo e desânimo em relação ao futuro dessas nações. Apesar disso, Bomfim via com otimismo essa situação, já que, segundo ele, todas as deformidades conferidas aos latino-americanos, sendo corrigidas, não os impediria de se organizarem e progredirem.

Mesmo que alguns povos depois de haver alcançado um estado de civilização superior tivessem degenerado, isso não significava, de modo algum, que existiam povos condenados a

---

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 208.

<sup>114</sup> *Ibidem*, p. 210.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 212.

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 213.

uma “eterna barbárie”. Todas as decadências, na opinião de Bomfim, eram causadas pelo parasitismo que acabava levando ao declínio e até, ao desaparecimento de determinadas civilizações.<sup>117</sup>

As nações sul-americanas não poderiam ser consideradas decadentes, uma vez que nunca, segundo o autor, estiveram em estado mais próspero, adiantado e culto que aquele em que se encontravam. Bomfim, diferente da intelectualidade latino-americana, percebia que estas nações estavam progredindo e continuariam, pois não haveria nenhuma causa inerente que impedisse tal progresso. O avanço era lento e difícil, já que sobre essas repúblicas pesava um passado ainda “recente”, no entanto, apesar de toda a complexidade dos processos, era evidente, para o autor, que vinham dando provas de poder alcançar uma cultura superior.

A certeza de Bomfim derivava da sua confiança de que onde entravam grandes doses de raças “novas” e “sadias” e ondas de imigrantes, na massa das populações, como era o caso de várias nações sul-americanas, juntava-se o vigor e a energia, tão necessários para a promoção do progresso. É interessante observar que apesar das críticas de Bomfim à imigração, em alguns momentos ele a considerava vantajosa para a América Latina. Além disso, assinalava Bomfim, não existiam razões científicas e de quaisquer ordens que autorizassem o sociólogo a declarar um povo incapaz de progredir. O que o estudo e análise histórica revelavam era que, certos grupos humanos, devido às condições favoráveis do meio ou do momento, poderiam alcançar mais cedo do que outros, uma forma elevada de cultura. Esse estudo também mostrava que, devido ao parasitismo de uns povos sobre outros, certas nações se corrompiam e declinavam. E ainda que, determinados povos, antes de alcançarem um estado avançado de civilização, poderiam ser vitimados, oprimidos, exterminados ou absorvidos por outros, como ocorrera com os aborígenes americanos, os habitantes da Oceania e os bôeres da África do Sul. De toda forma, portanto, essa fraqueza não significava incapacidade orgânica para o progresso, como sustentavam os defensores das teorias da inferioridade das raças.<sup>118</sup>

Diferente de muitos dos seus contemporâneos, Bomfim, considerava que as sociedades sul-americanas poderiam alcançar o progresso, principalmente através da educação. Entretanto, era preciso ter em conta que essas nações não se tornariam grandes, ricas e poderosas, em um período de seis ou oito anos, como pretendiam alguns estadistas, que por uma questão de ego, se obstinavam a curar sintomas, ignorando as causas dos males sociais que afligiam seus países. A ambição em criar estados superpoderosos e prósperos, em nações

---

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 242-243.

<sup>118</sup> *Ibidem*, p. 250.

atrasadas e depauperadas, não poderia dar resultados positivos. A solução, ou melhor, o remédio encontrado por Bomfim, para curar os males da América Latina, era basicamente o investimento em obras de educação social, instrução popular e o aperfeiçoamento da produção. Elementos, a seu ver, indispensáveis ao progresso de um país e fundamentais para a constituição de sociedades harmônicas e adiantadas.

Não obstante todos os problemas pelos quais passavam as repúblicas sul-americanas, Bomfim considerava que elas nunca haviam estado mais próximas de um estado de organização como estavam naquele momento.<sup>119</sup> Algumas, México e Argentina, eram vistas pelo autor, como progredindo bastante e podendo ser comparadas, inclusive, com as nações “secundárias da Europa”. O Brasil e o Chile já davam mostra de que eram nações que se desacostumaram dos levantes e conflitos armados, desprendidas de agitações guerreiras, e isso poderia ocorrer com as outras nacionalidades. Bomfim entendia que quando as sociedades se encontravam pacíficas, ficava mais fácil a promoção do progresso e a adoção de costumes políticos livres e democráticos. Ainda que algumas dessas nações estivessem “contaminadas” pela degeneração parasitária, isso poderia ser corrigido por meio da educação, eliminando-se assim os elementos degenerados.<sup>120</sup>

O autor criticava Gustave Le Bon que na obra, *Psychologie du socialisme* (1896), havia proclamado a decadência de todas as nações latino-americanas sem exceção. Para o sociólogo francês, tal decadência poderia ser comprovada na “completa anarquia” em que se encontravam envolvidas essas nações. Em vista disso, elas seriam beneficiadas caso uma nação bastante forte as pudesse dirigir. Para Bomfim, afirmar que essas nações estavam decaídas significava supor que algum dia os países latino-americanos haviam possuído uma civilização superior a qual se encontravam, tendo sido mais prósperos e adiantados. De acordo com Bomfim, para esse “terribilíssimo” filósofo francês,

A América do Sul é um pedaço de mundo de que o Sr. Le Bon se serve discricionariamente, ao sabor do momento, sempre que tem necessidade de um exemplo de nações ou povos absolutamente abjetos: “Sujeitam-nos a um regime de ferro, único de que são dignos estes povos, desprovidos de virilidade, de moralidade, e incapazes de se governar”. E, nestes termos, ele nos empresta os mais contraditórios defeitos e crimes. Repugna o dar atenção a conceitos como estes seus, que têm tanto de grosseiros como de vazios.<sup>121</sup>

---

<sup>119</sup> *Ibidem*, p. 254.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 256-257.

<sup>121</sup> *Ibidem*, p. 257-258.

Bomfim ainda questionou as considerações de Le Bon a respeito da superioridade dos Estados Unidos em relação à América Latina. De acordo com o escritor francês tal superioridade decorria do fato de que o primeiro era habitado por anglo-saxões e o segundo por latinos. Para Bomfim, tal proposição não poderia se fundamentar, uma vez que o Canadá também era habitado por anglo-saxões e, nem por isso, se apresentava próspero e rico como os Estados Unidos.<sup>122</sup>

Segundo Bomfim, o “respeitado” francês Gustave Le Bon, pertencia à “espécie de filósofos cuja inspiração é a inveja e cujo ideal é a riqueza”. Para o sergipano, esses intelectuais não passariam de “espíritos estreitos”,<sup>123</sup> cujo progresso mediam pela riqueza acumulada, pelas toneladas de exportação, pela extensão dos domínios coloniais, pelo número de habitantes, mas que ignoravam os problemas sociais. Para homens como Le Bon e Gumplowicz, a teoria do progresso se resumiria em “a força é o instrumento único; a riqueza é o sucesso; o fim, a consagração; nem tréguas aos fracos, nem esperança para os infelizes [...]”.<sup>124</sup> Não por acaso, ponderava o autor, esses teóricos analisando superficialmente os povos, apontavam os alemães e anglo-saxões como modelo ideal para aspirar ao progresso e muitas vezes, ignoravam as tradições, não anglo-saxônicas, que contribuíram fundamentalmente para o progresso da humanidade desde a antiguidade, como os gregos e os latinos.

Desse modo, Bomfim não apenas rechaçou as teorias europeias, pretensamente científicas, que condenavam a América Latina, acusando a mestiçagem de ser uma das causas principais da “inferioridade” desse continente, como também, combateu tais ideias, denunciando as inconsistências, as incoerências e, em determinados momentos, a finalidade de tal pensamento, que a seu ver, servia ao imperialismo europeu e norte-americano.

Esse escritor também criticou os positivistas que, em sua opinião teriam exercido uma influência sumamente perniciosa no Brasil. Bomfim se referia ao dogma positivista que acusou a proposta de instrução elementar obrigatória como sendo um atentado aos direitos do cidadão. Como vimos, a obrigatoriedade do ensino, para esse escritor, era um complemento indispensável à reforma do ensino, e, portanto, fundamental a sua instituição.<sup>125</sup> Bomfim também percebia os positivistas como defensores de uma falsa ciência, em sua concepção, os seguidores de Comte no Brasil, além de lutarem contra a obrigatoriedade do ensino básico,

---

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. 258.

<sup>123</sup> Nessa passagem Bomfim afirma que estes autores teriam um raciocínio mais “curto do que o de um lagarto”. *Ibidem*, p. 259.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 258-259.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 183.

combateram a vacinação obrigatória, no momento da Revolta da Vacina, em 1904, no Rio de Janeiro. Para ele, o arcabouço teórico do positivismo estava amparado em um “repositório de contradições” e em “fórmulas políticas de paupérrimo despotismo [...] contrárias aos lineamentos da evolução humana”.<sup>126</sup> O positivismo não passaria, por conseguinte, de uma doutrina conservadora e reacionária.

### 3.9. Considerações finais

Manoel Bomfim foi um estudioso dos problemas do Brasil e da América Latina que procurou investigar minuciosamente suas causas, identificando seus males e apontando soluções. Nessa busca, ele encontrou no passado colonial a explicação para a situação latino-americana. A vasta produção intelectual de Bomfim revela a sua preocupação em mudar a realidade que se apresentava e sua recusa em aceitar as sentenças condenatórias a respeito da América Latina. Na contramão dos discursos da época, vislumbrou um futuro promissor para essa parte do continente, desde que algumas questões fundamentais fossem resolvidas.

A teoria das desigualdades raciais, nas últimas décadas do século XIX, foi mais amplamente difundida no Brasil. Manoel Bomfim percebeu, nesse cenário, que a defesa da inferioridade das raças, ancorada, supostamente, em paradigmas científicos, na verdade, se tratava da reprodução de uma lógica de dominação, que se daria em duas esferas: a externa e a interna. A primeira estava relacionada com o domínio exercido pelas metrópoles sobre as colônias, e a segunda, se referia ao empenho da classe dominante em se legitimar e diferenciar da maioria da população. Com efeito, houve uma ênfase na existência de raças inferiores.

Manoel Bomfim estava convencido de que existia uma marcha para o progresso, de tal modo que a civilização, inevitavelmente, transbordaria sobre a América Latina, e, se esta região não optasse por fazer parte desse processo, seria esmagada. Por essa razão, era imprescindível que a América Latina se apresentasse ao mundo, vigorosa, moderna, livre e forte. Os males que se abatiam sobre o continente, males antigos, eram obstáculos ao progresso, diante disso, era preciso conhecer suas causas, para poder buscar o remédio que curasse essas enfermidades. Para tanto, era necessário que as nações latino-americanas desprezassem os conceitos e fórmulas feitos à distância, sem conhecimento da realidade do continente, e por pensadores que serviam a interesses contrários aos da América Latina.

---

<sup>126</sup> *Ibidem*, p. 179.

É interessante observar que em um momento em que grande parte da intelectualidade latino-americana acionava os teóricos europeus, partidários da inferioridade dos povos, tais como Arthur de Gobineau, Louis Agassiz, Gustave Le Bon e Ludwig Gumplowicz, valendo-se de seus argumentos para condenarem a América Latina, Manoel Bomfim questionou e criticou esses autores, em determinadas passagens até mesmo insultando e desqualificando o que chamava de “sofistas”. Muitas vezes se valeu do discurso biológico em voga, mas, ao contrário de seus contemporâneos, o fez para rechaçar as ideias existentes. Isso pode ser observado quando esse escritor, ao explicar a decadência portuguesa e espanhola, faz uma analogia com o parasitismo ocorrido no mundo biológico. Para ele, alguns fenômenos da esfera biológica eram regidos por leis que poderiam ser aplicadas no plano social, daí Bomfim considerar que a decadência ibérica estaria associada ao “parasitismo social” exercido sobre a América, no período colonial.

Bomfim negou, peremptoriamente, as proposições que defendiam a inferioridade latino-americana e imputavam as causas à mestiçagem ocorrida nessa região. Ele contestou os defeitos e vícios que eram atribuídos aos negros e indígenas, denunciando o imperialismo europeu e norte-americano por trás de tais acusações. Criticou as elites dirigentes e seus ideais europeizantes, cuja preocupação com a pureza de suas populações era vista por Bomfim como negativa e dissolvente. Por isso o escritor sergipano se opôs a forma como a imigração vinha sendo feita e apontou os problemas que isso poderia acarretar. Além disso, criticou a indiferença e o desprezo com que os trabalhadores nacionais eram tratados.

O autor reconhecia a existência de uma inferioridade dos povos latino-americanos em relação aos povos cultos. Todavia, para ele, essa inferioridade resultava basicamente da ignorância e da falta de preparo de uma educação para o progresso. Males esses que não eram orgânicos, mas facilmente curáveis. E o remédio apontado, pelo autor, para que a América Latina se salvasse, era a “necessidade imprescritível de atender-se à instrução popular”.<sup>127</sup>

A partir do momento que o Estado proporcionasse a educação, em um país que se propunha democrático, mas cuja maioria dos indivíduos se encontrava excluída, em função de serem analfabetos, não passaria de uma democracia sem cidadãos. Manoel Bomfim concebia que o fracasso da construção de uma verdadeira democracia na América Latina, desde a emancipação política, decorria do fato de que havia uma discordância fundamental entre a liberdade que os políticos pregavam, e o desinteresse destes em promover os meios de torná-la efetiva.

---

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 271.



As investidas europeias contra a América Latina não poderiam ser resistidas na situação em que ela se encontrava, portanto, era necessário que os povos latino-americanos estivessem preparados para se defenderem materialmente contra os ataques. Porém, o fundamental, para Bomfim, era que esta parte do continente se constituísse em nacionalidades adiantadas e inassimiláveis. A partir disso, do próprio progresso intelectual e da cultura científica, sairiam os elementos para a resistência material.

O escritor sergipano temia que as considerações que afirmavam uma inferioridade patente da América Latina acabassem sendo assimiladas pelos latino-americanos, tomadas como verdade. Por essa razão, ele estimulava que esses povos reagissem contra os defeitos atribuídos e que refletissem seriamente quais as verdadeiras carências que sofriam, para, a partir disso, buscar as origens destes e, logo, encontrar a cura. Para o autor, as origens dos defeitos estavam no parasitismo praticado pelas metrópoles, no entanto, todos eles eram transitórios e passíveis de cura.

## CAPÍTULO 4

### A ENFERMIDADE DE UM POVO: GEOGRAFIA, RAÇA E HERANÇA IBÉRICA NOS ESCRITOS DE ALCIDES ARGUEDAS

Alcides Arguedas foi um dos maiores escritores da Bolívia no início do século XX, nasceu em 1879, em La Paz, procedente de uma família abastada e de prestígio. Possui uma vastíssima produção intelectual, tendo escrito dezenas de livros nas primeiras décadas de 1900, entre eles novelas, ensaios, cartas e livros de história, tais como: *Pisagua* (1903); *Wuata Wuara* (1904); *Vida Criolla* (1905); *Pueblo enfermo* (1909); *Raza de bronce* (1919); *La fundación de la republica* (1920); *Los caudillos letrados* (1923); *La plebe en acción* (1925); *La dictadura y la anarquía* (1926); *Los caudillos bárbaros* (1929); *La danza de las sombras* (1934),<sup>1</sup> entre outros. Ainda contribuiu para jornais como *El Comercio*, *El Diálogo* e *El Debate*. Além de escrever para revistas como *Mundial* e a *Revista de América*.

Esse escritor também participou ativamente da política de seu país, ocupando importantes cargos políticos na Bolívia. Foi deputado, pelo Partido Liberal (1916), eleito senador, por La Paz (1940), nomeado ministro da agricultura (1940), e desempenhou funções diplomáticas na França, na Inglaterra, na Colômbia e na Venezuela nas quatro primeiras décadas do século XX.

Alcides Arguedas despertou a ira de muitos de seus compatriotas com as acirradas críticas denigratórias feitas à Bolívia, principalmente na obra, *Pueblo enfermo*, o que lhe teria relegado, de certa forma, ao ostracismo intelectual dentro de seu país. Não obstante, fora da Bolívia, foi aplaudido por autores renomados como Miguel de Unamuno, José Enrique Rodó, Amado Nervo, Carlos Octavio Bunge entre outros.

A complexa situação da Bolívia, no despertar do século XX, de maneira semelhante a muitos países da América Latina, acabou contribuindo para que Alcides Arguedas traçasse um diagnóstico pessimista em relação ao seu porvir. Ao longo do século XIX, o país andino passou por muitos conflitos internos como disputas caudilhistas e as revoltas indígenas, e intervenções estrangeiras como a Guerra do Pacífico, a Questão do Acre e a Guerra do Chaco, que se estenderam até o Novecentos. Isso levou a uma progressiva desmembração de seu território, de tal forma que no transcurso de menos de um século de existência como república

---

<sup>1</sup> Muitas de suas obras foram editadas diversas vezes (sendo revisadas e aumentadas), inclusive em outros países, como Chile, Argentina e Espanha. A obra *Raza de bronce* foi traduzida para o francês em 1932.

independente, a Bolívia já havia perdido quase a metade do território que a conformava no período colonial.

Para dificultar ainda mais esse quadro, o país contava com uma população majoritariamente indígena, o que para muitos, naquela época, influenciados pelas ideias racistas e positivistas europeias, significava a impossibilidade de alcançar o progresso e a civilização. É nesse contexto que surge a obra *Pueblo enfermo*, na qual Alcides Arguedas, partindo do passado boliviano, procura explicar, já convencido da enfermidade de seu país, as razões que conduziram a tal estado. Nesse sentido, encontra na geografia, na conformação social e na herança ibérica os principais responsáveis. Antes de prosseguirmos, será apresentado o cenário boliviano de meados do século XIX e início do XX, que permeia toda a produção intelectual de Arguedas. Entender o contexto latino-americano e, mais especificamente, o boliviano, bem como a trajetória do autor, faz-se primordial para a análise das questões mais profundas que envolvem a sua produção.

#### **4.1. Alcides Arguedas e a Bolívia ao longo do século XIX e início do XX**

A Bolívia, como mais tarde ficou conhecida a antiga região da Audiência das Charcas ou Alto Peru, apesar de ter sido no início, a colônia de mineração espanhola mais rica na América, no final do século XVII, entrou em declínio. A crise de produção da prata levou a redução da população na maioria dos centros urbanos, gerando a retração da economia regional ao longo do século XVIII. Nesse período, Oruro e Potosí, importantes centros mineradores, perderam mais da metade de suas populações.<sup>2</sup>

Por sua vez os quinze anos de guerras pela independência (1810-1825), trouxeram duras consequências para a economia boliviana, cujas elites tiveram dificuldade em se reconstituir, ficando cada vez mais dependente da República. A destruição das minas e caldeiras agravou ainda mais a situação, mergulhando o jovem país em uma grave crise na indústria da mineração. Exemplo disso pode ser observado na queda substancial da produção de prata, na primeira metade do século XIX.<sup>3</sup> De acordo com Klein, em 1803, havia cerca de

---

<sup>2</sup> De acordo com Herbert Klein, no século XVIII, pelo menos 100 mil brancos de língua espanhola migraram para fora dos centros de mineração e para longe da região, buscando áreas do império economicamente mais dinâmicas. KLEIN, Herbert. "O fim da sociedade colonial e a criação de uma nação independente (séculos XVIII e XIX)". In: PAMPLONA, Marco Antonio e Mäder, Maria Elisa. (orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismo nas Américas: Peru e Bolívia*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p.129. 130.

<sup>3</sup> Comparando com o século anterior, no qual a produção chegava a 385 mil marcos de prata por ano, esta declinou para 300 mil, na primeira década do Oitocentos, e seguiu caindo até chegar a 150 mil marcos na década de 1820.

quarenta moinhos de refino de prata e várias centenas de minas ativas em Potosí, vinte anos depois, apenas quinze moinhos e cerca de cinquenta minas estavam em funcionamento.<sup>4</sup> Em 1846, um censo oficial estimava a existência de aproximadamente, dez mil minas abandonadas em toda a Bolívia. As causas desse abandono não era a falta de minério de prata, mas sim, efeito de anos de guerras, com a destruição de capital, equipamentos e a imigração de técnicos.

Após os processos de independência, as novas repúblicas da América do Sul entraram em uma nova fase de desenvolvimento e não demorou muito para começarem a estabelecer barreiras tarifárias umas contra as outras.<sup>5</sup> Isso fez com que os mercados tradicionais da Bolívia, no norte da Argentina e com o Peru, fossem reduzidos, gerando uma grave crise de crédito. O elevado custo dos transportes, que já era um obstáculo ao comércio internacional da Bolívia, a partir disso, passou a ser ainda mais restritivo, uma vez que o Peru, o Chile e a Argentina, passaram a cobrar da Bolívia pelo uso de seus portos. Nesse sentido, conforme afirma Klein, a independência acabou limitando a maior parte das relações comerciais tradicionais do antigo Alto Peru, fazendo com que a economia se destinasse cada vez mais para a subsistência.

A jovem república ainda tinha que enfrentar outras questões relacionadas aos problemas de integração do enorme território que a conformava, da sua população multiétnica, além da excessiva preocupação das elites com o âmbito local em detrimento do nacional. Esse fato traria, posteriormente, consequências nefastas para o país andino. A Bolívia também teve que enfrentar, após o período de estabilidade política, com o governo de Santa Cruz (1829-1839),<sup>6</sup> uma fase de militarismo e violência política, comum a muitos países latino-americanos, com as disputas entre os caudilhos, que se estenderia até o final do século XIX. Segundo Céspedes, ao longo do século XIX, a Bolívia teve dez presidentes assassinados e 130 golpes de estados, motins e revoltas.<sup>7</sup> Apesar disso, é válido ressaltar que Klein considera que entre 1880 e 1836 houve uma notável continuidade política na Bolívia.<sup>8</sup>

---

<sup>4</sup> KLEIN, Herbert. *Op. Cit.* p. 170.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 169.

<sup>6</sup> Andrés de Santa Cruz (1792-1865) governou a Bolívia por um período de dez anos que foi fundamental na história republicana. Ele fundou instituições que criaram as bases para a organização da vida civil da república durante os dois séculos seguintes. Em seu governo, Santa Cruz foi capaz de criar uma ordem política, social e econômica estável. *Ibidem*, p. 180-181.

<sup>7</sup> CÉSPEDES, Augusto. *Bolívia*. Washington, D.C.: Unión Panamericana, 1962, p. 18.

<sup>8</sup> Cf. KLEIN, Herbert. "A Bolívia da Guerra do Pacífico à Guerra do Chaco, 1880-1932". In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. V. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

Nessa época, a Bolívia dava início à sua modernização que pretendia por fim aos resquícios do regime colonial protecionista e instalar um sistema aberto ao mercado internacional. A emergência de uma nova elite mineradora contribuía para isso, através de uma série de reformas das instituições (fiscal, jurídica e fundiária) visando atrair capitais e dinamizar o setor exportador.<sup>9</sup> Essas reformas atraíram a entrada de capital internacional na indústria da mineração, principalmente chileno, o que permitiu uma renovação tecnológica no âmbito de extração e refino, levando a uma ampla exportação de prata. Com efeito, na década de 1870, a Bolívia era um dos mais importantes produtores de prata do mundo, se mantendo como tal até quase o final do século.<sup>10</sup>

Entretanto, o crescimento da produção e das exportações de prata não significou uma maior integração econômica e social no plano interno. Nesse contexto de construção da ideia de nação e grandes anseios pela modernização, perduravam problemas da época colonial, impossibilitando ao novo Estado de levar a cabo a integração de sua população.<sup>11</sup> Em função disso, a Bolívia acabou mantendo a estrutura tradicional em seu território, abrigando, ao mesmo tempo, duas repúblicas, hierarquicamente dispostas, de índios e de europeus, gerando muitos conflitos ao longo do século XIX.<sup>12</sup>

Em meio a isso, o país andino precisou enfrentar a intervenção estrangeira. Os vastos e inexplorados territórios da república despertaram a cobiça dos vizinhos. Desde 1830, Chile, já estabilizado politicamente, com um governo civil e uma poderosa oligarquia, deu início a sua expansão em direção ao norte, no deserto do Atacama, quando descobriram as ricas jazidas de guano. A indiferença boliviana em relação a essas riquezas abriu espaço para a atuação dos chilenos, que, com o auxílio do capital anglo-americano, iniciaram a exploração dos depósitos. Três décadas depois, foram descobertos os, igualmente ricos, campos de nitratos nessa mesma região.<sup>13</sup>

Os grandes depósitos de guano e salitre, no litoral da Bolívia, estimularam, progressivamente, a ocupação dessa região pelas companhias inglesas e chilenas na segunda metade do século XIX. Durante o governo do caudilho Manuel Mariano Melgarejo (1864-1871), o Chile conseguiu o reconhecimento, por parte da Bolívia, do direito de explorar essas

---

<sup>9</sup> Dentre as reformas estão a substituição, em 1852, das Ordenanzas del Perú y México por um Código de Mineração; a supressão do monopólio estatal sobre as pastas e minerais de prata em 1872; e as leis sobre a propriedade agrária entre 1874 e 1880.

<sup>10</sup> MITRE, Antonio. “Estado, Nação e Território na Bolívia Oligárquica, 1850-1914”. In: PAMPLONA, Marco A., e MÄDER, Maria Elisa (org.). *Op. Cit.*, p. 210.

<sup>11</sup> Desafio este que, segundo Antonio Mitre, permanece até nos dias atuais.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 194-195.

<sup>13</sup> KLEIN, Herbert. *Orígenes de la Revolución Nacional Boliviana*. La Paz: Librería e Editorial “Juventud”, 1968, p. 19-20.

riquezas. Em 1879, o governo boliviano estabeleceu um imposto de 10 centavos por quintal de salitre exportado por seus portos, Antofogasta, Cobija, Mejillones. O Chile não concordou com essa medida e ocupou militarmente a região. Iniciada a guerra, que ficou conhecida como Guerra do Pacífico, o Peru se aliou à Bolívia, devido ao Tratado de Aliança Defensiva, assinado em 1873, entretanto, Chile venceu a resistência dos dois países e, em 1884, a Bolívia assinava o Pacto de Trégua.<sup>14</sup>

Terminava a guerra e a fase do caudilhismo militar, surgindo regimes civis, alicerçados em partidos políticos, denominados de conservadores e liberais. Os primeiros permaneceriam no poder até 1899, eles se apoiavam amplamente nas elites mineradoras de prata e latifundiária, localizadas principalmente ao sul do país, em Sucre e Potosí. Na fase da oligarquia conservadora, como ficou conhecido esse período, o latifúndio avançou ainda mais sobre as terras indígenas, que já passavam por pressões internas, em função do aumento demográfico e das novas relações geradas pela inserção das comunidades em uma economia mercantil. As pressões sobre as terras indígenas se intensificaram nos anos de 1870, a partir da criação de novos mercados, os grandes latifundiários foram estimulados a atacar as comunidades indígenas, acusadas de serem anacrônicas e obstáculos à integração social.<sup>15</sup> Depois das tentativas fracassadas, por parte dos indígenas, de reivindicar seus direitos sobre a terra no âmbito jurídico, a contínua expansão dos latifúndios sobre as suas terras gerou levantamentos violentos nas últimas décadas do século XIX, que aterrorizaram as elites bolivianas.<sup>16</sup>

Os últimos governos da fase conservadora tiveram também que enfrentar revoltas do partido liberal, que não conseguia chegar ao poder por meio dos processos eleitorais. O governo conservador de Aniceto Arce (1888-1892) é considerado um dos mais importantes dessa fase. Ele foi capaz de acabar com a insurreição liberal e promover um programa de construção de estradas de ferro, ligando o porto chileno de Antofogasta à cidade de La Paz e estabelecendo o acesso boliviano ao mar. Além disso, criou uma academia militar e a sistemática profissionalização do exército. Aniceto Arce abriu espaço para a representação dos liberais no Congresso, porém impediu seu acesso à presidência.<sup>17</sup> Em 1892, Mariano

---

<sup>14</sup> CÉSPEDES, Augusto. *Op. Cit.* p. 17-18.

<sup>15</sup> KLEIN, Herbert. "A Bolívia da Guerra do Pacífico à Guerra do Chaco, 1880-1932". *Op. cit.*, p., 381-382.

<sup>16</sup> MITRE, António. *Op. Cit.* p., 211-212.

<sup>17</sup> KLEIN, Herbert. *A Concise History of Bolivia*. United Kingdom: Syndicate of the University of Cambridge, 2003, p. 154-155.

Baptista<sup>18</sup>, foi eleito presidente da Bolívia e se empenhou na construção de estradas de ferro. Nesse regime, foi assinado um tratado preliminar de paz, com o Chile.

O sucessor de Mariano Baptista, e último presidente do período da oligarquia conservadora, foi Sergio Fernandez Alonso (1896-1899). A queda dos preços da prata no mercado internacional, em fins do século XIX, fortaleceu os liberais, com o aumento das classes profissionais urbanas em La Paz e com o surgimento de grupos, não ligados às minas de prata, como os novos mineiros do estanho, que acabou levando à derrota da oligarquia tradicional.<sup>19</sup>

O declínio da prata fez com que a tecnologia empregada na extração desse metal fosse transferida para a do estanho e outros metais.<sup>20</sup> Nesse momento, tem início uma demanda mundial de estanho, na utilização de conservas e outros novos produtos industriais que surgiam. A escassez desse metal nas minas europeias abriu espaço para a produção boliviana, que passou a rentabilizar os seus recursos de forma rápida, beneficiada também pela construção de ferrovias nas décadas de 1880 e 1890, e assim foi capaz de responder à demanda internacional. O estanho havia sido um importante subproduto da mineração de prata em outro momento, mas os elevados custos de transporte para a fundição na Europa, principalmente, devido aos quase inexistentes sistemas de comunicação da Bolívia, impossibilitou esse comércio.<sup>21</sup>

Diante disso, ocorreu uma mudança do eixo tradicional de poder, que estava até então, limitado principalmente às regiões de Potosí e Oruro, para à região norte, que foi ganhando mais espaço na arena política. Muitos mineiros da prata não conseguiram mudar para o estanho e o resultado foi a entrada de empresas estrangeiras no mercado e o surgimento de um novo grupo de empresários bolivianos no cenário nacional.

Todas essas transformações permitiram que a popularidade dos liberais fosse cada vez mais crescente, e, concomitantemente, La Paz foi se convertendo no centro da nova indústria

---

<sup>18</sup> Mariano Baptista (1832-1907) pertenceu à geração intelectual de 1880. Essa geração, impactada com a derrota sofrida na Guerra do Pacífico, preocupou-se em analisar o passado boliviano para compreender as causas da catástrofe. A partir desse grupo de intelectuais, formado por nomes como Gabriel René Moreno (1836-1908), Modesto Omiste (1840-1898), Nataniel Aguirre (1843-1888) e Santiago Vaca Guzmán (1847-1896), entre outros, o passado incaico-aymara foi valorizado. Essa valorização estava relacionada com a ideia de que o índio, em decorrência da marcha inexorável da modernização e do progresso, estaria destinado a desaparecer. Tendo isso em vista, caberia aos intelectuais preservarem sua memória, medir seus crânios, compor gramáticas e dicionários e acumular conhecimento em entidades destinadas a esse fim, surgiram, a partir disso, a Sociedad Aymarista (1880) e a Academia Aymara (1901). MITRE, António. *Op. Cit.*, p. 221.

<sup>19</sup> KLEIN, Herbert. *A Concise History of Bolivia*. *Op. cit.*, p. 155.

<sup>20</sup> A extração do estanho ocorria nas mesmas áreas de mineração da prata, muitas vezes nas mesmas minas, o que permitiu pouco deslocamento e relativamente uma fácil transição de uma economia baseada na exploração da prata para outra de estanho.

<sup>21</sup> KLEIN, Herbert. *A Concise History of Bolivia*. *Op. cit.*, p. 155-156.

de mineração do estanho, passando a exercer uma posição dominante na vida econômica e social boliviana. Esse processo de mudanças e rupturas levou à guerra civil em 1899, cujo estopim foi acionado quando os deputados de Chuquisaca apresentaram a Lei de radicatória, reivindicando a instalação permanente do Poder Executivo em Sucre.<sup>22</sup> Tal fato fez com que a delegação de La Paz, até esse momento, sede efetiva do governo, se retirasse e tivesse início a Revolução Federal, liderada por José Manuel Pando (1848-1917), chefe do partido liberal.<sup>23</sup>

Os liberais levantaram a bandeira do federalismo defendendo a transformação da Bolívia em um estado federal, no entanto, após assumirem o poder, eles esqueceram as pretensões de federalização do país e seu regime foi se centralizando, cada vez mais, em La Paz. Nessa guerra, foram mobilizados os indígenas do Altiplano, que lutaram ao lado dos insurgentes liberais, sob o comando do líder indígena aymara, Pablo Zárate Willka.<sup>24</sup> Estes aproveitaram a luta, que ganhou enormes proporções, para trazer suas demandas próprias, sobretudo no que referia à questão da devolução de suas terras e de seus direitos políticos, ocorrendo massacres que deixaram a elite aterrorizada. Embora o apoio indígena na guerra tenha sido fundamental, quando os liberais chegaram ao poder, não levaram em conta as reclamações desses povos, e se aliaram aos conservadores, para reprimir as rebeliões indígenas, que ambos os grupos consideravam uma ameaça.<sup>25</sup> Em 1903, Wilka acabou sendo fuzilado.

Na prática, o regime liberal que se iniciava manteria semelhanças em muitos aspectos com o regime anterior. Os dois grupos preocuparam-se em apoiar a indústria de mineração e o desenvolvimento e modernização dos centros urbanos, além de se empenharem na destruição das comunidades indígenas e na expansão do latifúndio sobre suas terras.

O primeiro presidente a assumir sob a bandeira dos liberais, foi o general José Manuel Pando (1849-1917). Durante seu governo, em 1900, acirraram-se os conflitos pela posse do território do Acre, que levaria, dois anos depois, a um novo desmembramento da Bolívia. A ânsia dos liberais em completar a rede ferroviária e modernizar as cidades, fez com que voluntariamente, os territórios nacionais fossem sendo abandonados, as implicações disso

---

<sup>22</sup> Antes havia sido itinerante.

<sup>23</sup> MITRE, António. *Op. Cit.*, p. 216.

<sup>24</sup> Sobre Zárate Wilka e o levante indígena na Bolívia no final do século XIX Cf. ONDARCO MORALES, Ramiro. *Zárate, el Temible Willka: História de la Rebelión Indígena de 1899 en la República de Bolivia*. La Paz: Imprenta Renovación, 1965. E Cf. MENDIETA, Pilar. *Entre la alianza y la confrontación. Pablo Zárate Willka y la rebelión indígena de 1899 en Bolivia*. La Paz: IFEA, Plural editores, ASDI, IEB, 2010.

<sup>25</sup> MITRE, António. *O Dilema do Centauro: Ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 127.



para a Bolívia foram desastrosas, levando a novas perdas de territórios e ficando ainda mais endividada.<sup>26</sup>

A região do Acre<sup>27</sup>, no final do Oitocentos, foi sendo progressivamente ocupada por brasileiros que deram início a exploração das seringueiras, na época, só existente nessa parte da floresta amazônica. Quando o último regime conservador foi capaz de estabelecer uma alfândega no rio Acre, em Puerto Alonso, para recolher as receitas fiscais sobre a borracha, que eram enviadas para o Brasil, os seringueiros locais se revoltaram.<sup>28</sup> Diante disso, a Bolívia mobilizou pequenos contingentes do altiplano, para essa área, o que significava recorrer rios e florestas durante três meses. O conflito se prolongou por três anos, até que o governo brasileiro ameaçou intervir diretamente.<sup>29</sup>

Em 1903, a Bolívia assinava o Tratado de Petrópolis, cedendo o Acre para o Brasil em troca de 2 milhões de libras esterlinas. O Brasil se comprometia a construir a ferrovia Madeira-Mamoré,<sup>30</sup> mas esse empreendimento nunca foi concretizado. Além disso, coube a Bolívia um trecho de 2.296 quilômetros quadrados, entre os rios Abunã e Madeira, para que esse país pudesse ter acesso ao oceano Atlântico através da navegação do rio Amazonas e seus afluentes. Foram transferidos ainda 723 quilômetros quadrados, na margem do rio Paraguai, para a Bolívia, permitindo também o seu acesso ao oceânico Atlântico por essa via fluvial. E, por fim, foram feitos ajustes de fronteira, de modo que foram transferidas para a Bolívia pequenas parcelas de terras brasileiras.<sup>31</sup> Cabe ressaltar que, novamente, a desproporção do território boliviano em relação a sua população levaria à amputação de seu território. Conforme os dados de Baptista Gumucio, nesse conflito, a Bolívia mobilizou um total de 2 mil homens, ao passo que o Brasil, mobilizou 4 mil homens, sob a liderança do seringueiro Plácido Castro (1873-1908).<sup>32</sup>

---

<sup>26</sup> KLEIN, Herbert. *A Concise History of Bolivia. Op. Cit.*, p. 160-161.

<sup>27</sup> O território do Acre ficou definido como boliviano através da assinatura do Tratado de Limites, em 1867, estabelecido entre o Império do Brasil e a Bolívia, por ocasião da Guerra do Paraguai, para garantir a neutralidade do país andino nesse conflito. Apesar disso, no final do século XIX a fronteira entre o Brasil e a Bolívia não estava definida por marcos físicos. Cf. DORATIOTO, Francisco. “O Brasil no mundo/idealismos, novos paradigmas e voluntarismo”. In: SCHWARCZ, Lilia (org.). *História do Brasil Nação: 1880-2010. A abertura para o mundo (1889-1930)*. Vol.3. Madri, Rio de Janeiro: Fundación MAPFRE e Editora Objetiva, 2012.

<sup>28</sup> KLEIN, Herbert. *A Concise History of Bolivia. Op. Cit.*, p. 161.

<sup>29</sup> Os revoltosos já vinham recebendo apoio secreto do Brasil.

<sup>30</sup> A esse respeito Cf. HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. Companhia das Letras, São Paulo, 1988.

<sup>31</sup> DORATIOTO, Francisco. *Op. Cit.*, p. 152.

<sup>32</sup> BAUTISTA GUMUCIO, Mariano. *Breve historia contemporánea de Bolivia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 20.

É importante, paralelo ao contexto boliviano, observarmos a trajetória de Alcides Arguedas, que no início do século XX, em um momento de modernização, revoltas indígenas e oficialização do desmembramento do país andino, emerge na arena pública da Bolívia, ocupando lugar de destaque até a sua morte. Foi em 1903 também que Arguedas concluiu o curso de Direito, na Universidade de San Andrés, e trasladou-se para Europa em uma longa viagem em companhia de Bautista Saavedra (1869-1939), futuro presidente da Bolívia. Nessa viagem, Arguedas visitou a França, a Suíça e a Espanha, e começou a escrever seu diário, prática que o acompanhará por toda a vida. No Velho Mundo, entrou em contato com as ideias de Hippolyte Taine, Gustave Le Bon e os regeneracionistas espanhóis, que serão fundamentais para a construção de sua análise sobre a Bolívia.

Ismael Montes (1861-1933)<sup>33</sup> sucedeu a Manuel Pando, em 1904, e logo no início de seu governo, buscou resolver uma questão de longa data. Ele oficializou com o Chile o tratado de paz, cedendo todo o litoral boliviano ao vizinho e desistindo das exigências de um porto no Pacífico. O Chile, em troca, concordou em construir a ferrovia Arica-La Paz, e a indenizar formalmente o país andino em 300 mil libras esterlinas, além de garantir empréstimos para a construção de ferrovias internas. Esses acordos permitiram que os liberais pudessem governar em um cenário de relativa paz internacional e assegurar apoio financeiro para a construção de estradas de ferro no território nacional.

O primeiro mandato de Ismael Montes ocorreu em uma conjuntura bastante favorável, tendo em vista o grande aumento da exportação de estanho. Os fundos gerados a partir dessa economia, possibilitaram a expansão da burocracia do Estado e o investimento em obras públicas. Foi nesse momento que se expandiram as redes ferroviárias, os projetos de saneamento e iluminação, com uma economia dinâmica até o início da Primeira Guerra Mundial, quando a crise do comércio internacional afetou a produção de estanho.

Em 1905, Alcides Arguedas retornou à Bolívia, onde fundou um movimento que reuniu escritores da nova geração, denominado de “Palabras libres”. No ano seguinte, ele foi desterrado na Europa em função de suas críticas jornalísticas ao governo. Durante o desterro, publicou em 1909, em Barcelona, o conhecido ensaio *Pueblo enfermo: contribución a la psicología de los pueblos hispano-americanos*, que lhe consagrou nas letras hispano-americanas. Nesse mesmo ano, Arguedas retornou ao seu país.

Em 1910, Arguedas casou-se com Laura Tapia Carrio, e passou a ocupar o cargo de Segundo Secretário da Legación da Bolívia, em Paris, sob a direção do ex-presidente, Ismael

---

<sup>33</sup> Ismael Montes foi presidente da Bolívia por duas vezes, no período de 1904 a 1909, e 1914 a 1917.

Montes. A partir disso, começou um longo período de viagens entre Europa e Bolívia que duraram três décadas. Durante sua estadia na França, Arguedas fez amizade com escritores proeminentes como Rubén Darío, Francisco García Calderón e Gabriela Mistral. Em 1913, ele foi enviado como diplomata a Londres, e no ano seguinte, retorna à Bolívia, passando a contribuir para jornais como *El diario*.

Em 1914, teve início o segundo mandato de Ismael Montes, esse regime agora passou por muitas atribulações, enfrentando pressões de muitos lados, além de uma crise agrícola devido às condições meteorológicas. Os conflitos políticos que surgiram levaram, posteriormente, a uma fragmentação do Partido Liberal, que daria origem ao Partido Republicano.<sup>34</sup>

Em 1916, Arguedas foi eleito deputado pelo Partido Liberal. Em 1918, ele representou a Bolívia na assinatura do Tratado de Versalhes, após a Primeira Guerra Mundial, e na criação da Liga das Nações. No ano seguinte, Arguedas foi destituído do Congresso, devido aos conflitos envolvendo os liberais e os republicanos. Em 1920, o poder passava para as mãos do Partido Republicano, nesse momento, se formou uma Junta de Governo, que convocou eleições e reuniu uma Convenção Nacional.

Bautista Saavedra, ao contrario do esperado, foi eleito presidente, uma vez que Daniel Salamanca (1868-1935) havia sido o maior representante do republicanismo. Em função disso, Salamanca deu início a uma forte oposição ao governo de Saavedra, o que gerou grande violência. Diferentemente do que ocorria antes, Saavedra, além de se valer dos meios policiais para sufocar as manifestações, incorporou um elemento novo nessas contendas, os mestiços, chamados de *cholos*, desagradando as elites da terra e os burocratas tradicionais.<sup>35</sup>

Nesse contexto, a mineração de estanho se consolida internamente e se internacionaliza. No final dos anos de 1920, a Bolívia exportou 32.600 toneladas de estanho. O desenvolvimento dessa produção acarretou mudanças significativas no país andino que passou a contar com mais ferrovias, as cidades ganharam eletricidade, os primeiros projetos de água potável e encanada. Além da expansão de telégrafos na parte oriental da república, em 1925, foi fundado, por iniciativa de alemães, o Lloyd Aéreo Boliviano, empresa pioneira no continente latino-americano.<sup>36</sup>

As demandas crescentes dos exportadores privados, aliadas aos gastos públicos, levou o governo de Saavedra a contrair um grande empréstimo com a casa norte-americana Stifl-

---

<sup>34</sup> KLEIN, Herbert. *A Concise History of Bolivia*. Op. Cit., p. 162.

<sup>35</sup> BAUTISTA GUMUCIO, Mariano. Op. Cit., p. 27-28.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 22.

Nicolaus, em condições desvantajosas para a Bolívia. Foi nesse regime que os Estados Unidos substituíram a influência inglesa no país andino. Pouco antes, Gutiérrez Guerra (1869-1929), quando presidente, já havia feito concessões petroleiras a uma companhia de Nova York, além de outros empresários norte-americanos. No entanto, essas concessões foram apenas intermediárias da Standard Oil, de Nova Jersey, corporação que realmente adquiriu os direitos de exploração do petróleo. Essa empresa ganhou a exclusividade na extração de petróleo sobre três milhões de hectares em troca de uma pequena participação impositiva da receita.<sup>37</sup>

Nas três primeiras décadas do século XX, a produção de estanho foi extraordinária, Simón Patiño (1860-1947), oriundo de Cochabamba, se converteu no maior empresário de estanho do mundo. Após descobrir um grande veio na mina La Salvadora, em 1900, comprar dos ingleses, a mina de Uncía, em 1910, e, posteriormente, dos chilenos, a mina Llallagua, em 1924, Patiño chegou a controlar 50 % da produção de estanho nacional. Além de ser dono da maior fundidora de estanho do mundo, ele também passou a controlar a produção de estanho na Malásia. A *Patiño Mines* se tornaria a única transnacional sul-americana da época. Simón Patiño se tornou o homem mais rico e influente da Bolívia, intervindo diretamente na política nacional e disposto a derrubar governos que discutissem sua hegemonia.<sup>38</sup>

Arguedas, em 1922, após a nomeação como cônsul geral, em Paris, retornou à Europa. No ano seguinte, com o apoio econômico de Simón Patiño, Arguedas dá sequência a sua produção de livros de história sobre a Bolívia, da qual o projeto original contaria de oito tomos, sendo cinco escritos por ele.<sup>39</sup>

Depois de um período conturbado de eleições, Hernando Siles (1882-1942) saiu vitorioso, ele havia sido ministro de Bautista Saavedra, mas por divergências internas, fora exiliado no Peru. Nessa nova conjuntura, Siles surge para dar continuidade ao governo de Saavedra, para isso, teve que assinar uma carta se comprometendo a governar sob as ordens de Saavedra, chefe do partido liberal. No entanto, uma vez no poder, ignorou as condições firmadas anteriormente e buscou suplantar a velha oligarquia pela juventude intelectual.<sup>40</sup>

Em seu governo, Siles procurou substituir a influência do saavedrismo e dos partidos tradicionais, abrindo espaço para que jovens intelectuais emergissem na esfera pública. Diante disso, Enrique Baldivieso (1902-1957), Augusto Céspedes (1904-1997) e Humberto Palza (1900-1975), redigiram um programa para o novo partido, refutando o individualismo e demonstrando uma aproximação tímida do socialismo. Cabe lembrar que isso guarda relação

---

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 28-29.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 29-30.

<sup>39</sup> Desse projeto só se completaram os cinco tomos escritos por Arguedas.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 32.

com o fato de que a Revolução Russa (1917), os efeitos da Revolução Mexicana (1910), a insurgência reformista da Universidade de Córdoba (1918), e os escritos de Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui, começaram a ressoar seus ecos no altiplano.<sup>41</sup>

Dentre as realizações de Siles estão o empréstimo contraído com a Dillon Reed dos Estados Unidos, destinado à construção das ferrovias La Paz-Beni e Cochabamba-Santa Cruz, que nunca foi consumada. Siles procurou reformar o sistema bancário boliviano, criando o Banco Central. Os correios e os telégrafos foram entregues à companhia norte-americana Marconi e a arrecadação de impostos passou para as mãos da Compañía Recaudadora Nacional.<sup>42</sup>

Aos poucos, as classes trabalhadoras foram se distanciando do governo de Siles, que teve suas manifestações reprimidas com violência. Em 1929, as tropas do governo dispararam fuzis em Potosí para conter uma manifestação operária. Foi durante esse regime também que as relações entre a Bolívia e o Paraguai se tornaram complexas sobre a questão do Chaco. O Chaco era um extenso território despovoado na região sudeste da Bolívia, nos mapas, produzidos na época colonial, configuravam como terras pertencentes à Audiência de Charcas, no entanto, o Paraguai reivindicava como sendo suas.

Antes disso, durante o governo de Saavedra havia ocorrido incidentes entre soldados bolivianos e paraguaios. Contudo, o incidente mais grave ocorreu no governo de Siles, em 1928, quando o Paraguai atacou o forte Vanguardia. A Bolívia denunciou a agressão à Comisión de Conciliación y Arbitraje de la Unión Panamericana pedindo a sua intervenção para garantir a paz. Nessa ocasião um conflito bélico foi evitado.<sup>43</sup>

A crise de 1929 atingiu gravemente a economia boliviana. Os gastos públicos, cheio de irregularidades, juntamente com o pagamento da dívida externa, consumiam quase toda a receita do Estado, não sobrando muito para ser investido em obras públicas, saúde e educação. As pressões sobre o governo de Siles vieram de todos os lados. A juventude que em um primeiro momento havia se aproximado dele, foi um dos principais responsáveis pela sua queda.<sup>44</sup>

No final dos anos de 1920, Arguedas atuava como ministro plenipotenciário na Colômbia, mas devido às suas críticas ao governo Siles, foi destituído de seu cargo em 1930. Contudo, pouco tempo depois, o escritor boliviano foi nomeado cônsul geral em Paris, pela

---

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 32-33.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 34-35.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 39-40.

Junta Militar que governaria a Bolívia após a queda de Siles, sob o comando de Blanco Galindo (1882-1943).

Em 1931, Daniel Salamanca assumiu a presidência da Bolívia, junto com ele a oligarquia e o capital internacional voltavam à administração do país. Seu governo se caracterizou por uma forte oposição aos operários, reprimindo violentamente as greves. Salamanca enfrentou grande inflação, cuja elevação do custo de vida gerou descontentamento dos trabalhadores e resistência dos estudantes. As condições em que a Bolívia se encontrava, naquele momento, com um exército pequeno e despreparado, sem armamentos, roupas, comida, água, e desconhecimento da região do Chaco, tudo isso indicava a impossibilidade do país andino envolver-se em uma guerra. Apesar disso, em 1932, teve início a Guerra do Chaco, que ao cabo de três anos, resultaria em uma grande tragédia, na qual a Bolívia saía derrotada e 50 mil jovens, de ambos os lados, perdiam a vida.

Alcides Arguedas foi um dos grandes críticos dessa guerra, o que fez com que fosse novamente destituído de seu cargo. Em 1934, ele publicou parte do seu diário em dois tomos, intitulado de *La danza de las sombras*. Problemas econômicos lhe obrigaram a vender sua casa em Couilly-Pont-aux-Dames, em Paris, e regressar à Bolívia. No ano seguinte, Arguedas recebeu um importante prêmio internacional, na Itália, pelo livro *La danza de las sombras*. O prêmio “Roma” era concedido ao melhor livro do ano de cada país da América do Sul.

Na Bolívia, Arguedas continuou com suas críticas à Guerra do Chaco, que podem ser vistas na ampliação de seu *Pueblo enfermo*. Também começa a participar mais diretamente da política nacional, ocupando cargos eletivos. Em 1938, ocorreu um episódio constrangedor, quando Arguedas foi chamado ao palácio do governo e esbofeteado pelo então presidente, Germán Busch Becerra (1937-1939), devido à carta crítica que o escritor boliviano escrevera a respeito de Busch Becerra. Nesse mesmo ano, Arguedas assumiu a liderança do Partido Liberal e, em 1940, foi eleito senador por La Paz. Logo, ele foi nomeado ministro da Agricultura, por Enríque Peñaranda (1940-1943), e, em 1941, tornou-se ministro plenipotenciário na Venezuela, permanecendo por dois anos, até a queda do governo de Peñaranda, quando deixou seu posto.

Em 1944, por questões de saúde, Arguedas vai para Buenos Aires a fim de se recuperar, permanecendo até o ano seguinte. Em 1946, já muito doente, ele falece, em La Paz, no dia 6 de maio, aos 67 anos.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> Todas as informações referentes à vida de Alcides Arguedas foram encontradas em José Edmundo Paz Soldán, que escreveu o prólogo, a cronologia e a bibliografia do escritor boliviano na obra *Raza de Bronce*, editada pela Biblioteca Ayacucho em 2006. Cf. ARGUEDAS, Alcides. *Raza de Bronce*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2006.

## 4.2. *Pueblo enfermo* e sua recepção nos meios intelectuais

A obra *Pueblo enfermo*<sup>46</sup> foi publicada, pela primeira vez, em Barcelona, em 1909, quando Arguedas encontrava-se desterrado, devido às críticas feitas ao governo de Ismael Montes. Ramiro de Maeztú, proeminente escritor pertencente à geração de 1898, conforme foi visto no primeiro capítulo, prologou essa obra, destacando a habilidade do boliviano, de ter se dado a hercúlea tarefa de afastar-se de seu país para analisá-lo do lado de fora. De acordo com Maeztú, cerca de dez anos antes, ele próprio e um grupo de quinze ou vinte intelectuais espanhóis, haviam feito pela Espanha, o que, Alcides Arguedas fazia sozinho, naquele momento, pela Bolívia. Ainda acrescenta que esse autor foi além, uma vez que realizou uma análise mais sistemática e mais científica que os espanhóis.<sup>47</sup>

Na ocasião da primeira publicação de *Pueblo Enfermo*, José Enrique Rodó também se manifestou sobre a obra, em carta confidencial escrevia à Arguedas que

Los males que usted señala con tan valiente sinceridad y tan firme razonamiento, no son exclusivos de Bolivia; son, en su mayor parte, y en más o menos grado, males hispanoamericanos: y hemos de considerarlos como transitorios y luchar contra ellos animados por la esperanza y la fe en el porvenir. Usted titula su libro: Pueblo enfermo. Yo lo titularía: Pueblo niño. Es concepto más amplio y justo quizás, y no excluye, sino que, en cierto modo, incluye al otro; porque la primera infancia tiene enfermedades propias y peculiares, cuyo más eficaz, remedio radica en la propia fuerza de la vida, nueva y pujante, para saltar sobre los obstáculos que se le oponen.<sup>48</sup>

Na advertência à terceira edição da obra, publicada no Chile, pela editora Ercilla, em 1936, Arguedas afirmava que desde a primeira edição até aquele momento, de todas as críticas feitas a sua obra, essa de Rodó, foi a que lhe causara mais comoção. De acordo com o escritor boliviano, aceitando as considerações de Rodó, os povos hispano-americanos não poderiam oferecer as mesmas características dos povos do Ocidente europeu, por possuírem uma formação recente.

Além disso, compartilhando das concepções de Miguel de Unamundo, Arguedas considerava que os primitivos elementos étnicos da América Latina, não estavam aptos e adaptáveis às novas condições de cultura e civilização que era exigida.<sup>49</sup>

<sup>46</sup> A edição de *Pueblo enfermo* que trabalhamos nessa tese é a terceira, publicada em 1936, no Chile.

<sup>47</sup> MAEZTÚ, Ramiro *apud* ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo*. La Paz: Gisbert & cia. S. A., 1979, p. 16.

<sup>48</sup> Sublinhado meu. RODÓ, José Enrique *apud* ARGUEDAS, Alcides. *Op. Cit.*, p. 9.

<sup>49</sup> *Ibidem*.

Dessa forma, Arguedas atribuía à adoção de princípios ideais incompatíveis com a realidade latino-americana, a responsabilidade pela inquieta vida institucional do continente, no momento da constituição das nacionalidades. Em sua concepção, os ideais foram adotados, mas não foram efetivamente sentidos, tendo em vista que: “un ideal cuyas raíces no han arraigado hondo en la conciencia, no tiende a ser realizado simplemente, porque no constituye necesidad del espíritu...”.<sup>50</sup>

Alcides Arguedas, concluía a advertência assinalando que as sugestões de Rodó produziram seus efeitos, que poderiam ser observadas nas emendas e acréscimos que o autor fazia na obra.<sup>51</sup> Tais alterações, segundo ele, eram fruto de uma maturidade sobrevinda com o tempo, cujas viagens internacionais, os estudos e observações, teriam ampliado consideravelmente as perspectivas e horizontes, conferindo-lhe também, o direito e a autoridade para falar, com convicção, das questões de sua pátria, de seus homens e de suas instituições.<sup>52</sup>

O pessimismo que percorre toda a obra de Arguedas está relacionado com o contexto boliviano, que já vimos, e também com as ideias positivistas e evolucionistas da época. As observações ou, segundo Arguedas, comprovações, da idiosincrasia territorial boliviana, as características psicológicas e as questões sociais e políticas conformavam o amálgama que originavam os problemas da república. Com efeito, o historiador uruguaio Alberto Zum Felde, ao analisar o ensaísmo produzido na América Latina em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, afirma que *Pueblo enfermo* é uma das obras mais “ferozes” escritas no período. Dadas as difíceis condições do país, as acusações de Arguedas, embora não fossem descabidas, a tendência acusatória chegava a um ponto de exagerar desfavoravelmente a realidade histórica boliviana. De acordo com Zum Felde isso era resultado de um estado pessimista, característico da intelectualidade latino-americana do período.<sup>53</sup>

A fé ilimitada na Europa, entendida como a expressão máxima do progresso e da civilização, atitude típica dos positivistas latino-americanos, também ressoou com força na Bolívia. A intelectualidade do país andino, como grande parte das outras repúblicas, se

---

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 9-10.

<sup>51</sup> Da primeira edição até a terceira, encontramos acréscimos consideráveis, sobretudo, no que diz respeito à Guerra do Chaco. Contudo, nos capítulos que falam sobre a psicologia das raças não há substanciais mudanças ou a revisão de ideias, ao contrário, a intransigência com que lida com o mestiço aumenta, ao utilizar trechos de *Mein Kampf* (1925), de Adolf Hitler, para corroborar seus argumentos anteriores. Veremos isso mais adiante.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>53</sup> ZUM FELDE, Alberto. *Índice crítico de la literatura hispanoamericana: los ensayistas*. México: Editorial Guaranía, 1954, p. 348.



envergonhava da sua história, dos violentos conflitos internos que levaram muitas vezes os caudilhos ao poder, e no caso da Bolívia, também, os conflitos fronteiriços. Nesse cenário, a Europa logo seria convertida no ideal de equilíbrio político e ordem social.<sup>54</sup> Pensadores como Le Bon e Taine serão citados com frequência na obra de Arguedas, além de observarmos a influência de outros pensadores, que, ainda que não sejam citados, é notável a influência, como Arthur de Gobineau e suas caracterizações acerca da masculinidade das raças conquistadoras e à feminilidade das raças conquistadas, bem como a degeneração que a mistura das raças provocaria; o determinismo, de Herbert Spencer; a sociologia, de Ludwig Gumplowicz.

Escritores hispano-americanos também inspiraram o boliviano, em sua retórica médica, que se tornou uma linguagem comum da época. É visível a influência dos argentinos Agustín Alvarez, com seu *Manual de Patología política* (1899), Carlos Octavio Bunge, com seu *Nuestra América: ensayo de psicología social* (1903), Manuel Ugarte com seu *Enfermedades sociales* (1906). Autores que, como Arguedas, se nutriram da geração de 1837,<sup>55</sup> na Argentina, que remeteram ao fatalismo do hibridismo do continente, como Domingo Faustino Sarmiento, e questionaram as tendências psicológicas dos mestiços, como Juan Bautista Alberdi.<sup>56</sup>

O darwinismo social, embora tenha sido uma linguagem corrente na época em todos os países latino-americanos, na Bolívia, principalmente na fase oligárquica, seu impacto foi diferenciado. Isso, segundo Antonio Mitre está relacionado à estrutura social e ao processo político do país andino. No momento da construção da identidade nacional boliviana no século XIX, as elites *criollas*, se sentindo sufocadas pelo mar de indígenas que a cercavam, não integrou o índio à república, mantendo a estrutura dicotômica da sociedade tradicional.<sup>57</sup>

Dessa forma, se por um lado, o discurso darwinista em países que recebiam um intenso afluxo de imigrantes europeus, como a Argentina, por exemplo, operou em um sentido de aglutinar e reforçar a identidade nacional; por outro, em países de maioria

<sup>54</sup> Para Guillermo Francovich essa visão a respeito do Velho Mundo apenas será alterada após a Primeira Guerra Mundial. A partir disso, a Europa se revela tão insensata politicamente como os países da América Latina. FRANCOVICH, Guillermo. *El pensamiento boliviano en el siglo XX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956, p. 20-21.

<sup>55</sup> A geração de 1837, na Argentina, tinha em vista um projeto de transformação cultural, que pudesse levar a cabo a construção de uma identidade nacional. Por ocasião da inauguração do *Salón literario*, a intelectualidade de Buenos Aires passou a se reunir nesse espaço. Intelectuais como Esteban Echeverría, Juan Bautista Alberdi, Domingo Faustino Sarmiento, Juan María Gutiérrez e Vicente Fidel López, debatiam temas filosóficos, políticos e sociais, baseados nas obras europeias. Essa geração se caracteriza pela forte oposição ao governo Rosas.

<sup>56</sup> GOMES, Miguel. “El ensayo enfermo: Alcides Arguedas y la raciología”. In: WEINBERG, Liliana (coord.). *Estrategias del pensar: ensayo y prosa de ideas en América Latina Siglo XX*. Vol. I. México: UNAM/CIALC, 2010, p. 98.

<sup>57</sup> MITRE, Antónío. “Estado, Nação e Território na Bolívia Oligárquica, 1850-1914”. *Op. Cit.*, p. 213-214.

indígena, como era o caso da Bolívia, o darwinismo social atuou de modo contrário, servindo para legitimar a exclusão do indígena da identidade nacional. Não demorou muito e as elites passaram a fazer um uso instrumental das doutrinas evolucionistas europeias para justificar a submissão dos indígenas e a posse de suas terras.<sup>58</sup>

É nesse contexto que surge *Pueblo enfermo*, obra na qual Alcides Arguedas atua, na concepção de Guillermo Francovich, mais como um dos “profetas bíblicos, que fustigaban su época y anunciaban catástrofes a su Pueblo”, do que como “los investigadores eruditos y ecuánimes que tratan de reconstruir pacientemente los hechos del pasado”.<sup>59</sup> Consequentemente, a partir de sua análise acerca da história da Bolívia, Arguedas percebe a realização da profecia de Simon Bolívar, que desenganado de sua obra, arrependido por lutar pela libertação de “povos primitivos” e “incapazes de governarem-se bem”, escreveria, pouco antes de sua morte, em 1830

La América es ingobernable; los que han servido a la revolución han arado en el mar. La única cosa que se puede hacer en América es emigrar. Estos países caerán infaliblemente en manos de la multitud desenfrenada para después pasar a las de tiranuelos imperceptibles, de todos colores y razas devorados por todos los crímenes y extinguidos por la ferocidad. Si fuera posible que una parte del mundo volviera al caos primitivo, este sería el último periodo de la América.<sup>60</sup>

Assim, ao parecer de Alcides Arguedas, a profecia de Bolívar fora cumprida, os países hispano-americanos, após a independência, emergiram em um estado caótico, sendo governado por “multidões bárbaras” de tiranos violentos. E, passado um século, as perspectivas do continente não mudaram, conforme anunciava Arguedas, ao salientar as considerações do francês Renér Richard, um especialista em assuntos políticos latino-americanos. Esse francês, ao discorrer sobre o presente dessa região, na *Revue de l'Amérique Latine*, publicada em 1930, afirmava que todos os países andavam revoltados, e não havia nenhum que não tivesse passado por uma revolução. A estabilidade política não estaria assegurada, e nenhuma das repúblicas poderia ostentar riqueza e prosperidade.<sup>61</sup>

A obra *Pueblo enfermo* se converterá em uma das críticas mais ácidas e, segundo Guillermo Francovich, mais “impiedosas” da vida boliviana. Por essa razão, apesar da ressonância extracontinental da obra e dos elogios de escritores prestigiados da época, em seu

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 214-215.

<sup>59</sup> FRANCOVICH, Guillermo. *Op. Cit.*, p. 43.

<sup>60</sup> BOLIVAR, Simon *apud* ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo. Op. Cit.*, p. 266.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 267.

país, Alcides Arguedas seria relegado ao ostracismo. Esse autor pretendia, por meio de sua obra, levar à Bolívia a um exame de autoconsciência. Com esse intuito, ele culpava o atraso do país andino e seus infortúnios, como decorrentes de sua própria insuficiência e seus próprios defeitos. Tal forma de tratar os problemas da Bolívia contrariava as suposições de muitos políticos da época, que atribuíam a situação boliviana às causas externas.

### **4.3. O determinismo geográfico na obra de Alcides Arguedas**

A obra *Pueblo enfermo* está dividida em treze capítulos, nos quais Alcides Arguedas aborda temas variados, como a geografia, a sociologia, a psicologia, a história, entre outros, procurando, a partir desses assuntos, explicar os problemas de seu país. Não obstante a diversidade de aspectos tratados pelo autor para construir suas proposições, são fundamentalmente dois, que ele destaca como causas principais do atraso boliviano: a geografia e a psicologia das “raças”. Analisaremos a seguir esses dois fatores que, na concepção de Arguedas, confluem para gerar a “enfermidade” da Bolívia e, por conseguinte, à fragmentação de seu território.

A geografia é um dos aspectos mais importantes nos escritos de Arguedas ao construir seu diagnóstico a respeito da Bolívia. Para ele, os fatores geográficos eram decisivos para o desenvolvimento de um país, pensando nisso, no primeiro capítulo, o autor deu início a uma análise ampla do território boliviano.

A Bolívia estaria dividida em três regiões específicas: região interandina, região amazônica e região da Prata. Através de um estudo exaustivo dessas regiões, Arguedas explicava as características de cada uma delas, apresentando dados de altitude e superfície, destacando os pontos mais altos do país. Além disso, o autor descrevia a natureza, os climas, as temperaturas, a fauna, a flora, as formações rochosas, os metais existentes, a distribuição étnica e a produção agrícola.

A primeira região analisada, a *interandina*, se caracterizaria por ser uma região pobre em vegetação, em decorrência do clima “inclemente”, porém, muito rica em metais. Arguedas destaca relatos da época da colonização, como o do padre espanhol Álvaro Alonso Barba (1569-1662), que no século XVII, na obra *Arte de los metales* (1640), já sublinhava a riqueza e a diversidade de metais dessa região: “casi no hay variedad conocida en el mundo que no

se encuentre en aquella zona: cobre, oro, plata, estaño, plomo, cobalto, bismuto, alumínio...”.<sup>62</sup>

A segunda região descrita é a amazônica, considerada pelo autor a mais importante. Esta se dividia em duas áreas: montanhosa e planícies (llanos). A montanhosa seria rica em todos os gêneros de produtos, além de possuir uma exuberância comparada a da Suíça, embora, ressaltava Arguedas, a Bolívia levasse vantagem sobre o país europeu nesse sentido. Já a área de planícies se destacaria pelo seu sistema fluvial, com capacidade, segundo o autor, até para os maiores transatlânticos, não obstante em alguns pontos houvesse quedas que comprometiam a navegação.

Por fim, a região da Prata, composta por vastas planícies, todas ricas em metais e cobertas de vegetação, pareciam confirmar a descrição de que a “Bolívia inteira não passaria de uma imensa mina inexplorada, virgem”.<sup>63</sup> Apesar de toda essa diversidade de regiões e recursos naturais, a enorme extensão do país resultava em um obstáculo para seu desenvolvimento. Os quase inexistentes canais de comunicação, e, os poucos que havia, extremamente precários, comprometiam as relações internas da república.

Arguedas apresenta um quadro mostrando as colossais distâncias que separavam uma capital da outra<sup>64</sup> e as dificuldades de deslocamento dentro da República, que carecia de ferrovias e estradas para comunicar suas regiões. As poucas ferrovias existentes serviam exclusivamente, aos centros mineradores. O transporte de alimentos e pessoas ficava a cargo de animais, o que resultava demasiado longo e custoso.

Ao tratar da distribuição étnica nas três regiões descritas, Arguedas destacou a existência de variados grupos indígenas. Na parte andina se encontrariam as “raças” que conformaram o Império inca (quéchuas e aymaras), já na floresta amazônica estariam as “raças” mais primitivas e sem contato com a civilização. Essa diversidade de indígenas, em um território cheio de contrastes, tornava, segundo Arguedas, qualquer empreendimento uma verdadeira façanha podendo ser levado a cabo apenas com grandes investimentos, o que, para a Bolívia, tornava-se impossível.<sup>65</sup>

O escritor de *Pueblo enfermo* considerava que o desenvolvimento de um país estava estritamente relacionado com a confluência de determinados fatores de ordem econômica,

---

<sup>62</sup> BARBA, *apud* ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo*. *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>64</sup> No quadro apresentado, aparecem as distâncias em quilômetros de todas as capitais de todos os departamentos da Bolívia. Observamos que a menor distância era entre Potosí e Sucre, 160 quilômetros, e a maior era entre Tarija e Trinidad, 2.231 quilômetros.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 31.

social, política e geográfica. Um país que possuísse solo plano e fácil de ser cultivado e que contasse com vias de comunicação ligando as várias regiões, poderia desenvolver um intercâmbio comercial e de pessoas, contribuindo assim para a expansão de um mercado interno forte. Contudo, a realidade boliviana era outra, o país andino estava localizado no “coração da América”, privado de relações e comunicações que o contatasse a outros países, a fim de seguir a rota do mundo civilizado. Por essa razão, a Bolívia estaria compelida a cruzar “el suelo de países rivales y parecidos en estructura y formación y que de su desbarajuste esperan sacar provechosos frutos y les conviene permanezca obscura, ignorante, ignorada, pobre, sin crédito”.<sup>66</sup>

Consequentemente, o antigo Alto Peru, apresentava um quadro desolador tanto do ponto de vista comercial, industrial e institucional. A Bolívia estaria acometida de graves males cuja explicação podia ser encontrada, segundo Arguedas, no profundo desacordo existente entre o seu território e a “qualidade de sua população”. Por isso, ele conferia às condições geográficas e à população da Bolívia, a responsabilidade pelo seu atraso, pois, considerava que além dos problemas decorrentes da falta de estradas e ferrovias, se acrescentava a isso, uma “raça frouxa e com pouca iniciativa” e uma “absoluta falta de educação”.<sup>67</sup>

Sendo assim, após analisar as condições geográficas da Bolívia, Alcides Arguedas dedicou-se a estudar as características psicológicas das raças que conformavam a população boliviana, vista por ele, como outro fator condicionante do atraso de seu país.

#### **4.4. As “psicologias das raças” e seus efeitos sobre o destino da Bolívia**

A maior parte da obra de Arguedas está reservada a analisar o que ele denomina de “psicologia das raças”. Na época, o pensamento de Gustave Le Bon havia alcançado grande espaço na América Latina influenciando muitos estudos “sociológicos” no continente. Tais estudos pretendiam, por meio da investigação acerca do “caráter” das populações, explicar a situação do presente e, logo, traçar um prognóstico a respeito do continente. Países com populações de maioria indígenas ou negras estariam, necessariamente, fadados ao fracasso, já que, de acordo com essas considerações, existiria uma incompatibilidade entre a psicologia destes povos e os ideais de progresso e modernização.

---

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 37.

Arguedas, com o intuito de explicar a situação em que a Bolívia se encontrava, ao analisar as “raças” que conformava a população de seu país, destacava a existência de quatro principais: a indígena, a branca (europeia, representada em sua maioria pelos espanhóis), a mestiça (resultado da mistura da indígena com a branca) e por fim, a negra, cuja proporção, reduzida, na Bolívia, apenas foi mencionada.

Ao traçar a “psicologia da raça indígena” Arguedas, acusa o predomínio de sangue indígena na Bolívia como responsável por seu atraso. Para ele, se não fosse essa raça ter predominado no Alto Peru, o país andino teria adotado outra orientação, de ordem material e moral, e estaria em igualdade com muitos povos, mais favorecidos pelas correntes imigratórias provenientes da Europa, como Chile, Argentina e Uruguai.<sup>68</sup>

Na região interandina, predominava o elemento étnico aymara, caracterizado como “selvagem” e “arisco”. Segundo o escritor, o caráter dos aymaras era repleto de contrastes, podendo ser duro, rancoroso, egoísta, cruel, vingativo e desconfiado, quando odiava. E, o indígena se convertia em submisso e afetuoso, quando amava.<sup>69</sup> Cabe mencionar que Arguedas faz uma pequena diferenciação entre os dois grupos indígenas predominantes na Bolívia, o aymara e o quéchua. Conforme o autor, esses grupos não possuíam significativas diferenças físicas, embora os quéchuas apresentassem uma maior adaptabilidade à vida comum com o branco e uma certa suavidade de sentimentos e costumes. No entanto, Arguedas esclarecia que não atribuía nenhuma superioridade a esse grupo em relação ao aymara, porque ambos haviam sido submetidos à mesma violência no processo de colonização.<sup>70</sup>

O escritor boliviano, ao analisar o “caráter” indígena, apesar de atribuir uma série de características aviltantes, inclusive, animais, a esse grupo, procurava justificar os “defeitos” conferidos, por ele, aos aymaras, como decorrentes da violência a que eles foram submetidos. A violência física e moral, imposta aos indígenas, teria dado origem à inabilidade deles em exigir seus direitos e, conseqüentemente, lhes teriam empurrado ao vício do alcoolismo. Por essa razão, os indígenas buscariam no álcool as energias para seus “músculos usados”, além de encontrarem nele um refúgio para sua “triste vida”, de “suplícios e amarguras”. O indígena, prossegue Arguedas, quando estava sóbrio, jamais sorria, era desconfiado e calado, ao passo que, sob o efeito do álcool, se tornava comunicativo, carinhoso, generoso e cruel. Não à toa, seria nesse estado que, na maioria das vezes, eles

---

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 68-69.

cometiam crimes.<sup>71</sup> Para ilustrar tal argumento, Arguedas apresentava um quadro com as estatísticas da criminalidade, em La Paz, no ano de 1900:

<b>Réus segundo raça</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
<b>Branca</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>10</b>
<b>Mestiça</b>	<b>47</b>	<b>21</b>	<b>68</b>
<b>Indígena</b>	<b>406</b>	<b>24</b>	<b>330</b>
<b>Total</b>	<b>362</b>	<b>46</b>	<b>408</b>

O elevado número de indígenas nos presídios, em relação a brancos e mestiços, na concepção de Arguedas, apenas comprovava o grau de “degeneração” a que esse grupo havia chegado. Na época, a questão do alcoolismo se tornara uma preocupação em muitos países como, veremos adiante, diversos intelectuais, se apressaram em oferecer uma explicação para isso. Miguel de Unamuno considerava, por exemplo, diferente de Arguedas, que o alcoolismo entre os indígenas americanos resultava de uma incapacidade destes em se adaptarem à vida civilizada e moderna. De acordo com o escritor espanhol, os “espíritos” ou energias dos indígenas se encontrariam desconfortáveis com essa situação, levando-os assim, ao consumo excessivo do álcool.<sup>72</sup>

Já a propensão dos indígenas ao crime, para Arguedas, decorria de uma ignorância, quase mesmo que uma inconsciência, que os levariam a cometer delitos. Em determinados momentos, o escritor boliviano atribuía uma condição infantil ao indígena, que, a seu ver, estaria orientado por um critério simplista, que o levava a compreender como bom o que completasse suas necessidades, e ruim o que se opusesse a satisfação delas. Frente a isso, segundo ele, os indígenas seriam incapazes de reconhecer a lei em decorrência do analfabetismo e embrutecimento a que esse grupo estava imerso.<sup>73</sup>

O abuso do álcool, o excesso de trabalho, a alimentação deficiente, adjacente a falta de higiene, na opinião de Arguedas, estariam destruindo todo o vigor da “raça indígena”.<sup>74</sup> Com efeito, eram os indígenas e os mestiços, naquele momento, ressaltava o autor, os que mais sofriam com as pestes e as enfermidades infecciosas, em função de serem os menos limpos.

O médico boliviano Miguel Levy, publicou em 1942, o artigo “La declinación mental del indio: sus procesos mentales”, na *Revista del Instituto Médico Sucre*, procurando mostrar,

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 73-74.

<sup>72</sup> UNAMUNO, Miguel *apud* ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo. Op. Cit.*, p. 73-74.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 75-76.

por meio da junção de conceitos do darwinismo social, das ideias lamarckistas e da psicanálise freudiana, a inferioridade mental da população indígena boliviana. A partir desse estudo, Levy defendia que seria um erro pensar na possibilidade dos indígenas e seus descendentes adquirirem cidadania, já que a condição mental desse grupo lhe incapacitava para isso.

Utilizando argumentos supostamente científicos, Levy apontava a “inatividade intelectual” e o “pequeno tamanho” do cérebro dos indígenas como responsável pelo seu descontínuo desenvolvimento emocional, o que gerava funções psíquicas simplificadas. O índio também era caracterizado por um egoísmo infantil, que o acompanharia toda a vida, sendo incapaz de quaisquer sentimentos e emoções complexas. Além disso, o indígena era destituído de imaginação e curiosidade intelectual, possuindo baixa capacidade de memória, déficit de atenção e uma língua pobre, fatores que o tornaria “inadequado para a educação”.<sup>75</sup> Se, por ventura, lograva escolaridade, submetia outros indígenas à opressão.

A suposição de que a educação dada ao indígena lhe convertia em um tirano para com os seus, não era nova. Em 1919, na obra *Raza de Bronce*, Alcides Arguedas forjando um discurso entre um patrão e um indígena, para mostrar a impossibilidade de um acordo entre exploradores e explorados, ressaltava tal ideia. Nesse diálogo, o patrão afirmava que o dia em que os índios se tornassem professores e mentores, eles [patrões] poderiam procurar outra nacionalidade, pois já não seria possível viver naquelas alturas. Já o índio retrucava que pensou que “seria bom aprender a ler... mas as letras deve[ria]m ter algum veneno horrível porque todos de nossa casta que as conhecem usam o seu saber para explorar-nos também...”.<sup>76</sup>

Os argumentos de Levy a respeito da inferioridade dos indígenas já vinham sendo defendidos desde meados do século XIX.<sup>77</sup> No início do Novecentos, José Manuel Pando, influenciado pelo darwinismo social, quando presidente da Bolívia (1899-1904), anunciou, por exemplo, a respeito dos indígenas, que não deveriam fazer esforços para educar esses “seres inferiores, cuja eliminação não seria um delito”, mas uma maneira de adiantar a “seleção natural”.<sup>78</sup>

<sup>75</sup> ZULAWSKI, Ann. “Doença Mental e Democracia na Bolívia: o Manicômio Pacheco, 1935-1950”. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 457.

<sup>76</sup> MITRE, António. *O Dilema do Centauro*. *Op. Cit.*, p. 129.

<sup>77</sup> Quando se afirma que eram defendidos desde o século XIX, me refiro à utilização de elementos científicos como corroboradores desses argumentos. Sabe-se que a atribuição de uma condição de inferioridade do indígena, em relação aos brancos, remete aos primeiros contatos entre Europa e América.

<sup>78</sup> *Idem*. “Estado, Nação e Território na Bolívia Oligárquica, 1850-1914”. *Op. Cit.*, p. 215.



Antonio Mitre chama atenção para que apesar da perplexidade que tal discurso suscita, isso não poderia ser levado a cabo na Bolívia.<sup>79</sup> Em um país de maioria indígena, tornava inviável a pretensão de extermínio dessa população, uma vez que era exatamente sobre ela que se assentavam as bases do poder social e político da classe dominante. Acabar com isso, representaria, portanto, o suicídio dessa classe.

O julgamento de Arguedas em relação aos mestiços, no que denomina de psicologia da raça, é ainda mais severo e intransigente que o do indígena. O escritor boliviano acusa os mestiços ou *cholos*, de serem os responsáveis pelos problemas do país andino. Muitas páginas são dedicadas a descrever o caráter dos *cholos*, resultante da mistura do branco com o indígena, e que, na concepção do autor, teria herdado o que existia de pior em cada raça. Belicosos, ensimesmados, orgulhosos, vaidosos, individualistas, nepotistas, são algumas das características que os mestiços teriam herdado dos ibéricos, ao passo que a mentira, a submissão, a preguiça, a passividade, o engano, a hipocrisia e a deslealdade, seriam a herança dos indígenas. Tudo isso, para Arguedas, resultava no mestiço, tipo destituído de qualquer moral<sup>80</sup> e preocupações ideais, independentemente de sua ocupação ou procedência, seja no âmbito político, militar, diplomático, legislador ou na Igreja.<sup>81</sup> O mestiço era caracterizado como um egoísta extremado

Nadie como él tiene un concepto tan desolador de las relaciones humanas y el valor moral del hombre. Para él, el hombre es bajo, egoísta, falso, interesado y despreciable. Y es que juzga según los dones de su criterio, sus propias observaciones o experiencia, según las fuerzas vivas que siente bullir dentro de él. Y obra por consiguiente como piensa, naturalmente, de una manera reflexiva y aun refleja, como cuando un grano germina, florece y fructifica, si le son propicios los elementos físicos y climáticos donde se instala.<sup>82</sup>

Os mestiços, para Arguedas, estariam inclinados aos vícios “femininos”, da mentira, da astúcia e da intriga, que também seriam características dos *criollos* da América Latina. Conforme ressalta Arguedas, esses defeitos de caráter, já eram conhecidos de outros escritores estrangeiros, como Agustín Alvarez, que em seu *Manual de Patología Política* (1899), não hesitou em apontar a dubiedade de caráter do *cholo* boliviano, em uma anedota. Segundo se dizia, um certo bispo, na Bolívia, cada vez que um indivíduo mais ou menos mestiço entrava

---

<sup>79</sup> Cabe lembrar o caso argentino, o qual, nas *Campanhas do deserto*, a tentativa de extermínio dos indígenas foi levada a cabo.

<sup>80</sup> Arguedas esclarece que, o que denomina de moral, seria a harmonia das atividades em vista do bem-estar geral.

<sup>81</sup> ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo*. Op. Cit., p. 81.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 82-83.

em sua sala, ele sempre se referia ao *cholo*, no plural, “sentem-se os senhores”. Surpreso o visitante contestava que estava sozinho. E o bispo retrucava que já sabia, no entanto, era só uma precaução que ele tomava para não esquecer que entre os mestiços existem sempre duas pessoas, a que se vê e a que não se vê.<sup>83</sup>

Sarmiento também fez referência a essa anedota, porém na concepção de Arguedas, de maneira a generalizar, perigosamente, quando afirmou que aos “bolivianos es necesario saludar en el plural, para que no se resientan el diablo y la mentira que están detrás”.<sup>84</sup>

A duplicidade de caráter, apontada por intelectuais estrangeiros como característica exclusiva do *cholo* boliviano, para Arguedas, ela pode ser estendida as classes médias dos países hispano-americanos. Supor, defendia o autor, como faziam alguns escritores de países vizinhos, se referindo a Alvarez e Sarmiento, que estas anormalidades psicológicas seriam exclusivas dos bolivianos, era desconhecer, com malícia, as tendências da classe média hispano-americana. Essa classe, seria inferior do ponto de vista moral em relação ao tipo médio das raças europeias.<sup>85</sup>

Os mestiços, denominados na Bolívia, no Peru e na Colômbia, de *cholo*, no Chile, de *roto*, e de *gaucho*, na Argentina e no Uruguai, na opinião de Arguedas, não passariam de uma classe de híbridos, que foram submetidos a um lento processo de seleção, mas que ainda não tinham sido capazes de eliminar as “taras” de sua estirpe.<sup>86</sup> A incapacidade de transformação do mestiço, permanecia como um problema latente nos países hispano-americanos. A educação poderia ser o caminho para uma mudança, porém, ainda assim, mesmo depois desse processo

Haced pasar el *roto*, el *gaucho*, el *cholo*, unidad elemental de nuestras masas populares, por todas las transformaciones del mejor sistema de instrucción, en cien años no haréis de él un obrero ingles que trabaja, consume, vive digna y confortablemente.<sup>87</sup>

O escritor boliviano desconfiava da pureza da raça branca existente na Bolívia, mas, apesar disso, ela era caracterizada como mais virtuosa que as outras raças. Os vícios que essa raça apresentava, na opinião de Arguedas, estavam relacionados à dificuldade dos *criollos*, em viver livremente, governando-se a si mesmos após os processos de independência. O principal vício era a *empleomania*.

<sup>83</sup> ALVAREZ, Agustín *apud* ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo. Op. Cit.*, p. 86-87.

<sup>84</sup> SARMIENTO, Domingo Faustino *apud* ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo. Op. Cit.*, p. 87.

<sup>85</sup> *Ibidem*.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 87-88.

<sup>87</sup> ALBERDI, Juan Baustista *apud* ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo. Op. Cit.* p. 88.

As ideias de superioridade da raça anglo-saxônica sobre a latina, defendida por autores como Sarmiento, Alberdi, Le Bon entre outros, em fins do século XIX, persistiram nas primeiras décadas do século seguinte. Arguedas também chegou a aludir a herança ibérica como empecilho ao desenvolvimento da América Latina. O escritor boliviano tinha uma profunda admiração pelos ingleses, que percebia como oriundos de uma “raça” mais forte e disciplinada. O ideal de homem, para ele, era o *gentleman* inglês. Assim, como muitos autores seus coetâneos, Arguedas, nos debates raciais que perpassaram o século XIX e início do XX, conforme vimos, tendeu para a superioridade dos anglo-saxões em relação aos latinos.

Os ingleses foram caracterizados, por Arguedas, como corajosos, leais e sinceros, com amplas qualidades morais e virtudes, sendo cuidadosos de sua honra, dignos em sua vida, gostos, ações, palavras e ideias.<sup>88</sup> Esse autor, ao comparar os ingleses e os hispano-americanos, afirmava que não existia nenhum povo de procedência ibérica que apresentasse superioridades iguais ou similares as dos ingleses. Daí, concluía ele, a razão para o estado de atraso em que se encontrariam os países hispano-americanos.

Diante disso, Arguedas percebe a história da Bolívia, como uma síntese da história do *cholo*, em suas diferentes encarnações: seja como governante, legislador, magistrado ou industrial. Parte da resposta para a situação boliviana se encontraria no período colonial, quando houve uma paralização do movimento imigratório, que, de acordo com o autor, acabou afastando o elemento genuinamente espanhol, capaz de “inocular” o sangue ibérico no sangue indígena. Posteriormente, com a perda de seu litoral para o Chile, a Bolívia ficou encerrada em si mesma, dentro da muralha dos Andes, impossibilitando que o elemento étnico se renovasse, através do contato com outras raças e mudasse a estrutura de sua composição. Esse processo vinha ocorrendo com os povos da costa, os quais, segundo Arguedas, já demonstravam uma “homogeneidade invejável”.<sup>89</sup>

O escritor de *Pueblo enfermo* também percebia na atuação de algumas figuras políticas, a causa da miséria e da corrupção que se encontrava o país andino. Para o autor, somente através do conhecimento de seu próprio passado a Bolívia compreenderia as causas de sua enfermidade do presente: “sólo estudiando las miserias de ayer deben explicarse la ruina y las miserias de hoy”.<sup>90</sup> Dessa forma, o fato de a Bolívia ter sido, diversas vezes, governada por mestiços, explicava sua situação, uma vez que a inconsciência “primitiva” deles lhes impediria desempenhar bem determinadas funções. Além disso, a junção dos vícios

---

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 91.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 89.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 268.

que os conformavam, incapacitava os *cholos* de suspeitar das consequências de seus atos. Com efeito, concluía laconicamente Arguedas, a Bolívia, em um século de liberdade havia desenvolvido no sentido inverso, passando de um estado defeituoso a outro pior.<sup>91</sup>

E assim, os elementos predominantes da raça, índios e mestiços, foram desalojando o pouco sangue europeu que restava, paulatinamente, até constituir, naquele momento, um pequeno núcleo de gente branca

Es entonces, la mestización el factor típico que más se ha desarrollado durante el siglo XIX en Bolivia, y es por él que se explica nuestro desenvolvimiento democrático, pues hasta un ligero análisis de la historia para saber que, aparte de la mediterraneidad de la nación, que es uno de los más grandes factores negativos en contra de su total desarrollo, son los gobernantes *cholos*, con su manera especial de ser y concebir el progreso, quienes han retardado el movimiento de avance de la República, ya no únicamente en el aspecto institucional, sino también en sus factores económicos e industriales, de tan grande influencia en el mundo.<sup>92</sup>

Portanto, o desenvolvimento da Bolívia, na concepção de Arguedas, ficava comprometido por duas razões principais, pela geografia e pelo predomínio de sangue mestiço no país. O autor ainda traça uma tipologia regional para mostrar como as características das regiões bolivianas teriam influenciado no caráter de seu povo. A *megalomania*, nesse sentido, aparece como uma enfermidade nacional. Isso estaria ligado a dois fatores: em primeiro lugar, pela influência do meio físico; e em segundo, pela moral. Devido ao fato de tudo na Bolívia ser imenso, o seu povo, para o autor, teria sido acometido de uma deformação imaginativa, onde a ideia de grande acabava sendo comum, daí a *megalomania*.

Arguedas explicava que a altitude das montanhas, cujas alturas chegavam a ultrapassar os seis mil metros; os rios com seus enormes braços de mar; as planícies desmesuradas que conduziam a uma ideia de infinito; a fauna e a flora com uma riqueza e diversidade surpreendentes; tudo isso fazia com que os sentidos, acostumados a perceber o grandioso, manipulassem a imaginação, ficando limitada apenas a conceber o melhor e o perfeito.

Logo, a Bolívia, circunscrita dentro de suas próprias fronteiras, sem contato frequente e imediato com os demais países, além da tutela administrativa e econômica de outros povos, mais ou menos de sua mesma composição e valor, se via obrigada a exaltar o produto de sua idiosincrasia e a conceder-lhe um valor superior ao que realmente tinha.

---

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 328.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 89.

En Bolivia, esto de la grandeza de la patria es un lugar común que nadie revisa y menos niega, o discute siquiera. Todos los repiten con convicción, especialmente los candidatos a algo, los que buscan fácil popularidad y los aduladores de todo género que hablan y gastan los moldes de la vieja y gastada oratoria.<sup>93</sup>

O mesmo fenômeno ocorreria no que refere a questão moral. De acordo com Arguedas, a “raça” branca, que possuía qualidades morais, acabou degenerando ao ser submetida a um mesmo regime cultural, defeituoso e deficiente. A deficiência pedagógica e a imperfeição do conhecimento resultavam da imaginação, propensa a deformar tudo. Por essa razão, o mais simples, para o autor, adquiria uma complexidade prodigiosa nessas terras e, tudo alcançava um valor sem equivalente. Isso somado as fatalidades impostas por causas econômicas e políticas, teria conduzido o país andino a um desenvolvimento dentro de limites muito estreitos.<sup>94</sup>

Esse estado de mentalidade se manifestaria em todos os níveis, no âmbito coletivo e individual. Exemplo disso poderia ser observado através das funções de um determinado grupo, como o Congresso, que apresentaria características semelhantes aos demais países hispano-americanos. Segundo Arguedas, o Parlamento boliviano estaria composto basicamente de dois grupos, o que atacava sistematicamente o governo, e o que o apoiava incondicionalmente. Ambos os grupos, estariam preocupados apenas com seus assuntos particulares, tratando com indiferença as questões fundamentais para o país, de maneira que estas ficavam subordinadas pelas preocupações imediatas.

Conforme foi dito, Arguedas foi desterrado da Bolívia em diversas ocasiões, devido as suas críticas ferrenhas à política e à sua pátria. Não à toa, esse escritor em *Pueblo enfermo*, sublinhava, com ironia, que existia em seu país um pacto tácito, nascido talvez da convicção, de que a pátria era um solo de perfeições de toda índole. Tal ideia vigorava, apesar de que os bolivianos não ignorassem sua pouca significação no conjunto dos outros povos, e sua insignificância no domínio das relações políticas e comerciais. A questão do prestígio e crédito exteriores deixava indiferentes não só as massas analfabetas, senão aos partidos que ansiavam a conquista do poder. Isso era fruto do egoísmo individual, para Arguedas, inato nessas raças, que se acentuaria ainda mais no âmbito coletivo.<sup>95</sup>

Externamente, muitos bolivianos aparentavam a ideia de um equilíbrio perfeito, cujas instituições, copiadas das mais adiantadas da Europa, faria supor um desenvolvimento

---

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 146.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p. 170.

primoroso, onde a ordem e a legalidade reinassem. Isso não passaria de uma ilusão, segundo o autor, de maneira que sucedia tudo ao contrário. Ele estendia para toda a América Latina, o hábito de transparecer o que não era real.<sup>96</sup>

Arguedas ironizando o que denominava de “patriotismo boliviano”, salientava que na Bolívia não era permitido a ninguém falar mal da pátria. Tal patriotismo consistiria em mentir pelo grande e jurar que as instituições caminhavam de modo fabuloso, negando quaisquer enfermidades da pátria. Os que, por ventura, percebessem alguma doença da pátria, logo eram classificados como pessimista e falso patriota. Considerado um inimigo da pátria, deveria ser controlado para não provocar a divisão social e reservado contra ele o desprezo coletivo.<sup>97</sup>

O escritor boliviano também criticava a imprensa de seu país, e não poupava a imprensa sul-americana, isso pode ser observado em diversas passagens da obra. A imprensa, em sua opinião, constituiria um fator de corrupção coletiva

De entre los muchos factores de orden moral que han contribuido para moldear así el carácter y la mentalidad colectivos, puede contarse la prensa como uno de los más eficaces; y la prensa – “¡cuarto poder del Estado!” –, no sólo en Bolivia sino en la mayor parte de los estados sudamericanos, está maleada en su base y no responde a sus primordiales fines eminentemente educadores.<sup>98</sup>

O autor faz uma descrição dos jornais e ressalta a falta de seriedade e compromisso com a informação desses veículos, cuja função era apenas assegurar os interesses de determinados grupos em seu país. De acordo com Arguedas, na parte em que se discutia política, por exemplo, os jornais bolivianos teriam como objetivo principal convencer a população de que o governante não passaria de um calhorda da pior espécie, ou pelo contrário, caso o jornal fosse favorável ao governante, persuadir o povo de que era um sujeito das mais altas virtudes.<sup>99</sup>

Em uma nota de rodapé, Arguedas anunciava, no início do livro, que sua fonte principal na elaboração de *Pueblo enfermo*, era quase que, exclusivamente, o documento jornalístico, em função de que no país andino não apareciam muitas publicações de caráter geral.<sup>100</sup> Dessa forma, a vida intelectual se manifestaria por meio do periódico, que,

---

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 171.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 183.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 173.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 174.

<sup>100</sup> Por muitos anos os cinco tomos escritos, por Arguedas, de *História General de Bolívia*, foram a única história geral do país.

comumente, substituía o livro, e por essa razão, concluía o autor, é que havia “la falta de sentido crítico en el país”.<sup>101</sup>

#### **4.5. A decadência física dos povos latino-americanos segundo os discursos higienistas**

No início do século XX, os discursos higienistas também ressoaram seus ecos na América Latina, onde saltava aos olhos os problemas identificados como sendo parte do caráter dos povos dessa região. O clima e a raça foram considerados os grandes obstáculos ao desenvolvimento e ao progresso do subcontinente, tendo em vista que as proposições de teóricos europeus como Arthur de Gobineau, Louis Agassiz, Gustave Le Bon entre outros, ainda possuíam grande força de afirmação e serviam para legitimar os preconceitos oriundos do período colonial.

Nesse contexto, o alcoolismo, foi apontado como um dos principais responsáveis pela decadência física das populações latino-americanas. As estatísticas, analisadas por Alcides Arguedas, revelavam um alto consumo de álcool por parte da população boliviana, sobretudo das regiões mais elevadas e isso não era uma questão recente. Em meados do século XIX, em sua viagem à América do Sul, Ernest Grandidier relatava em sua obra, *Voyage dans l’Amérique du Sud, Pérou et Bolivie* (1861), suas impressões acerca desses países. Segundo o pensador francês, o boliviano “no tiene más que dos pasiones y no vive sino para satisfacerlas: gusta del juego y de la bebida...”.<sup>102</sup>

Arguedas cita dados estatísticos da produção de álcool e destaca que, em 1903, fora fabricado na Bolívia 3.495.378 litros de álcool. Este era mais consumido que as bebidas estrangeiras, devido ao menor custo e maior oferta, podendo ser encontrado em todos os postos, ao passo que o álcool estrangeiro apenas podia ser comprado em estabelecimentos de luxo das capitais.

As facilidades de acesso à bebida contribuía para o alto consumo, que já havia provocado alarme por parte das autoridades governamentais, que se empenhavam na criação de centros de entretenimento, ateneus, sociedades literárias, além de projetos de lei no Congresso, tendo em vista diminuir tal consumo. Entretanto, de acordo com Arguedas, o álcool cada vez estaria ganhando mais espaço, cuja indústria era uma das que mais floresciam no período e, aliado a isso, as cantinas constituía um dos negócios mais lucrativos.<sup>103</sup>

---

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>102</sup> GRANDIDIÉ, Ernest *apud* ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo. Op. Cit.*, p. 250.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 247-248.

Arguedas faz referência às estatísticas colombianas e chilenas que também apontavam um consumo preocupante de álcool por parte de suas populações. O caso da Colômbia pode ser interessante para observarmos a emergência do discurso médico/higienista na arena pública latino-americana, e as implicações disso no cotidiano das classes populares. Arguedas passou um período na Colômbia, atuando como ministro plenipotenciário e pode acompanhar de perto as transformações no cenário desse país.

Como muitos países da América Latina, no final do século XIX e início do XX, a Colômbia passou por mudanças que visavam direcionar o país rumo ao progresso. Esse período ficou conhecido como *regeneración*, quando teve início a expansão do comércio de exportação em decorrência da produção de café e a construção de rodovias e ferrovias ligando as várias regiões.

Nesse contexto, se por um lado, as transformações traziam prosperidade para as elites, por outro, a maior parte da população vivia de forma miserável. As elites colombianas, inspiradas pelas ideias positivistas, pelo darwinismo social e pelo racismo científico, atribuíram a miséria e a pobreza da população à “degeneração da raça”, e passaram a associar problemas “morais” – vadiagem, alcoolismo, prostituição, falta de higiene – e as enfermidades físicas, à saúde nacional.<sup>104</sup>

Médicos e higienistas, utilizando noções científicas “modernas”, se empenharam em desenvolver projetos voltados para a saúde e obras públicas. Eles defendiam que as causas ambientais das enfermidades estariam estritamente relacionadas aos hábitos “imorais” dos setores populares.<sup>105</sup> Diante disso, no século XX teve início a luta antialcoolismo na Colômbia que ultrapassou as questões morais e foi levada a cabo no meio jurídico, chegando-se a elaboração de leis proibindo a *chicha*.<sup>106</sup>

A *chicha*, bebida típica do altiplano colombiano, produzida a partir da fermentação do milho, e consumida por grande parte da população, foi alvo da campanha antialcoólica e das críticas dos médicos higienistas da época. Acusada de levar ao “embrutecimento” do povo, a *chicha* foi vista como o principal obstáculo ao progresso e à modernização do país. Nesse

---

<sup>104</sup> FROYSLAND, Hayley. “A *Regeneración de la raza* na Colômbia”. In: PAMPLONA, Marco Antonio e DOYLE, Don. (orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo: a formação dos Estado-Nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 241.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 249.

<sup>106</sup> Na realidade, houve tentativas nos séculos XVII, XVIII e XIX, de proibição do consumo da *chicha*. Entretanto, foi no século XX, que os argumentos contra essa bebida ganharam um contorno científico sob o respaldo de médicos higienistas. A respeito da emergência dos discursos médico-higienista na Colômbia no início do XX Cf. NOGUERA, Carlos Ernesto. *Medicina y política: discurso médico y prácticas higiénicas durante la primera mitad del siglo XX en Colombia*. Medellín: Fondo Editorial Universidad EAFIT, 2003.



sentido, foi declarada guerra contra a *chicha* e, paradoxalmente, foi estimulado o consumo da cerveja, vista como bebida civilizada e higiênica.<sup>107</sup>

“Veneno da raça” e “tóxico maldito” foram alguns dos termos utilizados para designar a tradicional bebida indígena, considerada um desencadeador da “degeneração física e moral”. De acordo com Carlos Nogueira, esta bebida se tornou o centro de interesse da ciência higiênica, que se esforçou, desde o início do século XX, para eliminar seu consumo e nos anos de 1940, conseguiu, finalmente, sua substituição pela cerveja. Por isso, a *chicha* se tornaria um exemplo de artesanato popular, algo mais do passado, como determinadas vestes tradicionais, que também foram, progressivamente, substituídas.<sup>108</sup>

Apesar de outras bebidas alcoólicas serem consumidas na Colômbia nesse período, como a cerveja, o vinho e o *whisky*, a campanha antialcoólica se concentrou nas bebidas nacionais, destilados de cana de açúcar e fermentados de milho. Esta última, fazia parte, havia séculos, do cotidiano dos indígenas e camponeses, além de ser utilizada ritualmente em cerimônias e festas tradicionais. Embora a *chicha* não fosse consumida apenas por este setor social, a campanha antialcoolismo concentrou seus esforços contra os indígenas e os camponeses.<sup>109</sup>

A *chicha* era acusada, entre muitas outras coisas, de conduzir ao “embrutecimento”, estado de estupidez, idiotia e delírio que, segundo os médicos da época, acometia seus consumidores. Chegou-se também a associar a *chicha* à pelagra, doença de pele que se acreditava, na época, devido à intensa fermentação e decomposição do milho, que produziria uma substância que causaria a doença.<sup>110</sup>

As medidas para impedir o consumo da *chicha* foram muitas e percorreram um longo caminho. Entre 1910 e 1930, uma série de leis, resoluções, acordos e projetos foram elaborados tendo em vista o combate ao alcoolismo. Sobre a venda da *chicha* recaíram impostos que não eram cobrados sobre as demais bebidas.<sup>111</sup> Foram feitas recomendações por parte de médicos, campanhas educativas em escolas, inclusive, fazendo circular cartilhas mostrando os perigos a que o consumo da bebida conduziria. Além disso, criaram-se restrições à venda da *chicha* e a sua forma de fabricação, levando a um alto custo sua produção.<sup>112</sup>

<sup>107</sup> *Idem*. “Luta Antialcoólica e Higiene Social na Colômbia 1886-1948”. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar. Op. Cit.*, p. 107.

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 102.

<sup>109</sup> *Ibidem*, p. 103.

<sup>110</sup> Hoje sabemos ser a pelagra decorrente da deficiência de Vitamina B3 no organismo.

<sup>111</sup> Fato que não ficou sem resposta por parte da população, vindo em forma de violentos protestos em 1922.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 112.

Carlos Noguera nos lembra que havia interesses econômicos por trás da campanha antialcoolismo, uma vez que a indústria cervejeira tentava conquistar o mercado consumidor da chicha, há algumas décadas na Colômbia, sem, porém, obter êxito. Em 1948, uma lei conseguiria finalmente levar à substituição da *chicha* pela cerveja. Tal lei determinava condições rigorosas para a produção e comercialização de destilados oriundos do arroz, milho, cevada e outros cereais. Essas medidas, estabeleciam padrões de produção técnicos cujos processos artesanais de fabricação da *chicha* não conseguiriam se adequar às novas exigências, beneficiando assim a indústria de cerveja, que, nesses termos, se enquadrava aos padrões técnicos e higiênicos de fabricação.<sup>113</sup>

Desse modo, a luta antialcoolismo na Colômbia não tinha como objetivo a proibição integral do consumo e venda de bebidas alcoólicas, como ocorrera nos Estados Unidos. O que se procurava era reduzir o seu consumo. O alcoolismo era percebido como um grave problema no país que levava a degeneração da população. Uma nação que se pretendia moderna e civilizada, deveria ter uma população livre do alcoolismo, considerado pelos médicos higienistas o “veneno da raça”, levando à degradação física e moral.

Assim, o que estava em questão era a substituição de hábitos tradicionais envolvendo os setores populares. Procurava-se incorporar hábitos vistos como modernos e higiênicos, em detrimento do que denominavam “enfermidades sociais”.<sup>114</sup> Com esse intuito, munidos com a retórica oriunda de ciências como fisiologia, química e biologia, os médicos deram contornos científicos à preconceitos morais e elitistas, em relação aos comportamentos e hábitos das camadas mais pobres da população colombiana.<sup>115</sup> Com isso, acabaram abrindo espaço para a implantação de um conjunto de novos hábitos e costumes em consonância com o que percebiam como civilizado e moderno.

Na Bolívia, apesar de não ter havido uma luta antialcoólica como na Colômbia, o alcoolismo alarmou suas elites. Essa questão foi muitas vezes referenciada nos jornais e periódicos médicos, que atribuíam tal vício, maiormente, aos indígenas. Relatórios médicos, produzidos entre os anos de 1935 e 1950,<sup>116</sup> acusam o alto índice de mortalidade infantil nas áreas de mineração, como decorrentes da embriaguez das mães indígenas. Segundo os relatórios, elas não alimentavam adequadamente seus filhos, tampouco os levavam à

---

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 113.

<sup>114</sup> O termo “enfermidade social” era abrangente podia designar desde doenças venéreas, tuberculose, lepra, epilepsia, até alcoolismo, prostituição e criminalidade.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 101-102.

<sup>116</sup> Relatórios, analisados por Ann Zulawski na obra *Unequal cures: public health and political change in Bolivia, 1900–1950* (2007).

assistência médica, além de serem diretamente responsáveis pelas mortes das crianças que, quando bêbadas, carregando as crianças nas costas, caíam sobre elas, sufocando-as.<sup>117</sup>

Em um contexto de emergência dos discursos médico-higienistas na América Latina, Arguedas celebrava o que vinha ocorrendo nos países sul-americanos, o estímulo à prática de esportes para a criação de hábitos disciplinadores e conseqüentemente, um corpo saudável. O escritor boliviano percebia nas construções de quadras de tênis e nos campos de futebol, a esperança para a mudança de hábitos da juventude de seu país. Esses lugares, vinham atraindo os jovens e contribuindo para afastá-los das cantinas. O esporte, em sua opinião, poderia acabar com o vício, ao passo que criava hábitos de disciplina<sup>118</sup>, noção de responsabilidade e deveres de ajuda mútua e solidariedade, o “juego al aire libre va eliminando del organismo enfermo las toxinas acumuladas por el alcohol, la pereza y el vicio”.<sup>119</sup>

Outro elemento identificado por Arguedas como fator de decadência física dos povos latino-americanos e, em especial, do boliviano, era a falta de higiene. De acordo com o escritor, na Bolívia do século XX, o asseio pessoal constituía um verdadeiro incômodo para as classes populares, de maneira que raramente as pessoas se banhavam. Quando faziam, era nos períodos de estiagem, e, ainda assim, salientava Arguedas, com restrições que diziam ser fruto de prescrições científicas, para encobrir o fato de se tratar de superstições indígenas. Vale a pena destacar a passagem que o autor narra, com certo escarnecimento, o que considera serem os hábitos higiênicos das classes baixas

los meses que en La Paz hay costumbre de chapuzarse en el agua, son de fines de octubre a principios de diciembre, es decir ¡dos meses! Cuando el termómetro alcanza su máximo de elevación en esas alturas. Entonces la gente del pueblo se baña, pero observando ciertas curiosas reglas. Los baños deben ser impares y nunca pares, porque dárselos pares hace mal y se enferma todo el resto del año, o mejor, se enferma el año que corre hasta la misma próxima estación. En cambio los impares son provechosísimos, y de los números hay que elegir el 9, el 13 o el 21 pero nunca más, porque darse más de 21 baños... ¡claro!... ¡hace mal!!! Y pues a nadie le gusta que nada le haga mal y muy al contrario, sujetanse las gentes a la vieja superstición y chapuzan sus cuerpos en el agua por 9, 13 o 21 días seguidos, y después... ¡vírgenes todo el resto del año!; ¡vírgenes de agua diez largos meses, pero no de... humedad!<sup>120</sup>

<sup>117</sup> ZULAWSKI, Ann. *Op. Cit.*, p. 470.

<sup>118</sup> Na obra *La ciudad Impura* (2007), Diego Armus apresenta os projetos esportivos que surgiram em Buenos Aires, nas primeiras décadas do século XX, sob essa atmosfera higienista. Cf. ARMUS, Diego. *La ciudad impura: salud, tuberculosis y cultura en Buenos Aires, 1870-1950*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

<sup>119</sup> ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo. Op. Cit.*, p. 254-255. .

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 256-257.

A falta de higiene estaria condicionada ao predomínio do elemento étnico e da altitude em que se encontravam, pois, conforme o autor, nos lugares em que havia muitos indígenas e mestiços, proporcionalmente, os hábitos de limpeza e higiene eram menores. Para Arguedas, o desasseio desses grupos poderia ser comprovado pelo alto índice de mortalidade que apresentavam que, somado ao alcoolismo, a alimentação precária, constituía o outro elemento de decadência física do boliviano.<sup>121</sup>

Não obstante a variedade de produtos e climas, a falta de transportes e as distâncias gigantescas, impossibilitavam a provisão dos mercados nacionais. Os artigos principais de consumo provinham dos países vizinhos e da Europa, o que encarecia os produtos elementares e fazia com que as classes populares não conseguissem se alimentar bem. Estas tinham que recorrer a alimentos mais simples, baratos e que conseqüentemente alimentavam pouco e mal.

Dessa forma, a deficiência da agricultura, oriunda da falta de interesse político, gerava uma carestia de alimentos fundamentais para a vida, e um elevado custo, determinava uma alimentação precária, em uma população que já sofria com o alcoolismo e a falta de higiene. Tudo isso, segundo Arguedas, contribuía para uma constante decadência do “organismo nacional” cada vez mais débil e decaído. E para complementar esse quadro desesperador, as enfermidades venéreas que

se han introducido en poblaciones donde abunda el elemento inmigrante, siendo necesario buscar aquí, es decir, en estos deprimentes factores, las causas de la manera de ser colectiva, y, principalmente, de su modo de pensar tan primitivo, tan sin substancia, tan enfermo, pues los fenómenos sociales hay que explicarlos biológicamente, esto es, hay que establecer relación entre las necesidades colectivas y los medios empleados para satisfacerlas. Un cerebro mal alimentado no tiene fuerza de asimilación, y lo mismo pasa con el de la colectividad. Si todas las células de este están atacadas o enfermas, claro es que el conjunto tiene que resentirse de anomalías del exclusivo dominio patológico.<sup>122</sup>

Arguedas atribuía a decadência física do boliviano à confluência de fatores como condições ambientais, alcoolismo, falta de higiene, alimentação precária e enfermidades venéreas. O resultado desse somatório era a enfermidade social, quando “una nación en tanto que unidad, es crónicamente incapaz de dirigir sus actividades en el sentido de su propia conservación”.<sup>123</sup> Nessa direção, o escritor boliviano identificava a sentença de seu país, que

---

<sup>121</sup> *Ibidem*, p. 259.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. 262-263.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 263.

mais do que estar doente, em sua opinião, nascera doente, e, portanto, sua dissolução como raça, era inevitável.

A Bolívia, na concepção de Arguedas, corria o perigo de ser dissolvida, tendo em vista que questões fundamentais que estavam em primeiro plano na Argentina, no Brasil, no Chile, no Uruguai, no México e no Peru, como a imigração, a construção de vias de comunicação, o fomento tanto das indústrias, quanto do comércio e da agricultura, a proteção das fronteiras no país andino, eram suplantados por disputas locais e interesses pessoais.

No entanto, curiosamente, apesar de todos esses problemas e do pessimismo que o autor tratou a história da Bolívia, ele sublinha o que considera como uma superioridade de seu país em relação às repúblicas até então exaltadas. A Bolívia, segundo Arguedas, possuiria condições de estabilidade mais sólidas que estariam baseadas em um “certo fundo de honradez e a melhor qualidade de seus componentes étnicos”, em virtude de que “sempre será preferível a mistura de brancos com indígenas do que com negros”.<sup>124</sup>

Portanto, apesar dos defeitos que o autor identificou nas raças formadoras de seu país, Arguedas percebia que a Bolívia estaria, de certa forma, em uma posição privilegiada em relação aos outros países da América Latina. Em sua opinião, isso ocorreria porque a mestiçagem que se desenvolvia na Bolívia, reunia grupos étnicos que não abarcava negros, daí sua vantagem em relação às demais repúblicas.

Nos anos de 1930, as teorias nazifascistas seduziram muitos escritores da época, Alcides Arguedas, na edição de 1937, de *Pueblo enfermo*, acrescenta alguns trechos da obra *Mein Kampf* (1925), de Adolph Hitler. O discurso do alemão é tomado como uma autoridade científica, que corroboraria as considerações de Arguedas a respeito da inferioridade do mestiço. Por isso, o escritor boliviano, ao tratar dessa questão afirma que ninguém com “más vigor que Hitler en estos días ha puesto de relieve el peligro de la mestización de los pueblos”.<sup>125</sup>

A passagem de *Mein Kampf*, citada por Arguedas, se refere à defesa que Hitler fazia da desigualdade entre as raças. Para ele, negar esse axioma significaria aceitar a igualdade entre os povos e, por conseguinte, entre os indivíduos. Para que isso não ocorresse, o estado deveria garantir a conservação racial do homem, negando veementemente a igualdade das raças e reconhecendo a diferença qualitativa existente entre elas. A partir disso, o estado poderia estimular o predomínio do mais forte em detrimento do inferior, conforme as leis

---

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 264.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 404.

universais, e impedir a mistura entre as raças. A mestiçagem conduziria fatalmente a extinção de toda noção do belo e do digno do homem, impossibilitando o seu aperfeiçoamento.<sup>126</sup>

Assim sendo, para Arguedas, dado à inferioridade congênita do mestiço, não haveria a possibilidade de melhoria, uma vez que os tipos inferiores, destituídos de educação, preguiçosos e indolentes, estariam incapacitados para elevarem-se à alta reflexão e cultura, deixando de lado as preocupações puramente materiais.

É interessante observar as contradições que surgem nos discursos de intelectuais que, oriundos de lugares com alto índice de mestiçagem, como era o caso dos países da América Latina, apesar de se apropriarem das teses racistas do século XVIII, XIX e XX, e em muitos momentos declararem a condenação dessa região, em outros, encontramos declarações que parecem negar isso. O estímulo à vinda de imigrantes europeus, por exemplo, já pressupunha o cruzamento racial, mesmo que fosse com a esperança de que em algumas décadas, ou séculos, o sangue indígena e/ou negro se extinguisse no branco. Seja como for, as sociedades continuariam sendo mestiças.

#### **4.6. A enfermidade boliviana e sua relação com a fragmentação do território nacional**

As consecutivas perdas territoriais da Bolívia foi uma preocupação constante na obra de Alcides Arguedas. Ele imputava o fracasso nas negociações dos conflitos fronteiriços, envolvendo o país andino, a uma degradação da raça que teria tido início no período da independência. Tal degradação, fez com que a Bolívia, que, no início do século XIX, chegou a ser o segundo maior país, em extensão territorial, da América do Sul, algumas décadas depois, em função das fragmentações sofridas, ocupasse o quarto lugar.

A Guerra do Pacífico, a Questão do Acre e, depois, a Guerra do Chaco, seriam eventos frequentemente mencionados em *Pueblo enfermo*. Na maioria das vezes, Arguedas atribuía à Bolívia a responsabilidade de seus infortúnios, fosse pela imprevisão, corrupção, indiferença, instabilidade interna, interesses pessoais, de suas elites, em detrimento das causas nacionais, e degeneração de sua população. Contudo, vale salientar que, em determinados momentos, a Bolívia é apresentada como vítima de ambiciosos vizinhos que, por se “julgarem” superiores, aproveitam para investir contra o país andino.

As reflexões de Arguedas sobre a Guerra do Chaco (1932-1935) foram produzidas na efervescência do evento. O escritor temia que a situação de seu país se agravasse ainda mais,

---

<sup>126</sup> *Ibidem*, p. 405.

tendo em vista que, para ele, uma prática comum entre os políticos bolivianos era ceder, facilmente, o território nacional, como forma de resolver questões internacionais e conservar boas relações com os países fronteiriços.<sup>127</sup>

Na advertência à terceira edição de *Pueblo enfermo*, em um contexto de derrota, após a guerra, Arguedas, comentava, amargamente, o desdém e as críticas que sua obra enfrentara desde a primeira edição

Fuente de desencanto fue este libro al aparecer. De desencanto y contrariedad. Despertó odios, produjo polémicas, inspiró otros libros en que el autor era presentado como un vil calumniador y un recalcitrante pesimista; pero transcurrieron los días y los tristes acontecimientos de estos últimos tiempos – mala política, mala administración, escuelas malas, ambiente social corrompido –, culminaron por fin en la tragedia del Chaco, o sea, en esta cosa enorme y estúpida que los llamados técnicos y estadistas aceptaron con verdadera fruición y culpable ligereza, de conducimos - ¡*otra vez, Dios mío!* –, a la derrota, a la vergüenza y a la desmembración.<sup>128</sup>

O escritor boliviano tinha muito presente as considerações dos sociólogos do período, que transplantavam as leis biológicas para o plano social. Como foi visto no primeiro capítulo, o determinismo que percorria essas análises apontava a inexorabilidade dos processos históricos, de tal modo que as sociedades inferiores estariam destinadas ao desaparecimento, já que não possuíam as forças necessárias para perdurar. Logo, um corpo desorganizado pereceria, dando espaço para outros melhores constituídos.<sup>129</sup>

A nova derrota imposta a Bolívia, após a Guerra do Chaco, levava ao desespero esse autor, que vinha chamando a atenção, havia tempo, para os perigos que implicavam para seu país, envolver-se em conflitos para os quais não estava preparado. Com efeito, Arguedas sentia, com pesar, que tudo que ele havia denunciado, com o intuito de mudar a situação, havia sido ignorado. Suas críticas fizeram com que ele fosse tachado de inimigo da pátria, todavia, para Arguedas, o *desastre*,<sup>130</sup> naquele momento, revelava a verdade que existia em seus discursos.

Uma mudança substancial nessa edição de *Pueblo enfermo*, em relação às anteriores, também pode ser observada na forma como Arguedas caracteriza o indígena, após os sucessos da guerra. O indígena, a partir disso, foi apresentado como o verdadeiro herói do desastre, sendo conferidas a ele faculdades até então ignoradas. Para Arguedas, o indígena teria se

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 263-264.

<sup>128</sup> Grifo meu. *Ibidem*, p. 12.

<sup>129</sup> *Ibidem*, p. 264.

<sup>130</sup> Como ele se referia à derrota na Guerra do Chaco.

revelado, no conflito, como elemento assimilável, capaz de oferecer esforço organizado, lutando e morrendo por uma pátria que ele desconhecia e que nunca havia feito nada por ele.<sup>131</sup>

O escritor boliviano denuncia políticos e chefes militares, acusando-os de se aproveitarem da guerra, transformando a tragédia em um verdadeiro negócio, que servira para enriquecer uns poucos, em troca de um desastre nacional, destruindo milhares de vidas. Os indígenas, destacava Arguedas, despreparados, teriam atuado como “bucha de canhão”, em um local com uma natureza hostil e desconhecida. Segundo o relato de Arguedas, durante a guerra, brancos e mestiços teriam ficado longe dos perigos, pois lhes eram destinados os serviços de retaguarda. Além disso, muitos teriam tido grandes lucros, de modo que se podia ver fortunas surgindo da noite ao dia, automóveis de luxo, casas e fazendas ostentando uma riqueza antes inexistente.

O índio, por sua vez, continua Arguedas, não teve benefício nenhum, fora brigar sem fé nem convicção, não apenas contra homens, mas contra a natureza. Apesar disso, o índio brigara com bravura, heroicamente, padecendo de todos os males. Ainda assim, permanecera até que, já fustigado pela sede e, principalmente, quando se inteirou de que seus superiores descansavam, se divertiam e se embriagavam, longe do campo de guerra, o índio soltou as armas, rendeu-se, indignado, entristecido, acovardado. Segundo Arguedas, isso explicaria a abundância de prisioneiros bolivianos no Paraguai. Essa abundância, resultaria menos da coragem e habilidade paraguaia, do que da incompetência e da corrupção de muitos chefes, que após a guerra, ainda foram ocupar grandes postos dentro e fora do país, premiados pelo governo e pelas instituições privadas. Assim, de acordo com o escritor, para cada branco que morria no Chaco, morriam 100 índios, para cada oficial, legiões inteiras de índios, e, portanto, concluía que, foi o “pobre índio” quem suportou todo o peso da campanha.<sup>132</sup>

#### **4.7. Considerações finais**

Ao longo de sua trajetória política e intelectual, Alcides Arguedas fez diversos inimigos, as duras críticas, muitas vezes beirando ao insulto, à sua pátria, lhe rendeu a alcunha de antipatriota, a meu ver, injusta, pois, apesar de todo o pessimismo que viu a história boliviana, dedicou toda a sua vida a analisar os problemas de seu país e propor soluções.

---

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>132</sup> *Ibidem*, p. 80.



Na tarefa que Arguedas tomou para si, de ser uma espécie de intérprete da nação, e, em alguns momentos, da América Latina, considerava que deveriam buscar no passado as razões para a situação do presente. Nessa busca, identificou no legado ibérico parte das razões que levaram a situação do seu país, cujo passado, se observado com atenção, revelaria a imprevisão, a ausência de cultura, a preguiça, a falta de riqueza e de disciplinas morais que geravam a desorganização política e a corrupção. No entanto, em síntese, para o autor, a geografia e a raça, seriam os grandes problemas do país.

A natureza, apesar de grandiosa, exuberante, rica, em determinados momentos foi apresentada como hostil e com poucas possibilidades ou, recursos, para ser dominada pelo homem boliviano, as raças formadoras foram caracterizadas, por Arguedas, como repletas de vícios e escassas de virtudes. Com efeito, esse autor viu com desespero a situação de seu país, em sua opinião, muito longe de alcançar os almejados ideais de civilização e progresso europeus. O fosso que separava a Bolívia de seus vizinhos, era cada vez mais profundo, pois, o Alto Peru se constituía como o país mais indígena da América, e estava enclausurado geograficamente, o que o impedia de receber as correntes imigratórias. Somavam-se a isso, as perturbações da ordem interna, que desde a independência, passou por centenas de revoltas, aliadas aos problemas fronteiriços, que levaram à fragmentação de seu território.

As considerações de Arguedas sobre a raça indígena sofrem transformações ao longo da obra. É interessante observar que, embora em determinados momentos o autor culpe essa “raça” pelos problemas bolivianos, em outros, justifica a degeneração como resultado da opressão, portanto, negando o que considerava como traços atávicos da raça. As concepções racistas e deterministas abundam na obra de Arguedas, mas é importante destacar que, esse autor, comparado a escritores, seus coetâneos, revela, em determinados momentos, um olhar diferenciado em relação ao índio. Era recorrente nos estudos do período a representação do indígena e do negro como degenerados e ocupando o último lugar na escala da civilização. Não obstante os defeitos que Arguedas atribui ao indígena, ele reconhece, na violência dos conquistadores, um fator que interferiu no caráter desses povos. E, na parte em que trata da Guerra do Chaco, o indígena aparece como um herói.

O racismo e o determinismo de Arguedas são inegáveis, todavia deve-se salientar que, o autor, esteve muito empenhado em uma crítica às elites bolivianas, que considerava um grupo extremamente corrompido e degenerado. Isso fica mais evidente em suas críticas em relação à política boliviana, onde percebe a preponderância de interesses privados em detrimento do interesse público. A arena política da Bolívia esteve ocupada, quase todo o

tempo da vida republicana, principalmente por mestiços<sup>133</sup>, daí o escritor atribuir a eles, a responsabilidade dos problemas do país andino.

Depois de uma ampla análise sociológica, histórica e psicológica da Bolívia, a conclusão que Alcides Arguedas chegava era de que não haveria nada para fazer, pelo menos de imediato, pois era sangue mestiço que havia substituído o sangue branco. E naquele momento, a grande quantidade de sangue mestiço revelava os sinais da patente e triste realidade da Bolívia, e do povo, mais enfermo que nunca. Compete destacar que, embora os problemas postulados, por Arguedas, tenham sido predominantes em sua obra, em certos momentos, ele apresenta soluções próximas das de muitos escritores do período, como a defesa da educação, para o povo que sofreria de uma absoluta falta da mesma, uma imigração selecionada, além de medidas econômicas e de moralização da política. Sendo assim, não obstante, todo o pessimismo, e, Arguedas concluir que não haveria nada que fazer de imediato, suas proposições indicam que haveria sim, algo a ser feito.

---

<sup>133</sup> Cabe ressaltar que os autores que trabalharam com o pensamento de Arguedas apontaram a origem mestiça desse escritor.

## CAPÍTULO 5

### “AS DEMOCRACIAS LATINAS DA AMÉRICA”: IMPERIALISMOS, RAÇA E POLÍTICA NOS ESCRITOS DE FRANCISCO GARCÍA CALDERÓN

O peruano Francisco García Calderón (1883-1953) foi um dos intelectuais latino-americanos mais importantes no início do século XX. Escritor muito profícuo, García Calderón, durante mais de quarenta anos, publicou muitas obras e contribuiu com diversos jornais e revistas na América e na Europa, além de ocupar cargos diplomáticos, representando o Peru, no Velho Mundo, por décadas.

García Calderón foi reconhecido por proeminentes intelectuais contemporâneos latino-americanos e europeus, que prologaram suas obras e escreveram notas elogiosas a seu respeito como José Enrique Rodó, Raymond Poincaré, Emile Boutroux, Gabriel Séailles, Gonzalo Zaldumbide, Rufino Blanco Fombona, entre outros. A maioria das suas obras foi publicada na Europa, sobretudo, na França e na Espanha, de modo que algumas das principais obras desse autor só foram traduzidas ao espanhol e publicadas no Peru nos anos de 1980.<sup>1</sup> Não obstante esse conhecimento tardio da produção de García Calderón em seu país, ele foi considerado o “melhor intérprete das realidades do continente”.

Apesar de ter passado a maior parte de sua vida na Europa, o escritor peruano preocupou-se em analisar a realidade latino-americana e dar a conhecê-la no Velho Mundo. Quase toda a sua produção tratava do Peru e dos países da América Latina, e de maneira semelhante aos intelectuais, seus contemporâneos, procurou analisar a realidade latino-americana, apontando os problemas que atingiam o continente e propondo soluções para os mesmos.

Dos autores analisados neste trabalho, García Calderón foi o único que não ocupou um cargo político eletivo em seu país, e isso pode ser explicado, também, pelos quarenta anos em que viveu na Europa. Quando retornou ao Peru, nos anos de 1940, estava muito doente,

---

<sup>1</sup> A obra *El Perú contemporáneo*, publicada, originalmente, em francês, em 1907, somente foi publicada no Peru em 1981, pelo Banco Internacional del Peru, na coleção “Reflexiones sobre el Perú”. Assim como a obra *Las democracias latinas de América* (1912), que trabalhamos neste estudo, foi traduzida para o inglês e o alemão na época de sua publicação, porém, para o espanhol, sua tradução apenas ocorreu em 1987, editada pela Biblioteca Ayacucho.

devido à esquizofrenia, e acabou passando seus últimos anos em um hospital psiquiátrico, em Lima.<sup>2</sup>

Apresentaremos o contexto peruano de fins do século XIX e início do XX, dando destaque para alguns eventos como o crescimento econômico do Peru, em função da exploração do guano, a intervenção espanhola nos anos de 1860 e a Guerra do Pacífico (1879-1883), além das disputas entre civilistas e pierolistas no cenário político do país. Alguns temas são centrais em sua obra, *Las democracias latinas de América*, como a defesa da latinidade, a denúncia das ameaças imperialistas, a insistência na necessidade de união entre os países latino-americanos, por meio de confederações, além de considerar as raças e a política, como responsáveis também pela situação da América Latina. A partir desses temas que analisaremos a obra de García Calderón, destacando os problemas que o escritor peruano apontou, bem como as soluções encontradas por ele.

### 5.1. O Peru no final do século XIX e início do XX e Francisco García Calderón

Em meados do século XIX, a economia peruana ganhou novos contornos a partir da exploração do guano, fertilizante natural, oriundo dos excrementos das aves litorâneas do Pacífico. A instabilidade política, decorrente das lutas caudilhistas, perdurou também no Peru, além de conflitos bélicos, como a questão espanhola (1863-1866) e a guerra do Pacífico (1879-1883), que trouxeram graves consequências para esse país.

O Peru, em meados do século XIX, teve um crescimento econômico diferenciado de outros países latino-americanos, devido à exploração do guano, o que permitiu ao estado se apropriar da maior parte dos lucros desse recurso.<sup>3</sup> Apesar disso, o dinheiro do guano não foi capaz de gerar a modernização e o desenvolvimento, pelo menos generalizado, do Peru. Segundo Peter Klarén, os dividendos guaneros foram empregados, principalmente, no inchaço da burocracia civil e militar, permitindo ao Estado montar um aparato efetivo de governo e se expandir, freando a autonomia dos caciques locais.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Todas as informações sobre a vida de Francisco García Calderón neste trabalho foram retiradas do prólogo e da cronologia apresentados por Luis Alberto Sánchez na edição de *El Peru contemporâneo* editado pelo Interbanco/Peru, em 1981, e *Las democracias latinas de América* editada pela Biblioteca Ayacucho, em 1987.

<sup>3</sup> De acordo com os dados recolhidos por Shane Hunt, Peru reteve uma média de 60% do valor das vendas de guano. CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. *Historia del Perú contemporâneo: desde las luchas por la independencia hasta el presente*. 5ª ed. Lima: IEP; PUCP; Universidad del Pacifico. CIUP, 2013, p. 131.

<sup>4</sup> KLARÉN, Peter. “As origens do Peru Moderno, 1880-1930”. In: BETHELL, Leslie. (org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. Vol. V. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 320.

As riquezas trazidas com a venda do fertilizante foram usadas também para promover a institucionalização das Forças Armadas, levando o Peru a se destacar entre os países sul-americanos. Este país foi uma das primeiras nações a ter encouraçados a vapor na América. Dessa forma, o aumento da burocracia civil/militar contribuiu para que os lucros do guano refletissem em todo o país, embora se concentrasse, sobretudo, em Lima, gerando um mercado interno. Contudo, vale ressaltar que a incipiente produção nacional acabou fazendo com que o consumo desse mercado se orientasse ao consumo de bens importados.<sup>5</sup>

Nesse contexto, o projeto de nação fundado algumas décadas antes, após as guerras de independência, consolidava-se. Os governos locais passaram a ser controlados pelo executivo, as Forças Armadas e a Igreja constituíam instituições mais disciplinadas; nesse período foram elaborados os primeiros mapas do território peruano, e tiveram início expedições exploratórias da região amazônica.<sup>6</sup>

Não obstante as transformações que o guano estava acarretando para o país, tudo isso se assentava em bases econômicas e sociais muito frágeis. Em primeiro lugar, porque os ingressos fiscais estavam ligados a exploração de um recurso esgotável e substituível.<sup>7</sup> E, em segundo lugar, porque ainda vigoravam as práticas trabalhistas servis na agricultura, além da importação dos *coolíes* asiáticos,<sup>8</sup> alternativa encontrada para substituir a mão-de-obra escrava, no processo de abolição da escravidão nesse país, ocorrida em 1854.<sup>9</sup> A opção pela imigração asiática entrava em conflito com os ideais de progresso e modernização de algumas elites latino-americanas, que percebiam esses grupos como inferiores e incompatíveis com tais ideais.

O debate político e intelectual que surgiu no Peru acerca da chegada dos *coolíes*, em meados do século XIX e se estendeu até o início do século XX, também ocorreu nos países vizinhos. Por um lado, havia os que defendiam a chegada de imigrantes europeus, por considerarem que estes trariam as suas “virtudes” de cidadania, compatíveis com a pretensão de uma sociedade “civilizada”. Além disso, eles ressaltavam a capacidade de trabalho dos imigrantes europeus. Esse grupo era composto principalmente por intelectuais liberais, que percebiam a Europa e os Estados Unidos como modelo de civilização a serem seguidos. Por

---

<sup>5</sup> CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. *Op. Cit.*, p. 134.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 133.

<sup>7</sup> Em 1853 o governo peruano contratou uma equipe francesa para realizar um estudo acerca das jazidas de guano em seu território. Tal estudo concluiu que, naquele ritmo de exploração, esse recurso se esgotaria em cerca 25 anos. *Ibidem*, p. 133-134.

<sup>8</sup> Segundo Peter Klarén, entre 1849 e 1874, chegaram cerca de 100 mil *coolíes* no Peru. KLARÉN, Peter. *Op. Cit.*, p. 322.

<sup>9</sup> CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. *Op. Cit.*, p. 134.

outro lado, havia os defensores da imigração asiática que apontavam um menor custo nesta, em relação à europeia, além de maior “docilidade” para o trabalho e “ordem social” dos asiáticos. Os latifundiários, defensores dos *coolíes*, argumentavam que suas necessidades eram supridas com “braços” e não com cidadãos virtuosos.<sup>10</sup>

As vias de comunicação no Peru, em meados do século XIX, eram escassas, o que fazia com que vastas áreas do território nacional permanecessem isoladas. Manuel Pardo (1834-1878), quando presidente, investiu na construção de ferrovias, pois, percebia nelas, a possibilidade de transformar a realidade peruana. Com esse intuito, Pardo contraiu altos empréstimos com a Inglaterra, o que levou a um grande endividamento do país. Durante uma década, esse projeto foi levado a cabo, de tal modo que várias linhas ferroviárias foram estendidas.<sup>11</sup> Apesar disso, não foi gerado o desenvolvimento esperado,<sup>12</sup> e nas últimas décadas do Oitocentos, o Peru ainda passou por uma grave crise econômica em decorrência dos conflitos internacionais em que esteve envolvido, como a questão espanhola, entre 1863 e 1866.

O conflito com a Espanha teve início em 1864, quando uma esquadra militar espanhola capturou as ilhas guaneras de Chincha, sob o argumento de que a justiça peruana teria sido negligente em relação a um incidente, ocorrido, no ano anterior, na fazenda de Talambo, em La Libertad. Nesse episódio, um trabalhador espanhol foi assassinado e outros quatro ficaram feridos em uma agressão que, segundo a Espanha, teria sido promovida pelo fazendeiro. Além disso, esse país reivindicava dívidas não pagas pelo Peru à Real Hacienda espanhola, antes da independência.<sup>13</sup> As negociações desse conflito foram longas e tensas.<sup>14</sup>

O Peru acabou cedendo a muitas das exigências espanholas, inclusive, o reconhecimento da dívida de décadas antes, através do Tratado Vivanco-Pareja, assinado em janeiro de 1865. Com efeito, houve uma revolta armada liderada pelo coronel Mariano Ignacio Prado Ochoa (1826-1901). O novo governo não reconheceu o Tratado firmado com a Espanha e, em aliança com o Chile, que também fora ameaçado pela esquadra espanhola, declararam guerra à antiga metrópole em 1866. Não demorou e Equador e Bolívia também se

---

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 143.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 151.

<sup>12</sup> Segundo Contreras e Cueto muitas razões explicam isso, as linhas não foram bem desenhadas e foram orientadas mais por interesses políticos que não atendia, necessariamente, as regiões estrategicamente importantes. Além disso, o empréstimo não foi suficiente, levando a paralização das obras, e com a guerra, o projeto foi interrompido por décadas. *Ibidem*, p. 153.

<sup>13</sup> Ainda em 1864 a Espanha não reconhecia o Peru como nação independente, apesar da trégua na guerra ter ocorrido em 1826.

<sup>14</sup> CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. *Op. Cit.*, p. 153.

uniram ao Peru e ao Chile. Poucos meses depois, a Espanha se retirou do conflito, mas antes bombardeou os portos de Valparaíso, no Chile, e de Callao, no Peru.<sup>15</sup>

Apesar de sair vitorioso desse conflito, o Peru teve que contrair dívidas, com a compra de barcos encouraçados e arcar com os prejuízos causados pela interrupção das vendas de guano. Além disso, esse período foi seguido por revoluções, trazendo mais problemas econômicos e endividamentos.

A partir dos anos de 1870, teve início o que se tornaria depois o Partido Civil, o mais importante da oligarquia, liderado por Manuel Pardo, e que ocupou o cenário político peruano por muitas décadas. Esse partido reunia latifundiários, grandes comerciantes, profissionais liberais e intelectuais, adeptos do liberalismo. O grande opositor dos civilistas foram os pierolistas, partido composto por adeptos de uma maior descentralização política e por católicos que se opunham à plutocracia da costa. Os pierolistas defendiam o médio agricultor e o pequeno comerciante. Ambos os partidos dominaram a arena política até o início do século XX.<sup>16</sup>

Manuel Pardo, do Partido Civil, saiu vitorioso nas eleições de 1872, e, em seu governo, buscou uma maior descentralização administrativa, instituiu a educação primária obrigatória e tentou implementar a imigração europeia. Pardo também organizou o primeiro censo da república e impulsionou a construção de ferrovias. Nesse período, enfrentou problemas econômicos por causa da queda dos preços do guano, devido à competição com o salitre, outro fertilizante que o Peru possuía jazidas na costa sul, e dos juros da dívida externa. Ainda teve que controlar rebeliões internas que surgiam no país.<sup>17</sup>

No final dos anos de 1870, um novo conflito bélico, marcaria a história peruana, a Guerra do Pacífico (1879-1883), que vimos no capítulo anterior. Essa guerra, teve trágicas consequências, não só para a Bolívia, mas também para o Peru, trazendo a devastação dos campos, saques às propriedades, desmantelamento de instituições educativas, culturais e médicas, além de perdas territoriais.

Com a ocupação do litoral boliviano pelas tropas chilenas, em 1879, o Peru interveio no conflito, ao lado da Bolívia, em função da aliança estabelecida entre estes dois países, em 1873. Ainda que na época o Peru contasse com uma população maior do que a do Chile, não possuía, tal como a Bolívia, um exército coeso. O exército peruano era formado por oficiais *criollos*, oriundos do mundo urbano e da classe proprietária, e soldados, em sua maioria,

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 155.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 159.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 159-160.

indígenas, que falavam outro idioma. O Chile ainda contou com o apoio da Inglaterra, que tinha interesses em garantir a liberdade de comércio do salitre.<sup>18</sup>

Desde o início, o exército aliado sofreu derrotas, Mariano Ignacio Prado<sup>19</sup>, então presidente do Peru, havia se trasladado para Arica, para dirigir pessoalmente as ações. Com as primeiras derrotas, ele decidiu seguir para a Europa, a fim de comprar armamentos. Nesse contexto, Nicolás de Piérola (1839-1913), liderou um golpe de Estado contra o vice-presidente Luis La Puerta de Mendonza (1811-1896)<sup>20</sup>, que, pela ausência de Prado, assumira a presidência em 1879. Em janeiro de 1881, Lima caiu em mãos chilenas, após sangrentos combates. A ocupação chilena se estendeu por mais de três anos, obrigando a população peruana a pagar tributos ao Chile, sob a ameaça da destruição de suas fazendas e negócios.

Em Lima, foi escolhido um novo presidente para que pudesse negociar a paz, o jurista Francisco García Calderón (1834-1905)<sup>21</sup>, pai do autor que analisaremos. O Chile queria a anexação do território de Tarapacá, o qual o presidente peruano se recusou a ceder. Calderón estava disposto a pagar indenização de guerra, de modo que o guano e o salitre poderiam ser tomados pelo Chile até recuperar os gastos do conflito, porém, ele não aceitou a cessão, permanente, de um território que não estava em questão antes da guerra. Por causa dessa recusa, Calderón foi enviado à Santiago, como prisioneiro.

É nesse contexto que nasce Francisco García Calderón<sup>22</sup>, o primogênito de Calderón, em Valparaíso, no Chile, em abril de 1883.<sup>23</sup> Em outubro desse ano foi firmado o Tratado de Ancón, colocando fim à guerra e favorecendo enormemente ao Chile, que ganhou a província de Tarapacá e, pelo acordo, as províncias de Tacna e Arica, por um período de dez anos. Além disso, o Peru foi obrigado a pagar uma indenização de guerra. Esta consistia na exploração das ilhas guaneras até obter um milhão de toneladas. Tal cláusula foi contestada pelos países europeus, credores da dívida peruana, de maneira que o Chile foi obrigado a dividir os lucros do guano com eles.<sup>24</sup>

---

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 167.

<sup>19</sup> Mariano Ignacio Prado foi presidente do Peru em duas ocasiões, a primeira vez entre 1865 e 1868, e a segunda em 1876 a 1879.

<sup>20</sup> Luis La Puerta de Mendonza também foi presidente provisório do Peru em duas ocasiões, em 1868 e em 1879.

<sup>21</sup> Francisco García Calderón nasceu em Arequipa e foi um prestigiado jurisconsulto. Publicou em 1879, *Diccionario de Legislación peruana*. Fundou e presidiu o Club Literário, o qual participavam importantes intelectuais peruanos como Ricardo Palma (1833-1919). Francisco García Calderón foi reitor da Universidad de San Marcos (1889), e senador pelo estado de Arequipa (1889).

<sup>22</sup> Para evitar confusões, já que o autor trabalhado possui o mesmo nome de seu pai, a partir de agora, denominarei Calderón, o pai, e García Calderón, o filho.

<sup>23</sup> Devido aos empecilhos impostos pelo Chile para que o menino García Calderón fosse batizado como peruano, seu batismo ocorreu no ano seguinte, na Argentina, onde teve como padrinho Domingo Faustino Sarmiento.

<sup>24</sup> CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. *Op. Cit.*, p. 176.



Em 1884, a família de Calderón foi autorizada a sair do Chile, mas com a condição de que seguisse para a Europa. Assim, os primeiros anos do escritor Francisco García Calderón foi na França, onde nasceu seu irmão, Ventura García Calderón (1886-1959), outro destacado intelectual peruano.

Em 1889, a família de Calderón retornou ao Peru. O pai do escritor se tornou reitor da Universidade de San Marcos e foi eleito senador por Arequipa, ocupando o cargo de presidente do Senado até 1893. Os estudos iniciais de García Calderón se realizaram no famoso Colégio de la Recoleta, onde estudavam os filhos da elite peruana. Nesse colégio, Garcia Calderón conheceu José de la Riva Agüero (1886-1944) e começou uma amizade que durou toda a vida.<sup>25</sup> A partir de 1895, com o governo de Piérola, seu pai, se afastou da vida política, passando a dedicar-se mais as questões educacionais.

O governo de Andrés Avelino Cáceres (1886-1890) enfrentou muitas pressões, e através do Contrato Grace (1899), procurou resolver a questão da dívida externa, depois de muitos debates e conflitos no congresso. O Peru estava desacreditado internacionalmente, desde a declaração da moratória, em 1876, e o contrato Grace foi a solução encontrada para que o país pudesse se modernizar, através da construção de ferrovias, modernização de portos e de minas, tudo isso feito com a inversão estrangeira.

Na década de 1890, a economia peruana começava a se recuperar. A estabilidade política ocorreu depois da revolução de 1895, quando Nicolás de Piérola, líder do Partido Demócrata, assumiu o governo. Em 1899, López de Romaña (1847-1912) tornou-se presidente da república, dando início a uma nova fase da política peruana, conhecida como República Aristocrática, que durou até 1919. Nesse período, uma oligarquia ocupou o cenário político e procurou, apoiando-se nas ideias liberais e do positivismo científico, realizar a modernização do país, inspirando-se nos modelos europeus. Buscou-se o cumprimento da lei, o incremento da produção, missões de técnicos estrangeiros foram contratadas, e se empenharam na realização da “castelhanização” da população indígena, cuja maior parte não falava o espanhol e era analfabeta. Essa meta demorou muito a ser cumprida, de acordo com o censo de 1940, o analfabetismo no Peru era em torno de 58% e 1/3 da população não falava, ainda, o espanhol.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Os amigos da Recoleta e outros jovens filhos da elite como Victor Andrés Belaunde e José Gálvez, começaram a fazer reuniões literárias na Biblioteca de Calderón (pai). Essas reuniões dariam origem, ao que alguns chamariam posteriormente de geração de 1900 peruana, devido a proximidade de idades e afinidade de pensamento. Mais adiante veremos isso.

<sup>26</sup> CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. *Op. Cit.*, p. 197.

Em 1901, García Calderón ingressou na Faculdade de Letras da Universidade de San Marcos, dois anos depois, obteve o título de doutor em Letras. Em 1904, o escritor peruano começou a colaborar com *La Prensa*, escrevendo sobre filosofia e política, com especial atenção aos acontecimentos europeus. Tratava de temas como as tendências do direito, a proteção dos trabalhadores, as correntes religiosas e as doutrinas socialistas, além de escrever artigos sobre Benjamin Kidd, Hippolyte Taine, Jules Michelet, Charles Renouvier, Gabriel de Tarde, Jean Jaurès, entre outros. Nesse mesmo ano, García Calderón publicou seu primeiro livro *De Litteris*, cujo prólogo foi escrito por José Enrique Rodó, que a respeito da obra escreveu

García Calderón empieza manifestando cualidades del juicio, o más generalmente, de la personalidad, que suelen ser el premio de largas batallas interiores, el resultado de una penosa disciplina del espíritu. Este escritor nuevo, sin dejar de ser muy juvenil por su hermoso y noble entusiasmo, nos da anticipados sabores de madurez (...) yo veo en él una de las mejores esperanzas de la crítica americana. Es a la crítica adonde le destinan claramente, las disposiciones de su espíritu.<sup>27</sup>

A partir de 1904, os civilistas dominaram a arena política por quase duas décadas, embora tenha ocorrido alguns conflitos, houve uma relativa estabilidade política. Foi nesse período que se desenvolveram instituições profissionais e empresariais, além do crescimento econômico em decorrência do incremento e diversificação das exportações de matérias-primas e o investimento direto de capitais estrangeiros, em minas, bancos e indústrias.<sup>28</sup>

Em 1905, com a morte de Calderón, e o impacto que isso causou em seu primogênito, que, com problemas psiquiátricos, tentou suicídio, a família de García Calderón decidiu se trasladar para a França, onde o escritor passou a residir durante quarenta anos. Em Paris, ele passou a ocupar o cargo de chanceler da Legação do Peru.

A partir de 1907, García Calderón participou ativamente da vida intelectual francesa, frequentou cursos como o de Henri Bergson (1859-1941), sobre Herbert Spencer, conferências, além de reuniões na casa de Emile Boutroux (1845-1921), que se tornou um grande amigo do escritor peruano. Também deu início a uma vastíssima produção, publicando principalmente na França e na Espanha, durante mais de quarenta anos, obras como: *Le Pérou contemporain* (1907), *Hombres e ideas de nuestro tiempo* (1907), *Profesores de idealismo* (1909), *Les démocraties latines de l'Amérique* (1912), *La creación de un continente* (1913),

<sup>27</sup> Isso aparecerá, posteriormente, na obra, *El Mirador de Próspero* (1913), de Rodó. RODÓ, José Enrique *apud* GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Las democracias latinas de América. La creación de un continente*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1987, p. 322.

<sup>28</sup> CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. *Op. Cit.*, p. 213.

“El Panamericanismo. Su pasado y su porvenir” na *Revue Hispanique* (1916), *Ideologías* (1917), *Ideas e impresiones* (1919), *El dilema de la gran guerra* (1919), *El wilsonismo* (1920), *El espíritu de la nueva Alemania* (1921), *Ensayos selectos* (1923), *Europa inquieta* (1926), *El espíritu de la nueva Alemania* (1928), *La herencia de Lenin y otros artículos* (1929), *Testimonios y comentarios* (1938), *José de la Riva Agüero. Recuerdos* (1949). Nesse período, García Calderón ainda prologou diversas obras de conhecidos escritores europeus e latino-americanos.<sup>29</sup>

Em 1908, o autor de *Las democracias latinas de América* fez muitas viagens pela Europa, conheceu o filósofo francês, Alfred Fouillée (1838-1912), e o romancista italiano, Antonio Fogazzaro (1842-1911), e visitou o filólogo colombiano, Rufino José Cuervo (1844-1911), que vivia em Paris. Na Inglaterra, tornou-se amigo de Ramiro de Maeztú. Na Alemanha, assistiu à conferência Internacional para a proteção da propriedade intelectual e participou do Congresso de Filosofia, apresentando o trabalho “Les courants philosophiques dans l’Amérique latine”, publicado na *Revue de Metaphysique et de Morale*.<sup>30</sup>

Em 1909, retornou ao Peru, onde se casou com Rosa Amalia Lores, que o acompanhou até a sua morte. No regresso para Europa, viajou para os Estados Unidos entrando em contato com intelectuais espanhóis que residiam nesse país. Em 1910, tornou-se Segundo Secretário da Legação Peruana em Paris e passou a colaborar, com frequência, com jornais latino-americanos como *El comercio*, de Lima; *Diario de la Marina* e *El Fígaro*, de Havana; e *La Nación*, de Buenos Aires.

Em 1914, tornou-se o Primeiro Secretário de representação diplomática peruana em Paris. Juntamente com as questões diplomáticas, esse escritor se dedicou aos ensaios a respeito dos problemas latino-americanos em relação aos Estados Unidos. Em 1918, foi nomeado oficial da Legião de Honra da França.

Transferiu-se, em 1919, para Bruxelas, ocupando o posto de Ministro plenipotenciário na Bélgica, onde permaneceu até 1921. García Calderón foi nomeado Ministro plenipotenciário do Peru na Comissão de Paz de Versalhes. Participou da Delegação na Europa que se ocupou de reunir toda a documentação sobre Tacna e Arica. Pelo Tratado de Ancón, assinado em 1884, ficava estabelecido que o Chile manteria cativas as províncias de Arica e Tacna por um período de 10 anos, passado isso, ocorreria um plebiscito, no qual a população dessas regiões decidiriam a qual país pertenceriam. Sendo assim, o plebiscito

<sup>29</sup> García Calderón prologou dezenas de obras entre elas *Cuestiones estéticas* (1911), de Alfonso Reyes; *Para la historia de América* (1922), de Hugo David Barbagelata; *Kikiff* (1924), de Héctor Velarde; *Literae: ensayos, crítica, comentarios* (1926), de José G. Antuña; *Essais sur le socialisme* (1947), de Louis Baudin.

<sup>30</sup> O escritor dominicano Pedro Henríquez Ureña traduziu esse artigo na *Revista Moderna*, com notas críticas.

deveria ser realizado em 1894, no entanto, as autoridades chilenas começaram uma campanha de “chilenização” desses territórios e adiaram o plebiscito, oferecendo ao Peru a compra dessas províncias, que recusou. Foi somente no segundo governo de Augusto Bernardino Leguía (1919-1930), através da mediação dos Estados Unidos, que o Peru conseguiu recuperar Tacna. Porém perdeu, definitivamente, Arica para o Chile.<sup>31</sup>

Em 1919, García Calderón foi condecorado pelo governo venezuelano com a ordem do Busto del Libertador. Nesse mesmo ano, ocorreram as eleições presidenciais no Peru, dando a vitória a Augusto Bernardino Leguía<sup>32</sup>, que contou com o apoio de setores médios urbanos e dos estudantes universitários. Logo no início, foi elaborada uma nova constituição em 1920. Leguía se manteve no poder por onze anos, já que nas eleições de 1924 e 1929, foi eleito novamente, tendo sido, nessas ocasiões, o único candidato. Os anos em que Leguía governou, as classes médias urbanas aumentaram significativamente e foram resolvidas questões fronteiriças com o Chile, a Bolívia e a Colômbia.<sup>33</sup>

Em 1921, por discordar do governo de Leguía, García Calderón renunciou a seu posto de ministro e passou a se dedicar, exclusivamente, à produção intelectual por uma década, (período em que Leguía governou Peru). Nesse momento, ele colaborou mais para periódicos em ambos os lados do Atlântico, tratando de temas variados como a situação europeia e latino-americana, examinando intelectuais como Benedetto Croce (1866-1952), Giovanni Gentile (1875-1944), Oswald Spengler (1880-1936), Rudolf Eucken (1846-1926), Heinrich Mann (1871-1950), Rudolf Steiner (1861-1925), entre outros.

A partir de 1929, em decorrência da crise mundial, as exportações peruanas se viram gravemente afetadas. Com efeito, surgiram muitos protestos de trabalhadores. Em 1930, Leguía foi derrubado pelo militar Luis M. Sánchez Cerro (1889-1933), pouco tempo depois, o país vivenciaria uma nova guerra civil.

Nesse mesmo ano, García Calderón retornou à diplomacia peruana, foi designado Ministro plenipotenciário do Peru na França, cargo que ocupou por dez anos, ao mesmo tempo, colaborava com muitos periódicos, observando atentamente os problemas políticos da Europa, Ásia e América. A partir de 1931, a enfermidade mental de García Calderón se intensificou e sua produção intelectual passou a sofrer momentos de interrupção, diminuindo consideravelmente.

---

<sup>31</sup> CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. *Op. Cit.*, p. 251-252.

<sup>32</sup> Leguía já havia sido presidente do Peru entre 1908 e 1912.

<sup>33</sup> CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. *Op. Cit.*, p. 249.

Em 1942, com a ruptura entre a França e a Alemanha, García Calderón, juntamente com outros diplomatas latino-americanos, foi detido pelas autoridades nazistas e enviado a um campo de concentração. Durante esse período, sem receber assistência, os problemas psiquiátricos de García Calderón se agravaram substancialmente.

Em 1947, o escritor peruano retornou ao seu país com sua esposa, quando já se encontrava muito enfermo. No ano seguinte, foi internado na casa de saúde Victor Larco Herrera, em Lima, onde permaneceu até a sua morte, em 1953, aos 70 anos de idade.

## 5.2. A geração peruana de 1900

Francisco García Calderón pertenceu a “generación del 1900”, que tem sido apontada como o grupo criador do pensamento político nacional peruano, ocupando um importante lugar no desenvolvimento das ideias filosóficas e políticas na América Latina. Os principais representantes da geração de 1900 são os irmãos Francisco e Ventura García Calderón, Victor Andrés Belaúnde (1883-1966), José de la Riva Agüero e José Galvéz (1885-1957). Tal geração, caracteriza-se por sua ênfase no hispano-americanismo e na cultura latina. Defendiam a aproximação com a cultura latina, influenciados pelo pensamento arielista, e denunciavam os perigos de uma imitação excessiva da cultura anglo-saxônica, mais especificamente, dos Estados Unidos.<sup>34</sup>

As preocupações da geração de 1900, conforme afirma Alicia Gil Lázaro, guardam relação com o contexto peruano de fins do século XIX e início do XX. O impacto da derrota para o Chile, na guerra do Pacífico; o estabelecimento da oligarquia no poder; a questão indígena; a incipiente industrialização; o surgimento da classe operária e o imperialismo. Tudo isso contribuiu para que os problemas nacionais fossem repensados e esses intelectuais se esforçassem para construir um projeto nacional.<sup>35</sup>

Esse projeto, deveria ser conduzido por uma elite ilustrada, educada, economicamente poderosa, progressista e disposta a participar do circuito internacional. A partir daí, para a geração de 1900, ocorreria a modernização do pacto oligárquico e, por conseguinte, a regeneração nacional. O projeto tinha uma orientação hierárquica e elitista, o que, segundo Alicia Lázaro, explica o apelo à tradição e à superioridade racial e, também, a opção pela

---

<sup>34</sup> GIL LÁZARO, Alicia. “Las señas de identidad de un escritor ‘ausente’: América Latina y Perú en el pensamiento de Francisco García Calderón”. In: GRANADOS, Aimer & MARICHAL, Carlos. *Construcción de las identidades latinoamericanas: ensayos de historia intelectual siglos XIX y XX*. México D.F.: El Colegio de México, 2009, p. 134-135.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 135.

“aristocracia da inteligência”.<sup>36</sup> Em função disso, posteriormente os intelectuais dessa geração seriam acusados de serem estrangeirizantes, elitistas, livrescos e frívolos.<sup>37</sup>

As influências filosóficas dessa geração são as ideias positivistas de Comte, as ideias spencerianas, as ideias evolucionistas e algumas teorias idealistas. A Universidade de San Marcos foi um centro importante de difusão do positivismo no final do século XIX.<sup>38</sup> Os trabalhos de Arthur de Gobineau, Hippolyte Taine e Gustave Le Bon, influenciaram sobremaneira o pensamento de escritores como Javier Prado y Ugarteche, que foi professor de García Calderón.

Na concepção de Prado y Ugarteche, o Peru só poderia aspirar à modernização se, antes de tudo, fortalecesse as elites nacionais e industrializasse o país, conforme o modelo norte-americano de colonização e imigração.<sup>39</sup> Outro pensamento que ganhou espaço na Universidade de San Marcos, foi a filosofia idealista, difundida por Alejandro Deustúa (1849-1945), também professor de García Calderón, que introduziu as obras de Jean-Marie Guyau, Alfred Fouillée, Hippolyte Taine e Ernest Renan.<sup>40</sup> Não por acaso, estes autores são citados com frequência na obra do escritor peruano.

*Las democracias latinas de América* foi publicada inicialmente em francês, sendo prologada por Raymond Poincaré (1860-1934), então presidente do Conselho de Ministros da França. García Calderón propôs a Gustave Le Bon que incorporasse sua obra, à conhecida Biblioteca de Filosofia Científica organizada por ele, que se recusava a abrir um espaço para os países latino-americanos. Quando, finalmente, Le Bon concordou, impôs a condição de que a obra contasse com o prólogo de um conhecido escritor, como garantia de ordem intelectual. O amigo de García Calderón, Emile Boutroux, apresentou-lhe a Poincaré, que concordou em conversar com o escritor peruano acerca de seu projeto. Conforme afirma García Calderón, Poincaré, em meio a tanto trabalho, encontrou tempo para anotar, página por página, e pedir explicações complementares. E, logo após escreveu um belo prólogo para sua obra. Não demorou e a famosa obra foi traduzida ao inglês e ao alemão.<sup>41</sup>

### 5.3. A defesa da latinidade

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 136.

<sup>37</sup> ALJOVÍN de LOSADA, Cristóbal. “El bloque latino en el pensamiento de Francisco García Calderón”. In: *Investigaciones Sociales. UNMSM-IIHS*, Vol. 17, nº30, 2013, p. 193.

<sup>38</sup> SALAZAR BONDY, Augusto *apud* GIL LÁZARO, Alicia. *Op. Cit.*, p. 136

<sup>39</sup> Os trabalhos iniciais de García Calderón, Andrés Belaúnde e Riva y Agüero é possível notar essa influência.

<sup>40</sup> GIL LÁZARO, Alicia. *Op. Cit.*, p. 137.

<sup>41</sup> SÁNCHEZ, Luis Alberto *apud* GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Op. Cit.*, p. 325.

García Calderón, em *Las democracias latinas de América*, elaborou uma complexa visão da América Latina, não se limitando ao Peru, mas a um conjunto que, em sua concepção, estava relacionado a uma origem comum compartilhada que era a latinidade. Embora a *hispanidad* tenha tido importância em sua obra, a ideia de latinidade prevaleceu, devido ao fato de que a França, em sua opinião, alimentava o espírito intelectual das gerações do outro lado do Atlântico.

A raça, para García Calderón, como para muitos dos seus coetâneos, era um componente fundamental para se compreender a sociedade e seu desenvolvimento. Em variadas passagens da obra, observamos que suas considerações sobre a raça estão vinculadas às questões de índole cultural.<sup>42</sup> Nesse sentido, a raça, para o escritor peruano poderia ser entendida como a síntese de variados elementos de uma civilização definida. Entre esses elementos, estariam a religião, a arte, a língua, a convivência em um território, a tradição e as afinidades morais que engendram ao longo dos séculos os caracteres psicológicos de determinado grupo.<sup>43</sup> Com efeito, para ele, existia uma raça latina, uma anglo-saxônica, uma germânica.

García Calderón passou grande parte de sua vida na Europa, acompanhou de perto os debates que perpassaram o período acerca da superioridade da raça anglo-saxônica em relação à latina. Muitos discursos interpretavam o desenvolvimento dos Estados Unidos como uma evidência da superioridade anglo-saxã, conforme vimos no primeiro capítulo, dentre estas interpretações, García Calderón destaca a do romancista francês, Paul Bourget (1852-1935), que a respeito do continente americano assinalou marcantes diferenças. Segundo o escritor francês a América do Norte se constituía em uma poderosa república industrial, ao passo que o sul do continente, era formado por vinte estados indolentes, desigualmente civilizados, tomados pela anarquia e pela mestiçagem.<sup>44</sup>

Embora essa fosse uma opinião corrente entre os europeus da época, García Calderón sublinhava que entre as nações sul-americanas havia diferenças significativas, que uma análise geral, como a de Bourget, acabava desconsiderando. De acordo com o escritor peruano, Argentina, Brasil, Chile, Bolívia<sup>45</sup> e Uruguai não podiam ser confundidos com

---

<sup>42</sup> Em outros momentos, como veremos adiante, as reflexões de García Calderón sobre a raça estão relacionadas ao racismo científico e ao darwinismo social.

<sup>43</sup> GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *El panamericanismo: su pasado y su porvenir*. Nova York-París: Imprenta de la casa editorial Bailly-Bailliere, 1916, p. 1.

<sup>44</sup> GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Las democracias latinas de América*. *Op. Cit.*, p. 5.

<sup>45</sup> Em muitas das referências que García Calderón faz à Bolívia, ele atribui a esse país um lugar privilegiado entre outras nações que supostamente seriam mais “civilizadas” e modernas. É interessante observar isso, pois

países como o Haiti ou com o Paraguai. Por essa razão, intelectuais franceses como Anatole France (1844-1924), Georges Clemenceau (1841-1929), Jean Jaurés (1859-1914) que estiveram na Argentina, no Brasil e no Uruguai, ficaram positivamente impressionados com o que consideravam uma sólida cultura latina, e com o esforço por alcançar a estabilidade interna, além das grandes riquezas existentes. Em decorrência disso, destacava García Calderón, esses escritores eram otimistas em relação ao futuro dessas nações.<sup>46</sup>

O que se notava era a existência de duas tradições culturais no continente americano, que se opunha pela raça e, conseqüentemente, gerava um antagonismo entre os Estados Unidos e as repúblicas latino-americanas. A colonização na América do Norte, feita basicamente por imigrantes ingleses, contrastava fortemente, com a da América do Sul, que não havia contado com elementos latinos puros. Segundo García Calderón, essa parte do continente era formada por um caudal, que embora se originasse na Europa, misturava distintos elementos europeus, africanos e árabes, denominados de ibéricos. Ao chegar ao Novo Mundo, ao longo dos séculos, esses povos se mesclaram com os autóctones, com os africanos, trazidos durante o período colonial, além de povos germânicos, saxões e orientais, formando o que o autor denominava de uma “Babel de raças”.<sup>47</sup>

Apesar dessa confusão de raças, o autor explicava que, tanto no norte como no sul da América, a tradição anglo-saxônica e a ibero-latina, eram predominantes e sua força de assimilação transformavam as raças novas, por meio de duas heranças morais. Exemplo disso nos países sul-americanos eram as leis romanas, o catolicismo e as ideias francesas que vinham nutrindo a “consciência” latino-americana.<sup>48</sup>

Em função disso, para ele, se formava no continente americano uma corrente geral de pensamento que não era só ibérica, senão francesa e romana. A França, em sua opinião, havia conquistado espiritualmente as nações latino-americanas e, por conseguinte, havia criado nelas uma variedade do espírito latino. Esta alma latina não constituía uma realidade aparte, porém, estaria formada de caracteres comuns a todos os povos mediterrâneos, de modo que cada um contribuía com algo.

Segundo García Calderón, os latino-americanos, descritos como “indisciplinados”, “superficiais” e “brilhantes”, pertenciam a grande família latina, seriam “rebentos” da Espanha, de Portugal e da Itália, em decorrência do sangue e das tradições, e

---

em outras interpretações, como a de Alcides Arguedas e de César Zumeta, a Bolívia era vista como atrasada e com poucas possibilidades de alcançar os ideais de progresso da época.

<sup>46</sup> GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Las democracias latinas de América. Op. Cit.*, p. 5.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 154.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 156.



concomitantemente, filhos da França, pelas ideias gerais. O escritor peruano cita novamente Georges Clemenceau, que encontrava no Brasil, na Argentina, e no Uruguai

un latinismo de sentimientos, latinismo de pensamiento y de acción, con todas sus ventajas espontaneas, con todos sus defectos de método, sus alternativas de arrebatos y flaquezas en la conducción de los planes.<sup>49</sup>

E para o político francês este espírito de uma América nova era irredutível, de maneira que o contato com a tradição anglo-saxônica poderia até renová-lo parcialmente, entretanto a transformação integral do gênio próprio dessas nações, não se operaria nunca. Isso significaria o “suicídio da raça”. No território americano, onde os anglo-saxões e latino-americanos se colocavam em contato, era possível observar melhor as contradições insolúveis que separariam uns dos outros. Os primeiros conquistavam a América comercialmente e, economicamente, se impunham aos latinos. No entanto, a tradição e o ideal, a “alma” das repúblicas lhes era hostis.<sup>50</sup>

Por essa razão, García Calderón sugeria a necessidade de corrigir os vícios da raça latino-americana, porém sem abandonar ou renegar suas tradições que lhes eram inerentes e perder a sua originalidade como nação.<sup>51</sup> Seria necessário que estas nações alcançassem um espírito prático e enérgico, sem, contudo, renunciar a sua língua, religião e história.<sup>52</sup>

Na obra *La creación de un continente* (1913), que pode ser considerada como uma continuidade de *Las democracias Latinas de América*, dados os temas que ele desenvolve, o escritor peruano, fazendo alusão ao projeto pan-americano dos Estados Unidos, afirmava que este poderia ter uma significação territorial, ancorado na casualidade geográfica e das vantagens comerciais que este país poderia obter, no entanto, o paniberismo ou a *hispanidad*, era uma tendência de raça. Tal projeto, em sua opinião, tinha por objetivo restaurar antigos vínculos morais, desgastados pelo tempo, e que congregava a Europa e as repúblicas latino-americanas.<sup>53</sup>

Esse autor destaca a obra de Rafael Altamira, *España en América* (1908), que, para ele, sintetizava esse fenômeno que ocorria em um sentido de aproximar a antiga metrópole à suas ex-colônias e afastar a influência norte-americana. Para esses intelectuais, todas as tradições conduziam à Espanha ao Novo Mundo, onde havia deixado marcas em seu caráter,

---

<sup>49</sup> CLEMENCEAU, Georges *apud* GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Las democracias latinas de América*. *Op. Cit.*, p. 156-157.

<sup>50</sup> *Ibidem*.

<sup>51</sup> De modo semelhante à Rodó na obra *Ariel* (1900).

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 157.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 239.

costumes, cidades e leis. As nações latino-americanas, nessa perspectiva, eram apresentadas como “novas Espanhas” do outro lado do Atlântico, e que, dada a situação “enferma”<sup>54</sup>, do antigo império ibérico, este se curaria na América.<sup>55</sup>

Essa retomada de relações com as ex-metrópoles ibéricas, tendo em vista que García Calderón inclui o Brasil e Portugal em sua reflexão, significava defender a sua própria tradição. Apesar da importância e necessidade dessa fraternidade entre nações que compartilhavam uma cultura comum, na opinião do escritor peruano, existiam intelectuais que “exageravam o nacionalismo” e se opunham terminantemente a essa fraternidade. García Calderón se referia aos cubanos Fernando Ortiz (1881-1969), que acusava a *hispanidad* de ser um plano de reconquista da América, e Roque Garrigó (1875-1956), que na obra, *América para los americanos* (1910), rechaçava a influência ibérica, apontando a decadência espanhola.

Roque Garrigó defendia uma aproximação com os Estados Unidos, o que para García Calderón, colocava em perigo as tradições inerentes às repúblicas latino-americanas. Para o escritor peruano, era fundamental que a herança espanhola fosse “purificada”, sem contudo, ser destruída. Dessa forma, era necessário contribuir com a transformação da Espanha. Cabe lembrar as propostas da geração de 1898, que vimos no primeiro capítulo, que procuravam a modernização espanhola, mas sem abrir mão de sua essência. Nessa perspectiva, as repúblicas de além-mar poderiam contribuir com a sua juventude.<sup>56</sup>

Assim, para García Calderón, as repúblicas espanholas da América e o Brasil, unidas às antigas metrópoles, conseguiriam interferir no destino da Europa latina e, a partir disso, através de uma cooperação entre nações de mesmas tradições, dispostas a defender interesses comuns e vitais, não poderiam, jamais, ser vencidas.

## **5.4. As ameaças imperialistas à América Latina**

### **5.4.1. A ameaça norte-americana**

A questão do imperialismo é um tema central na obra de García Calderón, que percebe nos Estados Unidos, na Alemanha e no Japão verdadeiras ameaças à independência, à soberania e às tradições latino-americanas.

---

<sup>54</sup> Após a derrota para os Estados Unidos na guerra de 1898.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 240.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 241.

A América Latina, desde a sua emancipação política, vinha sofrendo com as investidas das potências europeias e, posteriormente, dos Estados Unidos. A França, no século XIX, interveio no México. A Inglaterra também procurou interferir nas lutas caudilhistas na Argentina. Os Estados Unidos, apesar de ter colocado, de certa forma, limites nos interesses europeus, segundo García Calderón, eles impunham sua força na América Central e nas Antilhas.<sup>57</sup> Diante disso, os norte-americanos representavam um perigo efetivo para a América Latina, facilmente comprovado se fosse observada a situação cubana e porto-riquenha, que depois de décadas de lutas para se tornarem independentes do domínio espanhol, caíram sob o domínio norte-americano.

O escritor peruano, em *Las democracias latinas de América*, faz uma longa análise a respeito da situação cubana, que a seu ver, só poderia ser resolvida com uma astuta política, que levasse em conta as virtudes latinas. Ele via como alternativa para Cuba uma ampla imigração sob a égide de “bons tiranos”, com autoridade suficiente para manter a paz e dar uma nova orientação à vida nacional. Os temores em função dos acontecimentos no Haiti, ao longo do século XIX, estavam muito presentes no imaginário da época, e a ilha caribenha, com uma grande população de descendentes de africanos, acabava sendo, com frequência, associada à antiga região da Hispaniola.

Na América do Sul, de acordo com García Calderón, a influência estadunidense se apresentava em diferentes e ambíguos aspectos. Se por um lado conquistava novos territórios, por outro, também defendia a independência de algumas nações fracas. Segundo o autor, não era novidade as pretensões norte-americanas de estender sua hegemonia no continente latino-americano, mas paradoxalmente, essa ambição acabava poupando muitos e graves conflitos. A pressão moral dos Estados Unidos, conforme assinala García Calderón, era onipresente, de tal modo que esse país intervinha em todos os conflitos internos das repúblicas espanholas, ora suscitando, ora sufocando revoluções.<sup>58</sup>

Nem sempre essa supremacia, na concepção do autor, havia sido perniciosa, pelo contrário. No contexto de luta pela independência da Espanha, ele atribuía aos Estados Unidos o mérito por levar a cabo a autonomia continental, além da proteção oferecida às jovens nações das ambições europeias. Contudo, influenciado pelas ideias do escritor uruguaio José Enrique Rodó, García Calderón recomendava a cautela em relação aos excessos da influência

---

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 158.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 163.

norte-americana, que a seu ver poderia resultar perigosa em termos políticos, econômicos e culturais.<sup>59</sup>

Por isso García Calderón chamava a atenção para as pretensões norte-americanas de estabelecer uma espécie de *Zollverein*<sup>60</sup> entre todas as repúblicas do continente, com o intuito de controlar o comércio da região sul e a produção tropical. O escritor peruano lembrava que foi a partir dessa união aduaneira, entre os estados germânicos, que a unificação alemã foi consolidada em 1870. Em função disso, ele temia a possibilidade de que no futuro, os Estados Unidos também conseguissem formar um vasto império. Para García Calderón, as considerações do professor Achibald Cary Coolidge (1866-1928), da Universidade de Harvard, deveriam ser levadas em conta. Segundo Coolidge “a historia enseña que al asociarse estrechamente estados débiles con estados fuertes, la independencia de los débiles está en riesgo”.<sup>61</sup> Nesse sentido, as pretensões norte-americanas eram fatalmente opostas à independência latino-americana, e era crucial para a América Latina que não fossem estabelecidos monopólios e privilégios com os Estados Unidos.

O escritor peruano concebia a existência de diferenças abismais que separariam as duas Américas, divididas pela língua, pela mentalidade e pela religião. Além disso, ele considerava que havia antagonismos entre as raças formadoras, que teriam determinado uma evolução histórica completamente diferente entre as duas Américas. De tal modo que, a história da América anglo-saxônica teria sido lenta, dócil e carregada de experiências ao longo do tempo; ao passo que a da América Latina teria sido repleta de revoluções e sonhos irrealizáveis. Isso, para ele, estava relacionado também com a mestiçagem, fenômeno abominado pelos anglo-saxões, o que havia permitido que sua população fosse formada com raças puras. Já na parte sul do continente, os mestiços e seus descendentes predominavam nessas repúblicas.<sup>62</sup>

Com tantas diferenças entre a América Latina e a América anglo-saxônica, era a Europa, portanto, que deveria constituir o modelo a ser seguido pelas democracias latino-americanas. No Velho Mundo, essas repúblicas poderiam encontrar, sobretudo, na Inglaterra e na França, espírito prático, industrialismo, liberdade política, cultura, riqueza, grandes

---

<sup>59</sup> *Ibidem*.

<sup>60</sup> Aliança aduaneira estabelecida, em 1834, entre os estados germânicos sob a liderança da Prússia.

<sup>61</sup> COOLIDGE, Achibald Cary *apud* GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Las democracias latinas de América*. *Op. Cit.*, p. 167.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 170-171.

universidades e democracia. Assim, era da Europa que os povos latino-americanos deveriam receber, diretamente, o legado da civilização ocidental.<sup>63</sup>

Nesse ponto García Calderón defendia uma aproximação com a Inglaterra, que poderia contribuir com a sua praticidade, industrialismo, liberdade política e riqueza. É curioso que em várias passagens esse autor ressaltava as diferenças culturais, como forte elemento de separação entre as duas Américas, de origem latina e de origem anglo-saxônica. Todavia, aqui ele ignorava essas diferenças, pelo menos em relação à Inglaterra.

#### **5.4.2. A ameaça alemã**

Além da ameaça norte-americana para a América Latina, García Calderón considerava que os alemães também ofereciam grande perigo, cuja presença, embora não fosse agressiva, como a dos Estados Unidos, não significava que não fosse igualmente grave. De acordo com o escritor peruano, as grandes levas de teutônicos que desembarcavam na América, chegando silenciosamente, sem violência, possuíam amplas pretensões imperialistas. Isso podia ser observado no comércio e na imigração que a Alemanha vinha desenvolvendo. E contra essa ameaça, segundo o autor, a Doutrina Monroe não poderia ter nenhum efeito e, tampouco, poderia representar obstáculo, já que a invasão alemã ocorria de forma lenta e quase imperceptível, através da vinda de enormes contingentes de imigrantes. Estes se dirigiam principalmente para o Brasil, o Chile e alguns países da América Central.<sup>64</sup>

Conforme assinalava García Calderón, a Alemanha e os Estados Unidos faziam-se cada vez mais presentes na América do Sul, por meio de seus recursos econômicos e de seus aventureiros. Dessa forma, iam estabelecendo colônias no Novo Mundo. Para o autor, os negociantes e os banqueiros alemães e estadunidenses não passariam de tenazes emissários destas potências comerciais. Naquele momento, as incessantes incursões dos Estados Unidos nos assuntos sul-americanos e a imigração alemã, organizada, eram formas diversas de uma mesma ambição, cujos povos se assemelhavam em “espírito” e “raça”.<sup>65</sup>

Esse autor chama a atenção para a crescente presença alemã nos países da América Central como a Guatemala e a Costa Rica. A importância de seus capitais nessa região, segundo García Calderón, podia ser comparada aos capitais ingleses na Argentina, de modo que os alemães adquiriam bens raízes, construíam estradas de ferro, estabeleciam bancos.

---

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 170.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 158.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 158-159.

Nesse cenário, duas influências preponderantes se enfrentavam: o imperialismo alemão e o monroísmo.

Se no Chile, na Venezuela, no Peru e na América Central, os alemães se encontravam dispersos, no Brasil eles se concentravam principalmente na região sul, ambicionando, na opinião de García Calderón, colonizar três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ele explicava que desde 1825, uma corrente humana vinha invadindo estes estados. Segundo dados do autor, 350.000 alemães já teriam se estabelecido nessas regiões, apoderando-se de municípios, gozando dos direitos do *self government*, desprezando os negros e os mestiços e vivendo em um “aristocrático isolamento”, mantendo sua língua, suas tradições e os preconceitos da metrópole.<sup>66</sup>

Não apenas a América Latina recebia as levas de imigrantes alemães, uma grande parte da população norte-americana reconhecia sua origem alemã. Todavia, nos Estados Unidos, refletia o autor, talvez pelas afinidades de raça ou a ação assimiladora do espírito nacional, esses grupos não formavam um estado dentro do estado. Seus membros se adaptavam à vida americana e assimilavam os elementos da cultura saxônica, nas numerosas escolas existentes. Não constituíam, portanto, segundo García Calderón, uma ameaça ao desenvolvimento normal da república, tais como os negros, no Sul, e os asiáticos, no Oeste dos Estados Unidos.<sup>67</sup>

Já no Brasil, os alemães ocupavam extensas áreas do território, onde companhias de colonização e sucursais de poderosos bancos, sobretudo o *Dutsche Uberseeische Bank*, propagavam nesse país e em toda América Latina, a hegemonia alemã. Aliado a isso, a pretensão imperialista da Alemanha contava ainda, na concepção de García Calderón, com professores em importantes universidades estadunidenses que se esforçavam em negar a Doutrina Monroe e mostrar a falta de fundamento dessa doutrina. Para ele, o filósofo Hugo Münsterberg (1863-1916), e o economista Adolfo Wagner (1863-1917), constituíam exemplos disso, uma vez que o interesse da Alemanha exigia que os Estados Unidos renunciassem à sua tutela, para que numerosas legiões germânicas pudessem invadir o continente meridional.<sup>68</sup>

Em seu livro *Die Amerikaner* (1904), Hugo Münsterberg, escrevia que os norte-americanos compreenderiam logo “o erro e a loucura dessa tese”, se referindo à Doutrina Monroe, que ele qualificava de moribunda. Nenhuma colônia russa, francesa, italiana na

---

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 159.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 159-160.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 160.

América do Sul, dizia ele, poderia causar dificuldades aos Estados Unidos. Somente a doutrina que proíbe seu estabelecimento explicaria os conflitos futuros. Se a América do Sul fosse dispensada desta tutela, limitando-a à América Central, as probabilidades de um enfrentamento entre Estados Unidos e Europa, diminuiriam consideravelmente. García Calderón questionava ironicamente se este “desinteressado” conselho não escondia, na realidade, o desejo de fundar colônias sobre um continente desprovido da tutela dos Estados Unidos.<sup>69</sup>

Assim, García Calderón temia que, concentrados na região sul do Brasil, os alemães, classificados, por ele, como uma raça pura e hostil, poderia levar a cabo uma luta contra os “mestiços brasileiros”, de modo a subjugá-los, conforme os ensinamentos desses “professores de conquista”. Não demoraria muito, para o autor, e os alemães tentariam estabelecer uma província estrangeira no coração dos extensos territórios brasileiros.

A elite intelectual brasileira não ignorava essa manobra conquistadora, conforme salienta o escritor peruano, ela estava consciente de tal perigo e se apressava para extirpá-lo. García Calderón se referia às considerações de Sílvio Romero (1851-1914) que na obra *O alemanismo no Sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar* (1906), sugeria medidas para limitar esta expansão. Entre as medidas estavam a colonização do Brasil por elementos de diversas origens; a implantação de um sistema educativo de tipo anglo-saxão, que desenvolveria o sentido da iniciativa e do esforço; uma emigração de proletários brasileiros, que disputariam com os alemães os territórios do Sul; e por fim, o estabelecimento de colônias militares nas regiões ameaçadas. O idioma, visto como um instrumento de conquista, também tinha que ser priorizado. Para Sílvio Romero, era fundamental que o ensino do português fosse imposto às escolas do sul, onde “precavidos” colonos ensinavam unicamente em seu próprio idioma.<sup>70</sup>

Sílvio Romero também defendia a proibição dos sindicatos estrangeiros que adquiriam extensos e numerosos territórios no país. No lugar disso, deveria ser dada prioridade ao estabelecimento de centros indígenas entre as populações alemãs para deter, assim, esta perigosa invasão de uma raça estrangeira.

O escritor francês Onésimo Reclus (1837-1916) na obra, *Le Partage du monde* (1906), também aconselhava aos brasileiros que da mesma forma

---

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 160.

<sup>70</sup> A respeito das considerações de Sílvio Romero sobre a imigração alemã Cf. VOGT, Olgario Paulo. “O alemanismo e o ‘perigo alemão’ na literatura brasileira da primeira metade do século XX”. In: *Signo*, Santa Cruz do Sul, v.32, nº 53, dez/2007, p. 225-258. E SCHENEIDER, Alberto Luiz. “O Brasil de Sílvio Romero: uma leitura da população brasileira no final do século XIX”. In: *Projeto Historia (PUCSP)*, nº42, junho de 2011.

que en cada Estado, en cada municipio, los encargados de repartir tierras no permitan el establecimiento de colonias polacas, alemanas, inglesas, irlandesas sino las de españoles, portugueses, brasileños, franceses u otras análogas; que ninguna colonia se forme con gente de una sola nacionalidad, al contrario se divida entre gente de diferentes idiomas, que esta ley sea estrictamente observada y América Latina podrá repeler los fatales embates de la Europa eslava o germánica.<sup>71</sup>

Embora García Calderón, em várias passagens, tenha denunciado o imperialismo alemão, tratando com alarme esse tema, ele reconhecia que dificilmente este país poderia exercer uma hegemonia no Brasil, já que demograficamente não representariam muito frente aos dezenove milhões de brasileiros, no período, conforme salientado por ele. Além disso, as ondas migratórias alemãs se espalhavam para outros territórios americanos não se concentrando apenas em um lugar, fazendo com que essa força imperial fosse assimilada e absorvida pelos habitantes dessas terras.<sup>72</sup>

Ainda havia, segundo o autor de *Las Democracias latinas de América*, outro fator que contribuía significativamente para frear o ímpeto imperialista alemão na América do Sul. O enorme afluxo de italianos que, “enriquecidos e soberbos”, invadiam a Argentina e o sul do Brasil. De acordo com o escritor peruano, era uma corrente cada vez maior, de modo que mais de cinquenta mil “latinos” emigravam a cada ano. Estes se adaptavam à nova pátria, adquiriam imensas extensões de terras e acabavam impondo seus sobrenomes nas letras argentinas e nos salões do novo continente. Transmitiam a herança latina à sua numerosa prole. Simpático aos italianos, García Calderón julgava que contra esse grupo, cujas afinidades coincidem com as dos latino-americanos, nada poderá o grupo altivo dos colonos alemães.<sup>73</sup>

Para o autor, quando a imigração alemã em um determinado lugar não era excessiva, acabava formando populações assimiláveis e industriosas. O alemão, na opinião desse escritor, aprendia com mais facilidade que o inglês o idioma de sua nova pátria; estudava os costumes locais e os adotavam. Nas democracias inquietas e turbulentas da América, contribuía com sua parcimônia, sua industriiosidade e sua atividade metódica. Na Argentina, no Chile e no Peru, países onde ainda não tentavam assentar as bases de um império, García Calderón concluía que a influência alemã resultava benéfica.<sup>74</sup>

---

<sup>71</sup> RECLUS, Onésimo *apud* GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Las democracias latinas de América*. Op. Cit. p. 160-161.

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 161.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 162.

<sup>74</sup> *Ibidem*.



### 5.4.3. A ameaça japonesa

Outro perigo que o escritor peruano identificava para a América Latina estava relacionado à chegada dos japoneses, vistos como um perigo amarelo que, da mesma forma que outrora as legiões do imperador mongol Gengis Khan (1162-1227) ameaçara a Europa, naquele momento, colocava em risco o Novo Mundo.

As pretensões japonesas, porém, esbarravam nas dos Estados Unidos, que também ambicionavam dominar o pacífico. Isso, de certa forma, “protegia” a América Latina do perigo amarelo, tendo em vista que, segundo o autor, antes que os japoneses pudessem dominar a América, eles teriam que enfrentar os norte-americanos. As colônias japonesas que vinham sendo fundadas na costa do pacífico meridional<sup>75</sup>, eram percebidas com receio pelos Estados Unidos, foi por essa razão, para García Calderón, que esse país teria feito as manobras para a construção do canal do Panamá.

Um outro elemento que o escritor peruano identificava como sugestivo da cautela norte-americana em relação aos japoneses, era a aquisição das Filipinas, após a guerra hispano-americana (1898). O domínio sobre esse arquipélago permitiu aos Estados Unidos estenderem sua influência na Ásia, uma vez que a América do Sul permanecia como grande consumidora da produção europeia.<sup>76</sup>

O crescimento acelerado da população japonesa também acabava forçando a emigração, cujo pequeno território exigia a saída de sua população. Não à toa, o estado japonês estimulava esse êxodo. Diante disso, o autor entendia que enquanto os Estados Unidos conquistavam economicamente a Ásia, o Japão, aos poucos, invadia o oeste americano. García Calderón, a partir dessas observações, constatava a existência de uma luta de raças, onde, conseqüentemente, entravam em choque interesses inconciliáveis.<sup>77</sup> A preocupação americana com o imperialismo japonês podia ser vista na exclusão hostil e nos preconceitos raciais que esses asiáticos enfrentavam no gigante do norte.

Inclusive a obra do general americano Homer Lea, *The valor of ignorance* (1909), anunciava com alarme que uma nação heterogênea, onde os estrangeiros constituíam a metade da população total, não poderia vencer o Japão. Homer Lea previa que após o Japão eliminar as duas rivais, Rússia e China, submeteria os Estados Unidos, ocupando os territórios do noroeste americano. Para evitar tal destino, o militar estadunidense defendia a aliança com a

---

<sup>75</sup> García Calderón se referia a grande imigração de japoneses no Peru.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 177.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 178.

Inglaterra. Para ele, os japoneses, habilmente se detinham no Havaí, assimilavam métodos americanos e, logo, retomavam seu êxodo para a Califórnia, onde se preparavam secretamente para a conquista.<sup>78</sup>

Receosos com os japoneses, os Estados Unidos elaboravam leis que impediam a entrada de asiáticos em seu território. Por isso, na concepção de García Calderón, os japoneses se direcionavam para o sul do continente, visando preparar-se para lutas futuras. Segundo esse autor, os japoneses emigravam para o Canadá, a fim de assentar as bases da invasão dos Estados Unidos, e ocupavam o México, com esta mesma intenção, se estendendo até Chile. Não obstante, ressaltava o autor, era o Peru, a terra predileta destes “aventureiros imperialistas” cujas pretensões ficavam claras em jornais que circulavam no Japão.

“En el Perú, el gobierno es débil, como en la mayor parte de América del Sur, y poniendo el empeño necesario, no se podrá negar a aceptar inmigrantes japoneses”, escribía un periódico de Tokio. “En este país hospitalario, los japoneses podrán educarse en las escuelas públicas, adquirir tierras y explotar minas”. Es necesario, dicen en un diario de Osaka que estos emigrantes no vuelvan a Japón después de hacer fortuna; deben quedarse en el Perú y crear un *Shin Nihon*. Recuerdan a los inmigrantes japoneses que hay ya más de 60.000 chinos en las haciendas azucareras en el Perú y que esta República es una de las más ricas del Pacífico. Se les explica cuidadosamente cuales son los productos agrícolas que se pueden obtener en México, Chile y Perú, cuales son los privilegios otorgados a los inmigrantes en estos países.<sup>79</sup>

O escritor peruano lamentava o fato de que apesar das aspirações imperialistas, inclusive, evidenciadas em jornais de Tóquio e Osaka, os governantes na América não tomavam medidas em relação a essa situação. No Peru, milhares de asiáticos trabalhavam nas fazendas, seringais e cultivo de algodão. Segundo García Calderón, os navios orientais depositavam sua carga humana no porto de Callao e de Valparaíso. A terra passava, assim a ser fecundada pelos imigrantes japoneses, e as oligarquias agrárias, peruanas e chilenas, criticava o autor, por estarem amplamente abastecidas de mão de obra se davam por satisfeitas. Até mesmo o Brasil, relatava com assombro o autor, atraía esses imigrantes contrastando com a “fecunda” imigração italiana.<sup>80</sup>

Cabe ressaltar que a imigração japonesa no Brasil se deu em um contexto de modernização da economia e incentivo da vinda de imigrantes. Inicialmente, os europeus foram os povos estimulados à vir a trabalhar nas lavouras e contribuir para o

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 178-179.

<sup>79</sup> García Calderón retirou essas informações da obra de Louis Aubert, *Americanos y japoneses* (1908), que trazia numerosos recortes de jornais japoneses sobre a América Latina. *Ibidem*, p. 180.

<sup>80</sup> *Ibidem*.

“branqueamento” da população brasileira. Contudo, a necessidade de mão de obra, levou, através de acordos entre o governo do Brasil e do Japão, à entrada, em larga escala, de japoneses no país. A saída maciça de japoneses do Japão fez parte de um empreendimento do Estado Imperial e estava ligada à modernização e ao expansionismo do país. Além disso, era necessário estimular a saída da população excedente.<sup>81</sup> Não demorou muito e surgiram as resistências por parte de determinados médicos e políticos da época, gerando acirrados debates na arena pública brasileira, tal como ocorrera no Peru no mesmo período.

Nessa época, foi incentivada à “imigração eugênica” que defendia o “valor étnico” como condição para a entrada no país. O médico e eugenista Renato Kehl (1889-1974) foi enfático em relação a tal imigração, para ele, eram necessárias leis severas que estabelecessem as condições para a entrada de imigrantes no Brasil.<sup>82</sup> Esses debates racistas levantaram controvérsias, uma vez que, se por um lado, houve médicos e intelectuais (inspirados no racismo científico) que rechaçavam a imigração japonesa, por considerar prejudicial a um país já mestiço. Além de caracterizarem os japoneses como uma “raça feia e baixa”. Por outro, essas discussões não foram uníssonas e outros médicos e políticos, também inspirados por esses discursos, defenderam a presença japonesa, valorizando determinadas características desse povo, numa época em que o Japão ganhava espaço no cenário mundial.<sup>83</sup>

Sendo assim, a questão racial permeou os debates a respeito da imigração no Brasil. Se essas discussões, a partir de meados do século XIX, colocavam uma série de empecilhos à imigração de não europeus, ao final deste século, conforme assinala Kaori Kodama, isso se transformou. As necessidades de suprir mão de obra para a produção cafeeira abriu espaço para acordos que permitiu a entrada de imigrantes asiáticos no Brasil.<sup>84</sup>

García Calderón chama a atenção para o fato de que alguns escritores latino-americanos, preocupados com o perigo norte-americano, tendiam a confiar demasiado na simpatia do Japão, ou mesmo acreditar em uma possível aliança com esse país. Esse autor discordava do otimismo do argentino Manuel Ugarte (1875-1951), em relação ao Japão. Na opinião de García Calderón, a diplomacia latino-americana não deveria contar com o Japão,

---

<sup>81</sup> KODAMA, Kaori. “Imigração japonesa: debates médicos sobre raça e saúde”. In: BENCHIMOL, Jaime; SÁ, Magali Romero; KODAMA, Kaori (org.) *Cerejeiras e Cafezais: relações médico-científicas entre Brasil e Japão e a saga de Hideyo Noguchi*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2009, p. 43.

<sup>82</sup> MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: UNICAMP, 1994, p. 91. A esse respeito Cf. STEPAN, Nancy. “A Eugenia no Brasil - 1917 a 1940”. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. E CASTAÑEDA, Luzia Amélia. “Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da eugenia”. *Episteme*, Porto Alegre, v.3, n.5, 1998.

<sup>83</sup> KODAMA, Kaori. *Op. Cit.*, p. 48.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 43.

tendo em vista que a hostilidade entre esta nação e os Estados Unidos poderia, mais adiante, ser utilizada com êxito. Além disso, no comércio que se desenvolvia no Pacífico, o Japão não defendia a autonomia latino-americana, pelo contrário, segundo o autor, esse país percebia o Peru, o Chile e o México, como terras de “expansão nipônica”.<sup>85</sup>

Diante disso, para o escritor peruano, caso as proposições de Manuel Ugarte fossem levadas a cabo, representaria apenas uma mudança de tutela. E nesse ponto, García Calderón encontrava semelhanças entre os latinos e os norte-americanos, uma vez que esse autor sublinha que apesar das diferenças que ele mesmo havia ressaltado anteriormente, esses dois grupos partilhavam uma religião secular, o cristianismo, e uma civilização que se originava na Europa Ocidental. Já em relação ao Japão, tudo contribuiria para separar esse povo dos latinos, visto que a raça dominante, o espanhol, que impôs a civilização do homem branco na América, era completamente contrária a “todo el Oriente invasor”.<sup>86</sup> E dessa forma, como era essa “raça” que, cruzando com o indígena, de acordo com o autor, conformava o verdadeiro americano, os japoneses apenas complicavam a “babel de raças” existente na América Latina.

### 5.5. A Unidade latino-americana

A desunião das repúblicas latino-americanas é um dos problemas mais destacados por García Calderón em sua obra *Las democracias latinas de América*. Esse autor considerava que embora tudo nessa parte do continente favorecesse a unidade entre estes países, cada vez mais eles se afastavam, ignorando a necessidade vital para cada uma das nações da América Latina que a união representava.

García Calderón apontava as considerações do já citado professor Coolidge, que em sua obra *The United States as a world power* (1908), havia afirmado que uma das maiores evidências de que o espírito político dos latino-americanos era atrasado podia ser vista justamente na existência de tantas democracias hostis em um continente uniforme. Essas repúblicas, que possuíam muitos aspectos em comum, tais como a língua, a civilização e os interesses essenciais, poderiam associar-se em grupos importantes. Se isso ocorresse, nada, nem mesmo os Estados Unidos ou as potências europeias, poderiam ameaçar esses países. Dentre as confederações que poderia surgir, Coolidge sugeria a união da Bolívia, do Uruguai e do Paraguai à Argentina; a confederação entre Venezuela, Equador e Peru à Colômbia; a união entre as repúblicas centro-americanas ao México. Uma vez ocorrido isso, Coolidge

---

<sup>85</sup> GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Las democracias latinas de América*. Op. Cit. p. 180-181.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 181.

vislumbrava um futuro promissor para a América Latina, que formaria grandes estados capazes de ocupar um importante lugar no mundo moderno e assim não se preocuparia mais com nenhuma investida estrangeira.<sup>87</sup>

García Calderón lamentava o fato de que as repúblicas latino-americanas não se fiavam nessa advertência, ao contrário, tendiam cada vez mais à desagregação. Um século de desenvolvimento político isolado e, pesando sobre isso a influência do clima e do território, vinha formando características divergentes nesses países.

México está privado de la elocuencia tropical que se observa en Colombia; la rigidez chilena contrasta con la rica imaginación de los brasileños; los argentinos forman un pueblo comercial; Chile es una república belicosa; Bolivia practica una política astuta, obra de un pueblo lento y practico, que le da una fuerza nueva; el Perú persiste en sus sueños de idealismo generoso; América central permanece desgarrada por una anarquía que parece irremediable; Venezuela y las Antillas se inspiran todavía en un vano lirismo. Algunas de estas republicas están formadas por pueblos prácticos y gobernados por plutocracias activas; otras, por pueblos soñadores que conducen presidentes neuróticos. En el trópico: guerra civil y pereza; sobre las mesetas frías, en las llanuras templadas y en las ciudades marítimas: riqueza y paz.<sup>88</sup>

Apesar dessa diferença entre as nações e os territórios, essas não eram essenciais, e, portanto, segundo García Calderón, não poderiam destruir a obra secular das leis, das instituições, da religião, das tradições e da linguagem. A unidade, a seu ver, estava fundamentada em bases indestrutíveis e profundas tal como a própria raça. O espanhol, nesse sentido, unia estritamente o destino da ex-metrópole e de suas antigas colônias e estabelecia uma distinção entre as duas Américas, conformando uma identidade de raça que poderia ser a esperança de uma unidade duradoura.<sup>89</sup>

O autor, por meio de uma análise dos povos que conformaram as sociedades da América Latina, assinalava que três raças principais se misturaram na região, a indígena, a espanhola e a negra. Segundo ele, havia mais semelhanças entre peruanos e argentinos que entre os habitantes de duas províncias francesas afastadas, ou entre o italiano do norte e o italiano do sul. As frágeis diferenças entre as repúblicas indicavam a unidade do continente e desse modo, era a identidade de raça latino-americana que, para o escritor peruano, poderia explicar também as similitudes da história da América Latina, na qual se observava uma

---

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 184.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 184-185.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 185.

sucessão de períodos militares e períodos industriais, revoltas e ditaduras, promessas de restauração política, tirania de aventureiros e complexa legislação.<sup>90</sup>

Sendo assim, compartilhando a mesma religião, tradição espanhola, idioma, história e constituída pela mesma raça, a América Latina, formaria tanto geográfica, quanto moralmente, um mesmo continente. O passado revelava, para o autor, exemplos dessa unidade, cujas lutas de independência demonstraram uma grande solidariedade entre esses povos. Décadas depois de um isolamento, a partir da emancipação política, em 1865, novamente algumas repúblicas foram capazes de se aliarem para combater a tentativa de recolonização espanhola. Sendo assim, o autor considerava que nenhum outro continente oferecia tantas razões de unidade, de maneira que “esta [seria] a maior originalidade da América Latina”.<sup>91</sup>

Para García Calderón, se fosse observada a história europeia, essa originalidade latino-americana ficava ainda mais clara, uma vez que no velho continente, os estados e as raças se encontravam em permanente luta, cujo equilíbrio apenas se mantinha mediante alianças. Da mesma forma os outros continentes não poderiam oferecer possibilidade de unidade. A África era vista, por ele, como um imenso grupo de “raças primitivas”, colonizadas por potências europeias. A Oceania possuía uma unidade parcial, proporcionada pelos ingleses na Austrália. Em relação à Ásia, nem era possível vislumbrar uma unidade no futuro, já que os conflitos de raça e religião seriam suficientes para desanimar qualquer intento de unidade.<sup>92</sup>

Diante disso, García Calderón entendia que somente na América o problema político se tornava relativamente simples e a unidade uma necessidade imediata. Passados quase meio século da proposição do argentino Juan Bautista Alberdi, que julgou possível que o mapa da América pudesse ser refeito, o escritor peruano lamentava que, naquele momento, as repúblicas latino-americanas apresentassem fronteiras que pareciam definitivamente estabelecidas. Além dos preconceitos que se encontravam demasiado arraigados para que se pudesse fazer algo a respeito. Isso, no entanto, não diminuía a importância e a urgência da formação de grupos de nações. Tendo em vista que, se a unidade do continente, pela via de uma imensa confederação ao modo anglo-saxão parecia irrealizável, nem por isso era menos necessário agrupar, de uma maneira durável, as nações latino-americanas segundo suas afinidades. Se fossem levadas em consideração as desigualdades geográficas, as igualmente trágicas, desigualdades econômicas, se poderia vislumbrar a reunião estável de nações

---

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 186.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 186-187.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 187.

semelhantes. Para García Calderón, existia uma hierarquia natural que se refletia no Novo Mundo, de maneira que

pueblos superiores y democracias inferiores, naciones marítimas y Estados mediterráneos. El Paraguay seguirá siendo inferior a la República Argentina; Uruguay al Brasil; Bolivia, a Chile; Ecuador, a Perú; Guatemala, a Méjico, tanto del punto de vista de la riqueza como de la población y la influencia. Sólo por la agrupación federativa podrá ser resuelto el problema de la preservación de la autonomía de repúblicas tan diferentes entre sí por la extensión y la situación de sus territorios. Oprimir y colonizar estos países es el deseo de los imperialistas de toda laya; pero la paz americana exige otra solución, no la síntesis impuesta por algún Estado fuerte, sino la cooperación de organismos libres.<sup>93</sup>

Por essa razão, García Calderón considerava que a solução seria a reunião desses povos formando uma cooperação entre nações livres, de modo que as repúblicas mais débeis se associariam a outras mais fortes e assim conservariam sua autonomia. Diante disso, a América Central, destruída pela anarquia, poderia, por meio da união entre elas, se defenderem dos Estados Unidos. As Antilhas espanholas também poderiam conformar uma confederação no Caribe.

A Grã Colômbia, projeto de Simon Bolívar, poderia reconstituir-se, formando uma imponente confederação, unidas por tradições e geografias comuns. Esse agrupamento, por sua vez, formaria uma poderosa barreira latina, frente aos interesses anglo-saxões, com a construção do canal do Panamá.<sup>94</sup>

Bolívia, país andino que havia perdido seu litoral para o Chile, em duas ocasiões havia se unido ao Peru.<sup>95</sup> Esses dois países, para o autor, com muitas afinidades, unidos por laços históricos, econômicos, raciais e geográficos tendiam forçosamente à unidade. Apesar da inimizade entre o Peru e o Chile, essas nações poderiam beneficiar-se mutuamente, se pudessem deixar as diferenças e traçarem projetos estratégicos. A proximidade geográfica desses países e a produção distinta, poderiam ser utilizadas em favor de ambas as nações, Peru exportando produtos tropicais e Chile seus produtos de zona temperada

¿No son éstas las verdaderas armonías económicas? En el orden moral, las mismas causas que engendraron el odio de Chile contra Perú, desde Portales hasta Pinto, ¿no pueden ser acaso las mismas que cimienten una futura amistad? Perú, empobrecido por la guerra con Chile, perdido el salitre no puede ya provocar la codicia ni el rencor de una colonia pobre contra el elegante virreinato. Chile aventaja a Perú en riquezas, además su pueblo es

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 187-188.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 188.

<sup>95</sup> Em 1837, sob a autoridade de Santa Cruz, e 1879, na guerra do Pacífico.

más fuerte, más enérgico, si bien menos imaginativo, menos señorial y elocuente. A la gracia, a la vivacidad peruana, se opone la prosaica lentitud del chileno; a la anarquía de uno de ellos, la estabilidad política del otro; al idealismo del Perú, el sentido práctico de Chile.<sup>96</sup>

Nessa perspectiva, não obstante o Peru e o Chile fossem, física e moralmente, distintos ambos os povos se complementariam. As necessidades econômicas de cada um poderiam assentar as bases permanentes de uma aliança. A confederação do Pacífico conformada pelo Peru, Chile e Bolívia, formaria outro bloco maciço e poderoso latino, e impediria futuras guerras na América. Desafortunadamente, segundo García Calderón, o Chile se impunha sobre os demais e não parecia pretender formar uma unidade importante e vital com essas nações.<sup>97</sup>

Por fim, a Confederação da Prata, herdeira de tradições da época colonial poderia se formar com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, constituindo um bloco forte capaz de contribuir, mutuamente, para o desenvolvimento de cada uma dessas repúblicas. Levando-se a cabo tal projeto, esses agrupamentos dariam origem à nova América, organizada e forte.

García Calderón vislumbrava assim, a partir da Confederação da Prata, Confederação do Pacífico, Grã Colômbia, América Central juntamente com México, Confederação das Antilhas e o Brasil, alcançar o equilíbrio desejado e necessário. Para que isso pudesse ser concretizado, García Calderón propunha alguns métodos econômicos e políticos. A organização do continente deveria ser um empreendimento de pensadores, de estadistas e de pioneiros da indústria. Os meios apropriados para realizar essa união poderiam ser feitos através de tratados parciais de comércio, de navegação, de regime ferroviário, de união aduaneira e de congressos internacionais. A construção de ferrovias era fundamental, uma vez que elas “están llamad[a]s a crear un continente nuevo: el desierto y el aislamiento, he aquí los enemigos de la federación americana.”<sup>98</sup>

No início do século XX, muitas regiões ainda permaneciam isoladas e carecendo de meios de comunicação que pudessem integrar as várias áreas do continente. Diante disso, até a geografia era motivo de separação com seus bosques, planícies e a imponente Cordilheira dos Andes. Além disso, existia um profundo desconhecimento entre as nações vizinhas, cujos dirigentes políticos nem sequer se conheciam, o que, para García Calderón, fazia com que os erros se perpetuassem e as guerras fossem engendradas.

---

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 188-189.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 188-189.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 189-190.



A imprensa latino-americana também foi criticada pelo autor de *Las democracias latinas de América*. Ele censurava o fato de que a imprensa sabia mais sobre a vida europeia, do que sobre a vida pública das nações americanas, limitando-se a publicar notícias vagas e equivocadas. Por essa razão, o escritor peruano propunha a construção de ferrovias que, conseqüentemente, estimulariam as viagens e assim poderia deixar o perigoso isolamento que se encontravam. Fazendo alusão à frase de Juan Bautista Alberdi que, em meados do século XIX, afirmou que na “América governar era povoar”, García Calderón considerava que na “América governar era colocar trilhos”. Em sua concepção, as ferrovias eram capazes de revelar a “barbárie” existente nessa região, atraindo o estrangeiro, povoando o deserto e civilizando o índio. E ainda, o desenvolvimento dos meios de comunicação contribuiria com a organização política e a estabilidade interna, levando, por conseguinte, a perda de influência do caudilho.<sup>99</sup>

Não obstante a importância que a confederação entre as repúblicas latino-americanas tinha para seu futuro, segundo o autor, alguns escritores defendiam a autonomia das pequenas nações contra as alianças. Estes, em sua opinião, ignoravam que tais alianças respeitariam a constituição interna e a organização histórica de cada nação. Elas apenas unificariam interesses gerais e externos de comércio. A ingerência norte-americana na América Central e no Panamá, para García Calderón, já seriam razões suficientes para a confederação que ele defendia. O escritor peruano anunciava que

Para detener la marcha de los Estados Unidos, el Sur no tendrá el contrapeso necesario. En el conflicto entre los norteamericanos unidos y los sudamericanos desunidos, el Nuevo Mundo latino lleva todas las de perder.<sup>100</sup>

Frente a tantos perigos, García Calderón sustentava que a América Latina não poderia continuar dividida, ao passo que seus inimigos construía vastas federações e imensos impérios. Independente das razões que impulsionassem a união entre essas nações fosse pela raça, fossem pelos interesses comerciais, fosse pela utilidade comum ou, fosse por sua independência, as democracias americanas deveriam agrupar-se em três ou quatro Estados poderosos. Somente assim, resistiriam às investidas das potências estrangeiras. Na obra *La creación de un continente*, publicada em 1913, em Paris, o escritor peruano reafirmou suas considerações a respeito da necessidade, vital, da união latino-americana.

---

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 190.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 211.

## 5.6. O problema da raça na América Latina

A questão da raça ocupa um lugar central na obra de García Calderón, pois em sua opinião, a raça explicava o progresso de alguns povos e a decadência de outros, bem como a desordem que acometia a América Latina. Com feito, observando os Estados Unidos era possível perceber como as raças interferiam no caráter de um povo e no seu desenvolvimento. Esse país, cuja população estava constituída por muitas variedades de grupos europeus, produziam elementos coerentes, por serem oriundos de “matrimônios” felizes de raças. Ao passo que na América Latina, ocorreriam estranhas combinações de raças, formadas a partir da união de indígenas, negros, europeus e orientais.

En Argentina donde se confunden inmigrantes españoles, rusos e italianos, la formación social es muy compleja. A los indios aborígenes se unieron negros africanos, judíos españoles y portugueses, luego italianos y vascos, franceses y anglosajones; una invasión múltiple donde domina el elemento latino. En Brasil, alemanes y africanos se casan con indios y portugueses. En los pueblos ribereños del Pacífico, sobre todo en Perú, un fuerte aporte asiático, chinos y japoneses viene a complicar todavía más el mestizaje humano. En México y Bolivia, predominante es el elemento indígena, el indio. En Cuba y Santo Domingo, son los negros. Costa Rica es una democracia de blancos y en Argentina y Chile desapareció todo vestigio de africano. En resumidas cuentas, no hay raza pura en América. El mismo indio aborigen es un producto de la mezcla de antiguas tribus y rancias castas.<sup>101</sup>

O escritor peruano atribuía os numerosos problemas do continente à complexidade de povos e à mistura de sangues existentes. Por essa razão, ele analisou cada uma dessas raças com o intuito de explicar a situação latino-americana. De acordo com García Calderón, a mestiçagem nem sempre resultava trágica e estéril, havia uniões que produziam mestiços viris e originavam povos enérgicos. Um exemplo disso era a mescla do espanhol com o índio, desde que o primeiro fosse o elemento predominante, já que aquele era considerado pelo autor, como um tipo mais virtuoso. Era o caso do Chile, da Argentina e do Uruguai, lugares em que a mestiçagem teria produzido um tipo físico e moralmente “mais saudável”.<sup>102</sup>

O espanhol, a raça conquistadora, é apresentada como virtuosa, embora tenha degenerado nos trópicos, em função do contato com as outras raças e o clima. O espanhol se caracteriza, para García Calderón, por seu individualismo, estoicismo, tenacidade, pela sua rigidez na fé e por seu espírito aventureiro.

---

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 194.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 194-195.

Em sua descrição acerca do indígena, García Calderón se assemelhava a muitos de seus contemporâneos que destacavam o problema do alcoolismo entre estes grupos. Ele também salientou a miséria, a exploração, a sujeira e a passividade a qual os indígenas estariam sujeitos, e tudo isso, em sua opinião, constituíam fatores que levavam à decadência dessa raça.

Por último, descreve o negro, que a seu ver, não contribui em nada para o progresso da raça e apenas ensombrece o sangue ao se misturar ao espanhol e ao índio. Seu julgamento em relação aos negros é ainda mais inflexível, são descritos como ociosos e servis, exercendo uma influência “deprimente” sobre o caráter dos americanos.<sup>103</sup>

Essas seriam as três raças, que davam origem à população latino-americana, havendo predominância de uma sobre a outra em determinados lugares. Apesar das elites do continente terem adotado costumes europeus, na maioria das repúblicas, o elemento indígena ou mestiço prevalecia. Para ele “El verdadero americano es el mestizo, descendiente de español y de indio”.<sup>104</sup>

Aceitando as considerações que afirmavam que os cruzamentos com negros na América resultavam desastrosos, García Calderón, influenciado pelas ideias de Gustave Le Bon, concordava que havia uma relação necessária entre a proporção numérica dos negros e o grau de civilização de um país. Em função disso, ele apontava que bastava observar a Argentina, o Chile e o Uruguai, países em que a porcentagem de negros era menor, para perceber que a riqueza crescia e a ordem interna se consolidava. Já em Cuba, em Santo Domingo, em determinadas repúblicas centro-americanas e em alguns estados do Brasil, onde os negros eram numericamente mais expressivos, as desordens internas permaneciam. Para o autor, a inaptidão política dos negros ficava evidente na história do Haiti, maior exemplo, para García Calderón, da incapacidade dos negros de se autogovernarem.<sup>105</sup>

A composição racial do continente perturbava muitos intelectuais do período que, como García Calderón, viam poucas possibilidades de alcançar os ideais europeus com tantas “raças díspares”. Por essa razão, o escritor peruano questionava se a realização da união latino-americana seria possível com raças tão heterogêneas. Em caso afirmativo, surgia outra questão: quanto tempo seria necessário para que se formasse uma população homogênea? Para o autor, a instabilidade política era decorrente de um desequilíbrio de raças e de homens,

---

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 196.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 197.

<sup>105</sup> *Ibidem*.

cuja mestiçagem na América Latina, teria suscitado tipos humanos desproporcionados física e moralmente.<sup>106</sup>

Ao mesmo tempo em que o escritor peruano chamava a atenção para o fato de que se as raças existentes na América Latina permanecessem divididas, não seria possível a unidade para fazer oposição às invasões imperialistas, ele se amparava nas considerações de Le Bon, que traçava um diagnóstico pessimista para o continente. De acordo com o sociólogo francês, para que as raças pudessem se fundir e formar uma raça nova, seriam necessárias três condições principais: a primeira, que as raças submetidas aos cruzamentos fossem numericamente proporcionais; a segunda, que suas características não fossem opostas; e a terceira, que fossem submetidas durante longo tempo a condições idênticas do meio.<sup>107</sup>

Pensando nesses princípios, a mestiçagem na América Latina não atendia a nenhum deles, o índio e o negro predominavam sobre o branco. De tal modo que, de acordo com as cifras de García Calderón, o elemento europeu não chegava a 10% da população total, menos no Brasil e na Argentina, que recebiam muitos imigrantes italianos e alemães. As diferenças entre o caráter do espanhol, do negro e do índio eram tão profundas que, as raças, além de serem rivais, não se complementavam. Em decorrência disso, segundo o autor, a mestiçagem entre essas raças traziam muitas consequências negativas, com a exceção de alguns “felizes cruzamentos” no Chile, no Brasil (região sul), no México, na Colômbia, no Peru e na Bolívia. Cabe ressaltar que, apesar de García Calderón citar estes lugares, ele não explica quais seriam essas exceções e nem o porquê de tal consideração. A Bolívia e o Peru, em muitos estudos do período, eram acusados de terem possibilidades muito limitadas de desenvolvimento, em função de terem uma população predominantemente indígena e não receberem uma intensa imigração europeia. Por fim, o meio ainda não tinha conseguido exercer uma influência decisiva sobre essas raças em contato. Sendo assim, a população latino-americana degenerava, na concepção de García Calderón, “la raza negra va obrando, y el continente retorna a la primitiva barbárie”.<sup>108</sup>

Semelhante a muitos escritores do período, García Calderón considerava que um enorme afluxo imigratório da Europa poderia estabelecer um equilíbrio entre as raças e impedir, assim, a degeneração completa do continente. A Argentina, para ele, era o melhor

---

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 198.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p. 198-199.

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 199.

exemplo de que isso era possível, em função da imigração europeia, recebida por este país, ter conseguido “aniquilar” o negro, e estar afastando o índio cada vez mais.<sup>109</sup>

O escritor peruano cita Charles Henry Pearson (1830-1894), que na obra *National Life and Character* (1893), afirmou que “a la larga, las civilizaciones inferiores hacen gala de más vigor que las civilizaciones superiores; los desheredados aventajan a las castas privilegiadas y el pueblo conquistado absorbe al conquistador”. A respeito do Brasil, o britânico traçava um destino considerado trágico pelos intelectuais do período, pois o país logo seria dominado pelos negros, ao passo que os índios fugiriam para regiões inacessíveis como o norte e o centro, e os brancos, ficariam nas cidades e nos lugares mais saudáveis. Segundo García Calderón, essa profecia só não se cumpriria porque o Brasil vinha recebendo uma forte imigração europeia nas últimas décadas do século XIX.<sup>110</sup>

Apenas um cruzamento não seria suficiente para que a raça superior pudesse passar suas virtudes para o mestiço, o argentino Juan Baustista Alberdi afirmava que seriam necessárias uniões de terceiro, quarto e quinto graus, para que o mestiço estivesse em condições de assimilar a cultura europeia. Portanto, conforme defendia García Calderón, para que a seleção se concretizasse a favor do elemento branco era fundamental que não só as raças submetidas ao cruzamento fossem proporcionalmente numéricas, mas que a massa europeia dominasse e impusesse sua mentalidade nas futuras raças.

Dessa forma, o autor concluía que o problema das raças na América Latina dependia, fundamentalmente, da solução que fosse dada à questão demográfica. Novamente García Calderón menciona o caso argentino que, recebendo grande contingente de bascos e italianos, vinha mudando, positivamente, a seu ver, a conformação de sua sociedade, aumentando a riqueza nacional e povoando o deserto. Os filhos dos imigrantes, ressaltava o escritor, já ocupavam lugar de destaque na vida política e intelectual do país. Ele citava como exemplo o ex-presidente Carlos Pellegrini (1846-1906), o escritor Paul Groussac (1848-1929), o jurista Osvaldo Magnasco (1864-1920), os escritores Carlos Octavio Bunge (1875-1918), José Ingenieros (1877-1925), Alberto Gerchunoff (1883-1950), entre outros.

A Argentina foi apontada por muitos intelectuais da época como uma espécie de promessa para o futuro, que poderia se contrapor à influência dos Estados Unidos no norte. Isso estava relacionado ao grande crescimento econômico que esse país apresentou, no início do século XX, se tornando um dos maiores exportadores de carne congelada do mundo. Não à

---

<sup>109</sup> *Ibidem*.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 199-200.

toa, García Calderón vislumbrava na Argentina o despontar de uma potência mundial e reconhecia nela o renascimento latino.

O Brasil também era visto pelo escritor peruano como uma potência iminente, cuja enorme superfície, ocupando grande parte da América do Sul, possuía todos os recursos para progredir, além de uma extensa população. Embora os negros e índios, na concepção de García Calderón, pudessem retardar essa transformação, isso deixava, aos poucos, de ser empecilho com a grande imigração que o Brasil recebia. Sendo assim, o autor também percebia nesse país outro herdeiro fecundo da tradição latina.

Em uma passagem de *Las democracias latinas de América*, García Calderón concluiu que sempre haveria duas regiões distintas, separadas pela Cordilheira dos Andes e divididas pelo Trópico. A América Atlântica, prognosticava o escritor, conservaria a sua liberdade e aumentaria seu poder e suas riquezas. Mesmo com a possibilidade de que o sul do Brasil se tornasse alemão, ainda assim, Argentina, Chile, Uruguai e os outros estados brasileiros defenderiam a herança latina. Já na parte norte e oeste, as nações, se permanecessem despovoadas e desunidas, teriam que enfrentar a invasão oriental e a ingerência norte-americana. Apenas a confederação desses países, em aliança com a França, a Itália e a Inglaterra, que possuíam mercados na América, poderiam salvar as nações do Pacífico.<sup>111</sup>

### **5.7. Os problemas políticos na América Latina**

A questão política para García Calderón completava o quadro de problemas que ele apontava no continente. Isso estava relacionado à grande divergência que existia, em sua opinião, entre o desenvolvimento das democracias latino-americanas e suas extraordinárias constituições. As cópias dos princípios europeus não constituíam uma prática nesses territórios. Isso, para ele, ocorria por causa das tradições de raça dominante que teriam criado sistemas de governos simples e bárbaros, cujo centro da política girava em torno do caudilho. Este impunha sua vontade sobre a multidão, concentrando o poder e a lei, de modo que dependia exclusivamente dele a ordem interior, o desenvolvimento econômico, a organização nacional, fazendo com que a divisão dos três poderes não passasse de uma ilusão nessa região. O caudilho é descrito, por García Calderón, como um amante do poder, vaidoso, cheio de vícios e destituído de ideais

---

<sup>111</sup> *Ibidem*, p. 212.

El poder por sí mismo es el ideal de estas gentes: los jefes poco importantes están satisfechos de mandar a una provincia; los grandes aspiran a dominar una República. Las cuestiones de personalidad son el rasgo dominante de la política y los déspotas abundan. Cuando un “Regenerador” detenta el poder, se presenta un “Restaurador” para disputárselo; luego un “Libertador” y finalmente, un “Defensor de la Constitución”. Los dioses menores luchan entre sí a porfía y la democracia acepta al vencedor en quien admira a un jefe representativo, robusta creación de la raza. No es el personaje ibseniano, fuerte en su aislamiento. En él los caracteres medios de la nación, sus vicios, y sus cualidades están mejor definidos, más acentuados: obedece al instituto y a las ideas fijas; no concibe ideal alguno; es imprescindible y fanático.<sup>112</sup>

É interessante observar que apesar das críticas que García Calderón fazia ao caudilhismo latino-americano, em determinadas passagens de sua obra, ele defendeu o regime de “grandes caudilhos” como Diego Portales (1793-1837), no Chile, Guzmán Blanco (1829-1899), na Venezuela, e Porfirio Díaz (1830-1915), no México. Isso está relacionado à ideia do autor de que as turbulências internas da América Latina deveriam ser controladas a partir de algumas medidas, tais como: extensão do poder presidencial, para evitar as lutas frequentes entre os partidos; a máquina política devia ser simplificada, transformando o parlamento em organizações burocráticas; o mandato dos senadores e deputados deveria ser prolongado para, assim, impedir que eleições constantes perturbassem a paz; realização de reformas concretas. Dessa forma, seguindo essas medidas, segundo García Calderón, poderiam deter as frequentes revoluções que turbavam as repúblicas latino-americanas.<sup>113</sup>

Na concepção do escritor peruano, essas medidas eram necessárias na América porque existiam diferenças marcantes entre os dois lados do Atlântico. Comparando os dois continentes, ele apontava que as questões que agitavam a Europa, naquele momento, diziam respeito às lutas das classes sociais e à extensão do sufrágio. Já na América Latina, o Estado permanecia como uma espécie de providência social de onde sobrevinha a riqueza e o progresso. Frente a duas realidades tão distintas, esse autor concebia que o Estado não poderia ser enfraquecido no território americano, pois isso abriria espaço para emergência da desordem interna. Para ele, as únicas constituições que poderiam ser úteis eram, justamente, as que reforçavam o poder central em oposição à “anarquia perpétua”.<sup>114</sup>

Nos países latino-americanos o progresso era resultado de capitais estrangeiros, e quando havia instabilidade política, o crédito declinava. Em função disso, García Calderón considerava que os governos que eram capazes de garantir a paz, os “tiranos paternais”,

---

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 202.

<sup>113</sup> *Ibidem*.

<sup>114</sup> *Ibidem*, p. 206.

seriam preferíveis aos “demagogos”. Baseando-se no estudo do venezuelano Machado Hernández, que ao analisar a história da Venezuela, concluiu que a melhor forma de governo para a América do Sul era a que reforçava as atribuições do poder executivo e estabelecia a ditadura, García Calderón também defendia a autocracia, no lugar do referendun suíço, e da organização federal dos Estados Unidos.<sup>115</sup>

## 5.8. Considerações finais

García Calderón foi um dos intelectuais da América Latina, mais conhecidos nas primeiras décadas do século XX, foi elogiado por prestigiados escritores, europeus e latino-americanos. Inclusive por Sérgio Buarque de Holanda, em seu primeiro artigo “Originalidade literária”, publicado no *Correio Paulistano*, em 1920, afirmou que García Calderón era considerado e, enfatiza que, “com justiça”, um dos mais notáveis pensadores e críticos da América Espanhola.<sup>116</sup>

O fato de que suas obras mais importantes tenham tardado décadas para serem publicadas em seu próprio país, isso não explica o relativo “esquecimento” por parte dos seus compatriotas a partir dos anos de 1940. Falo em “esquecimento” porque, por ocasião da morte do escritor, em 1953, conforme assinalou Luis Alberto Sanchez, poucas pessoas estiveram no velório e não houve manifestações do governo peruano ou da Universidade de San Marcos. Talvez o esquecimento esteja mais relacionado ao fato de que as ideias elitistas de García Calderón e, em determinados momentos, desagradáveis, ao tratar das “raças”, se chocassem com os movimentos indigenistas que emergiram na arena pública peruana, principalmente com os escritos de José Carlos Mariátegui (1894-1930) e Víctor Raúl Haya de la Torre (1895-1979). As palavras de Manuel González Prada (1844-1918),<sup>117</sup> proferidas em 1888, no Teatro Politeama, em Lima, “Los viejos a la tumba, los jovenes a la obra!”, para essa geração de Mariátegui e Haya de la Torre, se converteram quase que em um hino.

Muitas obras de García Calderón foram publicadas em francês, mas isso, a meu ver, não impediu ou limitou, conforme considera Cristóbal Aljovín,<sup>118</sup> sua projeção do outro lado

---

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 206.

<sup>116</sup> Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O espírito e a letra: estudos e crítica literária*. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>117</sup> Esse discurso visava recolher fundos para resgatar Tacna e Arica, que estavam sob o poder do Chile.

<sup>118</sup> Esse autor afirma que o fato de grande parte da produção intelectual de García Calderón ter sido publicada em francês, aliado a impossibilidade do intelectual peruano em contar com meios de divulgação, como uma instituição ou uma agremiação política, no Peru, teria ocasionado a sua perda de público neste país. ALJOVÍN de LOSADA, Cristóbal. *Op. Cit.*, p. 195.



do oceano, visto que esse autor contribuía com muitos diários da América Latina, além de dirigir a *Revista América* em Paris. Essa revista era amplamente conhecida por intelectuais latino-americanos que publicavam com frequência seus trabalhos e atuou como importante meio de difusão da produção intelectual dessa parte do continente. Considero que a demora da divulgação das obras de García Calderón no Peru esteja mais relacionada ao contexto deste país, a partir da década de 1930, no qual novas questões sociais emergiram na arena pública, e a reivindicação do indígena, como importante ator social, divergiam de muitas das considerações de cunho racistas que apareciam em suas obras.

De toda forma, García Calderón, nas primeiras décadas do século XX, foi reconhecido por seus contemporâneos, atuou como um observador atento das questões que perpassavam a sua época e esteve preocupado com os problemas da América Latina, bem como os perigos que a cercavam. Nessa perspectiva, esse autor percebia como os principais problemas do continente, as ameaças imperialistas, sobretudo, a norte-americana, a alemã e a japonesa. Essas potências, não colocavam em risco a América Latina apenas política e economicamente, porém, culturalmente, o que poderia conduzir a perda da tradição ibero/latina, que o autor reconhecia como a sua essência. A mestiçagem que, para ele, reunia raças rivais e antagônicas, e levava à degeneração da sociedade latino-americana, somada à questão política, cuja instabilidade impedia o desenvolvimento dessas repúblicas, eram outros fatores que completavam a difícil situação do continente.

Como solução para esses problemas, García Calderón defendia a unidade das nações latino-americanas como única forma de conter as ameaças imperialistas. A unidade seria feita por meio de confederações entre os países vizinhos que compartiam uma mesma origem latina/ibérica. Nessa perspectiva, o autor sugeriu a formação de confederações entre os países do continente: Confederação do Caribe, Confederação Centro-americana, junto com o México, Confederação da Grã-Colômbia, Confederação do Pacífico e Confederação da Prata, de maneira que essas nações pudessem se fortalecer mutuamente, através de acordos comerciais, tratados de navegação, congressos políticos, entre outras medidas. García Calderón não excluiu o Brasil, que em sua opinião, pertencendo a uma mesma origem, ibérica/latina, como as demais repúblicas espanholas, deveria se aliar aos vizinhos para resistir às potências imperialistas.

Em relação aos problemas decorrentes das “raças” formadoras, García Calderón propunha a imigração europeia, sobretudo a italiana, para que pudesse injetar sangue novo nos mestiços do continente e trazer as virtudes dos cidadãos da Europa. Ao cabo de alguns

séculos, a imigração, em grande escala, poderia mudar a conformação social da América Latina.

Para os problemas políticos do continente, García Calderón indicava governos fortes, ditaduras ilustradas, que pudessem garantir a estabilidade política, mantendo a paz e fomentando o desenvolvimento e o progresso. Isso ocorreria com a realização de sistemas de comunicação ligando as vastas áreas da América Latina e acabando com o isolamento característico dessas regiões.

Cabe destacar o protagonismo que García Calderón concede à América Latina para salvar a latinidade. Quando ele publicou *Las democracias latinas de América*, na França, em 1912, o advento dos fenômenos nacionalistas no cenário europeu, que antecede a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), chamou a atenção do escritor. Como vimos, ele exercia funções diplomáticas e contribuía para muitos periódicos e revistas e era um espectador atento que acompanhava de perto as tensões envolvendo os movimentos nacionalistas. Com efeito, ele atribui a América Latina um lugar de destaque na luta de “raças”, com a ascensão do pan-eslavismo, pangermanismo e pan-americanismo, pan-islamismo, entre outros.

Para García Calderón, a América Latina tinha o papel de manter as tradições e preservar a cultura latina. Esse autor rechaçou o termo paniberismo ou *hispanidad*, por considerar uma interpretação demasiado parcial e hispanista da herança latina, que se limitava à relação com a península ibérica, e excluía a França e a Itália de uma tradição cultural mais ampla que remontava ao Império Romano. Todas as repúblicas do sul do continente americano e, ele incluía o Brasil, eram herdeiras de uma tradição cultural de origem mediterrânea que as distinguiam de seu vizinho do norte, de tradição anglo-saxã. Na concepção de García Calderón, os povos latinos da América deveriam conservar suas tradições próprias e recusar uma aproximação excessiva com os Estados Unidos, que não poderia oferecer uma amizade desinteressada de ambições hegemônicas.

Em contraposição, o autor defendia uma aproximação com os países europeus, de origem latina, que poderiam contribuir para o enriquecimento da América Latina, através do investimento de seus capitais, da depuração da mestiçagem, por meio da imigração, formando, desse modo, centros de resistência a qualquer possibilidade de conquista.

A América Latina é vista, por García Calderón, como sendo fundamental para assegurar o futuro das nações latinas. Por essa razão, ele afirmou que a França, a Espanha, Portugal e a Itália teriam consequências desastrosas se os oitenta milhões de latino-americanos perdessem suas tradições de raça, caso os norte-americanos, os alemães ou os

japoneses, conseguissem exercer sua hegemonia nesse continente. Estas nações perderiam de muitas formas: economicamente, porque perderia importantes mercados; intelectualmente, porque perderia “dóceis” colônias; e do ponto de vista prático, porque perderiam centros de expansão. Naquele momento, para o escritor, havia um certo equilíbrio de forças, entre anglo-saxões, germânicos, eslavos e latinos, que poderiam se desenvolver harmoniosamente. Contudo, advertia o autor, se os norte-americanos, por exemplo, viessem a dominar todo o continente, ao cabo de um ou dois séculos, aí sim a decadência latina seria definitiva.

A decadência latina, que parecia ser para alguns sociólogos como Le Bon, Bazalgette, Demolins, no final do século XIX e início do XX, algo patente, como foi visto no primeiro capítulo, na opinião de García Calderón, não passaria de um período de quebrantamento, tendo em vista que a “raça” latina após séculos de heroísmos,<sup>119</sup> naturalmente, passaria por um momento de languidez. O que não significava ser definitiva tal decadência, já que a França, com suas conquistas na África Ocidental, no final do Oitocentos, parecia, segundo ele, comprovar sua teoria.

Portanto, a unidade das nações americanas e dos países europeus de origem latina, era de acordo com García Calderón, vital para eles.<sup>120</sup> A América Latina, desempenharia, a seu ver, um papel de destaque nessa perspectiva, pois “hoy desierta y dividida, salvará la cultura de Francia e Italia, la herencia de la Revolución y del Renacimiento, y habrá justificado hasta el final la feliz osadía de Cristóbal Colón”.

Assim, mesmo que em muitos momentos o pessimismo de García Calderón tendesse a condenar a América Latina, ao ressaltar a sua degeneração, esse autor, acreditava que ainda havia boas possibilidades de transformação. Por essa razão, ele propôs soluções para cada problema que apontou e até conferiu um lugar privilegiado a essa região do continente na preservação da tradição latina.

---

<sup>119</sup> O escritor peruano se referia as conquistas do império romano, o renascimento, à expansão marítima, iniciada por Portugal e Espanha, entre outras.

<sup>120</sup> GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Las democracias latinas de América. Op. Cit.*, p. 216.

## CAPÍTULO 6

### A ENSAÍSTICA LATINO-AMERICANA: DIAGNÓSTICOS E PATOLOGIAS DE UM CONTINENTE NA VIRADA DO SÉCULO XX

O ensaio exerceu um papel fundamental na vida intelectual da América Latina. Seus antecedentes são numerosos podendo ser rastreados até a Grécia e Roma Antiga, com Sócrates, Platão, Séneca e Plutarco. Sócrates teria sido o primeiro a deixar testemunho de uma visão pessoal e uma perspectiva crítica do mundo, em oposição aos saberes da tradição retórica em uso. Contudo, o ensaio moderno nasce em 1580, com a publicação do primeiro tomo dos *Essais*, de Michel de Montaigne (1533-1592), em um período que o mundo ocidental iniciava um longo processo de transformações a partir do Renascimento. Em vista disso, a razão, a ênfase no indivíduo, na experiência e na secularização, aos poucos foi conquistando, irreversivelmente, um espaço entre os saberes existentes.<sup>1</sup>

No Novo Mundo, o ensaio ganhou configurações próprias e se instaurou como gênero literário dominando a produção intelectual, sobretudo, ao longo do século XIX e se estendendo pelo século XX. Alguns estudiosos consideram que o ensaio tem raízes nos anos iniciais da conquista, a partir dos escritos de Hernán Cortés (1485-1547), Bernal Díaz del Castillo (1492-1585) e dos primeiros cronistas. As próprias circunstâncias do período exigiam a ênfase no ponto de vista pessoal, uma vez que havia a necessidade de informar à metrópole sobre o Novo Mundo. Os relatos acentuavam as diferenças e sublinhavam as semelhanças entre os dois mundos.<sup>2</sup>

É possível observar que determinadas obras da época colonial apresentam algumas características do texto ensaístico, como, por exemplo, a *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* (1552), do padre Bartolomé de las Casas (1484-1566), na qual encontramos a distância crítica que toma o autor a respeito da sua própria cultura. Outro exemplo de uma obra que apresenta determinados aspectos do ensaio é a *Respuesta a Sor Filotea* (1691), de Sor Juana Inés

---

<sup>1</sup> WEINBERG, Liliana. *Umbrals del ensayo*. México D.F.: Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos UNAM, 2004, p. 14-15.

<sup>2</sup> *Idem*. *Situación del ensayo*. México: Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos UNAM, 2006, p. 260.

de la Cruz (1651-1695), na qual podemos observar um complexo tecido de formas discursivas e referências intertextuais.

Há também autores que defendem que esse gênero só ganha um contorno no final do século XVIII. Para Miguel Gomes, o *Ensayo sobre determinar los caracteres de la sensibilidad*, publicado em 1792, em Quito, por Francisco Javier de Santa Cruz y Espejo (1747-1795), constitui o primeiro exemplo desse gênero na América.<sup>3</sup>

Apesar desses antecedentes, de acordo com Liliana Weinberg, é no século XIX que o ensaio se propaga e se torna a principal expressão intelectual da América Latina. A primeira manifestação desse gênero ocorre em 1812, com a publicação do “Ensayo sobre la Revolución del Río de la Plata desde el 25 de mayo de 1809”, de Bernardo de Monteagudo (1789-1825), no periódico *Mártir, o libre*. Nessa obra, o autor trouxe uma interpretação original e crítica da história americana, aliado a um testemunho cuidadoso de fatos com espírito de observação científica.<sup>4</sup>

A partir disso, segundo Liliana Weinberg, teria ocorrido o florescimento e a expansão do ensaio na América e na Espanha, e a sua consolidação como escrito em prosa não ficcional. Essa escrita oferecia uma interpretação textualmente organizada e com variados temas e problemas recortados, através da perspectiva pessoal e sempre situada de um autor em diálogo com as ideias, leituras e debates da sua época.<sup>5</sup>

Neste capítulo, analisaremos o papel privilegiado que o ensaio desempenhou no continente, em um contexto de modernização latino-americana, em fins do século XIX e início do XX. As novidades surgidas ao longo do Oitocentos, com a proliferação de inventos a partir dos desenvolvimentos nas áreas da química, física e biologia, transformaram, significativamente, variadas esferas da vida latino-americana.<sup>6</sup> Todas essas mudanças permitiram que as distâncias se tornassem menores, propiciando uma maior circulação de pessoas e mercadorias, contribuindo também para a difusão da produção intelectual do continente. Veremos ainda em que medida as

<sup>3</sup> Ver GOMES, Miguel. *Los géneros literarios en Hispanoamérica: teoría e historia*. Pamplona, EUNSA, 2000.

<sup>4</sup> WEINBERG, Liliana. *Situación del ensayo*. Op. Cit., p. 264.

<sup>5</sup> *Idem*. “Ensayo e interpretación de América”. In: VEGA, Mercedes de (coord.). *La literatura hispano-americana*. México: Secretaría de Relaciones Exteriores. Dirección General del Acervo Histórico Diplomático, 2001, p. 205.

<sup>6</sup> Nesse momento, surgiu o motor de explosão, o telefone, o microfone, a radiotelegrafia, a lâmpada elétrica, o transporte público mecanizado, a máquina de escrever. Uma intensa circulação de notícias impressas a baixo custo, as primeiras fibras sintéticas, a seda artificial, o plástico sintético. Muitas dessas novidades surgiram em um transcurso de quinze anos, entre 1867 e 1881. BARRACLOUGH, Geofrey. *Introdução à História Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 45.

proposições de César Zumeta, Manoel Bomfim, Alcides Arguedas e Francisco García Calderón se aproximam e se distanciam, em suas reflexões acerca de suas pátrias e da América Latina. Todos estes autores buscaram, através de uma análise profunda do continente, identificar as enfermidades da região e, a partir disso, buscar um remédio para o que identificavam.

### **6.1. O ensaio latino-americano ao longo do século XIX e início do século XX**

Nas primeiras décadas do século XIX, em meio aos processos de independência das colônias espanholas e portuguesa na América, que logo levaria a emancipação política, teve início, também, um processo de autodescobrimento da América pelos americanos. No momento em que a cultura imposta pelo regime colonial dava sinais de que ia desmoronar, dando lugar a uma nova ordem, surgiram textos que serviram de base para o ensaísmo que se desenvolveria ao longo do século XIX e início do XX.

Nesse contexto, acompanhando as transformações decorrentes das rápidas mudanças pelas quais as sociedades latino-americanas passavam, o ensaio passou por distintas etapas. Um novo clima político predominava, dedicado a defender os ideais da razão e da liberdade, presentes no programa liberal, frente às condições tão adversas e complexas do continente. As elites que surgiram, após a independência, encontraram na prosa um dos meios mais importantes para a constituição de uma nova ordem simbólica, e um novo imaginário cidadão que reforçavam o arranjo modernizador das jovens entidades nacionais e, concomitantemente, justificavam seu próprio papel intelectual. Somava-se a isso, o esforço por ampliar os alcances da ciência, de modo que pudesse refletir na cultura e na educação.<sup>7</sup>

Paralelamente, as elites, entusiasmadas com o novo ambiente, pretendiam, por meio do predomínio da razão e do debate de ideias, reverter à situação do continente, em uma época que ainda vigorava os problemas decorrentes de um modelo produtivo e de educação atrasado, fragmentado, e que se tornava cada vez mais anacrônico com as novas exigências da época.<sup>8</sup>

A América Latina, a partir da segunda metade do século XVIII e no decorrer do século XIX, vivenciara uma crescente diversificação das formas em prosa, que logo seria reavivada pela expansão, cada vez mais intensa, de outras manifestações discursivas: o artigo jornalístico, o

---

<sup>7</sup> WEINBERG, Lilitana. "Ensayo e interpretación de América". *Op. Cit.*, p. 213.

<sup>8</sup> *Ibidem.*

discurso cívico e o panfleto.<sup>9</sup> Na segunda metade do Oitocentos, ocorrem dois fenômenos que contribuem para que o ensaio pudesse ser mais amplamente difundido no continente. Em primeiro lugar, o ensaio se tornou um veículo do debate de ideias, em um contexto de laicização, liberdade de imprensa e o surgimento de incipientes direitos de cidadania. Em segundo lugar, com o desenvolvimento das ideias positivistas, a prosa se padroniza e se instrumentaliza, passando a operar na expansão da razão e da ciência. Isso está relacionado ao fato de que na época, a demanda do autor se adaptava satisfatoriamente, em muitos casos, à perspectiva do narrador onisciente, de tal modo que prevalecia o estilo descritivo e as pretensões de objetividade. Diante disso, conforme elucida Liliana Weinberg, o interesse passou a ser na busca de uma “física social” que fosse capaz de determinar leis que dessem conta das condutas humanas.<sup>10</sup>

É importante ressaltar que, com o avanço do século, a prosa jornalística atravessa significativas transformações que guardam relação com a passagem do liberalismo ao positivismo. Fenômeno este que levou a uma mudança no conceito de opinião pública, e, portanto, na concepção do público a que estavam dirigidos os textos. Inclusive, ocorre também, uma modificação da temática e da linguagem dos artigos, tendo em vista fundamental, através do fornecimento de um novo imaginário e um novo sistema representativo, do tempo e do espaço, as novas nações.<sup>11</sup>

No final do século XIX, proliferam as análises influenciadas pelo racismo científico e o positivismo. As metáforas médicas foram amplamente utilizadas. Encontramos diversos trabalhos nessa perspectiva, como o de Francisco Bulnes, em *El porvenir de las republicas hispano-americanas* (1899), o de César Zumeta, em *El continente enfermo* (1899), o de Manoel Bomfim, em *América Latina: males de origem* (1905), o de Alcides Arguedas, em *Pueblo enfermo* (1909), o de Francisco García Calderón, em *Las democracias latinas de América* (1912), entre outros. Muitos escritores, por meio do ensaio, procuram construir grandes projetos enfatizando a ideia de um Estado Nacional forte, capaz de dar conta de sociedades tão complexas e heterogêneas. Isso seria possível, através da implementação de projetos de integração, imigração e educação, dirigidos, indubitavelmente, pelas novas elites. Com efeito, o discurso narrativo, nesse período,

---

<sup>9</sup> *Idem. Situación del ensayo. Op. Cit.*, p. 277.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 213.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 277.

se empenhará na tarefa de marcar, assimilar e nomear as áreas sociais que ficaram marginalizadas dos processos modernizadores.

Ao terminar o século XIX, com as visíveis transformações no continente – modernização e diversificação da produção econômica, urbanização e forte imigração – acompanhadas da consolidação dos distintos Estados Nacionais, ocorre uma diferenciação e estruturação das variadas esferas do agir humano e, inclusive, no campo intelectual. De tal sorte que o ensaio se confronta com novas demandas de época e novos temas de reflexão. O setor terciário da economia aumentou progressivamente e, com ele, as expectativas de incorporação de novos atores na vida cidadã, fenômenos que exigem a ampliação do âmbito letrado, capaz de alimentá-lo.<sup>12</sup> Os contingentes migratórios e imigratórios acabam contribuindo para o rápido crescimento das cidades e para uma nova dinâmica urbana.<sup>13</sup>

Em relação às condições materiais de produção, seguindo um processo que se anunciava já desde o final do século anterior, o ensaio fortalece seu vínculo com o jornalismo e se desenvolve como forma de escrita. Isso será fundamental, em um momento de crescentes debates da opinião pública. Simultaneamente, a progressiva expansão do livro, a padronização e a redução dos custos de produção editorial, passam a dar novo suporte à obra dos escritores. A circulação da produção intelectual acaba sendo favorecida pelo navio a vapor, pelo serviço de correio e a construção de ferrovias, inventos que foram essenciais para a difusão da produção intelectual na América Latina.<sup>14</sup>

É nesse contexto de aceleradas transformações que se desenvolve o ensaio latino-americano, prosa de ideias que se dedica ao exame e interpretação de uma ampla gama de assuntos. O ensaio, conforme elucida Liliana Weinberg,

es capaz de traducir una dinámica del pensar que es a la vez configuradora de sentido, que hace explícita la voluntad de estilo en el pensar y en el decir y para cuyo despliegue resulta clave la situación enunciativa y el contexto de ideas en que surge así como la perspectiva personal desde la que se proyecta el punto de vista del autor.<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 222.

<sup>13</sup> Ver ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as ideias*. Trad. Bella Josef. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

<sup>14</sup> WEINBERG, Liliana. “Ensayo e interpretación de América”. *Op. Cit.*, p. 230.

<sup>15</sup> *Idem*. (coord.). *Estrategias del pensar: ensayo y prosa de ideas en América Latina Siglo XX*. Vol. I. México: UNAM/CIALC, 2010, p. 22.



Desde meados do século XX, muitos escritores vêm chamando a atenção para o significativo papel que o ensaio desempenhou na América Latina. Nos anos de 1940, a prática ensaística se consolida, ao mesmo tempo surgem as primeiras definições e visões de conjunto a seu respeito. Em 1945, o escritor cubano Medardo Vitier, na obra *Del ensayo americano*, faz uma caracterização e periodização do ensaio na América Latina. Essa obra pioneira reúne, segundo Weinberg, uma das mais interessantes reflexões de conjunto e sistematização da produção ensaística do continente e chama a atenção para a relação intrínseca entre a função do ensaio e a tomada de consciência do americano.

O contexto em que surge essa obra, no final da Segunda Guerra Mundial, coincide com o momento em que o conceito de América Latina e as noções de “literatura latino-americana” e “filosofia latino-americana”, inicia um processo de normalização. Arturo Ardao, filósofo e historiador uruguaio, explica que isso também ocorre quando a preocupação pelo latino-americano passa do campo literário ao da filosofia. Nessa perspectiva, *Del ensayo americano*, de Vitier, atua como um divisor de águas que coloca em evidencia esse processo, visto que se constitui como uma “antropologia de ideias”, dedicado ao gênero. Por essa razão, a obra de Vitier representa um momento basilar nos estudos da América Latina, e sobre ela, a partir disso, começa a ser definido um certo *corpus* literário, que passa a ser representativo da “nossa América”.<sup>16</sup>

Esse primeiro mapeamento do ensaísmo no continente<sup>17</sup> contribui ainda para a definição de um novo lugar que a prosa crítica passa a ocupar na produção intelectual do continente, no momento em que o ensaio entra em um conflito de limites com outras formas literárias, bem como com os discursos das disciplinas humanas e sociais no processo de formalização.<sup>18</sup>

Medardo Vitier inaugurou assim, uma linha original no estudo da relação entre o ensaio e a América Latina. Na obra *Del ensayo americano*, o escritor cubano assinalou a função que esse gênero exerceu no continente como prosa onde se expunham e discutiam as questões vitais do continente. Vitier, ao sistematizar a produção intelectual latino-americana, destacou três temas que, a seu ver, eram comuns nesses trabalhos: o primeiro, seria a cultura dos países da região;

---

<sup>16</sup> *Idem. Situación del ensayo. Op. Cit.*, p. 305.

<sup>17</sup> É importante esclarecer que a obra de Medardo Vitier, faz parte de um projeto intelectual mais amplo em que reuniu uma casa editorial (Fondo de Cultura Económica, na coleção “Tierra Firme”) e um grupo de intelectuais, em um contexto fundamental para a normalização do ensaio, em um ambiente propício à interpretação do nacional, no âmbito do desenvolvimento das reflexões latino-americanas. *Ibidem*, p. 306-307.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 306.

segundo, os problemas raciais, políticos, econômicos que os preocupavam e; por último, uma emoção do histórico já de raiz nacional, gerada pelos nexos da vasta mistura de povos.<sup>19</sup>

O escritor cubano afirma que apesar da flexibilidade desse gênero literário, o ensaio possui suas especificidades, sendo uma composição em prosa, de natureza interpretativa, mas muito flexível em relação a seu método e estilos. A diversidade dos temas é tratada a partir do ponto de vista pessoal do autor, sendo comumente, de extensão curta, ainda que isso que não seja uma regra.<sup>20</sup>

Medardo Vitier, como muitos de seus contemporâneos e outros que o antecederam, também se questionou sobre a especificidade dos países da América Latina. Ele reconhecia a existência de matizes originais nas jovens nações americanas, não negando o vínculo histórico e intelectual com a cultura europeia ocidental

Yo creo en Europa, esto es, en la vigencia perpetua de las formas substantivas de su cultura; pero creo también en una originalidad americana, y no me refiero en esto, desde luego, a los pueblos de stirpes latinas únicamente.<sup>21</sup>

Quase dez anos depois da publicação da obra de Vitier, encontramos também o trabalho do escritor uruguaio Alberto Zum Felde, outro que, nos anos de 1950, se dedicou a analisar o ensaio na América Latina. Para ele, a característica predominante do ensaio latino-americano, seria a temática assumida pela sociologia, de maneira que toda a ensaística continental, inclusive a do período colonial, aparece vinculada a realidade sociológica.<sup>22</sup>

Dessa forma, observa-se um esforço, por parte dos ensaios, de oferecer uma autoconsciência, um autoconhecimento e uma autodefinição. E não apenas no sentido de resolver os problemas de ordem prática, onde está ancorada a realidade social, e substituí-la, por meio do estabelecimento pleno das normas da cultura ocidental no continente. Tampouco visa somente promover o progresso geral dos povos latino-americanos, através do estabelecimento da ordem política, do desenvolvimento econômico e da extensão da cultura. Apesar de essa ter sido a face mais imediata, por parte dos estudos ensaísticos, isso não significa que fosse a face mais profunda e valiosa. Para Zum Felde, a ensaística teria um sentido mais medular e transcendente, um

---

<sup>19</sup> VITIER, Medardo. *Del ensayo americano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1945, p. 7.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>22</sup> ZUM FELDE, Alberto. *Índice crítico de la literatura hispanoamericana: los ensayistas*. México: Editorial Guaranía, 1954, p. 9.

sentido de profecia e de destino. E dentro disso, um desejo de definir a sua própria posição no continente e na história da civilização humana, com respeito à cultura ocidental da qual é oriunda. O ensaio também ambicionava definir seu estilo, sua cultura, sua autêntica personalidade. Segundo o escritor uruguaio a ensaística latino-americana tinha em vista

Conocerse, comprenderse, interpretarse a sí misma a través de una heroica autocrítica, que a veces llega a parecer masoquismo tal es el más alto sentido de la Ensayística hispanoamericana, expresión del esfuerzo que la conciencia intelectual realiza en este continente los problemas sociológicos más inmediatos, planteados por la realidad, a estadistas y educadores, y que también encuentran su expresión en numerosa e interesante bibliografía, en cada uno de los veinte países.<sup>23</sup>

A despeito disso, de acordo com Zum Felde, é importante ressaltar que o ensaio americano de temática universal, mesmo quando tenha trazido uma crítica própria e conceitos originais e novos pontos de vista sobre os grandes problemas fundamentais da cultura, ainda assim, nesse plano das ideias filosóficas universais e doutrinárias, a cultura universitária continuou alimentando-se das fontes e das correntes de pensamento europeu. Respondendo, na perspectiva do autor, ao ritmo de sua evolução ecumênica, como província do vasto império do ocidente, cuja metrópole permanecia em ultramar.<sup>24</sup>

O historiador norte-americano John Skirius partilha da opinião de Zum Felde, no que tange ao papel quase profético dos ensaios. Para Skirius, a atitude persuasiva no ensaio literário pode ser observada na exposição de ideias, opiniões e teoria, com a intenção de ganhar adeptos. Assim, os discursos, as cartas abertas e os artigos polêmicos, publicados nos jornais, revelariam o papel doutrinário e crítico do ensaísta. De tal modo que, cada ensaísta, tendo sua causa favorita, esperava influenciar em seu público com um sermão.<sup>25</sup>

Frente a isso, é interessante observar a ligação que Alberto Paredes, crítico literário e ensaísta mexicano, estabelece entre o ensaio e a oratória, uma vez que considera o primeiro como sendo uma herança direta dessa forma de ação verbal. Segundo o autor, a oratória clássica e o ensaio moderno, possuem algumas características similares em determinados fundamentos, como por exemplo, a produção de um texto que não está direcionada aos especialistas, mas sim, que

---

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>25</sup> SKIRIUS, John. *El ensayo hispanoamericano del siglo XX*. México DF.: Fondo de Cultura Económica, 1981, p. 14.

busca um público amplo, com o intuito de obter a simpatia, o convencimento, a afinidade ou a identificação com o autor. Em ambos os casos, esse tipo de textualidade combina sua essência argumentativa com uma qualidade expressiva.<sup>26</sup>

Com efeito, podemos notar, na maioria dos ensaios produzidos nesse período, a intenção de fazer uma espécie de chamamento, às vezes a públicos “específicos”, como foi o caso de *Ariel* (1900), de Rodó, ou *Nuestra América* (1891), de José Martí, que falou à juventude do continente com o intuito de valorizar a identidade latino-americana e fazer uma oposição aos Estados Unidos. E também encontramos outros ensaios que são direcionados a um público mais amplo, como o de César Zumeta, que por meio de seu ensaio, procurava mostrar os perigos que cercavam o continente latino-americano; o de Manoel Bomfim, que rechaçou as acusações feitas à América Latina, atribuindo a causa de seus males ao regime de parasitismo a que fora submetida no processo de colonização; o de Alcides Arguedas, que através de suas críticas ácidas à Bolívia, chamou a atenção para a enfermidade boliviana; e o de Francisco García Calderón que, não obstante os problemas que apontou em seu ensaio, considerava que levando-se em conta determinadas questões, a América Latina teria boas possibilidades de alcançar o progresso.

Fica evidenciado que todos esses ensaios empregam sempre um “tom” de despertar a consciência para algo vital. Portanto, é possível afirmar que era através do ensaio que um autor marcava posição, incidindo no debate, apontando problemas, indicando soluções e influenciando de maneira mais ou menos direta em sua época.

De acordo com Liliana Weinberg, os ensaios representativos e, mais particularmente, os que têm caracterizado a tradição intelectual latino-americana, os ensaios de interpretação, são aqueles que constituem uma autêntica “inflexão” no debate de ideias, e mais ainda, no modo em que uma sociedade se contempla e se interpreta a si mesma.<sup>27</sup> Em vista disso, os ensaios latino-americanos, de certa forma, trazem consigo alguns dos reclamos mais profundos dessas terras e inclusive fragmentos dos desafios mais identificadores.<sup>28</sup>

Liliana Weinberg em *Estrategias del Pensar* (2010), ressalta o lugar especial que o ensaio ocupa na prosa de ideias. Para essa autora, o ensaio, enquanto tipo de texto de caráter não ficcional, oferece uma interpretação particular inscrita em um ponto intermediário entre campo

<sup>26</sup> PAREDES, Alberto. *El estilo es la idea: ensayo literario hispanoamericano del siglo XX* (antología crítica). México: Siglo XXI, 2008, p. 30-31.

<sup>27</sup> WEINBERG, Liliana. *Estrategias del pensar. Op. Cit.*, p. 27-28.

<sup>28</sup> PEREDA, Carlos. “Las tradiciones del centauro: notas para una teoría del ensayo latinoamericano”. In: WEINBERG, Liliana (coord.). *Ensayo, simbolismo y campo cultural*. México: CCyDEL-UNAM, 2003, p. 69-70.

intelectual, literário e político-cultural. Esse gênero exhibe o ponto de vista do autor e o interesse por incorporá-lo a uma comunidade hermenêutica que o próprio texto postula.<sup>29</sup> A definição de ensaio de Jean Terrase exemplifica essa afirmativa, segundo esse autor, o ensaio “*es el resultado de una tensión entre dos deseos aparentemente contradictorios: describir la realidad tal como es e imponer un punto de vista sobre ella*”.<sup>30</sup>

O ensaio, conforme elucidada Liliana Weinberg, é um texto em situação, ligado às condições concretas pelas quais atravessa o autor, sua experiência e sua interação com distintos campos do fazer e do saber. Isso é chave para o caso do ensaio, mas, por outro lado, a pragmática e a teoria da enunciação nos mostram a importância de atender o momento tensional em que se toma a palavra, se começa a falar e se desencadeia, de maneira incoativa, a produção do sentido, em uma autêntica poética do pensar.<sup>31</sup>

Posto em um lugar de encontro entre o campo intelectual e o campo literário, entre o campo da reflexão e o campo da ação, o ensaio se vê imerso no mundo da reflexão e do combate simbólico das ideias, na cena de encontro entre o público e o privado na região.<sup>32</sup> Não à toa, diversos autores que se dedicam ao ensaio tem apontado a condição fronteira, contraditória e paradoxal do ensaio, chamando a atenção para a dupla perspectiva que o ensaio oferece, tendo em vista que, por um lado, remete ao mundo e, por outro, ao próprio olhar do autor.<sup>33</sup> Em função disso, o conhecido escritor mexicano Alfonso Reyes (1889-1959) designou o ensaio de “centauro de los géneros donde hay de todo y cabe de todo, propio hijo caprichoso de una cultura que no puede ya responder al orbe circular y cerrado de los antiguos, sino a la curva abierta, al proceso en marcha”.<sup>34</sup>

A condição híbrida do centauro, metade homem e metade cavalo, permite a metáfora para caracterizar o ensaio, em função dos ensaios possuem abertura a um amplo espectro de temas e transitar entre o campo literário, político, sociológico, psicológico, histórico entre outros.

De acordo com Liliana Weinberg, existe um certo consenso enquanto aos traços fundamentais do ensaio, este seria um determinado tipo de texto, escrito em prosa não ficcional, que revela a perspectiva particular de seu autor e, mais do que isso, a forte relação pessoal do

<sup>29</sup> WEINBERG, Liliana. *Estrategias del pensar. Op. Cit.*, p. 22-23.

<sup>30</sup> TERRASE, Jean *apud* PAREDES, Alberto. *Op. Cit.*, p. 28. Conf. TERRASE, Jean. *Rhetorique de l'Essai littéraire*. Montreal: Les Presses de l'Université de Québec, 1977.

<sup>31</sup> WEINBERG, Liliana. *Estrategias del pensar. Op. Cit.*, p. 31-32.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>33</sup> *Idem. Situación del ensayo. Op. Cit.*, p. 178.

<sup>34</sup> REYES, Alfonso *apud* PEREDA, Carlos. *Op. Cit.*, p. 73.

escritor com o seu objeto de estudo, de tal forma que esta relação se apresenta também fortemente personalizada.<sup>35</sup>

O filósofo espanhol José Ortega y Gasset, em sua definição de ensaio, afirmou que “el ensayo es la ciencia menos la prueba explicita”. De acordo com Carlos Pereda, é certo que não costumamos encontrar cadeias de argumentos que respaldem cada uma das afirmações expostas nos ensaios, nem multidão de dados empíricos que informem, com minúcia, como em uma comunicação acadêmica. Não obstante, conforme definiu Ortega y Gasset, o ensaio é muito mais que ciência sem provas: “se instala em tons de voz e de vocabulário, em perspectivas de olhar do argumentar, muito diferentes as das ciências, tanto naturais, como sociais, ainda que pode aproveitar-se delas”.<sup>36</sup>

São muitos os escritores que chamaram a atenção para o predomínio do ensaio na América Latina e, mais do que isso, para a relação intrínseca que une o subcontinente ao gênero. Alberto Paredes afirmou, na obra, *El estilo es la idea* (2008), que o ser da América inspira, entre outras realidades, uma modalidade particular dentro de um gênero literário que lhe é praticamente contemporâneo: o ensaio. Para esse autor, o ensaio, como gênero de ideias e de elegância verbal, acompanha o continente americano, é parte dos espaços imaginários e conceituais que o fundam, parte, ainda da sua cultura da resistência e espaços de debate.<sup>37</sup>

Dessa forma, o ensaio latino-americano surge da urgente necessidade de ocupar um lugar e auto-afirmar-se no mundo. Com o fim da ordem colonial, novos desafios emergem no cenário do continente, era preciso formar estados nacionais a partir das ruínas dos impérios coloniais. Para Graciela Scheines, filósofa argentina, as pátrias latino-americanas acabam sendo fundadas na escritura, e o ensaio teria sido o gênero responsável por executar essa tarefa.<sup>38</sup>

Tal processo se deu através da apropriação da realidade fragmentária e articulando-se em um discurso coerente. O ensaio, conforme afirma Graciela Scheines, converte os fragmentos em signos para assim poder decifrá-los. Nessa perspectiva, o ensaio em determinados momentos funciona como um mapa capaz de orientar os passos para saber de onde viemos e para onde vamos, permitindo observar simultaneamente, presente, passado e futuro e as linhas de força da história, os obstáculos e as encruzilhadas. Essa seria, portanto, a função do ensaio que prospera

---

<sup>35</sup> WEINBERG, Liliana. *Estrategias del pensar. Op. Cit.*, p. 150.

<sup>36</sup> PEREDA, Carlos. *Op. Cit.*, p. 73.

<sup>37</sup> PAREDES, Alberto. *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>38</sup> SCHEINES, Graciela. “Fundar la patria en la escritura: reflexiones sobre el ensayo en iberoamérica”. IN: *El ensayo iberoamericano: perspectivas*. CCyDEL-UNAM. Colección: El ensayo iberoamericano 4, 1995, p. 94.

pela necessidade desesperada do latino-americano de ocupar um lugar e incluir-se em um relato.<sup>39</sup>

John Skirius no seu conhecido *El ensaio hispanoamericano del siglo XX*, publicado em 1981, estabelece uma diferenciação, a meu ver, problemática, entre o ensaísta do século XX e o ensaísta do século XIX. Para ele, o primeiro estaria mais inclinado a descrever e enunciar problemas, porém não a resolvê-los, deixando a solução para os cientistas, os sociólogos, os economistas e os políticos. Skirius argumenta que no século XX, muitos ensaístas procuraram ser mais cronistas de suas sociedades que redentores. Já os ensaístas hispano-americanos do século XIX, em sua concepção, estariam “mais seguros de si mesmos” para propor programas de reforma, como Domingos Faustino Sarmiento, Juan Bautista Alberdi, Estebán Echeverría, Andrés Bello, Eugenio María de Hostos, José Victorino Lastarria, Juan María Montalvo, José Martí entre outros.<sup>40</sup> Através da análise dos ensaios que são objeto desta tese, produzidos no início do século XX, observa-se que César Zumeta, Manoel Bomfim, Alcides Arguedas e Francisco García Calderón, não apenas destacam os problemas identificados por eles, mas propõem soluções, inclusive programas sistemáticos, para resolver os problemas da América Latina.

Como bem apontou o filósofo argentino Horacio Cerutti, uma característica fundamental do ensaio latino-americano, principalmente o da virada do século XIX e das primeiras décadas do século XX, é a utilização de metáforas. Conforme Horacio Cerutti demonstra, as obras desse período, embora sendo de sociologia, empregam uma linguagem que não constitui uma fria categoria que apenas indica uma dimensão, mas sim, são expressas em linguagem de poetas. Mesmo que em algumas vezes pareçam demasiado mórbidas, dependendo do diagnóstico que o ensaísta faz do continente, no entanto, apesar disso, observa-se uma forma de escrita semelhante, em diversos casos, à dos poetas. Esse escritor afirma que um dos eixos fundamentais dessa linguagem polissêmica – a do ensaio – é a metáfora.<sup>41</sup>

Nesse período, em que o desenvolvimento das ciências levou a um grande entusiasmo e havia uma preocupação com a produção de conhecimento objetivo, a metáfora era capaz de operar com riqueza e produzir conhecimento. Isso pode estar relacionado com o fato de que a metáfora, ao estar integrada de um determinado modo, em uma certa argumentação, em

---

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> SKIRIUS, John. *Op. Cit.*, p. 13.

<sup>41</sup> CERUTTI, Horacio. “El ensayo como método de nuestros maestros inmediatos”. In: WEINBERG, Liliana (coord.). *Ensayo, simbolismo y campo cultural*. México: CCyDEL-UNAM, 2003, p. 98.

decorrência de sua polissemia, acaba abarcando as dimensões múltiplas de uma complexa realidade que de outra maneira não poderia ser compreendida. Especialmente porque na gestação do pensamento, este precisa expressar-se de maneira a dar conta de uma realidade.<sup>42</sup>

Por essa razão, as metáforas foram amplamente utilizadas nos ensaios sociológicos do início do século XX, os ensaístas Zumeta, Bomfim, Arguedas e García Calderón, se valeram em diversas ocasiões delas para construir suas análises a respeito de seus países e da América Latina e conseqüentemente, abranger a complexidade da realidade que lhes era apresentada. As metáforas médicas, associadas à enfermidade, foram as mais comuns, embora seja possível observar o emprego de metáforas militares em determinados momentos. Palavras como diagnóstico, enfermo, enfermidade, degeneração, patologia, decadência, debilidade, convalescência, diátese, anemia, parasitismo, cura, saúde, remédio, salvação, aparecem com frequência nessa ensaística, que procura expressar, nesses termos, as emoções de uma época. Como Susan Sontag assinala em sua obra *A doença como metáfora* (1978), as metáforas patológicas servem para julgar a sociedade, não por seu desequilíbrio, mas por sua expressividade.<sup>43</sup>

Sendo assim, nota-se que o ensaio tem sido empregado para analisar os problemas do continente em distintas perspectivas, seja em um viés sociológico, filosófico, histórico, cultural e político. Não por acaso, o historiador colombiano Germán Arciniegas afirmou, em 1956, que “*Nuestra América es un ensayo*”, por considerar que o continente e o gênero tenham nascido juntos. É essa manifestação, no campo das letras, que tem caracterizado fundamentalmente a produção intelectual e artística latino-americana, principalmente entre meados do século XIX e primeiras décadas do século XX.

É importante apresentarmos algumas considerações sobre a modernização da América Latina, aliada ao surgimento do jornalismo latino-americano, uma das produções mais genuínas no continente e responsável pelo intenso intercâmbio entre escritores latino-americanos. Observar essas questões auxilia na compreensão dos variados espaços em que as atividades intelectuais latino-americanas foram produzidas e, por conseguinte, contribui para o entendimento da relação existente entre o contexto e a produção intelectual dos ensaístas analisados.

---

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 98-99.

<sup>43</sup> SONTAG, Susan. *La enfermedad y sus metáforas y El sida y sus metáforas*. Trad. Mario Muchnik. Madrid: Taurus, 1996, p. 74.



## 6.2. A modernização latino-americana e a escrita jornalística

Nas duas últimas décadas do século XIX a América Latina modernizou-se rapidamente ingressando no mercado capitalista mundial.<sup>44</sup> As metrópoles europeias inauguraram uma nova ordem colonial<sup>45</sup>, e os Estados Unidos também passaram a fazer parte desse processo, impondo a princípio, sua força no Caribe, na América Central e na Ásia.

Desde a primeira metade do século XIX, os estados nacionais latino-americanos vinham consolidando seu território; no entanto, nas últimas décadas do Oitocentos essa questão ainda não estava definida. Após a emancipação política, boa parte das nações recém-surgidas precisou conter várias revoltas internas. Diversos conflitos assolavam os países do continente, e guerras civis e revoltas armadas também se fizeram presentes, como a Guerra Grande (1843-1851) no Uruguai, e a rivalidade caudilhista entre federalistas e unitários na Argentina durante as primeiras décadas de emancipação política; na Venezuela e na Bolívia, sucessivos golpes de Estado impediam a consolidação da ordem política e econômica do país; no Peru, apesar do crescimento econômico provocado pela exploração do guano, o país enfrentou guerras civis; o Brasil, igualmente, desde a independência, enfrentou uma série de revoltas, principalmente durante o período das regências.<sup>46</sup> Houve também, ao longo do século, grandes conflitos externos, em disputas por fronteiras, como a Guerra do Paraguai (1860-1865), envolvendo Brasil, Uruguai e Argentina em uma aliança contra o Paraguai; e a Guerra do Pacífico (1879-1883), que resultou na perda de parte do território peruano e a saída do mar da Bolívia, em benefício do Chile.<sup>47</sup>

À medida que avançava o século XIX e se consolidaram as nações, já independentes, com exceção de Cuba e Porto Rico, se expandia e diversificava a prosa e se intensificava seu caráter “cívico”, operando, nesse momento, a serviço das novas formações discursivas que servem a constituição dos novos Estados Nacionais. De tal modo que ocorre uma proliferação de discursos, debates, informes e notas científicas, textos didáticos, estudos críticos que alimentam uma

<sup>44</sup> Cabe ressaltar que embora várias áreas da América Latina tenham experimentado a modernização, ela não ocorreu de modo simultâneo ou da mesma maneira. Países como a Argentina, Chile, Uruguai e Brasil se destacaram de forma mais positiva no período, comparativamente aos demais.

<sup>45</sup> Ao falarmos em “nova ordem colonial” compartilhamos da definição de Geoffrey Barraclough. Para este autor, a nova ordem colonial, de fins do século XIX e início do XX, diferentemente dos imperialismos que a precederam, esteve relacionada a um movimento de competição por mercados no mundo, no qual as nações mais industrializadas, sobretudo Estados Unidos, Japão e Rússia, se envolveram diretamente. BARRACLOUGH, Geoffrey. *Op. Cit.*, p. 56.

<sup>46</sup> Cabanagem (1835-1840), Balaiada (1838-1841), Guerra dos Farrapos (1835-1845), Sabinada (1837-1838).

<sup>47</sup> PAMPLONA, Marco Antonio e DOYLE, Don H. (orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo: a formação de Estados-Nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 25.

sociedade em processo de modernização e laicização. Segundo Liliana Weinberg o jornalismo, aliado ao romantismo e ao liberalismo, alcança seu ápice da expansão e presença social.<sup>48</sup>

As novas relações econômicas baseavam-se nas exportações de matérias primas – agropecuárias e minerais – e na importação de manufaturas e máquinas, levando à dependência do capital estrangeiro, a crises e endividamentos. A dinâmica modernizadora gerava várias transformações, mais visíveis no litoral e nas principais áreas produtoras. A euforia, devido ao progresso material, evidenciava ainda mais as diferenças entre as áreas urbanas e as rurais.

Neste período, conforme sublinha a ensaísta venezuelana Susana Rotker, ser moderno significava, em linhas gerais, fazer parte do novo ambiente: estradas de ferro, máquinas a vapor, fábricas, telégrafos, jornais, telefone, descobertas científicas, centros urbanos que mudavam a conformação da sociedade e a distribuição das tradicionais classes sociais. De acordo com a autora, a modernidade, resultante desse processo de modernização, constituía antes de qualquer coisa

un sistema de nociones: progreso, cosmopolitismo, abundancia y un inagotable deseo por la novedad, derivados de los rápidos adelantos tecnológicos de los que se tenían conocimiento, de los nuevos sistemas de comunicación y, sin duda, de la lógica de consumo propia de las leyes de mercado que se instauraban.<sup>49</sup>

Não à toa, “modernismo” e “modernidade” foram termos muitas vezes vistos como equivalentes pelos intelectuais latino-americanos que experimentavam essas mudanças.<sup>50</sup> Apesar disso, é importante destacar que modernidade e modernização são conceitos que se referem a processos específicos. De acordo com Maria Lígia Prado e Gabriela Pellegrino, a modernidade alude a um ambiente político e cultural associado, entre muitos fatores; à urbanização; ao crescimento das camadas médias e assalariadas; à democratização das relações políticas; à expansão da escolaridade e ao surgimento de espaços de sociabilidade que reorientam a produção cultural. Já a modernização envolve, fundamentalmente, as transformações econômicas estimuladas pelo desenvolvimento do capitalismo e de uma economia de mercado.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> WEINBERG, Liliana. *Situación del ensayo. Op. Cit.*, p. 274.

<sup>49</sup> ROTKER, Susana. *Fundación de una escritura: las crónicas de José Martí*. Habana: Casa de las Américas, 1992, p. 32.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>51</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho e PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 72.

Várias regiões do mundo, não apenas a Europa, conforme demonstrou o historiador inglês Geoffrey Barraclough, incorporaram às inovações oriundas do progresso técnico e científico, o que propiciou a percepção das mudanças de forma mais generalizada.<sup>52</sup> As inovações tecnológicas, o desenvolvimento científico – tanto na química, medicina, biologia, entre outras áreas – e as propostas de reforma na educação se somaram às novidades.

Na América Hispânica, desde o final do século XVIII, teve início uma explosão de formatos como gazetas e mercúrios, de periodicidades, muitas vezes errante, que cumpriam funções informativas e de divulgação de notícias e ideias científicas.<sup>53</sup> Na segunda metade do século XIX, a imprensa se modificou, o jornalismo passou a ocupar um lugar privilegiado nesse cenário. Muitos jornais surgiram na América Latina nesse período ou ganharam um espaço maior, como *La Prensa* (1869) e *La Nación* (1871), na Argentina; *El Pregonero* (1893), na Venezuela; *El Diario*, de El Salvador (1895); *La Prensa* (1902), de Lima, e *El Tiempo* (1911), de Bogotá. A escrita jornalística também se tornaria, segundo Rotker, uma das primeiras produções genuinamente latino-americanas.<sup>54</sup>

Isso pode estar relacionado aos altos preços dos livros na época, que dificultava sua difusão, como destaca Elias Thomé Saliba ao chamar a atenção para o fato de que no Brasil do início do século XX, não apenas o analfabetismo repelia os leitores, mas também o valor dos livros. Acreditamos que essa afirmação pode ser estendida para os países da América Hispânica. A dificuldade de acesso a livros pode ter contribuído para o êxito da escrita jornalística do período. O poeta Olavo Bilac, em 1908, discorreu sobre a importância do jornal para os escritores

[...] o jornalismo é para todo escritor brasileiro um grande bem. É mesmo o único meio do escritor se fazer ler. O meio de ação nos falharia absolutamente se não fosse o jornal [...] nós adquirimos a possibilidade de falar a um certo número de pessoas que nos desconheciam se não fosse a folha diária – porque o livro ainda não é coisa que se compre no Brasil como uma necessidade.<sup>55</sup>

As transformações pelas quais a América Latina passava acabaram criando, de acordo com a crítica literária Susana Zanetti, um ambiente que favoreceu a “relição” entre os

<sup>52</sup> BARRACLOUGH, Geoffrey. *Op. cit.*, p. 49.

<sup>53</sup> WEINBERG, Liliana. *Situación del ensayo. Op. Cit.*, p. 254.

<sup>54</sup> ROTKER, Susana. *Op. Cit.*, p. 9.

<sup>55</sup> BILAC, Olavo *apud* SALIBA, Elias Thomé. “Cultura/as apostas na República”. In: In: SCHWARTCZ, Lilia (org.). *História do Brasil Nação. A abertura para o mundo (1889-1930)*. Vol. 3. Madrid, Rio de Janeiro: Editora MAPFRE e Objetiva Ltda., 2012, p. 247.

intelectuais de fins do século.<sup>56</sup> Ao falar em religação essa autora se refere a uma aproximação no âmbito continental da intelectualidade latino-americana, que conformou laços efetivos e condensados de vários modos ao longo da história, e que ultrapassaram fronteiras nacionais e de seus próprios centros, atendendo a uma estrutura ou organização que privilegiou certas metrópoles, determinados textos e figuras, que operaram como agentes de integração.

Cabe ressaltar que Susana Zanetti partilha das considerações de Angel Rama, que na obra *A Cidade das Letras*, demonstrou que no período anterior à independência havia uma extensa rede intelectual no continente, conformada a partir da colônia, responsável pela administração colonial.<sup>57</sup> Daí a autora utilizar a palavra religação para se referir a tal aproximação.

A modernização, de certa forma, propiciou a constituição e o fortalecimento de uma rede intelectual que nortearia o pensamento latino-americano. Ter em conta os vários espaços que contribuíram para o que a autora denomina de religação pode nos auxiliar, de uma maneira mais ampla, na compreensão do ambiente comum compartilhado por Zumeta, Bomfim, Arguedas e García Calderón.

Para Zanetti, o fato de alguns dos seus expoentes terem permanecido por muito tempo fora de seus países contribuiu para que nos diferentes lugares em que se encontravam, exercessem uma intensa e sustentada interação pessoal com outros americanos.<sup>58</sup> Tal atitude colaborou também para a consolidação de um numeroso grupo de intelectuais de cunho original, no qual prevaleceriam os sentimentos de pertencimento e de perspectivas comuns latino-americanas.

Com efeito, estas ideias de unidade se fortaleceram à medida que os Estados Unidos começaram a representar uma ameaça ao continente, revelando um seu projeto de hegemonia que fora denunciado por José Martí a partir de 1889. O intelectual cubano, ao alertar sobre o imperialismo norte-americano, acabou favorecendo a formação de correntes de oposição à política dos Estados Unidos em todo o continente.

---

<sup>56</sup> ZANETTI, Susana. “Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916)”. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: Palabra, Literatura e Cultura*. Vol.2 – Emancipação do discurso: São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1994, p. 491.

<sup>57</sup> RAMA, Angel. “A Cidade Modernizada”. In: RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 41-42.

<sup>58</sup> ZANETTI, Susana. *Op. Cit.*, p. 492.

As abruptas mudanças que as transformações, oriundas do processo de modernização, causaram na América Latina, contribuíram para a constituição de respostas literárias e culturais semelhantes nos diferentes centros. Conforme afirma Susana Zanetti, a modernização não definiu

(...) la constelación de artistas e intelectuales del periodo, pero fue condición imprescindible para que fuera posible un movimiento mancomunado en concepciones estéticas e ideológicas, para que surgiera el intercambio y la discusión entre pares, medianamente numerosas variables, supone la quiebra del aislamiento, del compartimiento estanco, y para ello hacían bases materiales para vehicularla y una mentalidad moderna.<sup>59</sup>

A autora argentina destaca a imprensa como o principal agente de “religação” da época, uma vez que esta promoveu uma ampla rede de conexões entre os latino-americanos. Desse modo, as crônicas, os relatos de viagem, o interesse pela arte e pela cultura tanto europeia quanto latino-americana em comum, favoreceriam o conhecimento de personalidades, modos de vida, panoramas e figuras típicas que, atrelados à informação política, social e econômica dos diferentes países, propiciariam a aproximação dos autores.<sup>60</sup> Ao mesmo tempo, vários escritores/jornalistas atuavam como correspondentes na imprensa de outros países que não os seus – Ricardo Palma (1833-1919), José Martí, José Enrique Rodó, Gómez Carrillo (1873-1927), César Zumeta, García Calderón, entre outros – ou trabalhavam em suas redações. Muitas revistas e diários foram criados por escritores que se encontravam exilados ou a trabalho.

Outro aspecto comum entre os escritores desse período é o fato de que possuíam múltiplas ocupações. Eram jornalistas, professores universitários, escritores, editores, ocupavam cargos diplomáticos, e muitas vezes atuavam diretamente na política de seus países. O uruguaio Rodó, inclusive, chegou a refletir sobre tais características da época elucidando em uma carta ao escritor colombiano Baldomero Sanín Cano (1861-1957), o panorama das especializações e da literatura como vocação dos intelectuais:

Quizás no es usted ajeno a esta fatalidad de la vida sudamericana que nos empuja a la política a casi todos los que tenemos una pluma en la mano. Y yo no considero esto enteramente como un mal. Todo está en que no nos dejemos despojar de nuestra personalidad.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 500.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 514.

<sup>61</sup> RODÓ, José Enrique *apud* ROTKER, Susana. *Op. Cit.*, p. 67.

Assim, observamos que os escritores desse período atuavam em um ambiente bastante propício à aproximação. Para Susana Zanetti a característica mais importante desse processo de modernização, no âmbito intelectual, foram as propostas comuns, que transformaram a América Hispânica, pela primeira vez, em uma arena compartilhada de solidariedade articulada para a defesa dos mesmos ideais.<sup>62</sup>

As viagens também estimulavam o contato mais estreito entre a intelectualidade latino-americana. O traslado de escritores tanto na América quanto na Europa produziria uma rede de vínculos entre eles que acabou contribuindo para que se reconhecessem e fossem reconhecidos como latino-americanos. Paris era a principal referência para a intelectualidade da América Latina. Não obstante, após a guerra hispano-americana, a Espanha desempenharia um papel similar ao da França como polo extracontinental de reunião dessa intelectualidade. Já no Novo Mundo, Buenos Aires foi, indubitavelmente, o centro aglutinador mais importante. Vários escritores do período passaram uma temporada na Argentina, como o nicaraguense Ruben Darío (1867-1916), o espanhol Miguel de Unamuno (1864-1936) e a peruana Clorinda Matto (1852-1909).

A partir dos anos de 1880, Nova York, operou como lugar privilegiado para reunir a intelectualidade latino-americana. Razões políticas empurraram vários intelectuais para lá: os porto-riquenhos Eugenio María Hostos (1839-1903), Ramón Emeterio Betances (1827-1898) e Manuel Zeno Gandía (1855-1930); os cubanos José Martí, Enrique Piñeyro (1839-1911) e Enrique José Varona (1849-1933); o costarricense Manuel González Zeledón (1864-1936); e os venezuelanos Nicanor Bolet Peraza (1838-1906) e César Zumeta (1860-1955).

Angel Rama chama a atenção para o cosmopolitismo que imperava na época e que favoreceu a ampliação dos agrupamentos literários que começaram a abarcar todo o Ocidente. De acordo com o autor, o projeto cultural culto foi “ardientemente cosmopolita”, agregando as mais variadas literaturas modernas. Desde as literaturas nórdicas e germanas (Henrik Ibsen, Georg Brandes, Friedrich Nietzsche) e a norte-americana (Edgar Allan Poe e Walt Whitman). Além de literaturas passadas, como a greco-latina e orientais.<sup>63</sup>

Somando-se ao internacionalismo, promovido pelas viagens à Europa e aos Estados Unidos, ocorreu, conforme sublinhou Angel Rama, o que até então não se passara antes no

---

<sup>62</sup> ZANETTI, Susana. *Op. Cit.*, p. 516-517.

<sup>63</sup> RAMA, Angel. *Op. Cit.*, p. 85-86.

continente: a intercomunicação da produção literária das diversas regiões hispano-americanas. Tal intercomunicação era propiciada tanto pelas muitas viagens dos intelectuais pelo continente (exilados ou a trabalho) como também, pelo surgimento de vários jornais, onde escreviam sobre a produção de seus colegas.<sup>64</sup>

Numa época em que os direitos autorais não eram levados em conta, os jornais que não podiam pagar as colaborações não deixavam de publicá-las por isso. Segundo Angel Rama os escritores toleravam essa prática a “*regañadientes*”.<sup>65</sup> Entretanto, encontramos queixas de José Martí no que tange à publicação de suas crônicas por vários jornais que não se preocuparam em pagar por isso.

Assim, as sucessivas viagens dos escritores, o ativo intercâmbio epistolar, o jornalismo, a mudança literária, e as novas instituições que surgiam a partir das múltiplas transformações do período, asseguravam um espaço de liberdade jamais visto para a produção nos diferentes centros. De certa forma, segundo Susana Zanetti, isso repousava em uma materialização de fortes laços de solidariedade, cujo elemento aglutinador foi a reiterada afirmação do pertencimento latino-americano.<sup>66</sup>

### **6.3. Diagnósticos, patologias e terapêuticas para as enfermidades da América Latina**

Algumas questões foram comuns a todos os escritores estudados neste trabalho. César Zumeta, Manoel Bomfim, Alcides Arguedas e Francisco García Calderón partiram da ideia de que seus países e a América Latina estavam acometidos de enfermidades que, sendo diagnosticadas, seria possível a cura. Para esse diagnóstico era fundamental a análise do passado, da psicologia das “raças” formadoras e da herança recebida. Em determinados momentos, esses autores identificaram distintos problemas e apontaram diferentes soluções.

Todos leram e citaram os teóricos europeus que atribuíram uma condição de inferioridade à América Latina, como Arthur de Gobineau, Ludwig Gumplowicz, Louis Agassiz, Hippolyte Taine, Gustave Le Bon, Herbert Spencer entre outros. As teses condenatórias repercutiram profundamente, levando os latino-americanos, em diversas ocasiões, a assumir os defeitos conferidos ao continente e à sua população e, mais do que isso, a se conformar com a

---

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 86.

<sup>65</sup> *Ibidem*.

<sup>66</sup> ZANETTI, Susana. *Op. Cit.*, p. 531.

possibilidade de jamais alcançar o almejado progresso e fazer parte do “clube” dos civilizados, uma vez que muitos estavam convencidos de que os defeitos atribuídos eram inerentes à América Latina, portanto, não haveria nada a ser feito.

O pessimismo que dominou parte da ensaística latino-americana, do final do século XIX e início do XX, fica evidente nas obras que surgiram e que expressavam em muitos momentos a recepção, resignada, das sentenças dos teóricos raciais europeus: *Manual de Patología Política* (1889), do argentino Agustín Álvarez; *Los negros brujos* (1906), do cubano Fernando Ortiz; *Enfermedades Sociales* (1906), do argentino Manuel Ugarte; *Nuestra inferioridad económica* (1912), do chileno Francisco Encinas; *La enfermedad de Centroamérica* (1912), do nicaraguense Salvador Mendieta; *Nuestra América: ensaio de psicologia social* (1912), do argentino Carlos Octavio Bunge; são alguns exemplos dessa ensaística.

As obras de Zumeta, Bomfim, Arguedas e García Calderón, também fazem parte dessa ensaística, que se utilizando do vocabulário médico da época, bem como dos conceitos das ciências biológicas, procuraram explicar a realidade latino-americana, e oferecer os prognósticos acerca do futuro. Todos partiram de ideias semelhantes, no sentido de estudar minuciosamente a história, a política, a economia, a sociedade e o “caráter” ou “psicologia” dos povos, para assim, elucidar, não só a situação de suas nações, como também do continente. Eles ainda se inspiraram em matrizes comuns do pensamento sociológico racial europeu, trazendo propostas ora distintas, ora semelhantes, para os problemas que identificaram. Essas propostas estavam em consonância com as preocupações que os aturdiavam ou, com os problemas específicos que encontravam em suas pátrias, ainda que falassem em uma perspectiva continental.

Os quatro intelectuais tiveram, guardadas as devidas proporções, trajetórias semelhantes. Eles, apesar de terem formações distintas, dedicaram a maior parte de suas vidas à tarefa jornalística, colaborando, não só, para jornais e revistas de seus países, como também de outros. Além disso, fundaram e editaram jornais e revistas em diferentes lugares.

Esses escritores ainda participaram da vida política de seus países, ocupando cargos eletivos, com exceção de García Calderón, que passou a maior parte de sua vida fora do Peru, porém teve o nome cogitado para ocupar a presidência desse país. Todos eles sofreram perseguição política, em função de suas críticas a determinados governos, fazendo com que, alguns deles, tivessem, inclusive, que passar décadas afastados de suas pátrias.



Esse foi o caso de César Zumeta, que foi banido em 1883, para a Colômbia, preso, em 1884, quando retornou à Venezuela e, logo, desterrado nos Estados Unidos. Seu estabelecimento (mais duradouro) na Venezuela, só ocorreu a partir de 1908, quando Juan Vicente Gómez assumiu a presidência. A partir daí as ausências de Zumeta de seu país foram por missões oficiais do governo.

Manoel Bomfim foi obrigado a fugir com a sua família do Rio de Janeiro para não ser preso, em 1893, quando explodiu a Revolta Federalista (1893-1895), suscitando uma onda de decretos de estado de sítio e prisões de opositores ao governo. Nesse período, ele ficou escondido no interior de São Paulo, em Mococa, até o ano seguinte.

Alcides Arguedas foi desterrado da Bolívia em 1906, apenas retornando da Europa em 1909, e, em mais de duas ocasiões, foi destituído do cargo que ocupava, como diplomata, ou cargo eletivo, devido às suas críticas ao governo. Ele foi deposto em 1919, do cargo de deputado, em 1930, quando atuava como ministro plenipotenciário na Colômbia, e em 1933, quando era cônsul em Paris, em função de suas críticas à Guerra do Chaco (1932-1935).

Francisco García Calderón, em 1921, renunciou ao posto de ministro plenipotenciário do Peru, na Bélgica, por discordar do governo de Augusto Bernardino Leguía (1919-1930), retornando às funções diplomáticas somente quando esse presidente saiu do governo.

As obras estudadas nesse trabalho foram escritas fora de suas pátrias, sendo publicadas, primeiramente, em outros países, conforme foi visto. *El continente enfermo*, nos Estados Unidos, *Pueblo enfermo*, na Espanha e *Las democracias latinas de América*, na França. Cabe ressaltar que, apesar da obra de Manoel Bomfim ter sido publicada, em 1905, no Rio de Janeiro, ele iniciou sua redação em Paris, em 1903, quando estava estudando na Sorbonne. Segundo a advertência que Bomfim faz em *América Latina: males de origem*, o livro foi gestado pouco a pouco, porém chegando à Europa, “não só a natural saudade daqueles céus americanos, como a apreciação direta dessa reputação perversamente malévola de que é vítima a América do Sul, provocaram a reação afetiva que se traduz na publicação destas páginas”.<sup>67</sup>

A distância da pátria, e no caso de César Zumeta e Alcides Arguedas, uma distância forçada, devido ao degredo, teriam suscitado a necessidade de refletir sobre os problemas mais profundos de seus países e do continente. Essas reflexões, em alguns casos corroboraram os

---

<sup>67</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 3.

juízos impostos às nações latino-americanas e, em outros, contestaram com veemência. De qualquer maneira, todos esses países compartilhavam questões comuns, com uma trajetória histórica similar, no sentido de que pesavam sobre eles um passado colonial de exploração, desafios análogos de formar nações e nacionalidades sob os escombros dos impérios ibéricos, populações multiétnicas, além de, no final do século XIX e início do XX, as elites dirigentes orientarem suas ações com o intuito de incorporar à modernização e, assim alcançar o ansiado progresso, sem, contudo, mudar a estrutura vigente.

Apesar de existirem muitas questões em comum entre esses países e conseqüentemente, encontrarmos similitudes entre os problemas identificados e as soluções propostas pelos autores venezuelano, brasileiro, boliviano e peruano, a especificidade de cada contexto, em certos momentos, é que determinaram, ao cabo, suas proposições, ainda que falassem em uma perspectiva continental.

César Zumeta, em quase todos os seus discursos, chamava a atenção para a necessidade das repúblicas latino-americanas se armarem, como meio de se defenderem dos ataques das potências norte-americanas e europeias. Para isso, seria também fundamental a união entre elas, uma vez que desunidas, ele via poucas possibilidades de êxito em qualquer empreendimento nessa região. O escritor venezuelano apontou, principalmente, o perigo que o imperialismo germânico e norte-americano oferecia para a soberania da América Latina. As contendas fronteiriças que a Venezuela teve que resolver, no final do século XIX e início do XX, e as perdas territoriais impostas a este país, juntamente com as dificuldades enfrentadas por ele, em 1902, devido à cobrança forçada de dívidas pela Alemanha, Inglaterra e Itália, levando ao bombardeamento de seus portos, revelaram a impotência e vulnerabilidade da Venezuela, frente às agressões externas, as quais não poderia responder na mesma proporção.

Diante disso, ainda que Zumeta tenha defendido que a América Latina se armasse, como forma de resistir à ingerência das potências, e clamado à união das repúblicas dessa região, como forma de protegerem-se mutuamente, presumimos que as humilhações sofridas pela Venezuela estavam muito presentes para o escritor e guardam estreita relação com as suas propostas.

García Calderón, como Zumeta, também defendeu insistentemente a unidade dos países do continente, inclusive propunha as nações que deveriam se confederar, como forma de resistir às investidas das potências europeias, norte-americana e asiática. Assim, ele sugeria a união entre as repúblicas centro-americanas, que poderiam formar uma barreira às agressões dos Estados

Unidos; da mesma forma que os países antilhanos, que formariam a Confederação do Caribe; o projeto de Simon Bolívar seria retomado, com a Grã Colômbia, que se constituiria um obstáculo aos interesses norte-americanos, instalados no Panamá; o Peru, a Bolívia e o Chile poderiam dar origem à Confederação do Pacífico, assim como a Argentina, o Paraguai e o Uruguai formariam a Confederação da Prata; O Brasil se somaria a esses grupos. A partir dessas uniões, se estabeleceriam tratados comerciais parciais, de navegação e ferrovias, além da união aduaneira e a realização de congressos internacionais envolvendo estas nações. Com esses métodos de organização econômica e política, o escritor peruano vislumbrava uma forma de resistência e um grande passo para promover o progresso.

A forte imigração asiática, recebida pelo Peru, levava o autor a refletir sobre ela, e se interessar pelo que ocorria no Japão, por isso também a sua atenção às opiniões veiculadas na imprensa japonesa. De acordo com García Calderón, tal como a imprensa norte-americana, aquela não escondia a antipatia pelas gentes do continente e revelavam em suas páginas um projeto imperialista.

César Zumeta e García Calderón apontaram os perigos de dissolução da região, e viam a criação do Panamá como indício claro de que isso não demoraria a ocorrer, caso as repúblicas não se unissem, deixando as hostilidades e as desconfianças de lado. Cabe salientar que Manoel Bomfim também denunciou à injustiça a qual a Venezuela foi vítima, em 1902, e discorreu longamente sobre o episódio em sua obra *América Latina: males de origem*. Lembremos que o Brasil, em função de uma política externa harmoniosa com os Estados Unidos e os países europeus, decidiu não se opor às agressões à Venezuela, nem às manobras norte-americanas para a independência do Panamá em 1903.

Manoel Bomfim e García Calderón percebiam a existência de elementos intrínsecos que conduziriam a uma unidade das populações latino-americanas. Para o escritor brasileiro, isso estaria relacionado à plasticidade e à sociabilidade, herdadas dos conquistadores, que teriam permitido à mescla com raças “radicalmente” opostas, negros, brancos e índios no continente. Em função disso, para Bomfim, a despeito das enormes distâncias, da disseminação dos povos e da falta de comunicação, haveria nessa região “menos diferença entre o brasileiro de Manaus e o de Santa Catarina que entre um bretão e um marselhês; o alemão da Saxônia se distingue melhor do de Hamburgo que não se distingue o venezuelano do argentino”.<sup>68</sup> García Calderón atribui essa

---

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 184.

“inclinação” à unidade, à identidade de raça que existiria na América Latina, mesmo que em determinados lugares houvesse o predomínio de uma raça sobre a outra, ainda assim a raça mestiça existente nessa região é que constituía uma “promessa de unidade duradoura”. Por essa razão, o autor afirmava que haveria mais semelhança entre “peruanos y argentinos, colombianos y chilenos que entre los habitantes de dos provincias francesas alejadas, de la Provenza o de Flandes, de la Bretaña o de la Borgoña [...]”.<sup>69</sup>

A defesa da latinidade foi uma questão comum para César Zumeta e García Calderón, que refutando as considerações que afirmavam a decadência da raça latina e a superioridade dos anglo-saxões, defenderam a união das repúblicas latino-americanas aos países latinos da Europa, como maneira de salvaguardar a tradição latina. Para esses autores, a aproximação entre os dois lados do Atlântico traria benefícios para ambos, o que poderia gerar alianças comerciais estratégicas, com o investimento dos países latinos da Europa na América Latina, e o estreitamento das relações que permitiriam a manutenção da cultura latina. Não à toa, o escritor venezuelano saudou com entusiasmo o Congresso Hispano-americano de 1900, que percebia como a possibilidade de aproximação e o estabelecimento de fecundas relações entre as ex-colônias da antiga metrópole.

Zumeta e García Calderón viam com receio a proximidade dos Estados Unidos dessa região e criticavam a pretensão de alianças comerciais com os norte-americanos, por considerarem que a associação de estados fortes com estados fracos levaria à absorção destes e, por conseguinte, à perda da soberania dos países latino-americanos. Além disso, tal aproximação com um país de tradições distintas levaria ainda à perda da tradição cultural latina/ibérica.

Manoel Bomfim, apesar de não defender a latinidade como forma de resistir à influência anglo-saxônica, ele também rechaçou as proposições que determinavam a superioridade anglo-saxônica, para ele, não existia tal superioridade, apenas uma série de variáveis que levavam a determinados povos, ora se encontrarem em uma posição privilegiada frente aos demais, ora entrarem em decadência. Ele apontava exemplos na história europeia que poderiam ratificar sua proposição, como a expansão marítima ibérica, que levou Portugal e Espanha a constituírem imensos impérios no século XVI, e dois séculos depois declinarem.

---

<sup>69</sup> GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Las democracias latinas de América. La creación de un continente*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1987, p. 186.

Alcides Arguedas na querela entre a raça anglo-saxônica e a raça latina, se posicionou ao lado da primeira, aderindo às teorias que defendiam a superioridade anglo-saxônica, principalmente, inspiradas nas considerações de Domingo Faustino Sarmiento e Gustave Le Bon. Para ele, a herança ibérica seria um dos responsáveis pelos problemas latino-americanos, atuando como um obstáculo ao desenvolvimento do continente. A admiração que Arguedas sentia pelos ingleses ficava evidenciada em sua descrição desse povo, que segundo o autor, era dotado das mais altas virtudes morais, ao passo que não havia nenhum povo ibérico que se pudesse igualar em qualidades aos ingleses.

Todos os quatro escritores trabalhados concordavam que havia uma discrepância fundamental entre a teoria das constituições adotadas pelas repúblicas latino-americanas, e o que ocorria na prática. Eles criticaram, em várias ocasiões, o que concebiam como uma simples adoção de princípios sem a preocupação de torná-los uma realidade prática nesses países. O que para esses intelectuais, engendrava vários problemas.

García Calderón e Manoel Bomfim criticavam as análises superficiais e os juízos categóricos produzidos na Europa em relação às nações latino-americanas e, ambos ironizavam o fato dos europeus ressaltarem os escândalos na América do Sul, destacando que no Velho Mundo estouravam escândalos que se tornavam normais. E ainda, que a malevolência com que julgavam as questões da América Latina era fruto da ignorância das coisas dessa região.

Esses dois autores também consideravam a Doutrina Monroe como um obstáculo aos apetites europeus, ainda que ambos chamassem a atenção para os perigos que poderiam sobrevir, no momento em que se aceitasse a tutela de outro Estado, principalmente no que referia à perda de soberania e o perigo de absorção. César Zumeta, ao longo de seus escritos, denunciou a Doutrina Monroe como uma estratégia norte-americana de domínio da América Latina, apontando não só o imperialismo dos Estados Unidos, por detrás das propostas do pan-americanismo, como também as pretensões de alianças aduaneiras que, a seu ver, apenas levaria à submissão dos países latino-americanos ao domínio econômico dos norte-americanos.

A imigração em diversos momentos foi apontada como uma solução para o problema da raça no continente. Alcides Arguedas e García Calderón percebiam nesse fenômeno uma forma de “branquear” as populações latino-americanas, ao mesmo tempo em que os imigrantes europeus poderiam trazer seus “costumes civilizados”. O predomínio de indígenas, na Bolívia e no Peru, levou esses autores a atribuir o atraso em que seus países estavam a esse fator. A

chegada em massa de imigrantes poderia levar, ao cabo de algumas décadas, de acordo com eles, a uma mudança no “caráter” dessas populações. A Argentina se apresentava, nesse sentido, como exemplo a ser seguido. Entretanto, ambos os autores reconheciam que os seus países, naquele momento, sendo pouco atrativos para os imigrantes europeus, não conseguiriam os resultados do vizinho.

Zumeta defendia a imigração, mas não a associou, diretamente, à questão da raça, como o escritor boliviano e o peruano. Para ele, a imigração contribuiria para o desenvolvimento da América Latina, porque ocuparia as vastas áreas despovoadas e incentivaria a vinda de capital estrangeiro. Ele considerava que a imigração de latinos traria mútuos benefícios, visto que permitiria a manutenção das tradições culturais latinas/ibéricas, fortalecendo a “raça” e, concomitantemente, promovendo fecundas relações comerciais entre os dois lados do oceano. Em algumas notas publicadas na revista *América*, em 1900, Zumeta chegou a aludir que os países latino-americanos também se aproximassem da Alemanha, incentivando a imigração para essa região, bem como a inversão de capital alemão. Contudo, após os conflitos de 1902, ele passou a denunciar o imperialismo germânico e propor o imediato rompimento das relações com a Alemanha.

Manoel Bomfim criticou a imigração e a conseqüente desvalorização e condenação do trabalhador nacional. Em sua opinião, a maneira como estava sendo feita a imigração, complicaria ainda mais, os problemas sociais do Brasil, engendrando ódios e cisões entre os grupos sociais existentes. Enquanto o Brasil e os demais países sul-americanos não melhorassem à situação de seus nacionais, oferecendo instrução e condições materiais de vida, não poderiam pretender que os europeus viessem a organizar suas pátrias. Apesar das críticas de Bomfim à imigração, em determinada passagem, o escritor brasileiro avaliou que esse fenômeno, junto com as “raças” novas dessa região, os mestiços, estava contribuindo para a promoção do progresso.

A questão da mestiçagem foi um tema destacado por Alcides Arguedas, García Calderón e Manoel Bomfim. Tanto o escritor boliviano quanto o peruano concordaram com os teóricos europeus que atribuíam uma condição de inferioridade aos indígenas e aos negros. Ambos os autores consideravam os negros povos mais degenerados que qualquer outro e, por isso, a despeito de em determinados momentos rechaçarem os indígenas, em outros, avaliaram que a mestiçagem entre brancos e índios poderia ser proveitosa.

Para García Calderón, o mestiço de branco com índio dava origem ao verdadeiro americano e essa mistura não resultava em “trágica” e “estéril”, como ocorria com os cruzamentos entre negro e branco, e, entre negro e indígena. Na concepção do autor, em países onde predominavam os negros, a barbárie também prevalecia, exemplo disso, era o Haiti. As considerações de Le Bon a respeito dos negros e da mestiçagem exerceram grande influência nas reflexões de García Calderón, sobretudo, no que refere aos negros. Não por acaso, o escritor peruano defendeu que o progresso de um povo estaria condicionado à maior homogeneidade da “raça”.

Arguedas, além de lamentar o predomínio do indígena na Bolívia, refutou a miscigenação na maior parte de *Pueblo enfermo*, por aceitar as considerações de teóricos europeus que afirmavam que os mestiços herdavam os defeitos das raças progenitoras, como Louis Agassiz, por exemplo. Não obstante, em determinada passagem, orgulhou-se de que na Bolívia quase não havia negro, o que significaria, a seu ver, uma vantagem sobre outros países na América Latina, já que o país andino não teria que se preocupar com os efeitos do cruzamento com “raças mais degeneradas”.

Manoel Bomfim, ao tratar da mestiçagem, foi na contramão dos discursos da época, ele não apenas rejeitou as proposições que afirmavam a inferioridade e a degeneração dos mestiços, como também negou, vigorosamente, as teorias a respeito da mestiçagem. Esse escritor desmentiu Louis Agassiz, Gustave Le Bon e Ludwig Gumplowicz, acusando-os de colocarem uma moldura científica em conceitos grosseiros, vazios e imorais. E na sua defesa das qualidades dos mestiços, Bomfim ressaltou a coragem, a força e o heroísmo dos “mestiços” que lutaram na Guerra do Paraguai (1865-1870),<sup>70</sup> se referindo aos paraguaios, mestiços de branco com guaranis, e na Guerra de Canudos (1896-1897), no sertão da Bahia, destacando os caboclos.<sup>71</sup> Para o escritor brasileiro, a resistência dos descendentes de guaranis só poderia ser comparada à dos “jagunços” de Canudos.<sup>72</sup>

Alcides Arguedas, Manoel Bomfim e García Calderón, trataram de analisar as “raças” existentes na América Latina estudando o que denominavam de caráter ou psicologia da raça. Eles discorreram sobre os brancos, os negros e os indígenas, destacando o que consideravam

<sup>70</sup> Na descrição que Bomfim faz da Guerra do Paraguai, ele enfatiza o heroísmo e resistência paraguaia frente aos ataques da Argentina, do Brasil e do Uruguai.

<sup>71</sup> Cabe ressaltar que o escritor sergipano salienta que, tanto nos paraguaios quanto nos caboclos, o predomínio é do sangue indígena.

<sup>72</sup> BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 187.

como virtude ou defeito de cada grupo social. As análises do escritor boliviano e do peruano estavam em consonância com as considerações europeias que conferiam uma condição inferior aos indígenas e aos negros em relação aos brancos. Já a análise do escritor brasileiro, negou que estes grupos sociais fossem inferiores, ainda que ele tenha aceitado que eram “raças” mais atrasadas. Contudo, Bomfim explicou que o atraso era derivado da condição de exploração que os negros e os indígenas haviam sido submetidos, ou seja, o meio ao qual estavam inseridos é que determinava a presente situação de atraso em relação aos descendentes de europeus.

César Zumeta quase não discorreu sobre o tema da raça e tampouco procurou analisar a psicologia das raças formadoras. Quando discutiu sobre a “raça” se referiu, maiormente a uma raça latina, “adaptável” e “assimilável” às raças existentes na América Latina e que deveria se empenhar em preservar suas tradições culturais, sob o perigo de ser absorvida pelos anglo-saxões, em decorrência das ameaças imperialistas.

Tanto Manoel Bomfim quanto Alcides Arguedas, chamaram a atenção para a força dos axiomas em seus países, que, segundo eles, frente a uma fórmula, essa era aceita, sem questionamento, sem que fosse observada a verdade que haveria nisso, e passava a ser reproduzida irrefletidamente. Um exemplo, segundo Bomfim, seria a máxima, dita por um “estadista retórico” de que o “Brasil [era] uma nação essencialmente agrícola”. Teria bastado isso, para que todos a consagassem como uma verdade e ninguém procurasse mostrar “quanto é idiota e irracional o confessar-se um país, qualquer que ele seja, como puramente agrícola”.<sup>73</sup> Para Arguedas, o mesmo ocorria em seu país, onde a ideia de “grandeza da pátria” se tornara um lugar comum, de modo que ninguém negava ou pelo menos discutia. De acordo com ele, isso seria resultado de uma deformação imaginativa derivada da influência do meio físico e moral que fazia com que os bolivianos tendessem “a exaltar lo que es producto de su idiosincrasia, a concederle un valor inmensamente superior al que realmente tiene”.<sup>74</sup> O que Arguedas denominou de “megalomania”.

Esses dois autores também se empenharam em uma crítica às elites dirigentes de seus países. Bomfim chamou a atenção para a responsabilidade moral dessa classe de educar o povo e a repreendeu por repetir as condenações e os preconceitos contra os nacionais, ignorando serem elas mesmas, as elites dirigentes, culpadas pela situação em que a população brasileira e latino-

---

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 132.

<sup>74</sup> ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo*. La Paz: Gisbert & cia. S. A., 1979, p. 146.



americana, se encontrava. Da mesma forma, Arguedas direcionou suas críticas a esse grupo na Bolívia, a seu ver, uma classe completamente corrompida e degenerada, em que predominavam os interesses privados e imediatos sobre os da nação. De tal forma que se sobrepunha à missão de conduzir os destinos nacionais, preparando elementos aptos, conscientes das necessidades permanentes e urgentes de um país. Citando o escritor francês, Jorge Aimel, que em seu *La politique et le Réel*, afirmou que a política era a “arte de governar una nación con el fin de asegurarle una situación interior la más favorable posible y luego una posición privilegiada frente a las otras naciones”, Arguedas concluía que a Bolívia estaria acometida do “pior” dos males, que era a falta de “honradez administrativa”.<sup>75</sup>

A Argentina foi apontada por todos os quatro escritores analisados, como um país que estava conseguindo alcançar o progresso, mesmo que eles tenham, em determinados momentos, expressado diferenças consideráveis nas suas proposições. Outros países foram destacados também como México, Brasil e Chile, por Zumeta e Manoel Bomfim. Já García Calderón, curiosamente, em mais de uma ocasião, manifestou otimismo com relação à Bolívia, considerando que o país andino estivesse caminhando rumo ao progresso. Todavia, esse escritor não explicou, em nenhuma delas, o porquê dessa asseveração. Arguedas viu com desespero a situação de seu país, e pelo fato de ter escassa imigração europeia, comparado com os países da região do Prata, o Chile e o Brasil, o escritor boliviano ressaltou várias vezes sua admiração pela Argentina.

E interessante destacar que entre os autores estudados, García Calderón e Manoel Bomfim insistiram em afirmar uma unidade latino-americana na qual o Brasil fazia parte. Para ambos, existia um passado comum entre as nações desse continente, que apesar de algumas peculiaridades, estas não alteravam o fato de que o Brasil fazia parte da América Latina, cuja herança ibérica e a tradição cultural eram o que definiam esse pertencimento e comunhão.

Assim, podemos perceber que o escritor venezuelano, o brasileiro, o boliviano e o peruano, embora partissem de realidades nacionais distintas, pertenciam a uma realidade continental que em muitos aspectos se assemelhava. Não por acaso, eles falaram em nome da América Latina, não se restringindo apenas a seus países, ainda que os problemas nacionais tivessem orientado, em diversos momentos, as propostas desses intelectuais. A complexidade e multiplicidade dos temas que todos eles procuraram dar conta para compreender, não apenas as

---

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 346.

suas pátrias, mas também a América Latina, demonstra as angústias enfrentadas por eles, diante de uma ambivalente atmosfera que, ao mesmo tempo em que, um profundo pessimismo se manifestava, em decorrência das teorias “científicas” europeias, um otimismo também emergia, dadas às transformações vivenciadas pelo período, que trouxe grande entusiasmo e o desejo de mudar a realidade que se apresentava.

Cumprido salientar que, em função do ambiente da época, propenso a uma aproximação da intelectualidade do continente, seja aqui, ou no Velho Mundo, por questões de trabalho ou desterro, conforme foi visto, esses autores não foram desconhecidos uns para os outros, pelo menos, nem todos. Em determinadas ocasiões, contribuíram para os mesmos periódicos e revistas e Alcides Arguedas e Francisco García Calderón, no período em que estiveram exercendo funções diplomáticas em Paris, deram início a uma amizade. García Calderón cita os trabalhos de César Zumeta e de Alcides Arguedas em sua obra *Las democracias latinas de América*, e na obra *La creación de un continente* (1913), tecendo elogios a ambos os autores. Já Manoel Bomfim, em *O Brasil na América*, publicada em 1929, também cita as obras de Alcides Arguedas, e García Calderón, porém, fazendo críticas a estes autores. Bomfim destaca a descrição que os dois fazem em suas obras acerca dos brancos, negros e indígenas e afirma que, para eles, “nada presta das gentes da América Latina: nem índios, ou negros, nem mestiços, ou mulatos, nem mesmo os crioulos”.<sup>76</sup>

Convém explicar que, em relação a Francisco García Calderón, Manoel Bomfim apenas critica a condenação que o escritor peruano faz às populações latino-americanas. Ao longo de *O Brasil na América*, Bomfim cita García Calderón nove vezes, tomando a obra *Las democracias latinas de América* como referência na sua caracterização da colonização espanhola.

Cabe ressaltar ainda, que todos esses escritores foram reconhecidos por seus contemporâneos, sendo apontados, muitas, vezes como os maiores intérpretes de suas pátrias ou mesmo do continente. Não obstante isso, Zumeta, Bomfim, Arguedas e García Calderón, foram sendo relegados a uma espécie de ostracismo, que fez com que estes nomes, durante algumas décadas, fossem “apagados” do pensamento social, político e cultural venezuelano, brasileiro, boliviano e peruano.

---

<sup>76</sup> BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 191.

César Zumeta após a morte de Vicente Gómez ainda viveu bastante tempo, seus últimos anos foram na França e quase não é possível encontrar informação a respeito deles. Sabe-se que seus restos mortais foram repatriados, entretanto por alguns anos houve um silêncio sobre sua produção. A geração que o sucedeu não perdoou Zumeta nem os intelectuais que colaboraram com a ditadura gomencista e, talvez, mais do que isso, não perdoou o que viram como uma traição, tendo em vista que os discursos anti-imperialistas de Zumeta, que caracterizaram a produção intelectual desse autor durante muito tempo, silenciaram-se, no momento em que ele passou a colaborar com o governo de Vicente Gómez, que fora duro com os venezuelanos, porém complacente e brando com os Estados Unidos<sup>77</sup>, que puderam se apropriar de recursos importantes da Venezuela. Nesse período que o petróleo foi cedido aos monopólios estrangeiros, segundo Domingos Miliani, com uma irresponsabilidade admirável. O que trouxe uma imagem de país rico externamente, mas que escondia uma verdadeira tragédia social, econômica e política.<sup>78</sup>

O desconhecimento que se abateu sobre Manoel Bomfim está relacionado à suas críticas à revolução de 1930, e às suas propostas revolucionárias, como foi visto. O governo que assumiu o país, a partir desse período, passou a considerar as ideias defendidas pelo escritor sergipano como subversivas à ordem. Por essa razão, houve a recomendação para a retirada de suas obras das bibliotecas públicas, para que não fossem reeditadas e, inclusive, que o autor, e suas obras, não fossem mencionados em jornais e revistas. Um esquecimento que foi, portanto, orientado pelo estado. É válido lembrar que, não obstante isso, conforme Lúcia Lippi de Oliveira chamou a atenção, hoje, Manoel Bomfim não pode mais ser considerado um autor esquecido, tendo em vista que, a partir dos anos de 1990, têm surgido muitos trabalhos a respeito desse escritor em diferentes áreas como história, sociologia, educação e psicologia.<sup>79</sup>

Alcides Arguedas, embora tenha sido elogiado por intelectuais europeus e latino-americanos, entre seus conterrâneos, despertou uma avivada rejeição. As críticas ferrenhas feitas

<sup>77</sup> CAPPELLETTI, Ángel J. *Positivismo y evolucionismo en Venezuela*. Caracas: Monte Avila Latinoamericana, 1994, p. 299.

<sup>78</sup> MILIANI, Domingo. *Vida intelectual de Venezuela*. Caracas: Ministerio de Educación, 1971, p. 82.

<sup>79</sup> Para citar alguns nomes: Maria Thétis Nunes “Manoel Bomfim: pioneiro de uma ideologia nacional” (1997); Flora Sússekind “A América Latina: males de origem” (2000); Roberto Ventura “Manoel Bomfim. América Latina: males de origem” (2001); Rebeca Gontijo “Manoel Bomfim, ‘pensador da história’ na Primeira República” (2003); José Carlos Reis “Civilização brasileira e otimismo revolucionário (ingênuo): Manoel Bomfim e o sonho da República soberana e democrática” (2006); André Botelho “Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil” (2009); André Luiz de Souza Filgueira “A utopia nacionalista de Manoel Bomfim” (2012); Francisco Teixeira Portugal “O Brasil de Manoel Bomfim: parasitismo social e educação” (2015).

à sua pátria e aos governantes bolivianos, além de lhe renderem desterros e deposições de funções diplomáticas e cargos políticos, contribuiu para que durante alguns anos fosse considerado um “escritor maldito”. O próprio intelectual chegou a relatar à indiferença, o escárnio, a rejeição, a qual era vítima, em sua opinião, por ousar apontar os defeitos da pátria.

Francisco García Calderón foi considerado o maior intérprete da América Latina, com produções exitosas na Europa, e cujos livros foram traduzidos antes na Alemanha e Inglaterra, do que no seu país de origem. No final de sua vida, sofrendo com uma enfermidade mental que se agravava nos seus últimos anos, apenas teve suas obras traduzidas e retomadas nos anos de 1980. O movimento indigenista surgido no Peru, a partir dos anos de 1920, com uma agenda empenhada na transformação social do país, contribuiu para isso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi defendido ao longo desta tese, o racismo científico, a *hispanidad*, vista como um desdobramento do racismo, e o positivismo, exerceram uma influência fundamental em vários âmbitos da vida política, social e econômica da América Latina, contribuindo para que surgisse uma ensaística que buscava diagnosticar as enfermidades do continente e, ao mesmo tempo, curar essas enfermidades. Nessa perspectiva, o positivismo, em determinados momentos, foi tomado como uma ferramenta que auxiliaria na transformação da realidade continental, uma vez que seu método não exigia mudanças drásticas na estrutura social, política e econômica.

É possível afirmar, a partir do que foi visto, que embora haja aspectos comuns entre as análises de César Zumeta, Manoel Bomfim, Alcides Arguedas e Francisco García Calderón, tendo em vista terem eles compartilhado matrizes de pensamentos comuns, há também particularidades entre eles que não podem ser ignoradas. Se para Arguedas e García Calderón a conformação social se tornava um grande empecilho para o desenvolvimento da América Latina, para Zumeta a desorganização política era o que colocava em risco a soberania das nações e, para Bomfim, o parasitismo exercido pelas metrópoles ibéricas que teria sido o grande responsável pela situação de atraso do continente.

O cenário venezuelano, brasileiro, boliviano e peruano de fins do século XIX e início do XX, apresentaram, guardadas às devidas proporções, questões comuns, o que levou os intelectuais estudados, nesta tese, a identificarem problemas e proporem soluções semelhantes, em determinados momentos. No entanto, a especificidade de cada contexto, ao fim e ao cabo, acabou de certa forma, determinando as proposições de Zumeta, Bomfim, Arguedas e García Calderón, mesmo que eles falassem em uma perspectiva continental.

César Zumeta escreveu *El continente enfermo* no período imediatamente posterior ao desfecho da guerra de independência cubana, em 1898, e no momento em que a política imperialista estadunidense se tornava mais evidente. Não por acaso, o escritor venezuelano ressaltou a necessidade dos povos hispano-americanos de armarem-se frente às potências, pois considerava que a debilidade dessas nações levaria à submissão das mesmas. Outro fator relacionado a essa preocupação diz respeito à difícil situação na qual a Venezuela se viu envolvida e que evidenciou as desiguais relações internacionais entre seu país e outras nações: em 1898, discutia-se a arbitragem pelos territórios em disputa com a Guiana Inglesa. Nesse processo, não foi reconhecido internacionalmente o direito da Venezuela de nomear seus

próprios árbitros.<sup>1</sup> Além disso, em 1902, o porto Cabello foi bombardeado pela Alemanha, Inglaterra e Itália, para forçar a Venezuela a pagar dívidas. E, ano seguinte, a Colômbia perdeu o Panamá nas manobras estadunidenses. Tudo isso contribuiu para que Zumeta observasse temeroso o destino, não só de seu país, como também da América Latina.

Já Alcides Arguedas escrevia em um momento em que as consecutivas derrotas bolivianas nos conflitos sul-americanos, desde o século anterior, faziam com que o sentimento nacional se encontrasse abalado. Apesar da Guerra do Pacífico ter ocorrido entre 1879 e 1883, foi, em 1904, que o tratado que oficializava a perda da saída do mar da Bolívia em benefício do Chile, além da perda de importantes jazidas de Nitrato, foi assinado. Também foi no início do século XX que a questão do Acre foi definida, o que levou novamente a uma amputação de seu território. Aliado a isso, a Guerra do Chaco (1932-1935), foi outro duro golpe para Arguedas que, desde o início, chamou a atenção para a imprudência em meter a Bolívia em mais uma guerra. Não é de surpreender, portanto, que o escritor de *Pueblo enfermo* identificasse na história, na geografia, na sociedade e na política do país andino, os perigos que o cercavam. Todos estes elementos, para o escritor boliviano, parecia combinarem-se formando um bloco sólido que impedia a Bolívia de sair da condição de atraso: a história com uma pesada herança ibérica; uma geografia com grande diversidade, mas com recursos muito limitados para ser domada, e escassa população; uma sociedade formada, maiormente, por indígenas e mestiços; e políticos corruptos preocupados com seus interesses pessoais sobre os nacionais.

O Peru igualmente sofreu com o resultado da Guerra do Pacífico, cedendo importantes territórios para o Chile, como a província de Tarapacá (essa definitiva) e por dez anos Arica e Tacna. As análises de Francisco García Calderón acerca das possibilidades de transformação de seu país, muitas vezes, apontavam a concentração do elemento étnico, como responsável pelo atraso peruano. Em 1893, havia sido aprovada uma Lei de Imigração, esta lei, diferente das anteriores, não pretendia resolver o problema da mão de obra, como na época do guano, mas sim trazer imigrantes com as “virtudes da raça branca”. Todavia, esta lei não alcançou os objetivos esperados, o Peru não foi tão atrativo para os imigrantes europeus, como a Argentina, o Brasil e o Chile, na mesma época.<sup>2</sup> Em relação à América Latina, para García Calderón, um dos maiores fatores que levava ao atraso era desunião e as hostilidades entre essas nações que, caso se unissem, conseguiriam formar uma importante e eficaz barreira ao

---

<sup>1</sup> GUERRERO, Luis Beltran. “César Zumeta (prologo del centenario)”. In: ZUMETA, César. *Las Potencias y la Intervención en Hispanoamérica*. Caracas: Colección Venezuela Peregrina, 1963, p. 55-56.

<sup>2</sup> CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. *Historia del Perú Contemporáneo: desde las luchas por la independencia hasta el presente*. 5ª ed. Lima: IEP; PUCP; Universidad del Pacifico. CIUP, 2013, p. 190.

imperialismo europeu, estadunidense e asiático, e a partir disso, promoveriam o progresso da região.

O Brasil seguiu uma trajetória distinta das repúblicas hispano-americanas após o processo de independência que não levou a uma ruptura com a monarquia portuguesa e, se comparado aos vizinhos, ainda experimentou uma estabilidade política ao longo do século XIX. Contudo, as décadas de 1870 e 1880, foram marcadas por reformas e mudanças, entre as quais a abolição da escravidão e a proclamação da república, e seguidas por um período de conflitos, em determinados momentos, na iminência de estourar uma guerra civil. As expectativas que a mudança de regime trouxe, acabaram sendo frustradas, de modo que para Manoel Bomfim, a república não fora capaz de superar a herança colonial, permanecendo a mesma dinâmica do período que a antecedeu.<sup>3</sup> Os males que atingiam a América Latina, na concepção do escritor brasileiro, estavam relacionados ao passado de exploração pelas metrópoles ibéricas, denominado, por ele, de parasitismo social. Era aí que se poderia encontrar a causa de todos os problemas do continente.

Ainda que as análises dos quatro intelectuais estudados nesta tese tivessem um ponto de partida comum e em diversos momentos as considerações desses autores se aproximem, ao final, eles indicaram caminhos distintos para a América Latina. Zumeta, Bomfim, Arguedas e García Calderón, preocupados em curar as enfermidades que padecia o continente, se empenharam em buscar na história política, social, psicológica e moral, a raiz dos males e, a partir disso, propor soluções para a transformação.

César Zumeta no seu *El continente enfermo*, embora atribuísse à América Latina uma condição patológica, diferente de seus contemporâneos, não conferia tal condição à conformação de seu povo. Reconhecia no passado de exploração colonial e na ingerência das potências externas, tanto a europeia quanto a estadunidense, as razões para a difícil situação das repúblicas hispano-americanas. Em sua opinião, se aproximava o momento de um conflito geral dos impérios contra a liberdade. Tal apreciação estava relacionada aos acontecimentos envolvendo a guerra hispano-americana em 1898. O escritor venezuelano foi um entusiasta da independência cubana, e inclusive mantivera estreita amizade com José Martí e outros revolucionários. Com o resultado da guerra, tornaram-se evidentes os temores de Martí – que, desde o final da década de 1880, já alertava para o perigo que os Estados Unidos poderiam representar à soberania das repúblicas latino-americanas –, temores que, a partir daí, também foram denunciados por Zumeta.

---

<sup>3</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 443.

Diante da ameaça que os Estados Unidos passaram a representar, com sua política imperialista no continente, o escritor venezuelano defendeu que as repúblicas latino-americanas deveriam se armar para combater a ingerência desse país. Zumeta chamou a atenção para o perigo que a opinião desfavorável na imprensa europeia e estadunidense a respeito da América Latina representava para a soberania do continente. Nesse contexto, ele advertiu que os argumentos veiculados nas imprensas, da Europa e dos Estados Unidos, poderiam ser usados como pretexto para a intervenção no continente, visto que, para ele, os interessados nessa intervenção frequentemente anunciavam a desorganização política e a falta de habilidade da América Latina para explorar os recursos dessa região.

Assim, a desordem do continente poderia servir para legitimar as propostas de subordinação do continente aos interesses externos, daí o escritor venezuelano insistir em uma mudança de comportamento dos latino-americanos e na necessidade das repúblicas de se armarem, deixando o comodismo de lado, frente a tão graves ameaças. Zumeta temia que a desorganização política e as disputas e as hostilidades entre as repúblicas latino-americanas abrissem espaço para a intervenção, que já se fazia presente, das potências estrangeiras. Diante disso, procurou meios para que essas nações se precavessem de tais perigos, e estimulou o desenvolvimento de um exército forte e a unidade entre os países da América Latina. Além da aproximação com os países latinos da Europa, que em sua opinião, poderiam contribuir com a inversão de seus capitais e com uma imigração que preenchesse os imensos vazios no continente, em troca, garantiriam amplos mercados e a perpetuação da tradição cultural latina.

Manoel Bomfim, na obra *América Latina: males de origem*, destacou as impressões que tivera durante a sua estadia na França, chamando a atenção para a imagem absolutamente negativa que os europeus tinham do outro lado do atlântico e os efeitos perniciosos que tal imagem poderia ocasionar. Ele ainda buscou no passado colonial as respostas para o “atraso” em que as repúblicas latino-americanas se encontravam. Diferentemente de vários pensadores de seu tempo, Bomfim desmentiu as teorias raciais que afirmavam a inferioridade das raças, criticando-as de modo contundente, e denunciando a moldura científica em discursos que, a seu ver, apenas pretendiam perpetuar as injustiças e o domínio do mais fraco pelo mais forte.

Nessa obra, Bomfim fez uma gênese da história da América Latina, discorrendo sobre a época das sucessivas invasões sofridas pela Península Ibérica, a fim de explicar o caráter das metrópoles portuguesa e espanhola e, ao mesmo tempo, explicar como isso interferiu na formação social, política, econômica e moral dos latino-americanos. Ele também ressaltou a



opinião pública europeia a respeito da América Latina, constituída, para ele, de preconceitos e ignorância em relação às coisas desse continente, o que, fatalmente, colocava em risco a independência continental. Bomfim encontrou no passado colonial a causa do “atraso” das repúblicas latino-americanas que, a seu ver, não fosse o regime parasitário imposto a elas, teriam todos os meios para serem nações desenvolvidas. Esse parasitismo, realizado por Portugal e Espanha, teria trazido consequências desastrosas não só para os povos colonizados, mas também para as duas nações ibéricas.

Diferentemente de seus contemporâneos, Bomfim, ainda que tenha utilizado o vocabulário científico da época, fez uso deste com a intenção de explicar os problemas pelos quais a América Latina passava e, também para refutar as condenações que eram alvos os países latino-americanos, e não para condenar a sua população. Dessa forma, onde muitos intelectuais viam barbárie e atraso, oriundos da mistura de raças, o escritor brasileiro percebia como decorrentes de um passado colonial, escravista e parasitário, que teria deixado marcas profundas na cultura dos latino-americanos. Apesar disso, para Bomfim, o continente não estava fadado à degeneração, a promoção da instrução pública seria o remédio que poderia curar as enfermidades latino-americanas, que de modo nenhum, eram intrínsecas.

Alcides Arguedas, em *Pueblo enfermo*, traçou um dos diagnósticos mais mórbidos acerca de sua pátria, seus anos na Europa permitiu um contato mais estreito com as teorias raciais. Não à toa, os problemas econômicos, sociais e políticos da Bolívia, aparecem ainda mais ampliados em sua lente. Arguedas, assumindo a missão de identificar os males que corrompia, física e moralmente, seu país, percebe na geografia, desmesurada, na herança ibérica, uma herança maldita, e na sua população, na qual predominava o sangue indígena, as causas das doenças que atacavam o organismo nacional.

A cura para a enfermidade da pátria até existia, porém, parecia, em diversos momentos, mais uma utopia do que uma possibilidade real. O problema da geografia poderia ser resolvido com a construção de estradas e ferrovias, de maneira a estabelecer a comunicação entre as várias e longínquas regiões da Bolívia. No entanto, para levar a cabo tais empreendimentos eram necessários recursos, os quais o país não contava. Além disso, era fundamental que houvesse interesse político, que Arguedas não acreditava que existisse entre seus compatriotas que ocupavam a esfera política. Para o problema da raça e da herança ibérica, Arguedas propunha a imigração europeia, mas reconhecia que a Bolívia, na situação em que se encontrava, não conseguia atrair essas populações, antes as espantava. E assim, o país andino permanecia isolado entre a Cordilheira dos Andes e a falta de litoral.

Os mestiços, personificação dos defeitos das raças progenitoras, para esse escritor, faziam com que predominassem os defeitos na ética social e impedia o aperfeiçoamento moral do homem boliviano. A saída para esse problema seria a regeneração da Bolívia, a partir de uma revolução moral em sua população. Para isso, era fundamental uma mudança nos costumes. Arguedas não vislumbrava uma transformação da população que compunha o seu país por meio da imigração europeia. A condição geográfica e o fato de a maior parte da população boliviana ser de origem indígena impossibilitavam esse processo. Sendo assim, a transformação deveria ocorrer na moral e nos costumes do povo boliviano, que, naquele momento, se apresentava como a melhor alternativa de transformação da realidade.

Francisco García Calderón, na obra *Las democracias latinas de América*, identificou muitos problemas no continente, porém, ao mesmo tempo apontou soluções. Estudando a formação das sociedades americanas ele percebia que possuíam a mesma origem e tradição, o que levava a uma “natural” união. A unidade latino-americana se constituía uma questão vital para essas nações que enfrentavam as ameaças imperialistas norte-americana, europeia e asiática. Para ele, o poder e o progresso dos Estados Unidos decorriam da unidade de seus estados, e, somente a união das repúblicas latino-americanas seria capaz de promover o desenvolvimento e, conseqüentemente resistir às intervenções externas.

A questão das raças, na concepção de García Calderón, também explicava o progresso de alguns povos e a decadência de outros. A mestiçagem, em determinadas passagens da obra, foi apontada como um dos fatores condicionantes do atraso da América Latina, cuja população era conformada pelo cruzamento de distintas e hierárquicas raças. Quanto mais homogênea fossem as raças que formavam uma população, na opinião de García Calderón, mais rica e ordenada seria a nação. Entretanto, a mestiçagem poderia gerar vantagens, desde que o cruzamento se desse entre brancos e indígenas, e o número de brancos prevalecesse. Para o escritor peruano a mestiçagem com negros levava à degeneração, em decorrência da incompatibilidade dessa raça com o progresso. O Haiti, lembrado com frequência nesse período, pelos defensores da inferioridade das raças, como prova irrefutável da indolência e incapacidade dos negros de se autogovernarem, também foi apontado por García Calderón.

Principalmente nessa questão é que a influência das teorias racistas fica mais evidente na obra de García Calderón, que, inspirado nos escritos de Gustave Le Bon, condenou com veemência a mestiçagem com os negros. Cabe ressaltar que nessa época, o Peru recebia grande contingente de população chinesa, porém a preocupação maior desse escritor é com a mestiçagem com o negro. É interessante observar que no período em que García Calderón

escrevia a população negra no Peru não era tão expressiva quanto fora no século XVII e XVIII. De acordo com Marcel Velázquez Castro, se desde 1620 os afrodescendentes constituíam a maioria da população de Lima até o final do século XVIII, ao longo do seguinte ocorreu uma dramática diminuição quantitativa da população negra na cidade. O autor assinala que embora seja possível perceber um pequeno aumento dessa população, nas três primeiras décadas do século XX, isso se deve ao fluxo migratório de outras áreas da costa para Lima, pois a taxa vegetativa dos negros, nesse período, era negativa. A solução para “o problema das raças” apresentada, por García Calderón, seria a intensa imigração europeia, que traria suas tradições e costumes civilizados, permitindo, assim que, em algumas gerações, as novas populações estivessem aptas para alcançar o progresso e a modernização.

Diante do que foi apresentado é possível concluir que os escritores César Zumeta, Manoel Bomfim, Alcides Arguedas e Francisco García Calderón representam diferentes modalidades da recepção racista e positivista na América Latina. Mesmo que em determinados momentos as teorias europeias tenham tido seus reflexos nas proposições desses autores, elas também sofreram alterações e adaptações, ora sendo aceitas ora sendo rechaçadas. De toda forma, esses ensaios buscaram uma forma original de interpretar a realidade latino-americana e, não obstante os momentos de pessimismo, esses intelectuais se esforçaram para encontrar a “cura” da enfermidade do continente ou em alguns casos, o paliativo.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo*: contribución a la psicología de los pueblos hispano-americanos. La Paz: Gisbert & Cia. S. A., 1979.

BOMFIM, Manoel. *América Latina*: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Las democracias latinas de América. La creación de un continente*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1987.

ZUMETA, César. *El continente enfermo*. Caracas: Colección “Rescate”, 1961.

### Bibliografía

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido*: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

AINSA, Fernando. Ariel, uma leitura para o ano 2000. *Cuadernos Hispanoamericanos*, n. 613-614, 2001, pp.103-110.

ALAZRAKI, Jaime. Unamuno Crítico de la Literatura Hispanoamericana. *Hispania*, Michigan, U.S.A., v. 9, n.4, 1966, pp. 756-763.

ALCANTARA, Tomas Polanco. *Guzmán Blanco*. Caracas: Ediciones GE, 2002.

ALJOVÍN de LOSADA, Cristóbal. El bloque latino en el pensamiento de Francisco García Calderón. *Investigaciones Sociales. UNMSM-IIHS*, Lima, v.17, n.30, 2013, pp.191-202.

ARDAO, Arturo. “Panamericanismo y Latinoamericanismo”. In ZEA, Leopoldo (org.). *América Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI/UNESCO, 1986.

\_\_\_\_\_. “El verdadero origen del nombre de América Latina”. In Leopoldo ZEA (org). *Simposio La Latinidad y su sentido en América Latina*. México: Universidad Autónoma de México, 1996.

ARGUEDAS, Alcides. *Raza de Bronce*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2006.

ARMUS, Diego. “El viaje al centro: tísicas, costureritas y milonguitas en Buenos Aires (1910-1940)”. In ARMUS, Diego (org.). *Entre médicos y curanderos: cultura, historia y enfermedad en la América Latina moderna*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002. pp. 221-258.

\_\_\_\_\_. *La ciudad impura: salud, tuberculosis y cultura en Buenos Aires, 1870-1950*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

AUGIER, Ángel. La tesis anti-imperialista de José Martí en las raíces de la Revolución Cubana. In SANTANA, Adalberto (coord.). *José Martí y Nuestra América*. México: Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe, 2013. pp. 17-81.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A 'Outra América': A América Latina na Visão dos intelectuais Brasileiros das Primeiras Décadas Republicanas*. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BALIBAR, Etienne. ¿Existe un neoracismo? In WALLERSTEIN, Immanuel y BALIBAR, Etienne. *Raza, Nación y Clase*. Madrid: IEPALA, 1991. pp. 31-48.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*. Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Vol. II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

BAUTISTA GUMUCIO, Mariano. *Breve história contemporânea de Bolívia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

BEIRED, José Luis Bendicho. Hispanismo: um ideário em circulação entre a Península Ibérica e as Américas. In ANPHLAC. *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Campinas, 2006. pp.1-9.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma Urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 233-277.

\_\_\_\_\_; SILVA, André Felipe Cândido da. Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.3, jul-set. 2008.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de América Latina em perspectiva histórica. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, jul-dez 2009, pp.289-321.

BIAGINI, Hugo. *Lucha de ideas en nuestra América*. Buenos Aires; Leviatan, 2000.

\_\_\_\_\_. “Finales de siglo: contexto ideológico”. In ZEA, Leopoldo; SANTANA, Adalberto (compiladores). *El 98 y su impacto en Latinoamérica*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

BLAKEMORE, Harold. “O Chile da Guerra do Pacífico à Grande Depressão, 1880-1930”. In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. V. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. pp. 413-471.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

BULNES, Francisco. *El porvenir de las naciones latino-americanas ante las recientes conquistas de Europa y Norteamérica: estructura y evolución de un continente*. México, DF: El pensamiento vivo de América, 1953.

CALLE VELASCO, María Dolores de la. Hispanoamericanismo. De la fraternidad cultural a la defensa de la Hispanidad. In VEGA, Mariano de; MARTÍN, Francisco; MORALES MOYA, Antonio (Eds.). *Jirones de Hispanidad: España, Cuba, Puerto Rico y Filipinas en la perspectiva de dos cambios de siglo*. España: Ediciones Universidad de Salamanca, 2004. pp. 151-172.

CAPELATO, Maria Helena. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. *História*, São Paulo, v.22, n.2, 2003, pp. 35-58.

CAPPELLETTI, Ángel J. *Positivismo y evolucionismo en Venezuela*. Caracas: Monte Avila Latinoamericana, 1994.

CARILLA, Emilio. José María Torres Caicedo ‘Descubridor’ de la Literatura Argentina. *Thesaurus. Boletín del Instituto Caro y Cuervo*, tomo XLIV, n.2, 1989, pp. 334-368.

CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da eugenia. *Episteme*, Porto Alegre, v.3, n.5, 1998, p. 23-48.

CASTILLA, José J. Caicedo. *El Panamericanismo*. Buenos Aires: Roque Depalma, 1961.

CASTRO, Fernando Luiz Vale. *Pensando um continente: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CERUTTI GULDBERG, Horacio. “El ensayo como método de nuestros maestros inmediatos”. In WEINBERG, Liliana (coord.). *Ensayo, simbolismo y campo cultural*. México: CCyDEL-UNAM, 2003. pp. 91-99.

CÉSPEDES, Augusto. *Bolivia*. Washington, D.C.: Unión Panamericana, 1962.

CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. *Historia del Perú Contemporáneo: desde las luchas por la independencia hasta el presente*. 5ª ed. Lima: IEP; PUCP; Universidad del Pacifico. CIUP, 2013.

CORTÉS CONDE, Roberto. “O crescimento da Economia Argentina, c.1870-1914”. In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. V. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. pp. 475-508.

COSTA, Emilia Viotti da. Brasil: “A Era da Reforma, 1870-1889”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. V. São Paulo: Editora da

Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. pp. 705-760.

DELANEY, Jeane. “Imaginando *la raza argentina*”. In PAMPLONA, Marco Antonio; DOYLE, Don. (orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo: a formação dos Estados-Nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008. pp. 213-238.

DEVÉS, Eduardo. “El pensamiento latinoamericano entre la última orilla del siglo XIX y la primera del siglo XXI”. In ZEA, Leopoldo; SANTANA, Adalberto (compiladores). *El 98 y su impacto en Latinoamérica*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

DONGHI, Tulio Halperin. *Historia contemporánea de América Latina*. 9ª ed. Madrid: Alianza Editorial, 9ª ed., 2012.

DORATIOTO, Francisco. “O Brasil no Mundo”. In SCHWARCZ, Lilia (org.). *História do Brasil Nação. A abertura para o mundo (1889-1930)*. Vol. 3. Madrid, Rio de Janeiro: Editora MAPFRE e Objetiva Ltda., 2012. pp. 133-172.

ENRÍQUEZ, Lucrecia. “Da Monarquia à República: o Chile na América (primeira metade do século XIX)”. In PAMPLONA, Marco Antonio; STUVEN, Ana Maria (orgs.). *Estado e Nação no Brasil e no Chile ao longo do Século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. pp. 61-94.

FEIERSTEIN, Daniel. *El genocidio como práctica social: entre el nazismo y la experiencia argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. *Calibán, apuntes sobre la cultura de nuestra América*. México: Editorial Diógenes, 1974.

FOUCAULT, Michel. *Genealogía del racismo*. Buenos Aires: Editorial Altamira, 1993.

FRANCOVICH, Guillermo. *El pensamiento boliviano en el siglo XX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.

FROYSLAND, Hayley. “A *Regeneración de la raza* na Colombia”. In PAMPLONA, Marco Antonio; DOYLE, Don. (orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo: a formação do Estado-Nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008. pp. 239-266.

FUNES, Patrícia. “Del Mundus Novus al Novomundismo: algunas reflexiones sobre el nombre de América Latina”. In DAYRELL, Eliane Garcindo; IOKOI, Zilda Gricoli (orgs.). *América Latina Contemporânea: Desafios e Perspectivas*. São Paulo: Edusp, 1996. pp. 77-97.

\_\_\_\_\_. ANSALDI, Waldo. Cuestión de piel. Racialismo y legitimidad política en el orden oligárquico latinoamericano. In ANSALDI, Waldo (coord.) *Calidoscopio latinoamericano: imágenes históricas para un debate vigente*. Buenos Aires: Ariel, 2004. pp. 451-495.

\_\_\_\_\_. *Salvar la Nación*. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *El panamericanismo: su pasado y su porvenir*. Nova York-París: Imprenta de la casa editorial Bailly-Bailliere, 1916.

GARCÍA PÉREZ, Juan. “Entre el ‘imperialismo pacífico’ y la Idea de “fraternidad hispanoamericana: algunas reflexiones sobre la imagen de América Latina en la España de fines del siglo XIX”. In ZEA, Leopoldo; MAGALLÓN, Mario (compiladores). *1898 ¿Desastre o reconciliación?* México: Fondo de Cultura Económica, 2000. pp. 101-120.

GIL LÁZARO, Alicia. “Las señas de identidad de un escritor ‘ausente’: América Latina y Perú en el pensamiento de Francisco García Calderón”. In GRANADOS, Aimer & MARICHAL, Carlos. *Construcción de las identidades latinoamericanas: ensayos de historia intelectual siglos XIX y XX*. México D.F.: El Colegio de México, 2009. pp. 129-157.

GOLDMAN, Noemí e SALVATORE, Ricardo (compiladores). *Caudilhismos Rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

GOMES, Miguel. “El ensayo enfermo: Alcides Arguedas y la raciología”. In WEINBERG, Liliana (coord.). *Estrategias del pensar: ensayo y prosa de ideas en América Latina Siglo XX*. Vol. I. México: UNAM/CIALC, 2010. pp. 93-123.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOUVEIA, Regiane. *O Enigma Latino-Americano: formação de identidades e polarizações entre América Latina e Estados Unidos nos escritos de Martí e Rodó*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRANADOS, Aimer. “Congresos e intelectuales en los inicios de un proyecto y de una conciencia continental latinoamericana (1826-18690)”. In GRANADOS, Aimer & MARICHAL, Carlos. *Construcción de las identidades latinoamericanas: ensayos de historia intelectual siglos XIX y XX*. México D.F.: El Colegio de México, 2009. pp. 39-70.

\_\_\_\_\_ & MARICHAL, Carlos. *Construcción de las identidades latinoamericanas: ensayos de historia intelectual siglos XIX y XX*. México D.F.: El Colegio de México, 2009.

GUADARRAMA, Pablo. *Positivismo y antipositivismo en América Latina*. Bogotá: Editorial de Ciencias Sociales, 2004.

\_\_\_\_\_. El pensamiento integracionista y latinoamericanista de José Martí. In SANTANA, Adalberto (coord.). *José Martí y Nuestra América*. México: Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe, 2013. pp. 83-122.



GUERRERO, Luis Beltran. César Zumeta (prologo del centenario). In ZUMETA, César. *Las Potencias y la intervención en Hispanoamérica*. Caracas: Colección Venezuela Peregrina, 1963.

GUEULEN, Christian. *Breve historia del racismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1988, pp. 5-27.

\_\_\_\_\_. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2. jul.-out. 2000, pp. 391-413.

GUMPLOWICZ, Ludwig. *La lucha de las razas*. Madrid: La España Moderna, 1939.

HALE, Charles A. “As ideias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930”. In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. IV. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. pp. 331-352.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. Companhia das Letras, São Paulo, 1988.

HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento*. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O espírito e a letra: estudos e crítica literária*. Vol.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JOSEF, Bella. *História da Literatura Hispano-Americana*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Francisco Alves Editora, 2005.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos. A consolidação da nação*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

KATZ, Friedrich. “O México: República Restaurada e o Porfiriato, 1867-1910”. In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. V. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. pp. 23-103.

KLARÉN, Peter. “As origens do Peru Moderno, 1880-1930”. In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. V. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. pp. 317-376.

KLEIN, Herbert. *Orígenes de la Revolución Nacional Boliviana*. La Paz: Librería e Editorial “Juventud”, 1968.

\_\_\_\_\_. *A Concise History of Bolivia*. United Kingdom: Syndicate of the University of Cambridge, 2003.

\_\_\_\_\_. “A Bolívia da Guerra do Pacífico à Guerra do Chaco, 1880-1932”. In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. V. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. pp. 377-412.

\_\_\_\_\_. “O fim da sociedade colonial e a criação de uma nação independente (séculos XVIII e XIX)”. In PAMPLONA, Marco Antonio e Mäder, Maria Elisa. (orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismo nas Américas: Peru e Bolívia*. Vol.4. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KODAMA, Kaori. “Imigração japonesa: debates médicos sobre raça e saúde”. In BENCHIMOL, Jaime; SÁ, Magali Romero; KODAMA, Kaori (org.) *Cerejeiras e Cafezais: relações médico-científicas entre Brasil e Japão e a saga de Hideyo Noguchi*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2009. pp. 43-65.

KOHN de BEKER, Marisa. *Tendencias positivistas en Venezuela*. Caracas: Imprenta Universitaria, 1970.

LE BON, Gustave. *Leis psicologicas da evolução dos povos*. Lisboa: Edição da Typografia de Francisco Luiz Gonçalves, 1910.

LUCCA, Rafael Arráiz. *Venezuela: 1830 a nuestros días*. Breve história política. Caracas: Editorial Alfa, 2013.

LYNCH, John. “A Igreja Católica na América Latina”. In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. IV. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. pp. 415-487.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Mortalidade e morbidade da cidade do Rio de Janeiro imperial. *Revista de História*, São Paulo, n. 127-128, ago.-dez.92, jan.-jul.93, pp. 53-68.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: UNICAMP, 1994.

MARROYO, Fernando Sánchez. “1898: guerra colonial, crisis nacional y tensiones sociales”. In: ZEA, Leopoldo; MAGALLÓN, Mario (compiladores). *1898 ¿Desastre o reconciliación?* México: Fondo de Cultura Económica, 2000. pp. 140-159.

MARTÍ, José. Congreso Internacional de Washington. Su historia, sus elementos y sus tendencias, Nueva York, 2 de noviembre de 1889. In MARTÍ, José. *Textos de Combate*. México: Universidad Autónoma de México, 1980.

MATOS, Sergio Campos. A guerra hispano-americana (1898): repercussões em Portugal. Vol. II. In *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2001. pp. 149-161.

MATTOS, Hebe. “A vida política”. In SCHWARCZ, Lilia (org.). *História do Brasil Nação*. A abertura para o mundo (1889-1930). Vol. 3. Madrid, Rio de Janeiro: Editora MAPFRE e Objetiva Ltda., 2012. pp. 85-131.

MENDIETA, Pilar. *Entre la alianza y la confrontación*. Pablo Zárate Willka y la rebelión indígena de 1899 en Bolivia. La Paz: IFEA, Plural editores, ASDI, IEB, 2010.

MILIANI, Domingo. *Vida intelectual de Venezuela*. Caracas: Ministerio de educación, 1971.

MITRE, Antonio. *O Dilema do Centauro: Ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 123-137.

\_\_\_\_\_. “Estado, Nação e Território na Bolívia Oligárquica, 1850-1914”. In PAMPLONA, Marco A., e MÄDER, Maria Elisa (org.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Peru e Bolívia*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. pp. 193-237.

MIX, Miguel Rojas. La Generación del 98 y la idea de América. In Leopoldo ZEA y Mario MAGALLÓN (compiladores). *1898 ¿Desastre o reconciliación?* México: Fondo de Cultura Económica, 2000. pp. 33-50.

MONTÓN G. BAQUERO, Isabel García. El Congreso Social y Económico Hispanoamericano de 1900: un instrumento do hispanoamericanismo modernizador. *Revista Complutense de História de América*, Madrid, v. 25, 1999, pp. 281-294.

MORENO FRAGINALS, Manuel. “España, Cuba y la guerra hispano-cubana-norteamericana”. In VEGA, Mariano de; MARTÍN, Francisco; MORALES MOYA, Antonio (Eds.). *Jirones de Hispanidad: España, Cuba, Puerto Rico y Filipinas en la perspectiva de dos cambios de siglo*. España: Ediciones Universidad de Salamanca, 2004. pp. 15-22.

NOGUERA, Carlos Ernesto. *Medicina y política: discurso médico y prácticas higiénicas durante la primera mitad del siglo XX en Colombia*. Medellín: Fondo Editorial Universidad EAFIT, 2003.

\_\_\_\_\_. Luta Antialcoólica e Higiene Social na Colômbia 1886-1948. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. pp. 99-123.

ODDONE, Juan A. “A Formação do Uruguai Moderno, 1870-1930”. In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. V. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. pp. 609-632.

OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Manuel Bonfim: autor esquecido ou fora do tempo? *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v.05.03, set-dez. 2015, pp. 771-797.

ONDARCO MORALES, Ramiro. *Zárate, el Temible Willka: História de la Rebelión Indígena de 1899 en la República de Bolivia*. La Paz: Imprenta Renovación, 1965.

PAMPLONA, Marco Antonio. Una perspectiva 'arielista' entre los hombres públicos brasileños de fin de siglo: Estados Unidos en los escritos de Joaquim Nabuco y Oliveira Lima. In ARRIAGA, Victor A. Weiss; SUÁREZ ARGÜELLO, Ana Rosa (compiladores). *Estados Unidos desde América Latina: Sociedad, política y cultura*. México: Centro de Investigación y Docencia Económicas, 1995. pp. 183-196.

\_\_\_\_\_. *Reverendo o sonho americano: 1890-1972*. São Paulo: Editora Atual, 1995.

\_\_\_\_\_; DOYLE, Don H. (orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo: a formação de Estados-Nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PAREDES, Alberto. *El estilo es la idea: ensayo literario hispanoamericano del siglo XX (antología crítica)*. México: Siglo XXI, 2008.

PEREDA, Carlos. "Las tradiciones del centauro: notas para una teoría del ensayo latinoamericano". In WEINBERG, Liliana (coord.). *Ensayo, simbolismo y campo cultural*. México: CCyDEL-UNAM, 2003.

PINO ITURRIETA, Elias. *Positivismo y gomecismo*. Caracas: Instituto de Estudios Hispanoamericanos, 1978.

PITA, Alexandra. "La discutida identidad latinoamericana: debates en el *Repertorio americano, 1938-1945*". In GRANADOS, Aimer & MARICHAL, Carlos. *Construcción de las identidades latinoamericanas: ensayos de historia intelectual siglos XIX y XX*. México D.F.: El Colegio de México, 2009. pp. 241-265.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas telas e textos*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.

QUIJADA, Mónica. En torno al pensamiento racial en Hispanoamérica: una reflexión bibliográfica. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*. (E.I.A.L), Tel Aviv, v.3, n.1, jan-jun, 1992, pp. 109-129.

\_\_\_\_\_. Latinos y anglosajones. El 98 en el fin de siglo sudamericano. *Hispania. Revista Española de Historia*, v. LVII/2, n.196, 1997, pp. 589-609.

\_\_\_\_\_. Sobre el origen y difusión del nombre 'América Latina' (o una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad). *Revista de Indias*, Madrid, v. LVIII, n. 214, 1998, pp. 595-616.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. La Modernización Literaria Latinoamericana (1870-1910). In RAMA, Angel. *La crítica de la cultura en América Latina*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985. pp. 82-96.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996. pp. 59-84.

\_\_\_\_\_; MAIO, Marcos Chor. Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça como Questão: História, Ciência e Identidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. pp. 25-49.

RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Tradução: Denise Bottman. – Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1991.

ROTKER, Susana. *Fundación de una escritura: las crónicas de José Martí*. Habana: Casa de las Américas, 1992.

SÁ, Guilherme José da Silva; SANTOS, Ricardo Ventura; CARVALHO, Claudia R.; SILVA, Elizabeth Christina da. Crânios, Corpos e Medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional no fim do século XIX – início do século XX. In MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça como Questão: História, Ciência e Identidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. pp. 109-125.

SÁ, Dominichi Miranda; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.3, jul.set. 2008, pp. 779-810.

\_\_\_\_\_. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009, pp.183-203.

SALIBA, Elias Thomé. “Cultura/As apostas na República”. In SCHWARCZ, Lilia (org.). *História do Brasil Nação*. A abertura para o mundo (1889-1930). Vol. 3. Madrid, Rio de Janeiro: Editora MAPFRE e Objetiva Ltda., 2012. pp. 239-294.

SÁNCHEZ GÓMEZ, Julio. Hermana mayor o enemiga: Latinoamérica frente a Estados Unidos en el cambio de siglo (1898-1906). In VEGA, Mariano de; MARTÍN, Francisco; MORALES MOYA, Antonio (Eds.). *Jirones de Hispanidad: España, Cuba, Puerto Rico y Filipinas en la perspectiva de dos cambios de siglo*. España: Ediciones Universidad de Salamanca, 2004. pp. 173-215.

SANTOS JUNIOR, Valdir Donizete dos. *A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina (1898-1914)*. Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Conflicto y Armonía de las razas en América*. Buenos Aires: Imprenta de D. Tuñez, 1883.

SCHEINES, Graciela. “Fundar la patria en la escritura: reflexiones sobre el ensayo en iberoamérica”. In *El ensayo Iberoamericano, perspectivas*. México: CCyDEL-UNAM, 1995. pp. 193-197

SCHENEIDER, Alberto Luiz. O Brasil de Silvio Romero: uma leitura da população brasileira no final do século XIX. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, n.42, jun. 2011, pp. 163-183.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. “População e sociedade”. In SCHWARCZ, Lilia (org.). *História do Brasil Nação. A abertura para o mundo (1889-1930)*. Vol. 3. Madrid, Rio de Janeiro: Editora MAPFRE e Objetiva Ltda., 2012. pp. 35-83.

SERPA JÚNIOR, Octavio D. de. Degenerescência: queda, progresso e evolucionismo. *Cadernos IPUB (UFRJ)*, Rio de Janeiro, n. 8, 1997, pp. 22-41.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. pp. 41-58.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SKIRIUS, John. *El ensayo hispanoamericano del siglo XX*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1981.

SMITH, Robert F. “Os Estados Unidos e a América Latina, (1830-1930)”. In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina de 1870 a 1930*. Vol. V. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. pp. 609-649.

SONTAG, Susan. *La enfermedad y sus metáforas y El sida y sus metáforas*. Trad. Mario Muchnik. Madrid: Taurus, 1996.

SPENCER, Herbert. *Do Progresso: sua lei e sua causa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1939.

STEPAN, Nancy. “A Eugenia no Brasil - 1917 a 1940”. In HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. pp. 331-391.

\_\_\_\_\_. “A hora da eugenia”: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

SVAMPA, Maristella. La dialéctica entre lo nuevo y lo viejo: sobre los usos y nociones del caudillismo en la Argentina. In GOLDMAN, Noemí e SALVATORE, Ricardo

(compiladores). *Caudillismos Rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005. pp. 51-82.

TAGUIEFF, Pierre-André. *O Racismo*. Lisboa: BBCC, 1997.

TERÁN, Óscar. *América Latina: positivismo y nación*. México: Editorial Katún, 1983.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

UGARTE, Manuel. *La Nación Latinoamericana*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 2005.

UNAMUNO, Miguel de. La Hermandad Hispánica. In UNAMUNO, Miguel de. *Miguel de Unamuno: Americanidad*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 2001.

VEGA, Marta de la. *Evolucionismo versus Positivismo: estudio teórico sobre el positivismo y su significación en América Latina*. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 1998.

VELÁZQUEZ CASTRO, Marcel. “Os afrodescendentes limenhos: emancipação, gênero e nação (1791-1830)”. In PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (org.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Peru e Bolívia*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. pp. 63-104.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. “A Regeneração da América Latina”. In VERÍSSIMO, José. *Cultura, Literatura e Política na América Latina*. Seleção e apresentação: João Alexandre Barbosa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. pp. 17-31.

VIANNA, Luiz Werneck. Americanistas e iberistas: a polêmica com Tavares Bastos. IN: *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.34, n.2, 1991, pp. 145-190.

VITIER, Medardo. *Del ensayo americano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1945.

VOGT, Olgario Paulo. O alemanismo e o ‘perigo alemão’ na literatura brasileira da primeira metade do século XX. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v.32, n. 53, dez.2007, pp. 225-258.

WEINBERG, Liliana. “Ensayo e interpretación de América”. In VEGA, Mercedes de (coord.). *La literatura hispano-americana*. Vol.3. México: Secretaría de Relaciones Exteriores. Dirección General del Acervo Histórico Diplomático, 2001. pp. 201-290.

\_\_\_\_\_. *Literatura latinoamericana: descolonizar la imaginación*. México DF.: Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos UNAM, 2004.

\_\_\_\_\_. *Umbrales del ensayo*. México D.F.: Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos UNAM, 2004.

\_\_\_\_\_. *Situación del ensayo*. México: Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos UNAM, 2006.

\_\_\_\_\_. (coord.). *Estrategias del pensar: ensayo y prosa de ideas en América Latina Siglo XX*. Vol. I e II. México: UNAM/CIALC, 2010.

\_\_\_\_\_. *El ensayo en busca del sentido*. España: Iberoamericana. Vervuert, 2014.

ZANETTI, Susana. “Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916)”. In PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: Palabra, Literatura e Cultura*. Vol. 2. Emancipação do discurso. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1994. pp. 489-534.

ZEA, Leopoldo. *Pensamiento Positivista Latinoamericano*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979.

\_\_\_\_\_. *La filosofía como compromiso de liberación*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1991.

\_\_\_\_\_. “1898, Latinoamérica y la reconciliación iberoamericana”. In ZEA, Leopoldo; MAGALLÓN, Mario (compiladores). *1898 ¿Desastre o reconciliación?* México: Fondo de Cultura Económica, 2000. pp. 7-19.

ZULAWSKI, Ann. “Doença Mental e Democracia na Bolívia: o Manicômio Pacheco, 1935-1950”. In HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. pp. 455-485.

ZUM FELDE, Alberto. *Índice crítico de la literatura hispanoamericana: los ensayistas*. México: Editorial Guaranía, 1954.

\_\_\_\_\_. *La narrativa in Hispanoamérica*. Madrid: Aguilar, S. A., 1964.

ZUMETA, César. *Las potencias y la intervención en Hispanoamérica*. Caracas: Colección Venezuela Peregrina, 1963.

### **Site**

[http://jose-marti.org/jose\\_marti/historia/anexionismo/manufacturer/manufacturer1.htm](http://jose-marti.org/jose_marti/historia/anexionismo/manufacturer/manufacturer1.htm)

Biblioteca Nacional da Venezuela. <http://www.bnv.gob.ve/?q=node/447>.